

As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza – 1240-1350
Representações nas cantigas de escárnio e de mal dizer

Cláudio André Conceição do Nascimento Neto

Dissertação de Mestrado
em História Medieval

Julho de 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Medieval, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa e a co-orientação do Professor Doutor Luís Filipe Oliveira.

*«O meu livro, recordo-lhe eu, é de história,
Assim realmente o designariam segundo a
classificação tradicional dos géneros, porém,
não sendo propósito meu apontar outras
contradições, em minha discreta opinião,
senhor doutor, tudo quanto não for vida, é
literatura»*

- José Saramago, História do Cerco de Lisboa

Ao meu Pai, que me permitiu gostar de ser pequenino

À Lianor, que carrega nas suas doces mãos a chama dos vindouros

Agradecimentos

Não é fácil escrever agradecimentos. Quero acreditar que o percurso que se trilha durante a feitura de um trabalho deste género opera as suas transformações na pessoa que o realiza. Essas são devidas a uma miríade de ocorrências e, por vezes, um pequeno gesto, uma palavra adequada (para frustração ou gáudio de quem está a meio de um trabalho), isolados ou fugazes, podem ter consequências no produto final, quer se pense no texto, quer se pense na pessoa que o escreveu. É por isso que estas breves linhas não representam adequadamente todos os contributos que fui recebendo ao longo deste caminho, uma vez que já me esqueci de quase tudo o que se passou entre mim e o mundo desde que comecei este trabalho. E é no esquecimento de quase tudo o que se passa todos os dias que começa a estruturação da memória.

Não queria, porém, deixar de referir aqueles de quem não esqueci em virtude de terem contribuído de uma forma mais directa para a elaboração deste trabalho

A primeira palavra vai, necessariamente, para os meus orientadores, os Professores Doutores Bernardo Vasconcelos e Sousa e Luís Filipe Oliveira. O reconhecimento que lhes é devido ultrapassa muito a capacidade que estas linhas têm de revelar todos os contributos que forneceram, mas não posso deixar de manifestar a minha sincera gratidão por me terem garantido o apoio necessário quando a conclusão deste trabalho parecia irremediavelmente comprometida. Cabe também aqui dizer que os laivos de qualidade que este trabalho possa ter muito se devem à sua orientação científica. Os erros, pelo contrário, são todos da responsabilidade do autor.

Não posso deixar de agradecer à Professora Doutora Graça Videira Lopes, que já desde os tempos da licenciatura teve a capacidade de me introduzir à Literatura Medieval, demonstrando sempre uma grande disponibilidade e boa disposição na discussão de ideias relativas aos textos. Agradeço-lhe também ter-me convidado a integrar a equipa do *Littera*, trabalho que me permitiu uma melhor compreensão do mundo dos trovadores e das fontes que sustentam este estudo.

Uma palavra deve ser também dirigida ao Professor Doutor José Carlos Miranda da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e ao Armando de Sousa Pereira pela discussão do então projecto de dissertação de mestrado no âmbito do *Workshop de Estudos Medievais*, em 2010. Este contributo foi essencial para a re-estruturação deste trabalho e muitas das suas sugestões verteram para o texto final.

Para além dos já referidos, queria transmitir o meu apreço pelos Professores que me acompanharam durante o primeiro ano do mestrado, pelo constante estímulo e disponibilidade. Agradeço, portanto, aos Professores Doutores Amélia Aguiar Andrade, Maria de Lurdes Rosa, João José Alves Dias e João Silva de Sousa.

Ainda, ao Doutor Miguel Gomes Martins queria agradecer a disponibilidade que demonstrou ao facultar-me a consulta de algumas espécies bibliográficas já na recta final deste trabalho.

Para a minha família, é importante que saibam que isto não passa de mais uma etapa no caminho que sempre me possibilitaram seguir, sem pressões nem julgamentos. Sabem bem que isto é apenas uma pequena parte daquilo que sou, parte essa que floresceu desde que uma mulher teve a ideia de mostrar ao filho um livro de história à hora de deitar. Não passa de um gosto de menino. Um obrigado à minha Mãe, à minha mana Susana, à Inês, à Bárbara, ao Pedro Manuel e ao Pedro Martim.

Aos meus companheiros de jornada, desde Setembro de 2003, que conheceram o Zé, que se tinha enganado no código do curso e tinha ido parar a História de Arte. À Sara Ceia, a

minha *irmã mais velha historiadora*, pelo seu exemplo de tenacidade e abnegação; à Rita Nóvoa, a minha *metaleira/medievalista* (desculpa lá, mas mesmo com essas roupas às cores continuas a ser *metaleira*...) preferida, por acreditar que um dia ainda seremos «caríssimos colegas»; à Sara Simões, por nos encheres a todos com plumas e cores; ao Gonçalo Graça, pela *dialéctica*, pela *homeostética*, e por ser um talismã de boa disposição; ao Luís Bernardo, pela voz serena, pela nobreza de carácter, e pelas doses de bom senso que me fazem tanta falta ouvir; ao João Biléu, por ter sabido mostrar-me o valor da *discretio* e que «*a Literatura, já te disse, pá, é uma expansão...*»; ao João Rodrigues, por trazer esse Alentejo para dentro de Lisboa, e pelos jantares que se seguiam, muitas vezes, às aulas de Império Português; ao André Nóvoa, pela música, por um rigor científico descomplexado e por Mira. A todos, um brinde ao futuro.

Ao Professor Doutor António Camões Gouveia: o maior agradecimento que lhe posso fazer é manifestar que, a cada dia que passa, é um privilégio poder contá-lo entre os meus amigos. Obrigado pela confiança que deposita neste almadense.

Aos meus companheiros de outras jornadas, um fraterno agradecimento por me fazerem desligar da História. A minha maior pena foi ter sentido, nos últimos anos, que não tive na plena posse das minhas faculdades para vos apoiar nos diversos momentos de felicidade e de tristeza pelos quais passaram. Espero agora voltar a mim para saldar esta dívida que contraí convosco. Esta tese não estaria completa sem mencionar o Jorge Ramos, em quem descobri um grande amigo, que me conhece bem, me atura as neuras e me refresca a pouca música e o cinema que vou tendo tempo de apreciar; o João ‘Slayer’ Ranhada, cuja alcunha diz quase tudo sobre sua atitude para enfrentar o dia-a-dia, mas que não chega para exprimir a gentileza, a simpatia e a camaradagem que pautam todos os momentos que dedica a todos nós; o Hugo Coelho, pelo humor *espirituoso*, por me ensinar a pintar e pela genialidade que revela em tudo aquilo a que se aplica com afinco; o André Solha, sempre *um crítico*, com quem embarquei na aventura de sair de Almada e vir para a Universidade do outro lado do Tejo; o Vicente, sempre interessado pelo andamento dos meus trabalhos, excelente companheiro, exemplo de uma luta animada e constante, por vezes ingrata, contra as vicissitudes da vida, cuja maior riqueza é a sua honestidade; o Ruben, simplesmente pelo *Rock*. A todos, que as coisas pelas quais passámos sejam apenas o princípio.

À Diana: meras palavras são apenas uma evidência residual da parte de mim em que te tornaste. Não quero expor aqui aquilo que já sabes. Mereces um sincero e inevitável pedido de desculpas pela tempestade que está agora a amainar. O barco está quase a aportar, ouvem-se os remos a levantarem-se da água. Ficou na noite dos tempos o momento em que dois seres humanos se juntaram, pela primeira vez, para construir uma casa. Esse momento é eterno, como tu.

As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza – 1240-1350

Representações nas cantigas de escárnio e de mal dizer

Cláudio André Conceição do Nascimento Neto

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média, Séculos XIII-XIV, Ordens Militares, Nobreza, Trovadores Galego-Portugueses, Sátira, Cantigas de Escárnio e de Mal Dizer, Representações.

O campo de estudos sobre ordens militares representa, actualmente, uma das áreas de maior vitalidade no âmbito dos estudos medievais. Dentro do mesmo, um dos tópicos que tem contribuído para renovação das investigações sobre estes institutos tem sido o estudo da forma como esta forma de vida religiosa foi compreendidos pela restante sociedade medieval, bem como a forma como os freires das ordens militares se viam a eles próprios. O estudo que aqui se apresenta pretende, através da análise de dezasseis cantigas de escárnio e de mal dizer, compreender de que forma a nobreza do Ocidente da Península Ibérica encarou os homens das milícias religiosas entre 1240 e 1350 pela voz dos seus trovadores. Com esta sondagem, pretende-se esclarecer a valorização das milícias pelo discurso aristocrático deste período e produzir um contributo para uma melhor ilustração do modo como o grupo social dominante se relacionou com elas.

The Military Orders in the written culture of the Nobility – 1240-1350

Representations in the Cantigas de Escárnio e de Mal Dizer

Cláudio André Conceição do Nascimento Neto

Abstract

KEYWORDS: Middle Ages, 13th-14th centuries, Military Orders, Nobility, Galician-Portuguese Troubadours, Satire, Cantigas de Escárnio e de Mal Dizer, Representations.

The field of studies on military orders represents, nowadays, an area of the greatest vitality in the domain of the medieval studies. Within it, one of the topics which has contributed to the renovation of the research on these institutes has been the study on the way this form of religious life was understood by the rest of the medieval society, as well as the way the brethren saw themselves. This study aims, through the analysis of sixteen cantigas de escárnio e de mal dizer, understand how the nobility of the western Iberian Peninsula viewed the men of the religious militias through the voice of their troubadours between 1240 and 1350. This survey intends to clarify the appreciation of the militias in the aristocratic discourse, and also produce a contribute towards the illustration of how the dominant social group has related with them.

ÍNDICE

I – Introdução	p. 1
a) Importância das representações e estado da questão	p. 3
b) Os <i>silêncios</i>	p. 7
II – Os testemunhos do século XIII	p. 13
a) Rui Gomes de Briteiros e o mouro fugido	p. 14
b) Pero Martins	p. 17
c) João Soares Coelho e as comendas usurpadas	p. 17
d) Vasco Gil e os Hospitalários	p. 23
e) Gonçalo Anes do Vinhal, os freires e as mulheres	p. 35
f) Rui Pais de Ribela e o comendador ardoroso	p. 42
g) Gil Peres Conde e o <i>Amor em cas d’el rei</i>	p. 47
h) Pero Mendes da Fonseca e o <i>Paio de más artes</i>	p. 53
i) Caldeiom, os d’ <i>Aragom</i> e os da <i>Catalonha</i>	p. 63
III – Os testemunhos do século XIV	p. 74
a) João Fernandes de Ardeleiro, o que perdeu Pavia	p. 76
b) Estêvão da Guarda, as ordens militares e a Corte portuguesa	p. 82
c) O Conde e os freires	p. 100
IV – Conclusão: Os rostos dos freires (1240-1350)	p. 116
a) O silêncio vencido (1240-1300)	p. 117
b) A razão de ser das milícias e a natureza das críticas	p. 121
c) Os freires e a Corte portuguesa (1300-1350)	p. 123
Fontes e Bibliografia	p. 126

Siglas e Abreviaturas

B – *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*

CEMDa – *Cantigas d’Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, ed. Manuel Rodrigues Lapa

CEMDb – *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*, ed. Graça Videira Lopes

ChAIV – *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*

CMGP – *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas* [online] [última consulta a 25 de Julho de 2012] Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/>¹

ColAlcántara – *Colección Diplomática Medieval de La Orden de Alcántara (1157?-1494)*

coord. – coordenador

coords. – coordenadores

Cr1344 – *Crónica Geral de Espanha de 1344*

DipAX – *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*

dir. – direcção

ed. – edição

LC – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*

LD – *Livro de Linhagens do Deão*

LivBJPortel – *Livro dos Bens de D. João de Portel*

LivCopos – *Livro dos Copos*

LPGP – *Lírica Profana Galego-Portuguesa*

LV – *Livro Velho de Linhagens*

MH – *Monumenta Henricina*

n. – nota

p. – página

pp. – páginas

ss. – seguintes

V – *Cancioneiro da Biblioteca do Vaticano*

vol. – volume

¹ As remissões para a base de dados *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas* serão feitas por intermédio do URL (Uniform Resource Locator, denominado vulgarmente em português pela expressão *endereço electrónico*) específico.

I - Introdução

«Este priol dom Alvaro de Pereira (...) foi o que passou alem mar, u está o gram mestre da ordem de cavalaria de Sam Joham do Espital (...).»¹

O presente trecho do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* remete o seu leitor para o final da extensa narrativa que trata da vida e dos feitos de Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital². Aí, o seu autor, o escriba da refundição do texto, ocorrida na década de '80 do século XIV, traça-nos o relato apologético e heróico desta figura, associando o líder de uma das milícias religiosas presentes no reino português aos valores da cruzada e da cavalaria peninsular, inscrevendo-o no quadro nobiliárquico da Hispânia. Retomando a expressão de Luís Krus³, «*no país real*» a refundição representava a renovação da nobreza ocorrida ao longo de Trezentos e a consagração das memórias dos Pereiras, a breve trecho situados no epicentro da crise política portuguesa, suscitada pela morte de D. Fernando em 1383. A memória daquela linhagem que, durante Quatrocentos, viria a constituir a maior Casa nobiliárquica do reino, ficava, pela acção do refundidor, associada à memória da Ordem de São João do Hospital, constituindo-se desse modo a identificação da linhagem com os valores escatológicos que a associação da milícia são-joanina, através da sua missão e relação com a Terra Santa, lhe transmitia.

Como é sabido, a relação da linhagem dos de Pereira com esta ordem militar está longe de ser ficção. A milícia desempenhou um papel fundamental na sua ascensão durante a segunda metade do século XIII e três primeiros quartéis do seguinte⁴. No entanto, conforme Luís Krus demonstrou, a valorização positiva da associação da aristocracia e dos seus valores com as milícias religiosas consiste numa das inovações mais marcantes da refundição das

¹ LC XXI G15.

² Sobre esta figura, veja-se Luís KRUS – “Pereira, Álvaro Gonçalves” in José Costa PEREIRA (coord.) *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Estella, Alfa, 1985, pp. 99-100.

³ Luís KRUS – *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa, Gulbenkian/JNICT, 1994, pp. 334.

⁴ A proximidade dos Pereira à Ordem do Hospital está patente no seu percurso de ascensão social a partir de meados do século XIII. Cf. José MATTOSO – “A nobreza e a revolução de 1383” in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. Actas das Jornadas de História Medieval*, Lisboa, História e Crítica, 1985, p. 398; Mafalda Soares da CUNHA – *Linhagem, Parentesco e Poder. A casa de Bragança (1384-1483)*, Viseu, Fundação da Casa de Bragança, 1990, pp. 20-22; KRUS – “Pereira, Álvaro Gonçalves” ..., pp. 99-100; idem – “Pereira, Gonçalo Gonçalves” in José Costa PEREIRA (coord.) *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Estella, Alfa, 1985, pp. 100-101.

memórias genealógicas da nobreza no final de Trezentos⁵. Para trás, a valorização das milícias pela cultura nobiliárquica consiste, até hoje, num campo pouco afluído, sendo, no entanto, possível recolher indícios de uma valorização ambígua, ou, até, negativa destes institutos por parte da aristocracia medieval portuguesa. São relativamente bem conhecidos os remos do conde D. Pedro dirigidos a alguns freires da Ordem de Santiago⁶, bem como tem sido discutida a identificação do alvo de uma sátira trovadoresca com um mestre da mesma milícia, Paio Peres Correia⁷. A imagem dos freires projectada pelos três livros de linhagens medievais portugueses foi também já alvo de uma sondagem, da autoria de Bernardo Vasconcelos e Sousa⁸.

Porém, no quadro dos vestígios legados pela cultura escrita da nobreza⁹, subsiste um conjunto de textos capazes de fornecer dados relativos às atitudes deste grupo face aos freires. Trata-se de um conjunto de dezasseis cantigas de escárnio e de maldizer que se reportam às ordens militares, produzidas pelos trovadores de segunda e de terceira geração. A existência destas composições não é um dado novo, uma vez que o *corpus* satírico galego-português conta já com sucessivas edições¹⁰. Não obstante, fora do âmbito dos estudos do fenómeno trovadoresco, estes vestígios permanecem ainda relativamente desconhecidos, verificando-se a oportunidade de os tomar como objecto deste trabalho, tendo como objectivo compreender a forma como a cultura trovadoresca própria da nobreza medieval portuguesa teceu representações das ordens militares e, através das mesmas, procurar

⁵ Cf. Luís KRUS – *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico...*, pp. 140-141. Regressarei a esta questão a propósito das sátiras de D. Pedro, conde de Barcelos.

⁶ Sobre esta questão, veja-se, abaixo III: c).

⁷ A identificação de Paio Peres Correia com o alvo da Sátira de Pero Mendes da Fonseca será discutida em II: h).

⁸ Bernardo Vasconcelos e SOUSA – “As Ordens Militares nos nobiliários medievais portugueses” in Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental...*, pp. 623-630.

⁹ Uma boa panorâmica sobre este tema pode ser obtida a partir de António Resende de OLIVEIRA – “Cortes Senhoriais” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 170-173; José Carlos MIRANDA – “A Dimensão Literária da Cultura da nobreza em Portugal no século XIII” in *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, vol. 15, n.º 2, Porto, Faculdade de Letras, 1998, pp. 1551-1565.

¹⁰ As composições que constituem este elenco encontram-se nos manuscritos do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (B)* e no *Cancioneiro da Vaticana (V)*, tendo sido alvo de edições sucessivas, desde a segunda metade do século XX. Para a realização deste trabalho utilizaram-se as seguintes edições: a mais antiga edição do *corpus* satírico galego-português, da autoria de Rodrigues Lapa: *CEMDa*; a edição do *corpus* satírico da autoria de Graça Videira Lopes: *CEMDb*; a iniciativa de edição completa do *corpus trovadoresco galego-português* coordenada por Mercedes Brea: *LPGP*; e, por fim, a edição unitária do *corpus trovadoresco galego-português*, coordenada por Graça Videira Lopes, da qual resulta a base de dados online *CMGP*: <http://cantigas.fcsh.unl.pt>. Quanto à fixação dos textos das cantigas, para fins de citação, utilizaram-se as versões de *CMGP*.

compreender o lugar que estes institutos ocupavam no seio da mundividência do grupo aristocrático.

a) Importância das representações e estado da questão

Bernardo de Claraval, no prólogo ao seu *Liber ad milites Templi de laude novae militiae* (c. 1130), refere que Hugo de Payns, fundador e primeiro grão-mestre da Ordem do Templo, lhe teria solicitado, por três vezes, a composição de um sermão de exortação aos seus confrades¹¹. Esta repetida solicitação é explicada por Alain Demurger no quadro da viagem que Hugo fez ao Ocidente europeu em 1127. Hugo estaria apostado em reunir apoios e fazer reconhecer a sua ordem pelo papado, dotando-a de uma regra. A sua acção verifica-se no seguimento de precoces críticas à fundação da ordem: o carácter híbrido da *nova cavalaria* tinha já causado o seu impacto no pensamento medieval, bem como uma crise de consciência no seio da precoce milícia¹². De facto, o nascimento da forma de espiritualidade militar foi acompanhado, *ab initio*, de uma corrente de críticas, originadas nos meios clericais, relacionadas com a incompatibilidade do derramamento de sangue por parte dos homens da Igreja¹³, embora, ao longo dos tempos, a força deste criticismo tenha revelado uma íntima correlação com os períodos de maior ou menor dinamização da cruzada por parte das autoridades eclesiásticas.

Se desde o momento da criação desta nova forma de vida foi necessário assegurar o apoio da figura mais influente da Europa feudal para a defesa desta modalidade de vida religiosa, a importância dos ecos produzidos sobre estes institutos no restante tecido social não deixou de ser um elemento de suma relevância na sua evolução. Os trabalhos de Helen Nicholson, pioneiros no campo do estudo das imagens das milícias religiosas, têm sublinhado o modo como, quer a evolução das atitudes relativamente à ideologia de cruzada, quer a própria evolução dos acontecimentos na Terra Santa até 1291, moldaram profundamente a forma

¹¹ Cit. a partir de *The Templars*, selected Sources translated and annotated by Malcom Barber and Keith Bate, Manchester/New York, Manchester University Press, 2007, pp. 215-227. Nesta obra de edição de fontes relativas à Ordem do Templo, Barber e Bate incluem uma selecção das primeiras cinco partes do *De Laude*, traduzidas para inglês e anotadas.

¹² Cf. Alain DEMURGER – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*, Lonrai, Seuil, 2005, pp. 51-56.

¹³ Cf. Alan FOREY – *The Military Orders. From the twelfth to the early fourteenth centuries*, Londres, Macmillan, 1992, pp. 204-220; Helen NICHOLSON – “Críticas” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 273-275.

como estes institutos foram percebidos pela restante sociedade¹⁴. Estando muito dependentes do apoio de terceiros, a começar pela protecção papal, mas também relativamente ao recrutamento dos freires, constituição do património e coordenação de acções militares para a concretização da sua missão, as ordens militares necessitaram de conservar o seu capital simbólico de forma a manterem a pertinência ideológica no seio da sociedade feudal. Decorrente desta ideia, verificou-se a necessidade de compreender as representações e atitudes relativas à Ordem do Templo no âmbito do estudo do seu processo de extinção¹⁵.

Outra das questões que o estudo das representações das ordens militares levanta é o da inversão da tendência, detectada por Philippe Josserand, na historiografia moderna e contemporânea sobre estes institutos, de os associar a um processo de decadência moral e espiritual, interpretação à qual subjaz o aparente esvaziamento da razão de ser destes institutos na época Moderna¹⁶. Esta tendência interpretativa relaciona-se com o hiato que este autor encontra na historiografia sobre ordens militares relativo a estudos dedicados ao período que se estende entre meados do século XIII e o século XV, que este autor caracteriza como um *deserto historiográfico*¹⁷. Em bom rigor, Os estudos sobre este período são raros, preteridos em favor dos estudos sobre as origens ou sobre as ordens em períodos mais tardios, consequência de uma íntima relação do estudo das ordens com a tradição dos estudos sobre as cruzadas, onde o peso das origens do movimento também se faz sentir. Por outro lado, a tendência de abordagem dos períodos mais tardios compreende-se através da multiplicação das fontes disponíveis, tendência estrutural nos estudos medievais. A isto acrescenta-se também uma propensão para o atraso na renovação dos trabalhos que se dedicam a este período: as abordagens são maioritariamente dedicadas à acção política e à

¹⁴ Cf. Helen NICHOLSON - *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights. Images of the Military Orders, 1128-1291*, Leicester/London/New York, Leicester University Press, 1995; idem - *Love, War and the Grail. Templars, Hospitallers, and Teutonic Knights in Medieval Epic and Romance. 1150-1500*, Boston/Leiden, Brill, 2004; idem - "Représentations" in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) - *Prier et Combattre...*, pp. 782-785.

¹⁵ Cf. Helen NICHOLSON - *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights...*, p. 6; Alain DEMURGER, *Les Templiers...*, pp. 429-434, 448-455, 484-509.

¹⁶ «(...) le motif du déclin des ordres militaires et de la disparition précoce de leur état d'esprit originel bénéficie en effet d'une tradition historiographique pluriséculaire. Celle-ci apparaît déjà clairement dans la plus ancienne histoire de Santiago, écrite à la fin du XV^e siècle par deux commandeurs de l'Ordre, Pedro de Orozco et Juan de la Parra, à la demande du maître Alonso de Cárdenas.»: Philippe JOSSERAND - *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique. Les Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, p. 3. A este respeito, veja-se também José MATTOSO - "A vida religiosa e espiritual nas ordens militares" in Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.) - *Ordens Militares e Religiosidade. Homenagem ao Professor José Mattoso*, Palmela, GesOS/Câmara Municipal, 2010, pp. 11-21.

¹⁷ Philippe JOSSERAND - *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, p. 18.

relação com a Coroa, sendo dominadas por uma perspectiva centralizada nas ordens de forma individualizada, rareando os estudos globais ou comparativos¹⁸.

Foi este pano de fundo que levou Philippe Joserrand a interrogar-se acerca da veracidade de uma crise existencial das milícias religiosas na Península Ibérica, dada como natural após o final da grande vaga de conquistas cristãs do século XIII, simbolizado pela tomada de Sevilha por Fernando III de Castela em 1248¹⁹. Este e outros problemas relacionados com o estudo das representações da forma de espiritualidade militar forneceram elementos explicativos para a compreensão da evolução do papel das ordens militares no reino de Castela entre 1252 e 1369²⁰. O trabalho deste autor demonstrou que as permanências e mutações na imagem dos freires castelhanos correspondem às transformações operadas no seio das ordens entre os séculos XIII e XIV, suscitadas pela permanente readaptação destes institutos aos contextos políticos, económicos e sociais desta cronologia. A ideia apriorística de um processo de decadência e de laicização, que reduzia as milícias a meros peões no jogo de progressivo reforço dos poderes das Coroas ibéricas, foi decisivamente matizada em favor de uma melhor compreensão dos processos de interacção das ordens militares com os restantes poderes e com o território, resultando numa valorização dos diferentes papéis que os freires continuaram a assumir a partir da segunda metade do século XIII e que garantiram a permanência dos fundamentos da sua existência.

Noutro quadro geográfico, foram os trabalhos de Damien Carraz acerca da implantação da milícia do Templo no quadro da Provença que suscitaram outras considerações acerca da forma como as milícias religiosas foram encaradas pelos restantes corpos sociais, mais concretamente pela aristocracia leiga. Tomando um quadro diversificado de vestígios, o estudo das imagens das ordens militares serviu como forma de esclarecer as interacções entre a aristocracia guerreira provençal e a Ordem do Templo entre 1121 e 1312²¹, tendo o autor concedido particular atenção à forma como os trovadores abordaram não só as ordens

¹⁸ Sobre os rumos da historiografia, consultem-se as páginas dedicadas pelo autor sobre este aspecto: idem – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 1-20. Sobre os avanços da historiografia portuguesa no âmbito da investigação sobre ordens militares no período medieval, é indispensável a consulta do recente balanço sobre este tema em Luís Filipe OLIVEIRA; Luís Adão da FONSECA; Maria Cristina PIMENTA; Paula Pinto COSTA – “The Military Orders” in José MATTOSO (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa, IEM, 2012, pp. 425-457.

¹⁹ Cf. Philippe JOSSERAND – “En crise de raison d’être? Critiques et contestation des ordres militaires dans la Castille des XIII^e et XIV^e siècles” in Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Colibri/Câmara Municipal, 2005, pp. 235-259.

²⁰ Cf. Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 35-228.

²¹ Cf. Damien CARRAZ – *L’Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312)*. Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2005, pp. 395-418.

militares, como também o tema da cruzada²², tomando como dimensão interpretativa o posicionamento e intervencionismo político das composições e dos autores analisados.

Embora ainda incipiente, o estudo das representações e das atitudes relativas às milícias religiosas é já um campo com provas dadas dentro da literatura disponível sobre as ordens militares. Não foram, porém, dados muitos passos relativos a esta matéria no âmbito da historiografia portuguesa. Não obstante, cabe aqui referir que existem já alguns contributos para estudos deste género. O trabalho seminal relativamente a uma valorização dos freires nos textos dos nobiliários medievais portugueses é, sem dúvida, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*²³, que, à data da sua publicação, terá lançado uma série de interrogações relativas ao ambiente cultural próprio das milícias religiosas, da relação da aristocracia guerreira com os freires e sobre a sociologia das ordens militares. Nem todas as interrogações levantadas por José Mattoso neste ensaio encontraram já resolução, nomeadamente no que toca ao problema de uma História Cultural das milícias religiosas. No entanto, a valorização do lugar dos freires nos três nobiliários medievais portugueses foi já alvo de considerações na tese de doutoramento de Luís Krus. A exploração mais sistemática das referências aos freires nos livros de linhagens teve lugar no estudo já referido de Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre a presença dos freires nos nobiliários. Recentemente, no âmbito de uma reconstituição prosopográfica do quadro de mestres e comendadores das ordens de Avis e Santiago, Luís Filipe Oliveira teve a oportunidade de associar um conjunto de representações negativas – algumas oriundas do repertório trovadoresco – às origens vilãs de alguns comendadores²⁴.

Estes contributos fornecem um ponto de partida para o trabalho que aqui se pretende levar a cabo. A partir da recolha das composições satíricas dos trovadores que se conseguiram associar às milícias religiosas, procurar-se-á conferir visibilidade a um percurso de cerca de um século, durante o qual o olhar dos trovadores se focou, em dezasseis composições, sobre as ordens militares. A partir do levantamento destes elementos, procurar-se-á compreender que atitudes relativas às milícias foram produzidas no âmbito da sátira trovadoresca²⁵ e de que

²² Cf. Damien CARRAZ – “Ordres militaires, croisades et sentiments politiques chez les troubadours. Le cas de la Provence au XIII^e siècle” in Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Colibri/Câmara Municipal, 2005, pp. 993-1013.

²³ José MATTOSO – *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

²⁴ Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009.

²⁵ Sobre a sátira medieval trovadoresca, consulte-se Giuseppe TAVANI – “Cantiga de Escarnho e Maldizer” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 138-139; Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI – *A Cantiga de Escarnho e Maldizer*, Lisboa, Colibri, 1998; Graça Videira LOPES – *A Sátira nos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, Lisboa, Estampa, 1998.

forma poderão estes vestígios ajudar a compreender melhor as relações entre a aristocracia e os freires no período que decorre entre cerca de 1240 (década da qual penso datarem as primeiras composições relacionadas com este tema) e 1350 (data limite do fenómeno trovadoresco no ocidente peninsular).

O trabalho que aqui se apresenta dedica-se apenas à exploração dos vestígios presentes na sátira trovadoresca, uma vez que a inclusão de outras fontes torná-lo-ia demasiado extenso relativamente ao tempo e ao espaço disponíveis para a realização de uma dissertação deste género. Porém, não creio que a limitação desta sondagem às cantigas de escárnio e de mal dizer aporte algum inconveniente, uma vez que o *corpus* constituído possui a necessária coerência decorrente da matriz comum das composições – o fenómeno trovadoresco em galego-português. Por outro lado, a observação da sátira trovadoresca constitui um método privilegiado para a compreensão da mundividência do grupo social dominante na Idade Média, sendo por isso um bom ponto de partida para a aferição do modo como a aristocracia guerreira encarava os freires durante os séculos XIII e XIV.

b) Os silêncios

A história das representações das ordens militares nos testemunhos literários da nobreza do ocidente peninsular começa com um longo silêncio, interrompido por volta da década de '40 do século XIII. É nesta década que surgem os primeiros vestígios destes institutos na sátira dos trovadores da segunda geração, mais de um século após o início do processo de instalação de templários e hospitalários em Portugal. De facto, entre as primeiras doações ao Templo e ao Hospital, pela mão da condessa D. Teresa²⁶, passando pela instalação da Ordem de Santiago em território português e pela fundação da Milícia de Évora (ambas durante a década de '70 do século XII²⁷) e as primeiras aparições destes grupos religiosos na cultura trovadoresca decorre um período significativamente alargado – cerca de um século, se

²⁶ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA – “Ordens Militares” in Bernardo Vasconcelos e SOUSA (dir.), Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS – *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Horizonte, 2005, pp. 462-463, 468-469; Paula Pinto COSTA – “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade” in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 3/4, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000, pp. 93-98.

²⁷ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA – “Ordens Militares”..., pp. 476-477, 487-488.

tomarmos como referência a doação de Soure aos templários, em 1128, e o período de actividade dos seis mais antigos trovadores que nos deixaram composições sobre as milícias²⁸.

Este silêncio de cerca de 120 anos deverá ser posto em perspectiva à luz daquilo que se passa além-Pirenéus no mesmo período. Os estudos de Helen Nicholson demonstram que a atenção concedida a estes institutos religiosos prolifera no período que se segue à fundação da primeira milícia hierosolimitana – a Ordem do Templo – podendo observar-se uma correlação entre a evolução dos sucessos dos Estados Latinos do Oriente e a maior ou menor proliferação de textos que fornecem imagens das milícias. *Grosso modo*, na segunda metade do século XIII a atenção dos escritores sobre as ordens militares começa a rarefazer-se, fenómeno muito motivado pela crescente crise dos principados cruzados a partir da derrota de Hattin em 1187, embora expedições como as de S. Luís tenham contribuído para renovar a atenção prestada ao fenómeno cruzadístico e, conseqüentemente, a estes institutos²⁹.

Esta rarefacção, a partir de cerca de 1250, é um dado geralmente aceite para o coração da Cristandade latina. Porém, é precisamente a partir do período em que as crónicas, poemas e outros testemunhos provenientes das regiões além-Pirenéus começam a *esquecer* as milícias religiosas que surgem os primeiros testemunhos de um reconhecimento destas por parte dos trovadores galego-portugueses, visibilidade que se prolongará até ao ocaso do fenómeno trovadoresco e que se prolongará pela acção de cronistas e genealogistas através da elaboração dos livros de linhagens, da *Crónica de 1344* e por diante até ao século XV³⁰. Antes destes, a visibilidade das ordens militares no ocidente peninsular, para lá dos vestígios diplomáticos, está sobretudo relacionada com cronistas mais ligados aos meios eclesiásticos – nomeadamente o núcleo dos cónegos regentes de Santa cruz de Coimbra, apontado já por José Mattoso enquanto âmagô espiritual dos cavaleiros da cidade, no qual se elaborará o relato da conquista de Santarém³¹ – e à passagem de cruzados pelo território, sobretudo durante as conquistas de praças como Santarém e Lisboa, em 1147, Silves em 1189 ou Alcácer do Sal em 1217, das quais recebemos os relatos³². Daqui poderá depreender-se que a

²⁸ Este grupo, composto pelos trovadores Rui Gomes de Briteiros, Pero Martins, João Soares Coelho, Vasco Gil, Gonçalo Eanes do Vinhal e Rui Pais de Ribela é o primeiro cujas composições se dedicam às, ou, pelo menos incluem, ordens militares. Pode-se agrupá-los num primeiro momento de confluência, datado da década de '40 do século XIII.

²⁹ Cf. Helen NICHOLSON – *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights...*, p. 10-12.

³⁰ A este respeito, veja-se Luís KRUS – “Crónica” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 173-175.

³¹ José MATTOSO – *Ricos-Homens...*, pp. 142-145.

³² Cf. Armando de Sousa PEREIRA – “Cristãos e Muçulmanos no Ocidente Peninsular Medieval. As Representações de um Confronto” in *Revista do Centro de História da Cultura*, n.º 7, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1993, pp. 89-112; idem - *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (sécs. XI-XIII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.

visibilidade das milícias religiosas nos textos de carácter cronístico até meados do século XIII esteve sobretudo associada a agentes culturais vindos de além-Pirenéus ou saídos do meio eclesiástico, mais atentos por questões ideológicas à elaboração das memórias da *reconquista* cristã e à participação nela destes novos agentes de natureza religiosa.

O reconhecimento da presença das ordens militares na cultura nobiliárquica só se manifestará em meados do século XIII, depois de ultrapassada a *primeira geração* de trovadores, que estivera activa desde finais do século XII numa zona de contactos entre o nordeste peninsular e a Provença, protagonizada numa primeira fase pela Corte dos Cameros³³. Este hiato carece de explicação, suscitando a questão do porquê de cerca de cinco décadas de produção trovadoresca que não acusam, nas composições sobreviventes, uma referência a estes institutos religiosos.

Em primeiro lugar, haverá que ter em conta as lacunas nos manuscritos sobreviventes, visto assumir-se – tanto quanto o estado da questão o permite – que o universo total das composições trovadorescas nos é desconhecido, quer na totalidade do fenómeno³⁴, quer no que toca apenas à *primeira geração*³⁵, conforme a análise da *Tavola Colocciana* nos demonstra³⁶. A descoberta de alguma composição ainda desconhecida poderia demonstrar que o hiato acima denunciado não é senão uma distorção provocada pela tradição manuscrita, necessariamente lacunar devido ao carácter selectivo das iniciativas dos compiladores³⁷.

³³ Cf. José Carlos MIRANDA – “A Dimensão Literária da Cultura da nobreza em Portugal no século XIII”..., p. 1556; idem – *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a primeira geração de trovadores galego-portugueses*, Porto, Guarecer, 2004, pp. 37-55. Para além deste texto, na sua íntegra, consultem-se também as páginas dedicadas à origem e difusão do cantar trovadoresco em galego-português em António Resende de OLIVEIRA – *O Trovador galego-português e o seu mundo*, Lisboa, Notícias, 2001, pp. 65-95.

³⁴ Acerca da representatividade dos testemunhos trovadorescos existentes face ao número potencial de composições que teriam existido e circulado veja-se António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo trovadoresco: a estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri, 1994, pp. 15-26.

³⁵ Graça Videira Lopes, na sua edição global da sátira trovadoresca elenca na primeira geração apenas 19 cantares satíricos: Cf. *CEMDb*, pp. 21-43; veja-se uma boa discussão dos limites das primeiras composições em galego-português em António Resende de OLIVEIRA – *Trovadores e Xogrades. Contexto histórico*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1995, pp. 64-68; José Carlos Miranda ilustra o carácter lacunar do conhecimento que possuímos acerca desta geração, ao elencar os compositores do núcleo Paiva-Cameros e fazendo a demonstração do número potencial de composições deste núcleo face às sobreviventes: Cf. José Carlos MIRANDA - *Aurs Mesclatz ab Argen...*, pp. 50-51.

³⁶ Cf. Elsa GONÇALVES – “Tavola Colocciana” – in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 615-618; António Resende de OLIVEIRA – *O Trovador galego-português...*, pp. 66-67.

³⁷ «Verificamos apenas a nossa dependência em relação aos compiladores, quer no que diz respeito ao número de autores e composições recolhidos, quer relativamente ao modo de organização dos cancioneiros. Reflectirão eles, com fidelidade, a amplitude desta manifestação cultural no ocidente peninsular, isto é, tiveram os compiladores acesso a toda ou, pelo menos, a parte significativa da produção poética em galego-português?»: António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, p. 14.

Sobretudo, considerando-se que um dos homens que surge enquanto elemento de relação entre o primitivo núcleo dos Cameros e o universo do canto provençal, nomeadamente o desenvolvido no âmbito da Quarta Cruzada, é precisamente Fernando Afonso, filho bastardo de D. Afonso Henriques e grão-mestre dos hospitalários. O facto tem sido sublinhado por José Carlos Miranda e por António Resende de Oliveira³⁸ e é sugestivo no âmbito do contributo cultural das milícias religiosas no espaço mediterrânico, uma vez que tece um elo de ligação entre elas, alguns trovadores, e círculos cortesãos cuja importância do mecenato foi fulcral para o fenómeno trovadoresco. Sem querer cair na especulação, não me parece descabido assumir que há uma pequena hipótese de se ter registado uma ou outra composição cujo conteúdo poderia contemplar alguma milícia religiosa no seio das composições deste núcleo primitivo e que hoje se desconhece na totalidade. Perante estas evidências, seria imprudente assumir em absoluto que as composições trovadorescas anteriores a 1240 não contemplaram as ordens militares. É, no entanto, o retrato que existe de momento, e é ele que suscita algumas considerações.

Desde logo, é necessário recordar que o fenómeno trovadoresco em língua galego-portuguesa tem a sua génese nas regiões setentrionais da Hispânia, no período em que se assiste aos recuos cristãos face às ofensivas Almóadas desencadeadas na última década do século XII. Se as suspeitas da datação de «*Ora faz ost' o senhor de Navarra*» (cerca de 1196) estiverem correctas, é no auge do sucesso militar muçulmano – após a batalha de Alarcos – que se está a iniciar o percurso do cantar trovadoresco em galego-português na região castelhano-aragonesa³⁹. Sendo assim a génese da cultura trovadoresca do ocidente peninsular dá-se no preciso momento em que a fragilidade dos sistemas de defesa e de consolidação territorial das milícias é posta a nu perante as campanhas muçulmanas. De facto, no final do século XII a eficácia militar das milícias religiosas presentes na Península ibérica não era ainda aquela que as tornará célebres durante os avanços cristãos do segundo quartel do século XIII⁴⁰.

Esta questão relaciona-se com os processos de recepção da vida religioso-militar na Hispânia, uma vez que estes não são, de todo, lineares e estáveis. Por outras palavras: a

³⁸ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *O Trovador galego-português...*, p. 77; José Carlos MIRANDA – *Aurs Mesclatz ab Argen...*, pp. 53-54.

³⁹ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Trovadores e Xogrades...*, p. 64; José Carlos MIRANDA – “João Soares de Paiva e o Rei de Navarra. Para a leitura do cantar “*Ora faz ost' o senhor de Navarra*” in *Sentido que a vida faz. Estudos para Oscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, 1997, pp. 321-329; António Resende de OLIVEIRA – “História de uma desposseção. A nobreza e os primeiros textos em galego-português” in *Revista de História das Ideias. A cultura da nobreza*, vol. 19, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras, 1998, pp. 114-117; idem – *O Trovador galego-português...*, p. 65; José Carlos MIRANDA – *Aurs Mesclatz ab Argen...*, p. 42.

⁴⁰ Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*, Madrid, Marcial Pons/La Torre Literaria, 2007, pp. 414-417.

história desta forma de vida religiosa na Península Ibérica, nomeadamente no Ocidente da mesma, embora precoce, é pautada por um período de uma certa *timidez* inicial, apenas ultrapassado pela acção dos templários no reino português a partir da década de '40 do século XII, embora estes surjam isolados, em termos de actividade militar, neste período. A actividade bélica de outras milícias apenas se começará a desenvolver a partir dos anos '70 do mesmo século, mas, em virtude dos avanços e recuos do último quartel de Undecentos e do primeiro de Duzentos, só a partir dos inícios do século XIII poderemos assistir à assunção de um importante papel na defesa dos reinos cristãos e na prossecussão da sua expansão por parte das milícias⁴¹.

Este processo de envolvimento progressivo nos combates contra o Islão é, por outro lado, acompanhado pelo desenvolvimento de outra realidade na península: a do amadurecimento da rede comendatária. De acordo com Carlos de Ayala Martínez, durante o período que decorre entre a implantação e fundação das primeiras experiências de religiosidade militar e o final do primeiro quartel do século XIII, as soluções de implantação territorial e administração dos bens das milícias traduzem-se ainda em realidades bastante fluídas e indefinidas do ponto de vista institucional, não se podendo afirmar a existência de uma rede de comendas⁴². Os indícios da estruturação e implantação desta, dotada de uma orgânica capaz de garantir aos seus comendadores importância e projecção institucional, só se começam a detectar, coincidentemente, a partir do segundo quartel do século XIII, precisamente no mesmo período em que a actividade militar das milícias religiosas se intensifica através da participação da grande expansão para Sul que os poderes cristãos promovem no mesmo período⁴³.

Ora, no meu entender, é esta realidade, a de uma intensificação da actividade militar interdependente do amadurecimento da implantação territorial e fortalecimento dos perfis institucionais dos comendadores, que concorrem para o crescimento da visibilidade das milícias religiosas no decorrer do segundo quartel do século XIII. Penso que não seja uma

⁴¹ Para uma visão de conjunto sobre o percurso inicial destas milícias no território português, veja-se Isabel Cristina Ferreira FERNANDES; Luís Filipe OLIVEIRA – “As Ordens Militares no reino de Portugal” in Feliciano NOVOA PORTELA; Carlos de AYALA MARTÍNEZ (coords.) – *As Ordens Militares na Europa Medieval*, Lisboa, Chaves Ferreira, 2005, pp. 136-165. Sobre a participação das milícias nas conquistas do século XIII, veja-se Carlos de AYALA Martínez – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 417-441.

⁴² Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Comendadores y encomiendas. Orígenes y evolución en las órdenes militares castellano-leonesas de la Edad Media” in Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III encontro sobre Ordens Militares*, vol. 1, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal, 1999, pp. 101-117; idem – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 328-332.

⁴³ Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Comendadores y encomiendas. Orígenes y evolución en las órdenes militares castellano-leonesas de la Edad Media”..., pp. 117- 142; idem – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 332-347.

coincidência fortuita o facto das cantigas associadas às ordens militares surgirem associadas a trovadores como Rui Gomes de Briteiros, João Soares Coelho ou Vasco Gil de Soverosa, todos eles relacionados com as deslocações da nobreza do Noroeste peninsular rumo à Corte castelhana, que se tornava, a partir da década de '40 do século XIII num pólo trovadoresco particularmente fértil⁴⁴. A visibilidade dos freires deverá estar associada à deslocação de mesnadas de natureza aristocrática rumo ao Sul, atraídas pelas oportunidades que o retomar dos combates contra o muçulmano prometia⁴⁵.

O fenómeno de migração aristocrática rumo ao Sul permite compreender o crescimento do convívio dos trovadores com os freires, num momento em que as milícias ocupavam já um lugar importante no seio dos contingentes cristãos que conquistaram o al-Andalus. Se, anteriormente, a nobreza se vira acantonada a Norte, tendo as suas mesnadas perdido alguma da sua importância no processo de conquista de territórios aos muçulmanos⁴⁶, o reacender dos combates a sul do Tejo a partir de 1224, com o desencadear das campanhas militares de Fernando III, relançaram o papel desempenhado pelas mesnadas aristocráticas nas hostes régias, facto que se reflecte nos nomes presentes nos diversos «repartimientos» de territórios do Sul neste período.

Assim se compreende que as primeiras sátiras dirigidas às milícias se encontrem em trovadores de segunda geração, que estão presentes na Corte castelhana durante a década de '40 do século XIII. Associados aos movimentos conquistadores de Fernando III e do futuro Afonso X, bem como às turbulências que ocorrem no reino português devido à deposição de D. Sancho II, na sua actividade poética vamos encontrar algumas farpas que colocam em cena as milícias religiosas. Passe-se, agora, à sua análise.

⁴⁴ «As cantigas de escárnio revelam-nos que, a partir da década de quarenta do séc. XIII, a corte castelhana se transformava num foco particularmente produtivo. Talvez não tanto, pelo menos inicialmente, pela atenção dada pelo rei ou pelos infantes a esta manifestação cultural, mas mais porque a guerra fronteiriça a transformava no principal centro de convergência da nobreza peninsular. Com os seus senhores chegavam trovadores e jograis, e destes contactos saíram os principais temas que encontraram eco neste meio heterogéneo.»: António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, p. 173.

⁴⁵ Sobre este assunto, veja-se Henrique DAVID – “Os portugueses nos livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII) in *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.ª série, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras, 1986, pp. 51-75; Henrique DAVID – “Os portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do século XIII” in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III, Porto, INIC, 1988, pp. 1029-1041; Henrique DAVID; José Augusto PIZARRO – “Nobres portugueses em Leão e Castela (Século XIII)” in *Revista de História*, vol. 7, Porto, 1987, pp. 135-150.

⁴⁶ Cf. José MATTOSO - *Ricos-Homens...*, pp. 64-65.

II – Os testemunhos do século XIII

*«Pero Martiins, ora por caridade,
vós, que vos teedes por sabedor,
dizede-mi quem é comendador
en’o Espital, ora da escassidade,
ora da fraqueza, ou quem no forniz
ou quem em quanto mal se faz e diz.
Se o sabedes, dizede verdade.»⁴⁷*

De forma mordaz, Vasco Gil de Soverosa interpelava Pero Martins nesta cantiga. A crueza da linguagem e as acusações tecidas (ganância, cobardia e luxúria) não surpreendem os leitores habituados ao *corpus* satírico trovadoresco. Já o facto de as invectivas serem dirigidas à Ordem do Hospital fornece-lhe alguma peculiaridade, uma vez que torna esta composição parte integrante do primeiro núcleo de cantigas de escárnio e de maldizer que refere as ordens militares, interrompendo o silêncio dos trovadores acerca dos freires e dando início ao percurso textual que nos dá a conhecer a visão da nobreza do ocidente peninsular acerca da cavalaria religiosa.

Da segunda geração de trovadores, datada a partir de cerca de 1220-1240⁴⁸, cuja influência irá reverberar até quase ao fim do século, recebemos onze sátiras que se dirigem às ordens militares ou que, pelo menos, as referem. De entre os textos desta fase⁴⁹, três são da

⁴⁷ V 1020; CEMDa 423; CEMDb 396; LPGP, vol. II pp. 957-958;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1444&pv=sim> .

⁴⁸ Neste aspecto, segui não só a ordenação de Graça Videira Lopes na sua edição do *corpus* satírico trovadoresco, como também, para a adopção de balizas cronológicas operativas relativas às três gerações de trovadores, a periodização de António Resende de Oliveira: Cf. CEMDb; António Resende de OLIVEIRA – *O trovador galego-português...*, pp. 97 e ss., pp. 157-162.

⁴⁹ Elencando, por composição e autor:

«Joham fernándiz, aqui é chegado» [B 1544; CEMDa 409; CEMDb 378; LPGP, vol. II pp. 903; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1577&pv=sim>] de Rui Gomes de Briteiros;

«Dom Vuiturom, o que vos a vós deu» [V 1023; CEMDa 237; CEMDb 201; LPGP, vol. I, pp. 531-532; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1447&pv=sim>] de João Soares Coelho;

«- Rei D. Afonso, se Deus vos pardom,» [B 1512; CEMDa 422; CEMDb 395; LPGP, vol. II, pp. 960; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1545&pv=sim>] de Vasco Gil com Afonso X;

«- Pero Martiins, ora por caridade,» [V 1020; CEMDa 423; CEMDb 396; LPGP, vol. II pp. 957-958; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1444&pv=sim>] de Vasco Gil com Pero Martins;

«Ūa dona foi de pram» [V 1003; CEMDa 171; CEMDb 131; LPGP, vol. I, pp. 369; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1426&pv=sim>] e

«Abadessa, Nostro Senhor» [V 1005; CEMDa 173; CEMDb 133; LPGP, vol. I pp. 360-361; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1428&pv=sim>] de Gonçalo Anes do Vinhal;

«Comendador u m’eu quitei» [B 1438; V 1048; CEMDa 415; CEMDb 384; LPGP, vol. II, pp. 911; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1471&pv=sim>] e

«Meu senhor, se vos aprouguer» [B 1440; V 1050; CEMDa 417; CEMDb 385; LPGP, vol. II, pp. 912; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1473&pv=sim>] de Rui Pais de Ribela;

autoria, ou co-autoria, de indivíduos documentados já na década de '20 do século XIII. Entre eles figura Afonso X de Castela⁵⁰, nascido em 1221, co-autor de uma tenção com Vasco Gil, na qual ambos discutem uma questão relacionada com um manto⁵¹. Na última estrofe, Afonso X aproveita o mote da cantiga para denunciar a forma caprichosa como um rei português teria tornado um indivíduo anónimo num cavaleiro hospitalário. Não é aqui o lugar para se tecerem considerações acerca da globalidade da obra de Afonso X enquanto mecenas e trovador, nem tão pouco discorrer acerca do seu percurso biográfico. Ainda assim, não poderia deixar de referir a importância da Corte deste homem, enquanto infante e, depois, como rei, para a segunda geração de trovadores e, para o que interessa a este estudo, para o núcleo de trovadores que integrou as ordens militares no seu universo textual. Foi, de facto, o acolhimento do círculo afonsino⁵² que dinamizou a obra de uma série de compositores presentes na Corte do *Sábio* desde meados do século XIII até à morte do monarca, entre eles uma parte significativa dos compositores que constituem o núcleo sobre ordens militares, conforme se verificará adiante.

a) Rui Gomes de Briteiros e o mouro fugido

O trovador deste elenco do qual possuímos referências mais antigas é Rui Gomes de Briteiros, documentado entre cerca de 1220 e 1250⁵³. O seu percurso nas décadas de '20 e '30

«*Nom é amor em cas d'el Rei*» [B 1525; CEMDa 161; CEMDb 121; LPGP, vol. I, pp. 350; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1558&pv=sim>] de Gil Peres Conde;

«*Chegou Paio de más artes*» [B 1600; V 1132; CEMDa 402; CEMDb 370; LPGP, vol. II pp. 868-869; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1624&pv=sim>] de Pero Mendes da Fonseca;

«*Os d'Aragom, que soem donear,*» [B 1623; V 1157; CEMDa 431; CEMDb 414; LPGP, vol. I, p. 174; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1649&pv=sim>] de Caldeirrom.

⁵⁰ Para a reconstituição do seu percurso biográfico e do seu reinado, veja-se Joseph O'CALLAGHAN – *El Rey Sabio. El reinado de Alfonso X de Castilla*, Sevilha, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1999; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio*, Barcelona, Ariel, 2004; Salvador de MOXÓ – “Época de Alfonso X” in Juan TORRES FONTES; Julio GONZÁLEZ GONZÁLEZ; Salvador de MOXÓ; María Paz ALONSO ROMERO – *La Expansión Peninsular y Mediterránea (c. 1212 - c. 1350)* [vol. I, *La corona de Castilla*], *Historia de España Menéndez Pidal*, dir. José María Jover Zamora, t. XIII, Madrid, Espasa Calpe, 1990, pp. 89-206; António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 312-314; idem – *Trovadores e xogares...*, pp. 110-111.

⁵¹ Veja-se, adiante, II: d).

⁵² A respeito do círculo trovadoresco de Afonso X, veja-se António Resende de OLIVEIRA – *O trovador galego-português...*, pp. 113-122; idem – “Na casa de Afonso X. O rei, a corte, os trovadores” in *Revista de História das Ideias. Ibéria*, vol. 31, Coimbra Instituto de História e Teoria das Ideias, 2010, pp. 53-76;

⁵³ Para os seus dados prosopográficos, cf. Leontina VENTURA – *A nobreza de Corte de Afonso III*, diss. Doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. II, Coimbra, texto policopiado, 1992, pp. 619-622; Ettore FINAZZI-AGRÒ – “Roi Gomez de Briteiros” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 583-584; António Resende de

desenvolve-se entre o reino português e o leonês, encontrando-se na Corte de Afonso IX em 1226, integrando os vassallos do infante Pedro Sanches⁵⁴. A presença de Rui Gomes em Leão foi revestida da maior importância, uma vez que desempenhou o mordomado de Afonso IX em substituição do seu senhor. Apesar de haver evidências documentais que podem apontar para a sua presença em Portugal em 1230 – ano em que um Rodrigo Gomes surge enquanto testemunha de uma doação da rainha D. Mafalda à Ordem do Templo –, o rapto de Elvira Anes da Maia, sua mulher, por volta de 1227 poderá ter significado um regresso do trovador à companhia de Pedro Sanches, acompanhando o infante no seu percurso aragonês. Mais tarde, após uma breve passagem por Portugal em 1245, Rui Gomes será uma das personagens que assistem ao juramento de Paris⁵⁵; no mesmo ano estará presente no concílio de Lyon, que depôs definitivamente D. Sancho II. Homem de confiança de D. Afonso III, será o apoio da causa do conde de Bolonha que o guindará, em 1248, ao cargo de mordomo régio, situação que manteve por pouco tempo, já que tudo indica que terá falecido pouco depois.

Do seu repertório de composições trovadorescas subsistem duas cantigas de mal dizer que satirizam um João Fernandes, uma delas envolvendo um freire⁵⁶. Note-se que este João Fernandes provocou um pequeno ciclo de sátiras em sua *honra*, para o qual contribuíram também João Soares Coelho⁵⁷, Martim Soares⁵⁸ e Afonso Eanes do Cotom⁵⁹. A leitura do

OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 431-432; idem – *Trovadores e xogares...*, p. 178; José Augusto PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, pp. 160-161; relativamente à actividade trovadoresca dos Briteiros, consulte-se Leontina VENTURA; António Resende de OLIVEIRA – “Os Briteiros (séculos XII-XIV). 4. Produção trovadoresca” in Luís Adão da FONSECA; Luís Carlos AMARAL; Maria Fernanda Ferreira SANTOS (coords.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, vol. II, Porto, Civilização, 2003, pp. 763-777.

⁵⁴ Sobre Pedro Sanches, veja-se Leontina VENTURA – *A nobreza de Corte de Afonso III...*, vol. II, pp. 563-564; José MATTOSO – *A nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 263.

⁵⁵ A 6 de Setembro de 1245, Afonso, conde de Bolonha, encontrava-se em Paris com o arcebispo de Braga e outros enviados portugueses, prestando o juramento de reestabelecer a ordem e a justiça no reino português, selando o compromisso de substituir o seu irmão, D. Sancho II, no governo do reino português. Sobre este assunto, veja-se José MATTOSO – “Dois séculos de vicissitudes políticas” in *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, coord. José Mattoso, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 130-131; Leontina VENTURA – “A Crise de Meados do Século XIII” in *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996, pp. 116-117.

⁵⁶ B 1544; CEMDa 409; CEMDb 378; LPGP, vol. II pp. 903;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1577&pv=sim>.

⁵⁷ V 1012, 1013; CEMDa 229, 230; CEMDb 192, 193; LPGP, vol. I, pp. 536-537;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1435&pv=sim>;

<http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1436&pv=sim>.

⁵⁸ B 1367, 1370; V 975, 978; CEMDa 297, 300; CEMDb 260, 263; LPGP, vol. II, pp. 645-646;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1398&pv=sim>;

<http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1401&pv=sim>.

conjunto de cantigas dirigidas a este indivíduo tece-nos um quadro jocoso acerca de um sujeito feio, covarde e com o hábito de acolher mouros fugidos. O ciclo ter-se-á desenvolvido na Corte castelhana, conforme os dados biográficos dos quatro trovadores intervenientes parecem apontar⁶⁰. Assim, as duas composições de Rui Gomes de Briteiros sobre este personagem parecem ser a evidência – perante a falta de outros testemunhos documentais – de que Rui Gomes aí terá permanecido até 1245.

Das duas sátiras a João Fernandes, a que coloca em cena um freire utiliza o motivo de um mouro fugido, à semelhança da composição que Afonso Eanes do Cotom dirige à mesma personagem. Desta composição sobreviveu apenas uma estrofe, estando, portanto, incompleta – o que torna mais difícil a sua compreensão. Possui-se apenas a primeira estrofe, que nos dá o mote da cantiga: a aparição de um freire, que andaria no encalço de um mouro⁶¹, aparentemente refugiado junto de João Fernandes. De forma menos aparente, o trovador parece querer insinuar que este mouro é o próprio João Fernandes, já que a descrição que o freire dá do mouro perseguido é a mesma com que, tipicamente, os trovadores satirizam este indivíduo – a sua fealdade e disformidade⁶². No final da estrofe, o trovador procura alertar o satirizado, já que o mouro que o freire perseguia seria um falso converso ao cristianismo. João Fernandes teria de se precaver, uma vez que a dita conversão seria uma fraude e o referido mouro não seria baptizado⁶³.

No que toca ao freire nada mais é dito. Mas esta representação de um freire perseguindo um muçulmano pode ser interpretada como uma pequena impressão do papel que as milícias religiosas desempenharam ao integrar os territórios do al-Andalus nos domínios da cristandade⁶⁴. A sua missão não se cumpria apenas no momento dos feitos bélicos. Ela estendia-se às tarefas de ocupação, povoamento e sacralização do território. Cabia às ordens, nos espaços anexados, a integração das populações muçulmanas que lhes ficavam sujeitas.

⁵⁹ B 1616; V 1149; CEMDa 51; CEMDb 71; LPGP, vol. I, p. 75;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1641&pv=sim>.

⁶⁰ Vejam-se as fichas prosopográficas de Martim Soares e de Afonso Eanes do Cotom em António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 305-306 [Afonso Eanes do Cotom]; 386-388 [Martim Soares].

⁶¹ «Joam Fernándiz, aqui é chegado / um freir'e anda um mouro buscando»,.

⁶² «(...) anda dele os sinaes dando: / e diz que é cresp[o] e mal talhado;». Compare-se com as palavras de Afonso Eanes do Cotom na cantiga já citada: «Joam Fernandes, o mour'outrossi, / nos maltalhados o vejo contado;».

⁶³ «e ide-vos deste preito [guardando]: / ca atal era o voss'anaçado / que vos achei [sem ser] bautizado.».

⁶⁴ A este respeito, para o Sul de Portugal, veja-se Maria Filomena Lopes BARROS – “A Ordem de Avis e a minoria muçulmana” in Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura*, vol. 2, Palmela, Câmara Municipal/Colibri, 1999, pp. 167-173; da mesma autora veja-se, acerca da presença muçulmana no reino português idem – *Tempos e Espaços de Mouros. A minoria muçulmana no reino português: séculos XII a XV*, Lisboa, Gubenkian/FCT, 2007.

Ora, a fixação destas populações era de suma importância para o povoamento e aproveitamento dos territórios recentemente anexados. O motivo da fuga deste mouro poderá ter sido aproveitado para o núcleo de sátiras dirigido a João Fernandes a partir das transferências de muçulmanos entre territórios de diferentes jurisdições. De facto, conhece-se um diploma de 1272, firmado entre D. Afonso III e o mestre de Santiago Paio Peres Correia, no qual se denuncia a situação de permeabilidades populacionais entre os domínios da ordem e do monarca⁶⁵. Embora mais tardio relativamente à cronologia deste fragmento de composição, o documento ilustra bem a tentativa de fixação das populações submetidas nos territórios do Sul. Para suscitar semelhante acordo entre o monarca e o mestre, a permeabilidade de muçulmanos entre territórios deveria ser uma realidade quotidiana bastante presente, provocando danos às partes interessadas na rentabilização e administração dos territórios recém-adquiridos.

b) Pero Martins

Ainda na década de '20, temos Pero Martins, o co-autor de *«Pero Martiins, ora por caridade,»*, onde é interlocutor de Vasco Gil. O violento ataque à ordem em tom dialogado feito pelos dois trovadores revela-nos a familiaridade de Pero Martins com a Ordem do Hospital, havendo a hipótese de este mesmo ser freire hospitalário. Se assim for, poderá ser Pero Martins, o Freire, vendedor de uma herdade em 1228⁶⁶. Refiro-o já por dele haver uma referência pelos anos vinte que convém assinalar, mas ocupar-me-ei da tenção em que participa mais abaixo, por nela ser par de Vasco Gil de Soverosa.

c) João Soares Coelho e as comendas usurpadas

Documentados a partir da década de '30, temos dois trovadores pertencentes ao conjunto. O primeiro é João Soares Coelho, cuja célebre composição *«Dom Vuiturom, o que*

⁶⁵ *LivCopus*, pp. 329-330 [doc. 186].

⁶⁶ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, p. 421; idem – *Trovadores e xograres...*, p. 172.

vos a vós deu»⁶⁷ refere um caso de usurpação de comendas. O percurso de João Soares data-se entre 1235 e 1279, quando deixa de testemunhar na documentação em Portugal⁶⁸.

Nascido provavelmente já na segunda década do século XIII, testemunha um documento do infante Fernando de Serpa em 1235⁶⁹. Acompanhava-o à altura, provavelmente na qualidade de seu cavaleiro e vassalo, havendo a hipótese de ter participado ao lado do infante nas conquistas de Beja, Aljustrel e Alvito, que a Ordem de Santiago promovia então, pelos inícios da década de '30. Esteve envolvido nos acontecimentos atribulados que antecedem a viagem do infante a Roma. É um dos homens que actuam de forma violenta na Beira, surgindo citado na bula *Lacrimabilem Siquidem Venerabilis Fratris* de 29 de Abril de 1237 como um dos membros do bando de D. Fernando. Esta bula, motivada pelos abusos e violências cometidos contra a Igreja, valia a excomunhão ao infante. Se Fernando não considerara já a deslocação a Roma, em virtude de uma tentativa papal de encontrar um substituto mais capaz de D. Sancho II⁷⁰, a excomunhão terá fornecido o incentivo para a viagem. No final do ano de 1239, D. Fernando encontra-se já em Roma. Procura o arrependimento e toma a cruz como parte da penitência, votando-se à guerra contra o infiel.

A partir daí, D. Fernando dirige-se a Castela, tornando-se vassalo de Fernando III. Aqui, poderá ter estado na conquista de Múrcia, embora a documentação existente não o comprove. Esta deslocação de D. Fernando a Castela significou o progressivo distanciamento entre ele e João Soares Coelho. O trovador terá sido bem recebido no círculo trovadoresco do infante D. Afonso de Castela, acompanhando-o nas campanhas que o infante conduziu, primeiro na anexação do reino de Múrcia e depois na intervenção na guerra civil portuguesa de 1245-48⁷¹. É provavelmente neste momento da sua vida que começam a florescer os seus

⁶⁷ V 1023; CEMDa 237; CEMDb 201; LPGP, vol. I, pp. 531-532;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1447&pv=sim>.

⁶⁸ Sucessivos estudos esclareceram o seu percurso biográfico: Cf. José MATTOSO – *Portugal medieval. Novas interpretações*, Lousã, INCM, 1985, pp. 420-428; Leontina VENTURA – *A nobreza de Corte de Afonso III...*, vol. II, pp. 630-632; Francisco FERNÁNDEZ CAMPO – “Johan Soares Coelho” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 359-361; António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 370-371; – *Trobadores e xograres...*, p. 147; José Augusto PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas...*, vol. 1, pp. 481-482.

⁶⁹ Sobre Fernando Sanches, veja-se Armando de Sousa PEREIRA – “O infante D. Fernando de Serpa (1218-1246): história da vida e da morte de um cavaleiro andante” in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, t. X, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 1998, pp. 95-121.

⁷⁰ Hipótese colocada por José Mattoso já em 1983 e admitida por Hermenegildo Fernandes na biografia de D. Sancho II. Cf. José MATTOSO – “D. Sancho II, o Capelo” in *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, Estella, Alfa, 1983, p. 152; Hermenegildo FERNANDES – *D. Sancho II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 252-253.

⁷¹ Este período da vida de Afonso X pode ser acompanhado em Manuel GONZÁLEZ JÍMENEZ – *Alfonso X...*, pp. 23-41. Sobre as campanhas deste conflito, veja-se Miguel Gomes MARTINS – *De Ourique a Aljubarrota. A guerra na Idade Média*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011, pp. 147-167.

dotes trovadorescos, que continuará a cultivar depois da passagem à Corte de D. Afonso III, onde virá a adquirir uma posição confortável, por influência de João Peres de Aboim, seu primo direito.

A composição que refere um caso relacionado com umas comendas terá sido elaborada durante a sua estadia no círculo de Afonso de Castela, já que é uma cantiga na qual João Soares responde a Airas Peres Vuiturom, trovador que terá abandonado Portugal na sequência da deposição de D. Sancho II, permanecendo depois na Corte do *Sábio*⁷². As duas primeiras estrofes são a reacção a um jogo de Corte, no qual Vuiturom ter-se-ia convertido em juiz de trovadores⁷³. Perante a assunção deste estatuto por Airas Peres, João Soares responde-lhe, *concedendo-lhe* o direito a julgar os seus cantares, já que, como afirma, neles o terá satirizado. O jogo irónico de João Soares consiste em afirmar que Airas Peres ajuizará estas composições de forma correcta, uma vez que estas lhe teriam sido dirigidas⁷⁴ – o que quererá dizer certamente o contrário, ou seja, João Soares Coelho serve-se desta disputa para sublinhar a falta de isenção do juízo trovadoresco de Vuiturom.

É este jogo entre os dois trovadores que confere uma moldura à última estrofe da composição, na qual João Soares Coelho, após concluir a questão do julgamento trovadoresco, muda de rumo, pedindo para que Vuiturom convoque um comendador à presença de ambos. Este teria sido feito comendador por intervenção régia, à custas de umas comendas pertencentes a João Soares⁷⁵, que conclui a cantiga declarando que o novo rei – por oposição ao que lhe tinha usurpado as comendas –, se ocupa o poder de forma legítima, emendará o sucedido, em virtude de ser seu o poder de anular tal usurpação⁷⁶.

A compreensão desta estrofe está, em primeiro lugar, relacionada com estas comendas. Desconhece-se, de facto, se João Soares alguma vez terá sido comendador ou membro de alguma ordem militar ao longo do seu percurso de vida, informação que seria bastante útil para a resolução deste problema. Em virtude disto, o máximo que posso assumir perante o texto, tomando o seu sentido literal, será que, provavelmente, o caso se desenvolve

⁷² Cf. a ficha de Airas Peres Vuiturom em António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 319-321.

⁷³ «Dom Vuiturom, o que vos a vós deu / sobre los trobadores a julgar, / ou nom sabia que x'era trobar / ou sabia como vos trobei eu, / que trobei duas vezes mui bem; / e se vos el fez juiz por en, / de vós julgardes outorgo-vo-l'eu.».

⁷⁴ «E se vos el por esto fez juiz, / Dom Vuiturom, deve-de-l'a seer, / ca vos soub'eu dous cantares fazer, / sem outros seis ou sete que vos fiz, / per que devedes julgar com razom; / [e por en vos digo Dom Vuiturom], / julgad'os cantares que vos eu fiz!».

⁷⁵ «E pois julgardes como vos trobei, / e ar chamad'o comendador i / que fezerom comendador sem mi / de mias comendas, per força de rei;».

⁷⁶ «e o que ora nas alças está, / se o en dereit'hei, entregar-mi-as-á, / ca todas estas som forças de rei.».

em torno de algum apanágio ligado a João Soares, que terá sido utilizado para dotar algum comendador à revelia do trovador – «*que fizeram comendador sem mi*». Não são dadas informações acerca da ordem militar envolvida nesta usurpação. Assinale-se, de passagem, que a ordem mais próxima do percurso de vida de João Soares é, provavelmente, a do Hospital, se considerarmos que é esta que acaba por beneficiar do senhorio de Serpa à morte de Fernando Sanches e, por outro lado, se considerarmos as boas relações de D. João de Portel, primo direito do trovador e homem da privança de D. Afonso III, com a Ordem do Hospital e, a título mais pessoal, com Afonso Peres Farinha. Esta boa relação resultará em inúmeras doações, nomeadamente, a do mosteiro do Marmelar, onde João Peres de Aboim se fará sepultar com o hábito da Ordem de São João⁷⁷.

Quanto aos dois reis em questão – o que terá feito o comendador e o que agora estará *nas alças* –, foi sugerido, primeiro por Rodrigues Lapa, depois por Graça Videira Lopes, nas respectivas edições da cantiga, que os reis referidos seriam D. Sancho II e D. Afonso III, tornando assim esta composição numa das que dão conta dos acontecimentos em torno da deposição do *Capelo*. Se esta leitura colhe o consenso geral, já a hipótese levantada por Rodrigues Lapa de o comendador ser o próprio Vuiturom⁷⁸ me parece pouco provável, uma vez que o autor a sustenta apoiando-se na ideia de João Soares Coelho ter sofrido a usurpação a favor de Vuiturom, devido a ter-se aliado ao partido do Conde de Bolonha. Se a cantiga, conforme aponte, foi escrita durante a permanência de João Soares Coelho no círculo trovadoresco de Afonso X, faz pouco sentido que esta movimentação de bens se tenha dado em função de uma mudança de campo, já que o trovador permanecia ainda no círculo cortesão de Afonso de Castela, cujo apoio à causa de D. Sancho II é conhecido.

Sendo assim, o comendador deverá ser um terceiro elemento e esta questão sobre as comendas de João Soares poderia estar, hipoteticamente, relacionada com as cantigas que o trovador encomendava à apreciação de Vuiturom⁷⁹ e que não se conhecem, infelizmente. Sem mais informações, torna-se difícil não cair em suposições sem fundamento. Com alguma segurança, a cantiga parece remeter para uma situação irregular de usurpação de alguns bens

⁷⁷ A este propósito veja-se o *LivBJPortel*, pp. XXII-XXIII, LII-LIII, LVII-LIX; Paula Pinto Costa assinala também esta relação num artigo que procura equacionar as relações entre a aristocracia e a Ordem do Hospital: Paula Pinto COSTA – “A nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica” in Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 619-620.

⁷⁸ Leitura de Rodrigues Lapa na edição da cantiga: *CEMDa* 237.

⁷⁹ Hipoteticamente, o verso em que João Soares diz «*e ar chamad’o comendador i,*» poderá significar que este comendador seria um homem do círculo de sociabilidades de Airas Peres Vuiturom, talvez envolvido na picardia trovadoresca entre os dois trovadores. Assim se poderia explicar que João Soares o mandasse convocar.

de João Soares, utilizados, «*per força de rei*», para dotar uma comenda. O fim da cantiga evidencia já um apelo a D. Afonso III para corrigir o que teria sido anteriormente feito, e poderá apontar já para o sentido de oportunidade do trovador, que veria no novo monarca português uma possibilidade de serviço bem recompensado. Assim, a cantiga parece já sugerir os motivos de mudança de campo de João Soares Coelho e o seu regresso a Portugal, em 1249.

Resta ainda referir um dado importante relativo à representação que está aqui em causa no âmbito das ordens militares, que é a intervenção régia na constituição do património das mesmas. Não faltam exemplos de concertações com os monarcas e com privados, no sentido de reorganizar e regularizar as jurisdições e os territórios das milícias⁸⁰. Múltiplas são as permutas acordadas onde a documentação evidencia a pressão da política régia relativa ao controlo de territórios ou de direitos estratégicos. Os monarcas iam controlando a dispersão dos bens das milícias religiosas, utilizando a sua capacidade de intervir directamente ou influenciar a reorganização destes bens como política de construção territorial de poderes e de controlo das próprias ordens.

Não se sabe se alguns bens de João Soares Coelho terão sido apanhados na confusão gerada pela desagregação do poder de D. Sancho II, na qual as ordens militares tiveram uma intervenção decisiva⁸¹. Para lá de uma referência concreta a um episódio da vida de João Soares, a cantiga testemunha o crescimento da visibilidade das estruturas das milícias e do

⁸⁰ Recorde-se que, para os monarcas da Hispânia, as ordens militares, sobretudo as de matriz ibérica, foram parte da estratégia de delimitação e controlo de áreas de influência territorial e, para isto, os reis socorriam-se dos instrumentos jurídicos que iam otimizando no sentido do reforço do seu poder. Numa primeira instância, a doação de terras e de direitos de conquista, mas depois, com vista a reorganizar o território em dilatação, de compras, escambos e mesmo do exercício da influência régia nas relações entre as ordens e particulares, e, em última instância, de confiscações de bens. A disputa de influência territorial está patente nas acções de Afonso VIII de Castela, quando consegue a doação da fortaleza de Alcântara à milícia de Calatrava, conseguindo desse modo colocar sob a influência castelhana uma importante praça de fronteira leonesa: Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 87-88. Recorde-se também a mudança da sede dos cavaleiros de Évora em 1211, a partir da doação de Avis, que denota a interferência régia no equilíbrio das tensões entre poderes, ou que, melhor dito nas palavras de Hermenegildo Fernandes: «*não será apenas uma tentativa de contornar os efeitos nocivos da coabitação entre uma ordem militar e um poder episcopal, mas também uma forma (...) de articular um território até aí completamente vazio de funções centrais*»: Hermenegildo FERNANDES – *D. Sancho II...*, p. 138. Para a para a Ordem do Hospital, Paula Pinto Costa discute a importância dos escambos na constituição do património e jurisdições da ordem. Neste âmbito, atente-se às negociações entre Afonso X e os hospitalários durante a década de '70 do século XIII relativamente à posse dos castelos de Serpa, Moura e Mourão. É também desta época que se verifica um período de relações entre D. Afonso III e a ordem do Hospital marcado pelas sucessivas permutas, que verá continuidade no reinado dionisino: Cf. Paula Pinto COSTA – “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade”..., pp. 165-166, 187-190. Neste sentido pode também ser referida a acção de D. Afonso III que provocou o abandono de Cacela e de Tavira por parte dos Santiaguistas em 1272: Cf. Isabel Cristina Ferreira FERNANDES; Luís Filipe OLIVEIRA – “As Ordens Militares no reino de Portugal”..., p. 148.

⁸¹ Cf. Hermenegildo FERNANDES – *D. Sancho II...*, pp. 245-248.

papel dos comendadores, uma vez que se reporta à realidade da comenda enquanto conjunto de bens dotados de um administrador. É necessário recordar que tanto a vida de João Soares Coelho, como dos restantes trovadores activos durante as décadas de '40 e 50 de Duzentos, decorrem em pleno período de criação e amadurecimento das redes comendatárias que as milícias estabelecem de forma permanente como solução logística e administrativa. É precisamente entre cerca de 1225 e 1275, de acordo com o modelo de desenvolvimento traçado por Carlos de Ayala Martínez, que a comenda se torna uma realidade mais definida do ponto de vista da implantação territorial, tornando-se uma forma progressivamente mais eficaz de administração de bens e de coordenação das potencialidades materiais das milícias. Consequentemente, a partir deste momento a figura do comendador emerge enquanto cargo estável e dotado de uma dimensão territorial, assumindo progressivamente mais importância na orgânica das ordens militares⁸². Ora, ao referir-se a este comendador e a esta comenda, a composição de João Soares Coelho demonstra, de uma forma bastante clara, uma contaminação das realidades discursivas da aristocracia guerreira com o vocabulário próprio do universo dos freires. Este fenómeno sem dúvida que se prende com uma aproximação entre os freires e a nobreza nas atmosferas guerreiras e cortesãs encabeçadas pelos monarcas do segundo quartel do século XIII, as quais contribuem para o convívio dos *magnates* e *miles* com os freires, progressivamente atraídos pelo peso gravítico das cortes régias.

João Soares Coelho não representa mais que o modelo de muitos outros que, por este período, com mais ou menos sorte, trilhavam o caminho de uma pequena aristocracia, guerreira na sua origem, mas que se pautava sobretudo pela necessidade de encontrar lugares de serviço, pelas armas ou por quaisquer outros meios – tornando-se assim, homens muito versáteis e com percursos de vida bastante individualizados. Neste contexto, é provável que, na sua mundividência, as ordens militares constituíssem um elemento desestabilizador quando rivalizavam ou se interpunham, mesmo que incidentalmente, com os seus projectos pessoais. A dimensão das milícias e a capacidade de captar o favor régio suscitavam, ao fim e ao cabo, sentimentos ambíguos nesta geração de homens, já que podiam ser excelentes veículos de

⁸² «*Las encomiendas empiezan a tomar cuerpo como entidades territoriales en sí, pendientes de una cada vez más compleja gestión administrativa. No son, por otra parte, células más o menos aisladas, sino piezas de un amplia y coherente malla que exige para su normal funcionamiento elevadas cotas de centralización. Los comendadores se convierten en algo más que meros representantes funcionariales del maestro y su convento, son los administradores de unos bienes cuya rentabilidad deriva de una minuciosa, continuada y estable gestión personalizada y relativamente autónoma de su titular, titular que se halla, por otra parte, radicalmente mediatizado por las propias estructuras jerárquicas – feudales y centralizadas, al tiempo – de las distintas órdenes.*»: Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Comendadores y encomiendas. Orígenes y evolución en las órdenes militares castellano-leonesas de la Edad Media” ..., p. 103.

ascensão social e política, mas podiam também constituir obstáculos tremendos à ambição destes indivíduos.

d) Vasco Gil e os hospitalários

Da década de '30 chega-nos ainda a primeira referência ao já mencionado Vasco Gil de Soverosa. Co-autor de duas sátiras nas quais se destaca a Ordem do Hospital, está referenciado desde 1238⁸³. Membro da eminente família de Soverosa, era irmão de Martim Gil, o vencedor da célebre lide de Gaia, embate que deu início às hostilidades que culminariam com a coroação de D. Afonso III. O percurso de Vasco Gil é um dos itinerários paradigmáticos da nobreza nascida na primeira metade de Duzentos em Portugal. Afectado pelas tensões entre bandos nobiliárquicos e com a monarquia, viverá de forma próxima o processo de deposição de D. Sancho II, sendo aprisionado nos arredores de Leiria por volta de 1247, durante os confrontos que aí opuseram os bandos do *Capelo* e do *Bolonhês*. Libertado por D. Afonso III, cruzará a fronteira, passando a testemunhar os importantes avanços cristãos na Andaluzia. É um dos nomes que surgem entre os povoadores de Sevilha, no *Repartimiento*⁸⁴, tendo estado entre os conquistadores da cidade em 1248. Surge como trovador numa das cortes mais eloquentes da cristandade latina, ao lado do *Sábio* – com quem, como já se viu, compõe uma tenção –, beneficiando do elevado estatuto que ostentava. Desconhecendo-se a data da sua morte, pensa-se que terá regressado ao reino português por volta de 1258, vivendo afastado da Corte desde então.

A tenção que lhe concede o privilégio de trovar a par de Afonso X⁸⁵ desenvolve-se em torno de um problema jurídico: se alguém emprestar um manto a outrem e este o devolver

⁸³ Sobre Vasco Gil, veja-se António Resende de OLIVEIRA – “Vasco Gil” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 649-670; idem – *Depois do espectáculo...*, pp. 436-437; idem – *Trobadores e xograres...*, p. 182; José Augusto PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas...*, vol. 2, p. 213.

⁸⁴ Cf. Henrique DAVID – “Os portugueses nos livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII)” ..., pp. 51-75.

⁸⁵ B 1512; CEMDa 422; CEMDb 395; LPGA, vol. II, pp. 960;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1545&pv=sim>. Esta tenção foi alvo do estudo de Marco Piccat, no âmbito do cancionero de Vasco Gil: Marco PICCAT – *Il Canzonero di Don Vasco Gil*, Bari, Adriática, 1995, pp. 257-256. Nas suas *Glosas Marginais*, Carolina Michaëlis de Vasconcelos dedicou à mesma cantiga algumas páginas que constituem ainda a matriz primordial das tentativas de exegese da mesma. É neste texto que a autora procede à identificação de Vasco Gil como sendo o meio-irmão de Martim Gil de Soverosa. Quanto à interpretação do sentido da cantiga, Carolina Michaëlis atribuiu maior importância ao problema do *embelezamento do manto* e à menção ao *Livro de Leon*, procurando uma interpretação de sentido mais literal – acompanhando assim o tom de discussão

alterado, incorrerá ou não em infracção⁸⁶? Afonso X responde, afirmando que, se a alteração for em benefício do objecto, não só a alteração é legítima, como também é um acto de benevolência⁸⁷. Nas duas últimas estrofes, ambos os trovadores parecem querer retirar conclusões desta questão – colocando assim a tenção num ambiente próximo do método escolástico de *quæstio*, *disputatio* e *quodlibet*⁸⁸. Vasco Gil afirma concordar com Afonso X, dizendo que nunca ouvira ninguém chamar ladrão a alguém que melhorasse a propriedade de outrém, nem ele próprio alguma vez mostrara intenção de considerar tal⁸⁹. A lição que Vasco Gil acaba por retirar é a de que se acusasse alguém em virtude da alteração do manto, incorreria em falta, já que, na verdade, considera prestigioso o truque de melhorar o manto de outra pessoa⁹⁰. Afonso X responde, dando a estocada final da tenção: a discussão deste *preito* ter-lhe-ia trazido à memória um gesto de um rei em Portugal – Marco Piccat sublinha este *em*, já que fornece uma pista para identificarmos o monarca em questão⁹¹ – que, presunçoso da sua manha, teria feito alguém cavaleiro do Hospital⁹².

Parece-me importante associar a última estrofe a toda a composição, uma vez que esta associação poderá ser a chave da compreensão da mesma. A questão do *melhoramento* do manto está indubitavelmente associada ao gesto do rei citado na última estrofe. Assim, o *trejeito* não seria uma questão puramente material, mas sim a transformação da capa de alguém em manto de cavaleiro hospitalário, transformação que aqui parece estar associada a

jurídica que a cantiga assume. Relativamente à menção aos hospitalários, lê-se, nas últimas páginas: «*Em qual dos quatro reis de Portugal que morreram antes de 1255 pensaria o rei Afonso como protótipo do impostor ou permutador de mantos? A resposta: naturalmente, o que levou o manto branco com a cruz vermelha dos hospitalários [sic], parece fácil; não o é, porém, por causa do nosso surpreendentemente desconhecimento da vida dos antigos dinastas portugueses e da sua relação com as ordens militares.*» Carolina Michaëlis assumia assim que o cavaleiro hospitalário citado na cantiga era o próprio rei a quem Afonso X dirigia a última farpa deste escárnio, sem, no entanto, conseguir afiançar uma hipótese segura e chegando a considerar D. Afonso Henriques e D. Sancho I, bem como o bastardo do primeiro monarca português, D. Afonso, grão-mestre do Hospital, como hipóteses plausíveis. Sigo, no entanto outra leitura, que assume que o cavaleiro hospitalário e este monarca seriam duas pessoas diferentes. Cf. Carolina Michaëlis de VASCONCELOS – “II. Uma canção de Manto” in *Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português de Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, edição de Yara Frateschi Vieira; José Luís Rodríguez; M. Isabel Morán Cabanas; José António Souto Cabo, Coimbra, Universidade de Santiago de Compostela/Universidade de Coimbra/Unicamp, 2004, pp. 110-131;

⁸⁶ «*quem dá seu manto, que lho gurd'alguém, / e lho não dá tal qual o deu, por en /que manda [i] o Livro de Leon?*».

⁸⁷ «*mais se m'eu o melhora, faço bem, / e nom sô por aquesto ladrom*».

⁸⁸ Cf. Jacques LE GOFF – *Les intellectuels au Moyen Âge*, Tours, Seuil, 2000, pp. 97-104.

⁸⁹ «*(...) ladrom por atal / em nulha terra nunca chamar vi, / nem vós, senhor, non'ó oístes a mim*».

⁹⁰ «*ca, se o dissesse, diria mal; / ante eu [o] tenho por trajeitador / (se Deus mi valha, nunca vi melhor) / quem torna assim pena de cendal*»; atente-se à sonoridade e duplo sentido do verbo empregue: *trajeitar*, que na sua polissemia, de acordo com a leitura de Rodrigues Lapa (CEMDa 422), assume o duplo sentido de transformar mas também de prestigiar.

⁹¹ Marco PICCAT – *Il canzoniere...*, p. 266.

⁹² «*oí dizer que trajeitou assi / já ua vez um rei em Portugal: houve um dia de trajeitar sabor / e por se meter mais sabedor, / fez [alguém] cavaleiro do Hespital*».

um gesto voluntarista e impositivo, de um rei que se teria a si mesmo como ardiloso. Nesta composição, a sátira assenta na crítica do gesto, ingerência de um rei nos assuntos de uma milícia ao impor-lhe um homem do seu agrado – do seu serviço, provavelmente –, ultrapassando a norma de admissão de um novo membro e, no fundo, manipulando a dignidade de freire cavaleiro com vista a fazer mercê a um vassalo⁹³. Aqui, o problema que se coloca é: quem são estas personagens – rei e dono do manto?

Comece-se pelo último. Se, geralmente, é complicado resgatar do anonimato um indivíduo não mencionado explicitamente numa composição de escárnio – já que o escárnio pressupõe uma crítica «*per palavras cubertas que hajan dous entendimentos*», tal como se afirma na *arte de trovar*⁹⁴ –, a tarefa aqui parece um pouco facilitada pelas informações disponíveis sobre D. Vasco Gil. O nobiliário do conde D. Pedro afirma que ele teria «*sido de epistola*»⁹⁵. Ora se isto é uma referência a um eventual percurso clerical de Vasco Gil, melhor entendemos o que Afonso X afirma no início da segunda estrofe da cantiga: «– *Dom Vaasco, eu fui já clerizom / e Degreda soía estudar*». A eloquência do monarca denuncia uma educação de elevada qualidade, provavelmente ministrada por clérigos, mas não me parece ser esta a importância destes versos. Pelo contrário, penso que o sentido desta afirmação residirá no seu sentido irónico: assim, Afonso não teria o intuito de falar de si próprio, mas sim de ironizar com a inicial carreira clerical de Vasco Gil, hipoteticamente, relacionada com a tomada de ordens menores associadas a alguma comunidade eclesiástica. De resto, não era incomum que certos indivíduos tomassem ordens desta natureza, de maneira a poderem usufruir de

⁹³ A composição evoca dois problemas essenciais: por um lado, a intromissão no processo de recrutamento requer um aprofundamento do estudo dos processos de controlo das milícias relativamente à admissão de novos membros, processos vulgarmente admitidos pelos historiadores com base no estudo da normativa das ordens; por outro lado, levanta-se também a questão da preparação dos freires para o serviço nos institutos religioso-militares, quer no âmbito da sua proficiência militar, disciplina religiosa e rigor espiritual, quer no que toca a questão da vocação e motivações individuais. Veja-se, a respeito da questão da iniciação, noviciado e profissão nas milícias, Alan FOREY – “Novitiate and instruction in the Military Orders during the Twelfth and Thirteenth Centuries” in *Speculum*, vol. 61, n.º 1, Cambridge (MA), Medieval Academy of America, 1986, pp. 1-17. Para a generalidade das ordens militares ibéricas, veja-se Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 357-362; Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 133-140. No caso do ramo português da Ordem do Hospital veja-se Paula Pinto COSTA – “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos Finais da Idade Média à Modernidade” ..., pp. 54-65. Para as ordens de Avis e Santiago preste-se atenção às páginas de Luís Filipe Oliveira relativas ao recrutamento dos comendadores entre 1330 e 1449: Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009, pp. 149-211.

⁹⁴ *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, ed. Giuseppe Tavani, Lisboa, Colibri, 2002, p. 42.

⁹⁵ LC XXV H3.

proventos e benefícios eclesiásticos, sem que isso significasse a ascensão a ordens sacras, situação que lhes permitia, *inclusive*, casar⁹⁶.

Seguindo as considerações de Rodrigues Lapa a respeito desta cantiga, a questão do embelezamento do manto não é mais que uma metáfora da promoção de Vasco Gil, de simples clérigo a cavaleiro hospitalário⁹⁷. De acordo com esta leitura, pode assumir-se que o *dono do manto* seria assim o próprio Soverosa, que o dera à guarda do referido rei *trejeitador* e que o voltara a receber melhorado. Não existem indícios seguros de uma eventual profissão de Vasco Gil como freire do Hospital de São João. Porém os estudiosos que se dedicaram ao estudo deste trovador sublinharam as boas relações que o próprio trovador e a sua família tinham com a ordem, atestadas pelas abundantes doações que se registam da parte da linhagem dos Soverosa aos hospitalários⁹⁸. De resto, o facto de Vasco Gil se envolver noutra tenção com Pero Martins que tem como objecto a Ordem do Hospital demonstra de forma bastante inequívoca o interesse que o trovador tinha pelos assuntos da ordem.

Quanto ao rei *trejeitador*, foi já afiançado por Marco Piccat que é muito provável que se trate de D. Sancho II, hipótese de resto aceite por Carlos Alvar e Vicenç Beltrán, e, entre nós, por Graça Videira Lopes na sua edição da cantiga⁹⁹. A forma como Afonso X se refere ao *Capelo*, dizendo que é rei *em* Portugal e não *de* Portugal, parece sugerir uma alusão à fragilidade do poder do monarca e à sua consequente deposição. É importante sublinhar que, conforme já referi, a linhagem de Vasco Gil esteve do lado de D. Sancho II durante a guerra

⁹⁶ Esta situação foi clarificada em função da identificação de João das Regras. Embora o exemplo seja tardio, parece-me possível admitir a mesma situação para um período mais recuado: Cf. António D. de Sousa COSTA – “O Célebre Conselheiro e Chanceler Régio Doutor João das Regras Clérigo Conjugado e Prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães” in *Itinerarium*, ano XVIII, n.º 77, Braga, Franciscana, 1972, pp. 232-259.

⁹⁷ De resto, hipótese já formulada por Carolina Michaëlis, que afirma: «*Ainda posso apresentar mais um pormenor da vida de Vasco Gil, a favor da hipótese de identificá-lo como o poeta, versado em jurisprudência, que dirige a palavra ao rei Afonso. Inicialmente, estava destinado à carreira eclesiástica. Como declara o Livro do Conde, ele recebera as primeiras ordens, até à de subdiácono: foy d’epistola; no entanto trocou os longos pannos pela armadura de cavaleiro.*»: Carolina Michaëlis de VASCONCELOS – “II. Uma canção de Manto”..., pp. 116-117.

⁹⁸ Nas palavras de Rodrigues Lapa (CEMDa 422): «*Haveria aqui uma alusão ao facto, registado nos Livros de Linhagens, de D. Vasco ter tomado as primeiras ordens eclesiásticas e ainda à circunstância de ele ser ou ter sido cavaleiro do Hospital, facto não provado, mas presumível, dadas as doações que ele e seu pai fizeram aos Hospitalários (...). O certo é que a tenção, composta de 1252 a 1255, só adquire o seu pleno sentido, se partirmos desta hipótese.*». Resende de Oliveira aponta a doação, em data incerta, por Vasco Gil de dois casais à ordem; Piccat sublinha também esta proximidade que se materializa não só nas doações mas também pelos actos públicos entre a Coroa e a Ordem do Hospital, nos quais o trovador surge como testemunha; cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, p. 437; Marco PICCAT – *Il Canzoniere...*, p. 268.

⁹⁹ Hipótese que coloca na senda de Carlos Alvar e Vicenç Beltrán, que da última estrofe fazem a seguinte leitura: «*(...) mayor juego de manos hizo el rey portuges – seguramente, Sancho II, al convertir a Vasco Gil en caballero hospitalario.*»: *Antología de la poesía Gallego-Portuguesa*, ed. Carlos Alvar; Vicenç Beltrán, Madrid, Alhambra, 1989, p. 190.

civil, tendo sido o próprio irmão do trovador que vencera o bando nobiliárquico adverso ao rei na lide de Gaia, em 1245. Mais tarde, o rumo dos acontecimentos levará a que o partido do *Capelo* perca terreno progressivamente, situação que motivará o exílio dos Soverosa em Castela, integrando o círculo cortesão do infante D. Afonso. A interpretação que Piccat faz dos últimos versos da cantiga permite integrá-la no contexto da progressiva derrota do partido do rei deposto, uma vez que relaciona a promoção do indivíduo anónimo a freire hospitalário com o devir dos acontecimentos no reino português. Confrontado com a progressiva rarefacção dos seus apoios, cada vez mais atraídos para a órbita da Coroa castelhana, a D. Sancho II restaria apenas a concessão de mercês como estratégia de reforço dos vínculos com os seus tradicionais apoiantes, bem como para a manutenção de uma aparente governabilidade do seu reino¹⁰⁰.

Mesmo não possuindo evidências absolutamente seguras de Vasco Gil ser ou ter sido, algures no seu percurso de vida, cavaleiro hospitalário – pelo menos *miles ad terminum* –, existem elementos suficientes para esta ser uma hipótese plena de sentido; para mais, a tenção perde bastante da sua obscuridade se considerarmos que a sátira se desenvolve em torno do capricho de D. Sancho II, que, «*por se meter por mais sabedor*», teria aumentado o estatuto de D. Vasco de *epístola* a cavaleiro do Hospital, como forma de premiar a fidelidade do indivíduo e da linhagem, que eram já próximas desta ordem. Por outro lado, a integração de um Soverosa na Ordem de São João poderia também significar o estreitamento das relações entre o rei e a milícia, que à altura consolidava a anexação da margem esquerda do Guadiana, numa faixa de território que a sul confrontava com o senhorio de Fernando Sanches, em Serpa. Captar para a sua órbita o apoio dos hospitalários, nesta fase, poderia significar algum reequilíbrio político face à progressiva dependência em que Sancho se encontrava face à Ordem de Santiago.

Pelos anos '40, a ocidente do Guadiana, o ramo português desta milícia, chefiado por Paio Peres Correia, obedecia a uma estratégia autónoma de conquista face à Coroa portuguesa, ao passo que nas terras andaluzas cuja conquista caberia a Castela, a Ordem obedecia a uma política de concertação com Fernando III, nas campanhas que este dirigia desde 1224 e que iriam atingir o clímax às portas de Sevilha, em 1248. Sancho encontrava-se, deste modo, cada vez mais afastado do Sul e da prossecução da cruzada hispânica e, consequentemente, do prestígio e autoridade que esta conferia. Uma aproximação ao Hospital poderia, nesta fase, representar uma reaproximação aos campos da conquista e o estreitamento de relações com uma ordem com relações mais próximas da Santa Sé, em face

¹⁰⁰ Cf. Marco PICCAT – *Il Canzoniere...*, p. 267.

da progressiva atracção da Ordem de Santiago pela órbita de Fernando III e, depois, de Afonso X.

Vale a pena prestar alguma atenção à segunda tenção de Vasco Gil sobre a Ordem do Hospital, desta feita a par de Pero Martins, já referido¹⁰¹. Uma leitura atenta pode trazer mais dados passíveis de contribuir para o esclarecimento das relações do trovador com a milícia são-joanina e, consequentemente, permitir uma maior compreensão da trama que teria envolvido Vasco Gil e o *trejeito* de D. Sancho II. Se a tenção com Afonso X apenas referia a Ordem de S. João na última estrofe, toda a tenção que o Soverosa desenvolve com Pero Martins é, nas palavras de Graça Videira Lopes, «*um violento ataque à Ordem dos Hospitalários*», que assume os contornos já não do escárnio, mas sim da cantiga de mal dizer, dando corpo a uma forma bastante explícita de denúncia da avareza, fornicação e cobardia que, de acordo com o testemunho diligente de Pero Martins, grassavam na Ordem do Hospital, sendo personificadas por alguns homens nomeados ao longo da tenção.

A primeira estrofe do poema, directa e agressiva, começa com um pedido de Vasco Gil dirigido a Pero Martins, assumido como conhecedor da Ordem do Hospital¹⁰², sobre quem, nesta ordem, seria *comendador* na avareza, na cobardia, na fornicação, na maledicência e na malfeitoria¹⁰³. A resposta de Pero Martins na segunda estrofe não deixa margem para dúvidas: invocando Vasco Gil, desfia um rol de acusações à ordem: na maledicência e na malfeitoria, inúmeros se podem incluir – ficando deste modo, em poucas palavras, toda a ordem caracterizada com mau carácter¹⁰⁴ – mas três personagens se destacam: na fornicação o campeão da ordem será um Rui Gil¹⁰⁵, na falsidade, Rui Martins¹⁰⁶ (ou Rodrigo, como mais à frente no poema Pero Martins a ele se refere) e na avareza, o prior da ordem¹⁰⁷. No fim da segunda estrofe, Pero Martins dá conta da sua familiaridade com a ordem, afirmando que outra pessoa não daria estas informações de melhor maneira e incitando Vasco Gil a prosseguir a interrogação¹⁰⁸.

Na terceira estrofe, Vasco Gil reage à resposta de Pero Martins, afirmando estar já a prevê-la – dado interessante, pois revela que a sua intenção inicial ao dar início ao diálogo era

¹⁰¹ V 1020; CEMDa 423; CEMDb 396; LPGP, vol. II pp. 957-958;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1444&pv=sim>.

¹⁰² «– Pero Martiins, ora por caridade, / vós que vos teedes por sabedor,».

¹⁰³ «dizede-mi quem é comendador / eno Espital, ora da escassidade, / ou na fraqueza, ou quem no forniz, / ou quem em quanto mal se faz e diz. / Se o sabedes, dizede a verdade.».

¹⁰⁴ «os que mal fazem e dizem som mil:».

¹⁰⁵ «eno forniz é[ste] Dom Roi Gil».

¹⁰⁶ «e Roi Martiins ena falsidade,».

¹⁰⁷ «e ena escasseza o seu priol.».

¹⁰⁸ «Nom vos pod’hom’esto partir melhor; / se mais quiserdes, por mais perguntade.».

a provocação de uma denúncia de desvios de que o próprio já estaria a par – e demonstrando, de uma forma bastante explícita («*comendadores estes!*»), o desdém que votava aos indivíduos referidos por Pero Martins¹⁰⁹. É bastante irónica a forma como Vasco Gil brinda o *rigor* da resposta do seu par. A expressão que utiliza – «*E partiste-mi-o tam bem, que m'é mal;*» – foi lida de formas diferentes por Rodrigues Lapa e por Graça Videira Lopes¹¹⁰, mas o seu sentido de fundo permanece em ambas as interpretações: a resposta contundente de Pero Martins colocaria Vasco Gil em maus lençóis, talvez por não esperar uma denúncia tão às claras. Porém, é desta manifestação dúbia que Vasco Gil parte para completar a estrofe, solicitando a Pero Martins que desvende a fonte de todas estas informações¹¹¹.

Se a segunda estrofe da composição era uma representação escandalosa da Ordem do Hospital, a quarta estrofe irá consistir num escalar da denúncia, que já não se limita apenas, como na primeira estrofe, a enunciar de forma superficial as faltas e os indivíduos, mas concentra-se agora em fornecer mais detalhes acerca dos desvios perpetrados. Assim, instado por Vasco Gil a revelar a fonte de todo o seu conhecimento acerca da Ordem do Hospital, Pero Martins não tem pejo em revelar que todo este conhecimento vem por experiência própria, através das relações próximas que, quer ele, quer Vasco Gil, mantinham com os comendadores devassos. O avaro prior teria negado a Pero Martins um pedido¹¹² cuja natureza se desconhece. Ambos trovadores teriam sido companheiros de Rui Gil em práticas de fornicção¹¹³ e Pero Martins teria sido enganado por um frei Rodrigo, que deve ser o mesmo Rui Martins cuja falsidade era nomeada na primeira denúncia do trovador¹¹⁴.

As duas últimas estrofes da composição não acrescentam mais críticas ao Hospital. Na quinta estrofe, Vasco Gil parece elogiar, de forma irónica, a capacidade de resposta que Pero Martins tinha exibido ao longo de toda a tenção, mantendo o tom de desafio que se sente por toda a tenção nos motes que o primeiro vai lançando ao segundo¹¹⁵. Pero Martins, por sua vez,

¹⁰⁹ «– Pero Martiins, mui bem respondestes, / pero sabia-m'eu esto per mim, / ca todos três eram senhores i / das comendas – comendadores estes!».

¹¹⁰ Rodrigues Lapa (CEMDa 423) faz a seguinte leitura: «e explicaste-mo tão bem, que me sinto mal, indignado com o que ouço.». Graça Videira Lopes (CEMDb 396) coloca o sentido da afirmação de forma mais pessoal: «explicaste-mo tão bem, que fico em má posição». O que a última leitura sugere é uma antevisão da estrofe seguinte, em que Pero Martins não apresenta quaisquer problemas em mostrar que, quer ele próprio, quer Vasco Gil tinham relações estreitas com estes comendadores, e daí ambos saberem que caminho estavam a percorrer quando iniciaram uma tenção dedicada a este tema.

¹¹¹ «mais ar quer'ora de vós saber al: / que mi digades de quen'o aprendestes.».

¹¹² «nom mi deu algo, pero lho pedi, / o priol; (...)».

¹¹³ «(...) e fodi e vós fodestes / com Roi Gil;».

¹¹⁴ «(...) e meus preitos talhei / com Frei Rodrigu'e mentiu-mi-os; e sei, / per aquest', a sa frazenda daquestes.».

¹¹⁵ «– Pero Martiiz, respondestes tam bem / em tod'esto, que fostes i com sem / e trobador, e cuid'eu que leestes.».

na última estrofe do poema, responde-lhe de forma literal, quase reflexa¹¹⁶, mas atira-lhe uma última farpa que merece especial consideração tendo em conta o âmbito da cantiga.

No último verso Pero Martins declara: «*mais que tardi que mi o vós entendestes!*» Se, à primeira vista, isto pode ser apenas uma resposta ao elogio irónico de Vasco Gil, querendo Pero Martins simplesmente distanciar-se da condescendência do seu interlocutor, numa segunda leitura creio que pode assumir outro sentido, mais dependente das relações do Soverosa com os Hospitalários. Após ter-se revelado que tanto Pero Martins como o Soverosa teriam andado envolvidos na devassidão que, nas palavras de ambos, era a Ordem do Hospital, é curioso que Pero Martins afirme que se terá apercebido de algo mais cedo que Vasco Gil. Se os últimos versos ligam aparentemente esta afirmação à questão do elogio irónico do Soverosa sobre os dotes trovadorescos de Pero Martins, parece-me que a derradeira frase deste último poderá ser também uma insinuação relativa ao maior prolongamento das relações entre Vasco Gil e a referida ordem. Mais uma vez, o que poderá estar aqui em causa é a pertença deste à ordem, ou, no mínimo, as suas relações com a mesma. Hipoteticamente, se neste verso Pero Martins afirma que Vasco Gil se teria apercebido mais tarde da corrupção que vogava no seio dos hospitalários, este atraso poderá estar relacionado com o grau de implicação deste último nos negócios da milícia. Ora, reportando-se à tenção do Soverosa com Afonso X, parece que a trama que envolvia Vasco Gil e a Ordem do Hospital poderia ter sido urdida por D. Sancho II, ou, pelo menos, com a sua colaboração, nos anos da derradeira decadência do seu poder, o que pode ter significado que o trovador só se teria podido distanciar da Ordem e de todo o ambiente de desregramento que a cantiga retrata a partir do momento em que pôde integrar as hostes do infante D. Afonso e partir para Castela.

Estão disponíveis elementos que nos ajudam a compreender melhor a cantiga, sobretudo a partir dos dados que permitem identificar os indivíduos sucessivamente acusados por Pero Martins. A começar por este último, o cartório de Leça transmite-nos algumas informações, nomeadamente que terá sido comendador de Santarém e, também, que terá estado envolvido em transacções, aforamentos e doações de alguns bens imóveis¹¹⁷. A familiaridade de Pero Martins com a milícia não seria então de estranhar, visto os indícios apontarem para que ele tenha sido, de facto, um membro da Ordem encarregue da administração de diversos bens. Pertenceria, portanto, ao mesmo círculo dos homens que critica na cantiga, documentados em Portugal a partir do segundo quartel do século XIII.

¹¹⁶ «– [De] vós, Dom Vaasco, tod’esso m’ é bem; / hei sis’ e sei trobar e leo bem;».

¹¹⁷ Cf. Marco PICCAT – *Il Canzoniere...*, pp. 285-286; António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, p. 421.

Quanto a Rui Gil, o *fornicador* da tenção, é identificado com o mesmo que surge enquanto *Rodericus prior Hospitalis* entre 1232 e 1244¹¹⁸, testemunhando diversos actos públicos na Corte de D. Sancho II. As suas evidências estendem-se a vários documentos do cartório do mosteiro de Santa Maria de Leça em que surge enquanto simples freire ou comendador¹¹⁹. Embora tenha sido prior, o facto de na cantiga não ser nomeado enquanto tal pode indicar que a tenção tenha sido composta após o final do seu priorado. Consequentemente, tendo também em conta a conjuntura de guerra civil em Portugal e a prisão de D. Vasco Gil no decorrer da mesma, torna-se bastante provável que a composição tenha sido feita depois de 1248, durante o exílio do Soverosa na Corte castelhana, que terá durado, no máximo, até 1258, ano em se pensa que o trovador terá regressado a Portugal.

Relativamente a Rui Martins, poderá ser o comendador de Távora que nos inícios da década de '50 está na Corte de D. Afonso III, surgindo depois nos textos das inquirições de 1258 e 1288¹²⁰. O cartório de Leça documenta ainda a sua actividade enquanto freire, no qual surge um indivíduo do mesmo nome como comendador de Santarém¹²¹. Se é a mesma pessoa, é curioso que seja referido na mesma comenda que aquele Pero Martins já citado – que pode ser o trovador – teria sob a sua gestão. Da mudança de mãos da comenda poderá ter resultado a animosidade que, na tenção, Pero Martins demonstra sentir face a Rui Martins. É importante referir que a passagem relativa aos enganos que Pero Martins conta ter sofrido às mãos de um frei Rodrigo – a designação deste indivíduo coincide com a acusação de falsidade que é feita a Rui Martins na segunda estrofe do poema – foi ilustrada por Piccat com algumas evidências documentais do cartório de Leça, nas quais Pero Martins surge envolvido em alguns negócios com um indivíduo que responde pela mesma denominação¹²². Se é o mesmo Rui Martins, estes negócios entre ambos poderão também figurar como origem das acusações de falsidade que Pero Martins lhe dirige.

Por fim, um pouco mais difusa é a menção ao prior da ordem, já que é apenas nomeado pelo cargo. É certo que na cantiga a interrogação de Vasco Gil a Pero Martins tem como propósito saber *quem no Espital*, sem que literalmente esteja explícito se a interrogação se dirige ao conjunto da ordem, se apenas a um ramo desta. No entanto, apesar das referências mais generalizadas – como aos *mil* que *mal fazem e dizem* –, creio que a cantiga é

¹¹⁸ Cf. Paula Pinto COSTA – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (secs. XII-XIV)*, diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, texto policopiado, 1993, p. 56.

¹¹⁹ Cf. Marco PICCAT – *Il Canzonere...*, pp. 287-289; António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, p. 421.

¹²⁰ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, p. 421.

¹²¹ Cf. Marco PICCAT – *Il Canzonere...*, pp. 290-291.

¹²² Cf. Marco PICCAT – *Il Canzonere...*, p. 293.

uma crítica saída do ambiente da Corte castelhana dirigida sobretudo ao ramo português da milícia. São tidos como referência do desregramento dois freires que assumiram responsabilidades na gestão dos bens hospitalários situados em território português, tendo um deles desempenhado este priorado. Do mesmo modo, o Prior que surge à cabeça das críticas, como avaro e escasso, deverá ser também o prior do ramo português da Ordem do Hospital, o que, a somar às referências explícitas a dois outros freires – Rui Gil e Rui Martins – leva a concluir que a cantiga se situa não no âmbito de uma crítica generalizada à milícia são-joanina, mas sim no de uma reacção às mudanças no seio do grupo de homens que se ocupava do governo da ordem em Portugal.

A ser o prior do ramo português contemporâneo da composição da cantiga (depois de 1248 e antes do retorno de Vasco Gil a Portugal, provavelmente ainda antes de 1258), haverá que procurar identificá-lo. Infelizmente, o estado dos estudos sobre o tema não permite afiançar uma hipótese segura sobre a identidade do prior do ramo português da Ordem do Hospital. Os dados disponíveis permitem-nos situar alguns indivíduos à cabeça do priorado entre as décadas de '40 e '50 do século XIII. Paula Pinto Costa aponta a figura de João Garcia como prior em Outubro de 1248, ano em que Vasco Gil seguramente se encontra envolvido nas operações militares em torno de Sevilha. Relativamente ao mesmo cargo só estão afloradas informações para 1257, surgindo-nos Gonçalo Gil como prior e depois, em 1261, Afonso Peres Farinha. Incidentalmente, durante o período que nos interessa mais para o esclarecimento da cantiga, Paula Pinto Costa fornece-nos apenas a primeira referência à ocupação do cargo, quer por João Garcia, quer por Gonçalo Gil, o que não permite que se possa afiançar o nome do primeiro como sendo o prior a quem Vasco Gil se refere¹²³.

Perante as informações disponíveis, parece-me provável admitir que a cantiga é um manifesto do descontentamento de dois indivíduos colocados à margem da milícia pelo devir dos acontecimentos em Portugal. A subida ao trono do *Bolônês* terá marcado um período de charneira na relação da Coroa portuguesa com as ordens militares. À situação de dependência que D. Sancho II vinha a alimentar relativamente às milícias, nomeadamente à de Santiago, devido à total autonomia com que estas dirigam a anexação dos espaços alentejano e algarvio, sucedia-se agora a nova política de um monarca apostado em reforçar os poderes da Coroa e, para isso, dava-se início a um processo de controlo das milícias em presença no reino que se iria arrastar no tempo até ao reinado de D. João III.

¹²³ Sobre a sucessão dos priores neste período veja-se Paula Pinto COSTA – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (secs. XII-XIV)...*, p. 56.

A subida ao trono de D. Afonso III marcou deste modo um período em que se verifica que o rei irá dispor da sua influência e poder para colocar homens da sua confiança à cabeça das milícias. É por esse motivo que na outra milícia de matriz hierosolimitana – o Templo – se verificam as sucessivas demissões dos mestres Pedro Gomes (1247-1250) e Paio Gomes Barreto (1250-1253) por serem, na opinião de Ayala Martínez, dois indivíduos muito próximos da Corte castelhana¹²⁴. A postura do novo monarca relativamente ao Hospital deveria ser semelhante, e será nesse sentido que se poderá entender melhor a ascensão de Afonso Peres Farinha ao priorado do Hospital, um homem da total confiança do monarca e um dos *magnates* do tempo do *Bolonhês*, a partir de 1261¹²⁵. A sua subida ao poder na ordem terá significado, provavelmente, o afastamento definitivo do ramo português de indivíduos menos conformados com a substituição do *Capelo*.

Recorde-se aquilo que foi dito acima a propósito da tenção de Vasco Gil com o *Sábio*, quanto à possibilidade da promoção do primeiro a freire hospitalário ser, na verdade, a tentativa por parte de D. Sancho de colocar um homem da sua estreita confiança e dependência no seio da milícia. Perante este quadro hipotético, faz sentido que, após alguns anos passados, durante o seu exílio junto de Afonso X, Vasco Gil aproveitasse a presença na Corte castelhana de Pero Martins (outro indivíduo desfavorecido pelo bando que agora

¹²⁴ Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las órdenes militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)” in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 15, n.º 2, Porto, Faculdade de Letras, 1998, p. 1293. D. Afonso III seguia então uma linha de afirmação do poder da monarquia face às ordens militares, que contrariava a autonomia que pautou o governo das mesmas no reinado anterior, coisa que terá, sem dúvida, contribuído para a fragilidade do poder de D. Sancho II. Para o caso da Ordem de Avis, veja-se Maria Cristina CUNHA – “A Ordem de Avis e a Monarquia portuguesa até ao final do reinado de D. Dinis” in *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 12, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, pp. 117 e ss.; Aurea JAVIERRE MUR – *La Orden de Calatrava en Portugal*, Madrid, Maestre, 1952; p. 35. Relativamente ao Hospital de S. João, Paula Pinto Costa assinala a ascensão de D. Afonso III como um momento de viragem em que é visível a tentativa de controlo progressivo dos monarcas face à ordem: Cf. Paula Pinto Costa – “A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Dos Finais da Idade Média à Modernidade”..., pp. 186-196. A acção de D. Afonso III seguia, de resto, a tendência que se fazia sentir nas monarquias castelhano-leonesa e aragonesa, a partir dos reinados de Afonso X e de Jaime I. Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 709-731; Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 461-501.

¹²⁵ Está por realizar uma biografia de carácter mais definitivo de Afonso Peres Farinha, que, sem dúvida, permitiria esclarecer melhor as questões pendentes quanto à relação entre o Hospital e a Coroa portuguesa no período que vai do reinado de D. Sancho II ao final do reinado de D. Afonso III. Neste caso particular, um estudo aprofundado do percurso biográfico de Afonso Peres Farinha poderia, *inclusive*, ajudar a compreender a que Prior se referem os dois interlocutores da tenção. Sobre este homem, veja-se Alexandre HERCULANO – *História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III* [prefácio e notas críticas por José Mattoso], vol. 1, Lisboa, Bertrand, 2007, pp. 804-807 [n. XLIX]; Conde de FICALHO – *Notas históricas Acerca de Serpa e O Elemento Árabe na linguagem dos pastores alentejanos*, Lisboa, s. ed., 1979, pp. 129-139; Mário Jorge BARROCA – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, t. 1, F. C. Gulbenkian/FCT, 2000, pp. 939-950 [epígrafe n.º 368]; 1024-1025 [epígrafe n.º 398].

dominava o ramo português dos hospitalários) para fazer da cantiga uma arma de contestação da situação que grassava na ordem.

Mais que tomada à letra – embora alguns pontos da cantiga possam ter ecos na realidade, como os negócios de Pero Martins com o prior da milícia e com Rui Martins – esta cantiga deverá ser encarada como eco literário da posição de Vasco Gil nos acontecimentos que levaram à destituição do monarca que servira em Portugal. É importante notar que as acusações que os participantes nesta tenção tecem são uma forma de exame negativo de tudo aquilo que o cavaleiro de uma ordem militar deveria observar na óptica de um aristocrata como D. Vasco Gil de Soverosa. A grelha de interrogações que tece na primeira estrofe baseia-se nos parâmetros que o aristocrata guerreiro se deve esforçar por manter. Por isso aí se questiona a avareza em face da liberalidade, a fraqueza em função do ardor na guerra, a malfeitoria e a maldicência em função da honra e da fidelidade à palavra dada¹²⁶.

Por outro lado, as alusões ao desvio da norma de comportamento sexual dos freires hospitalários, pela sua regra obrigados à abstinência sexual, é um tópico recorrente da sátira aos freires das ordens que tomavam votos no sentido de um rigor absoluto deste aspecto da vida humana – a ele serei forçado a voltar devido às cantigas de Gonçalo Eanes do Vinhal e Rui Pais de Ribela se centrarem sobretudo no âmbito sexual como motivo de crítica aos homens das ordens militares. Para já, diga-se que relativamente à importância da representação em causa, é pouco interessante averiguar se os desvios à norma sexual aconteceram de facto, ou se os indícios disponíveis para o comprovar o acusam. Mais importante será atribuir importância ao peso da representação dos freires enquanto homens desprovidos da pureza que a vida religioso-militar pressupunha, já que é o ideal de ausência de mácula que legitima, no fundo, a superioridade da cavalaria religiosa face à cavalaria mundana¹²⁷.

¹²⁶ A respeito do problema da ética e valores cavaleirescos a bibliografia é extensa; veja-se, para um enquadramento geral, Jean FLORI – *L'ideologie du glaive: préhistoire de la chevalerie*, Genève, Droz, 1983; Maurice KEEN – *Chivalry*, New Haven/Londres, Yale University Press, 1984; Georges DUBY – *Guillaume le Maréchal ou Le meilleur chevalier du monde*, Paris, Fayard, 1984; Georges DUBY – *A Sociedade Cavaleiresca*, Lisboa, Teorema, 1989; Franco CARDINI – “O Guerreiro e o Cavaleiro” in Jacques LE GOFF (dir.) – *O Homem Medieval*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 57-78; Franco CARDINI – *Alle radici della cavalleria medievale*, Florença, La Nuova Itália, 1997; Jean FLORI – *Chevaliers et chevalerie au Moyen Age*, Paris, Hachette, 1998; Jean FLORI – “Cavalaria” in Jacques LE GOFF; Jean-Claude SCHMITT (coord.) – *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I, São Paulo, EDUSC/Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 185-199; Jean FLORI – “Chevalerie” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 222-224.

¹²⁷ Sentimento de superioridade que radica no *De laude novae militiae* de São Bernardo, cuja retórica assenta na contraposição da cavalaria secular à nova cavalaria de Cristo. A castidade, que São Bernardo associa à vida conventual separada da mulher e da descendência, consistia um dos elementos que concorriam para a disciplina superior dos freires do Templo, habituados a uma existência regrada e marcada pelo abandono das ambições pessoais em favor da missão da ordem: «*They live together in*

As tenções de Vasco Gil fornecem, em suma, uma representação das indefinições que terão ocorrido no universo dos hospitalários portugueses durante a crise de 1245-1248. A partir dos dados disponíveis, é possível tomar as duas composições como indícios das manobras que terão colocado à cabeça do ramo português da ordem homens da confiança do novo monarca. Aos que detiveram influência na Ordem do Hospital pela proximidade a D. Sancho II, restava-lhes apenas a produção de ecos críticos à situação que de facto se instalava. Note-se que nestas duas sátiras a vocação da ordem nunca é posta em causa, nem é realizada uma crítica à razão de ser da mesma. Tanto Vasco Gil como Pero Martins eram homens próximos da Ordem do Hospital, alvo do patrocínio de ambos através de doações. Para mais eram dois homens da geração que assistira aos triunfos cristãos no Sul, para os quais a mesma tinha contribuído com o seu quinhão de esforço, de dinheiro e de sangue. Não era o fundamento da religiosidade militar que nestas duas tenções estava em causa, mas sim a ingerência de poderes externos na condução dos assuntos da Ordem do Hospital, que motivavam os desvios à norma que os trovadores apontavam – talvez por conhecerem tão bem estas irregularidades como conheciam a importância da milícia no combate e na defesa contra os muçulmanos.

e) Gonçalo Anes do Vinhal, os freires e as mulheres

Da década de '40 chegam-nos testemunhos de Gonçalo Anes do Vinhal. Documentado a partir de 1243, quando acompanha o infante D. Afonso, futuro rei de Castela, durante a conquista de Múrcia, será outro dos portugueses presentes na Corte do *Sábio* neste período.

cheerful, sober fashion without their wives and children. So that they respect the perfection of the gospels, they possess no personal property but inhabit one house in a single way of their life in their concern to maintain a single spirit without dissent. You might say that this numerous band has a single heart, a single soul. Thus each one strives to obey the leader than to follow his own wishes.»; o estabelecimento desta superioridade espiritual da *nova milícia* envolvia necessariamente uma retórica que votava ao desprezo os elementos lúdicos e cortesãos da milícia secular: «*They hate chess and dice, abhor hunting, and get no pleasure from the common and stupid practice of hawking. They reject and abominate actors, magicians, storytellers, lewd songs and plays as being vanities and pure madness.»* (trechos do *Liber ad milites Templi de laude novae militiae*, de São Bernardo, extraídos a partir de *The Templars*, selected Sources translated and annotated by Malcom Barber and Keith Bate..., pp. 222-223). A própria regra primitiva do Templo exhibe uma preocupação bastante evidente relativa à castidade dos freires, procurando regar-lhes o contacto com o sexo feminino e impedindo a filiação feminina na ordem: «*The company of women is a dangerous thing (...). Henceforth, let not ladies be admitted as sisters in the house of the Temple; that is why, very dear brothers, henceforth it is not fitting to follow this custom, that the flower of chastity is always maintained among you.»*: *The Rule of the Templars. The french text of the Rule of the Order of the Knights Templar*, translated and introduced by J. M. Upton-Ward, Woodbridge/Rochester, Boydell, 1992, p. 36.

Com um percurso biográfico ligado aos combates contra o muçulmano e ao repovoamento da Andaluzia¹²⁸, Gonçalo Anes figurará entre os principais cortesãos de Afonso X, sendo seu fiel conselheiro¹²⁹. O seu desempenho na guerra e na Corte levará a que seja agraciado em Castela com o senhorio de Aguiar, ficando os seus descendentes conhecidos como *os de Aguiar*, em detrimento da designação original da linhagem a partir da sua proveniência no norte de Portugal.

Não era apenas a título individual que Gonçalo Anes se envolvia nos avanços cristãos para a Andaluzia. De facto, pertencia a uma linhagem profundamente envolvida na expansão portuguesa e castelhana. O seu irmão, Martim Anes do Vinhal, distingue-se também como um dos repovoadores na região da Extremadura e como um notável guerreiro que colaborou de forma estreita com Paio Peres Correia, desde a conquista de Mértola (1237 ou 1238), passando pela campanha da Serra de Segura (1241-1242) às acções militares no reino de Múrcia (1243). Aliás, todo o contexto familiar de Gonçalo Anes do Vinhal relacionava-o a ele e aos seus familiares mais próximos com a linhagem dos Correia e, consequentemente, com a Ordem de Santiago. O percurso de ambas linhagens e da ordem pelos anos '30 e '40 demonstra que acompanhar as acções militares dos santiagoistas por estes anos é quase sinónimo de acompanhar os percursos biográficos de Vinhais e Correias¹³⁰. Será por este motivo que Gonçalo Anes do Vinhal permanecerá como um aliado próximo de Paio Peres,

¹²⁸ É um dos contemplados pelo *repartimiento* de Sevilha e mais tarde, na qualidade de vassalo do *Sábio*, receberá o senhorio de Aguilar de la Frontera. Cf. Henrique DAVID – “Os portugueses nos livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII)”..., p. 60. Relativamente à constituição do senhorio de Aguiar, veja-se Emilio CABRERA – “La señorialización de Andalucía en el siglo XIII y los orígenes de la primera Casa de Aguillar” in *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 31, Sevilha, Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas de la Universidad, 2004, pp. 69-96.

¹²⁹ Para a biografia deste trovador veja-se Henrique DAVID – “Os portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do século XIII”..., pp. 1031-1036; Antonia VIÑEZ SÁNCHEZ – “Gonçal’Eanes do Vinhal” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 299-300; António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 353-354; idem – *Trobadores e xogres...*, p. 137-138;

¹³⁰ Um vislumbre da presença de ambas linhagens neste contexto pode ter-se, desde logo, na observação dos livros de *repartimiento*, metodologia que serviu de ponto de partida para a definição da presença portuguesa nobiliárquica e vilã na reconquista aragonesa e andaluza: Cf. Henrique DAVID – “Os portugueses nos livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII)”..., pp. 58-65 [surgem nomeados Afonso Anes do Vinhal, Gomes Anes Correia, Gonçalo Anes do Vinhal, Paio Correia, Paio Peres Correia e Pero Martins de Alcácer]. As relações entre as linhagens do Vinhal e de Correia foram já alvo de estudo: Cf. idem – “Os portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do século XIII”..., pp. 1030-1037; Manuel LÓPEZ FERNÁNDEZ – “Medina de las Torres y Martín Anes do Vinhal. Un poblador portugués en Tierras de Extremadura” in *Revista de estudios extremeños*, vol. 58, n.º 2, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños, 2002, pp. 522-527; Manuel LÓPEZ FERNÁNDEZ – “La persona de Pelay Pérez Correa, maestre de la orden de Santiago” in Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental...*, pp. 195-204; idem – *Pelay Pérez Correa: Historia y Leyenda de un Maestre Santiaguista*, Badajoz, Departamento de Publicaciones de la Diputación, 2010, pp. 54-62. Veja-se ainda Emilio CABRERA – “La señorialización de Andalucía en el siglo XIII y los orígenes de la primera Casa de Aguillar”..., pp. 76-77.

surgindo a par do mestre como mediador do conflito que opôs a nobreza a Afonso X nos anos de 1274 e 1275.

Do repertório poético-musical do primeiro senhor de Aguiar subsistem duas composições relacionadas com os institutos religioso-militares, ambas com um irónico motivo libidinoso: uma de explícita sátira à ordem do Hospital, onde o carácter assistencial da mesma surge em equívoco, narrando a satisfação das *mínguas* de uma dona por parte dos freires da casa onde esta se teria dirigido¹³¹; outra, de leitura problemática, em que satiriza o *acolhimento* que uma abadessa teria fornecido a um comendador¹³².

A primeira destas cantigas desenrola-se em torno das súplicas de uma *dona* que se teria dirigido a uma casa da Ordem de São João com vista a obter satisfação das suas *mínguas*. É provável que a crítica nesta composição assuma um duplo sentido, significando estes desejos, por um lado, necessidades reais de sustento e, por outro, ímpetos sexuais. Deste modo, o trovador aproveitava a vocação original da Ordem do Hospital – a assistência –, para tecer uma sátira que envolve não só uma crítica das práticas sexuais dos freires, como também, através do refrão – que repete em todas as estrofes a acusação de que os freires tinham satisfeito plenamente a senhora¹³³ – parece haver uma insinuação de crítica deste trovador acerca da gestão dos bens e dos rendimentos da ordem, esbanjados de forma tão leviana.

A cantiga abre com a exposição do caso. A dona teria ido pedir acolhimento e alimento¹³⁴ junto dos hospitalários. O desfecho da estrofe, como o de todas, afirma que os freires lhe teriam satisfeito todos os pedidos. Os primeiros versos da segunda estrofe parecem dar a entender que este pedido não fora feito em virtude de uma necessidade absoluta, conforme a ideia de *mínguas* parece transmitir aparentemente, mas que fora antes o resultado de um capricho – «*Das casas houve sabor,*» – que suscitara a veemência do pedido¹³⁵. A dona teria, deste modo, conseguido um belíssimo negócio com os freires – o de

¹³¹ V 1003; CEMDa 171; CEMDb 131; LPGP, vol. I, pp. 369;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1426&pv=sim>.

¹³² V 1005; CEMDa 173; CEMDb 133; LPGP, vol. I pp. 360-361;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1428&pv=sim>.

¹³³ O esquema do refrão desta cantiga assenta em três versos, nos quais o primeiro é sempre «*com mínguas que havia;*», que serve para invocar as súplicas e os argumentos da dona em questão e o último sendo sempre «*quaes ela queria*», ou seja, *tudo o que ela pedia*, sendo depois entremeados por uma qualificação da diligência dos freires, que obedece à seguinte ordenação no poema: no final da primeira estrofe, «*e digo-vos que lhas dam*»; no final da segunda, «*e dam-lhas por seu amor*»; no final da terceira, «*e dam-lhas do Hespital*»; no final da quarta, «*e dam-mi-lhas da missom*».

¹³⁴ «*Ûa dona foi de pram / demandar casas e pam / da órdim de Sam Joam,*».

¹³⁵ Leitura de Rodrigues Lapa (CEMDa 171) dos versos 8 a 11.

permanecer no acolhimento dos hospitalários à custa dos seus bens para suprimento das suas necessidades *especiais*, que os freires satisfaziam de forma plena «*por seu amor*»¹³⁶.

Na terceira estrofe, o ritmo e o sentido do poema continuam, com o trovador denunciando o pedido da dona, que teria exigido a condição de permanecer nas casas da ordem em virtude de sofrer muito por via das suas minguas¹³⁷. É, de resto, quase o mesmo sentido da quarta estrofe, na qual o trovador repete, novamente, que a dona terá pedido acolhimento «*de coração*», em virtude de se sentir em necessidades¹³⁸. Porém, no último refrão, o autor utiliza o termo *missom* para designar a origem dos bens que satisfizeram a senhora em questão. Graça Videira Lopes, na sua edição da cantiga, refere que este termo se reportaria aos rendimentos das colheitas. Anteriormente, Rodrigues Lapa fez uma leitura ligeiramente diferente, em que a palavra poderá ser lida como *maison*, adquirindo o verso não sentido dos rendimentos agrícolas em específico, mas sim o da casa do Hospital, podendo ser tanto a cabeça da ordem numa determinada região ou apenas a cabeça de uma comenda.

Ambas leituras da palavra – *missom* ou *maison* –, no fundo, parecem transmitir a mesma ideia: a do desvio dos rendimentos do Hospital para a satisfação de um pedido caprichoso de um particular, ao invés de serem administrados de forma regular com vista às duas principais vocações dos são-joanistas: a assistência e a cruzada. O duplo sentido sexual complementa a crítica, atribuindo a esta *gestão danosa* uma imagem de incumprimento dos votos de abstinência sexual de uma forma que retrata a referida casa da Ordem do Hospital quase como um prostíbulo onde os freires estariam à disposição desta mulher para satisfazer os seus caprichos materiais e sexuais.

Este tipo de representação era, de resto, um motivo apelativo para Gonçalo Anes do Vinhal, já que outra das suas composições coloca em cena um comendador que, desta vez, teria sido o beneficiado do acolhimento bastante generoso de uma abadessa. A cantiga é de leitura problemática, uma vez que não é fácil destringir se o trovador e o comendador são a mesma pessoa nesta composição ou, pelo contrário, se o trovador estabelece uma comparação entre o acolhimento prestado a ambos¹³⁹. Por outro lado, se o sujeito poético e o comendador são pessoas diferentes, não se entende bem se a comparação é feita pela

¹³⁶ «*Das casas houve sabor, / e foi tal preitejador: / que foss'ende jazedor, / com minguas que havia;*».

¹³⁷ «*Pediu-as a preito tal / d'i jazer [e] nom fez al, / ca xi lazerava mal,*».

¹³⁸ «*A dona, de coração, / pediu as casas entom / e mostrou esta razom: / com minguas que havia;*».

¹³⁹ Apesar de não ter encontrado dados que permitam afirmar cabalmente que Gonçalo Anes tenha sido, de facto, comendador de alguma milícia, em particular de Santiago, refira-se que a hipótese é admitida por Emilio Cabrera, que afirma «*Fue, seguramente comendador de la Orden de Santiago o, al menos, tuvo una vinculación muy directa com ella.*»: Emilio CABRERA – “La señorialización de Andalucía en el siglo XIII y los orígenes de la primera Casa de Aguillar”..., p. 76. Recorde-se o que tive já hipótese de assinalar acima acerca das relações entre Vinhais e Correias.

positiva, ou seja, o acolhimento dado a um teria sido tão bom como ao outro, ou se é uma comparação pela negativa, sendo desse modo o comendador largamente beneficiado pelo acolhimento, motivando o trovador a satirizar a situação em função do mísero acolhimento que o sujeito poético recebera.

De qualquer das maneiras, preste-se atenção à relação entre o comendador e a abadessa que é figurada nesta cantiga. A primeira estrofe coloca a trama em cena: o trovador encomenda a abadessa a Deus em virtude de esta não o ter ignorado aquando da chegada junto da sua casa. As palavras do trovador parecem retratar um viajante ou um peregrino que teria necessidade da hospitalidade de casas religiosas em função da sua itinerância¹⁴⁰. A primeira estrofe encerra-se apresentando o bom acolhimento que no mesmo lugar teria recebido um comendador¹⁴¹. A segunda estrofe prossegue renovando a ideia do cansaço que o sujeito poético sentiria à chegada a casa da abadessa¹⁴². Perante o acolhimento que o resgatara do desgaste infligido pela viagem, o trovador coloca a questão retórica que encerra esta estrofe: seria o viandante capaz de servir tão bem a abadessa como esta teria servido o comendador¹⁴³?

Na estrofe seguinte o trovador prossegue repetindo o sentimento de gratidão que o acolhido sentiria¹⁴⁴. Neste quadro, se porventura o comendador teria sido mal recebido, não teria sido responsabilidade da abadessa, que bem o teria acomodado¹⁴⁵. É mais informativa a penúltima estrofe, já que põe a descoberto a razão da insistência na gratidão do viajante: *«De[us] vos dê por en galardom / por mi, que eu nom poderei, / porque vos nembraste de mim, / quand’a vosso logar cheguei;»*. Estes versos são dos que tornam a leitura um pouco equívoca, pois podem constituir a chave da ironia de todo o poema. Como já sublinhei, não é fácil perceber se o comendador e o sujeito que dá voz a este viandante são o mesmo, nem sequer se os sucessivos agradecimentos são feitos ou não em tom irónico, querendo representar a generosidade ou a avareza da abadessa. Interessante é também a afirmação que conclui esta estrofe, onde o trovador diz que a chegada do viajante teria inibido o prosseguimento da satisfação do comendador¹⁴⁶. Estará aqui presente a representação sub-reptícia de uma

¹⁴⁰ «Abadessa, Nostro Senhor / vos gradesca, se lhi prouguer, / porque vos nembrastes de mi, / a sazom que m’era mester:».

¹⁴¹ «u cheguei a vosso logar, / que tam bem mandastes pensar / i do vosso comendador!».

¹⁴² «Ca morto fora, mia senhor, / de gram lazeira, sei de pram;».

¹⁴³ «mais nembraste-vos bem de mim, e todos me preguntáram / se vos saberei eu servir / quam bem o soubestes guarnir / de quant’el havia sabor.».

¹⁴⁴ «Hajades por en galardom / de Deus, senhor, se a El praz, / porque vos nembrastes de mim, / u m’era mester assaz;».

¹⁴⁵ «o comendador [i] chegou / e se el bem nom albergou, / nom foi por vosso coração.».

¹⁴⁶ «ca já d’amor e de prazer / nom podestes vós mais fazer / ao comendador entom.».

situação de promiscuidade sexual entre comendador e abadessa, surpreendidos em flagrante pelo recém-chegado? É provável, pois não custa imaginar que em causa estaria aqui algum pudor por parte de ambos em manter uma situação de intimidade na presença de alguém que estivesse de passagem.

A cantiga conclui-se com dois versos que evocam a outra composição de que já me ocupei: ao comendador «*nom minguou rem / de quant’havia na maison*», expressão da satisfação plena deste, à semelhança da dona que teria feito das suas *mínguas* pretexto para pousar na casa dos hospitalários. Associado ao motivo sexual surge, nas composições de Gonçalo Anes, o problema da administração dos bens e dos rendimentos das ordens militares, sobretudo ligados à vocação assistencial. As representações de que é responsável associam a corrupção da disciplina sexual a práticas de esbanjamento dos bens das casas religiosas, invocando um quadro de profunda promiscuidade entre freires e mulheres – seculares e religiosas. Não obstante, a denúncia do desvio não deixa de testemunhar a importância do papel assistencial que consistia uma das vocações das milícias religiosas¹⁴⁷. O caso de se tratar da milícia são-joanina ainda torna o testemunho mais importante, uma vez que a vocação primitiva da ordem foi a assistência. Mais uma vez, as sátiras constituem impressões a negativo da importância que era concedida à missão das milícias, importância essa que encontra expressão na preocupação pela boa administração dos bens que as ordens possuíam. De resto, convem não olvidar que a acumulação de património por parte dos freires era também resultado das obras de patrocínio promovidas por homens como Gonçalo Anes do Vinhal, que teriam todo o interesse em que os bens que doavam para a missão que as milícias desempenhavam fossem bem conduzidos.

Para os homens que participavam no movimento de conquista e povoamento no Sul, a partir do decisivo arranque da ofensiva castelhana em 1224, as milícias religiosas surgiam como fortes concorrentes na distribuição dos proventos da guerra. Apoiadas pelos monarcas peninsulares e pela Santa Sé, eram alvo não só de avultadas doações e confirmações de territórios, como também, devido ao seu carácter misto de milícia e ordem religiosa, que

¹⁴⁷ Cf. Carlos BARQUERO GOÑI – *Los Caballeros Hospitalarios durante la Edad Media en España*, Burgos, La Olmeda, 2003, pp. 167-175; Cf. Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 147-155; Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 603-612; Feliciano NOVOA PORTELA; F. Javier Villalba RUIZ DE TOLEDO – “A Actividade Assistencial das Ordens Militares” in Feliciano NOVOA PORTELA; Carlos de AYALA MARTÍNEZ (coords.) – *As Ordens Militares na Europa Medieval...*, pp. 194-225; Jochen BURGTORF – *The Central Convent of the Hospitallers and Templars. History, Organization and Personnel (1099/1120-1310)*, Leiden/Boston, Brill, 2008, pp. 321-329; Daniel LE BLÉVEC – “Hospitalité” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 453-456.

sempre atraiu críticas ao longo da sua história¹⁴⁸, beneficiavam de estatuto especial, estando na directa dependência papal e gozando de inúmeros privilégios. Para os humildes cavaleiros que, a título individual, ou em núcleos, se juntavam aos avanços na Andaluzia, Alentejo e Algarve, as ordens podiam ser excelentes veículos para a participação em expedições de carácter mais complexo a nível logístico e militar e, conseqüentemente, para a obtenção das riquezas que se ganhavam no Sul. O ingresso numa delas poderia também significar a oportunidade de ter à sua guarda e administração de bens da milícia. Bom exemplo disso, como já foi apontado, é o de Martim Anes do Vinhal, por sinal irmão do trovador em questão.

Ora, a Gonçalo Anes sorriu a fortuna, conforme os seus dados biográficos parecem indicar. Porém, as farpas que lança ao Hospital e a esse comendador *acolhido* pela abadessa, podem indiciar um traço da mundividência destes indivíduos de pequeno estatuto na sua origem, associados à grande reconquista do século XIII e que assistiam de perto à sucessiva doação e confirmação de bens, direitos e privilégios às milícias religiosas, em virtude da missão de defesa e expansão da fé que estas assumiam como fundamento da sua existência. É natural que quando os principais argumentos que os homens das ordens apresentavam para justificar o seu estatuto jurídico privilegiado, as riquezas que administravam e os privilégios de que beneficiavam falhavam, isto suscitasse ecos junto dos guerreiros que concorriam com eles pela distribuição dos proventos da conquista de terras ao muçulmano. A quebra da disciplina imposta pelos votos dos freires consistia, no fundo, na quebra dos argumentos que sustentavam toda a panóplia de favores que estes granjeavam junto dos monarcas e do Sumo Pontífice.

Mais uma vez, no seio das críticas, não encontramos aqui uma alusão a alguma quebra no ímpeto guerreiro das ordens. Com certeza Gonçalo Anes presenciara de perto as capacidades bélicas dos homens da Ordem de Santiago, pelo menos, e assistira provavelmente ao desempenho guerreiro das outras milícias. A sua crítica, assim, incide sobre o quotidiano

¹⁴⁸ O carácter híbrido das milícias religiosas, que aglutinavam em si as duas funções cimeiras do edifício social cristão – a oração e o combate – suscitou, desde o início, uma grande ambiguidade. As mesmas razões que serviam para o seu louvor, isto é, a combinação do ímpeto bélico do guerreiro com a disciplina e pureza do religioso, eram também utilizadas como peça do criticismo dos fundamentos destes institutos. «*Monstrum novum*», novidade monstruosa, assim se referia a esta forma inovadora de espiritualidade Isaac de l'Étoile num dos seus sermões, por volta de 1160; cf Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 1-2. Apesar dos louvores iniciais e da ausência de uma corrente intelectual significativa que condenasse esta forma nova de espiritualidade e os seus fundamentos ao longo dos séculos XII-XIV, subsistiu no meio eclesiástico a noção de que o derramamento de sangue por parte dos homens da Igreja consistia uma incompatibilidade fundamental, apesar desta corrente ser minoritária e constantemente associada ao criticismo do movimento cruzado e da utilização da violência como meio de integrar territórios e populações no seio da *christianitas*; cf. Helen NICHOLSON – *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights...*, pp. 38-43.

dos freires no âmbito da paz, nas tarefas de administração dos bens e de assistência à comunidade dos fiéis. Aqui, sim, Gonçalo Anes encontra já motivos de crítica, suscitados pela vida dos freires no século.

É difícil averiguar se as raízes da sua crítica se encontram em algum conflito travado entre o trovador e alguma milícia relativo à posse de bens ou sobre alguma jurisdição, a título de exemplo, mas essa hipótese não é de menosprezar. Mesmo assim, sem se possuir um contexto mais concreto, continua a ser possível vislumbrar uma crítica bastante importante, relacionada com o dever de boa administração dos bens das milícias, que, mesmo afastadas dos teatros de guerra, continuavam a ser responsáveis pela sustentação do esforço guerreiro cristão – na Península e na Palestina –, bem como pelo apoio aos peregrinos que se dirigiam aos lugares santos. É precisamente aqui que a crítica de Gonçalo Anes se faz mais sentir, ao denunciar um conjunto de práticas que constituem não só o desvio dos bens das casas religiosas a favor de lógicas bastante afastadas da missão das milícias, como as relaciona a outro desvio – o sexual – que a esta prática de *gestão danosa* associa a perda da pureza inerente a homens de religião, como deviam ser os freires.

f) Rui Pais de Ribela e o comendador ardoroso

Outro autor de duas cantigas de vincado cariz sexual dirigidas a um comendador, Rui Pais de Ribela terá desenvolvido a sua actividade entre os meados e o terceiro quartel do século XIII¹⁴⁹. Sendo, presumivelmente, filho de um cavaleiro galego, terá estado enquadrado na Corte de Afonso X, conjecturando-se a sua integração nos contingentes que acompanharam as conquistas do então infante Afonso de Castela durante a década de '40. Se pouco se sabe acerca deste trovador, as duas cantigas que nos deixou tecem uma narrativa a duas partes, onde o sujeito que encarna a voz da cantiga se vê envolvido num caso caricato: um certo comendador ter-se-ia apoderado da sua mulher, sem que esta, aparentemente, lhe tenha colocado muitos entraves¹⁵⁰. Isto dará o mote para a segunda composição, onde, para reaver a esposa, o lesado propõe uma compensação em troca da esposa – *outra d'Alanquer* – de modo a garantir ao comendador em questão outra mulher¹⁵¹.

¹⁴⁹ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, p. 434; idem – *Trobadores e xograres...*, p. 180;

¹⁵⁰ B 1438; V 1048; CEMDa 415; CEMDb 384; LPGP, vol. II, pp. 911;
CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1471&pv=sim>.

¹⁵¹ B 1440; V 1050; CEMDa 417; CEMDb 385; LPGP, vol. II, pp. 912;

A primeira composição, «*Comendador, u m'eu quitei*», joga com o sentido do termo *comendador*, ou seja, aquele a quem é confiada a guarda dos bens de um terceiro e, no caso das ordens militares, o cargo de administrador de um conjunto de bens de uma ordem, confiados ao cuidado e gestão de um freire, cujo desempenho deveria contribuir para a rentabilização dos bens da ordem em favor da sua missão¹⁵². A cantiga é composta por três estrofes, de refrão, no qual o trovador vinca a manifestação do descontentamento do marido pela situação em que se tinha envolvido, *encomendendo* o dito comendador ao diabo, utilizando para isso o jogo com o sentido do termo *comenda*: tivesse o comendador tomado à sua guarda o *demo* ao invés da sua mulher¹⁵³.

A primeira estrofe dá conta do caso: a personagem lesada ter-se-ia ausentado, deixando a sua esposa aos cuidados deste comendador, que não teria tido problemas em assumir o papel do marido, não só quanto à guarda da senhora em questão, como também quanto ao cumprimento em pleno dos deveres maritais¹⁵⁴. A segunda estrofe da composição prossegue com o sujeito poético denunciando o bom *serviço* que a sua mulher tinha recebido do comendador em questão¹⁵⁵, a tal ponto que, na última estrofe, o trovador declara que este marido se sentiria já em dúvida relativamente a quem a senhora queria melhor, se a ele, se ao novo amante¹⁵⁶.

É importante que nos tenha chegado a outra composição que refere o caso, já que revela a continuidade que os trovadores conferiam aos temas que elegiam, acrescentando pormenores às representações que teciam nos seus cantares. Desta feita, o marido em questão parece querer arranjar solução para o caso de usurpação da mulher. As duas estrofes que compõem a cantiga terminam também em refrão, neste caso apelando à cortesia do comendador em questão para que este devolva a mulher. O lesado inicia a cantiga solicitando

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1473&pv=sim>.

¹⁵² Relativamente às comendas, seu sistema, origem e desenvolvimento, veja-se Jonathan RILEY-SMITH – “The Origins of the Commandery in the Temple and the Hospital” in Anthony LUTTRELL; Léon PRESSOUYRE (dirs.) – *La Commanderie, institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*, Paris, Comité des travaux historiques et scientifiques, 2002, pp. 9-17; Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 327-354; Philippe JOSSERAND – “Commanderie” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 245-246; Alain DEMURGER – *Moines et Guerriers. Les ordres religieux-militaires au Moyen Âge*, Lonrai, Seuil, 2010, pp. 120-124.

¹⁵³ «*tenhades vós, comendador, / comendad'o Demo maior.*».

¹⁵⁴ «*Comendador, u m'eu quitei / de vós e vos encomendei / a mia molher, per quant'eu sei / que lhi fezeistes d'amor.*».

¹⁵⁵ «*Ca muito a fostes servir / nom vo-lo posso eu gracir; / mais, poi'la vós fostes comprir / de quant'eça houve sabor.*».

¹⁵⁶ «*E dizer-vos quer'ũa rem: / ela por servida se tem / de vós; e, pois que vos quer bem / como quer a mim ou melhor.*».

de volta a esposa, ao ponto de pedir que, se a retomar, seja castigado por Deus se a tornar a perder para este comendador¹⁵⁷.

A segunda estrofe da composição denuncia os propósitos do marido, que afirma abertamente a necessidade que sentia de gerar a sua prole¹⁵⁸. Se para reaver a mulher fosse preciso arranjar uma substituta, o trovador escreve que seria possível arranjá-la em Alenquer¹⁵⁹. Esta estrofe, em particular a referência ao topónimo, serviu já a Luís Krus para a formulação de algumas considerações sobre o papel da cidade na economia discursiva dos trovadores¹⁶⁰. As suas conclusões apontam no sentido de uma conotação negativa das urbes na mundividência da aristocracia tradicional, visão, de resto, concomitante com a perspectiva que o *Livro Velho de linhagens* transmite das cidades do Sul, associadas aos freires das milícias e encaradas com uma grande dose de desconfiança por parte do discurso do nobiliário¹⁶¹. As situações que Rui Pais de Ribela põe em cena associam-se a uma representação da cidade como um espaço de desordem, encarado pela aristocracia como profundamente hostil e esta vê posta em causa a sua capacidade de controlar as mulheres e, assim, de gerar descendência.

As duas composições deste autor colocam o conceito de comenda sob o sentido de uma promiscuidade conotada de forma obviamente negativa. No cenário traçado por este trovador, a função do comendador aparece subvertida a partir da quebra de confiança que deveria sustentar a relação entre o proprietário dos bens e o homem que deles tomava conta, expressa no sentido da expressão *encomendar*, cujo sentido pleno se encontra na expressão *confiar*. Isto é o mesmo que dizer que a confiança no indivíduo e na sua competência para administrar os bens deveriam presidir à sua nomeação. Ora, perante o caso que Rui Pais apresenta, quase que apetece retomar a expressão de despeito de Vasco Gil relativa aos comendadores hospitalários, quando sobre eles diz «*comendadores estes!*», mostrando assim, sob o mesmo traço de ironia que Rui Pais exhibe, a estreita associação da ideia de comenda com o valor da confiança depositada em alguém, cuja subversão poderia ser comparada à quebra do compromisso de honra entre um vassalo e o seu senhor.

A alusão sexual é bastante explícita para ser considerada apenas uma metáfora. Mesmo assim, parece-me relevante encarar a vertente material da sátira composta por Rui

¹⁵⁷ «*Meu senhor, se vos aprouguer, / comendador, dade-mi mia molher; / e se vo-la outra vez ar der, / dê-mi Deus muita de maa ventura.*».

¹⁵⁸ «*De fazer filhos m' é mester: / comendador, dade-me mia molher,*».

¹⁵⁹ «*e dar-vos-ei [eu] outra d'Alenquer / em que percaades a caentura.*».

¹⁶⁰ Cf. Luís KRUS – “A cidade no discurso Cultural Nobiliárquico (sécs. XIII e XIV)” in Maria José Ferro TAVARES (coord.) – *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 381-393.

¹⁶¹ Cf. Luís KRUS – *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico...*, pp. 67-70.

Pais, já que nela pode estar subjacente uma apreciação da administração dos bens das milícias pelos comendadores, que através da assunção do cargo granjeavam para si benefícios pessoais, a nível de proventos materiais e de influência social e política proporcionais aos bens que administravam. No fundo, a crítica sexual pode ser indício de uma crítica à apropriação pessoal dos bens das ordens, que, à guarda de comendadores menos zelosos da sua função no seio de uma ordem militar, geriam os bens de acordo com as suas ambições pessoais.

No entanto, se a vertente de crítica à gestão dos bens das ordens não é de desprezar na compreensão destas duas cantigas, não é possível entendê-las sem prestar atenção à crítica das práticas sexuais dos freires¹⁶². Já o afirmei acima, e as composições de Rui Pais de Ribela levam a reiterar a importância da associação do sentido da crítica sexual à crítica de administração dos bens das ordens, justamente porque coloca em cena, de forma acoplada, a corrupção moral e física que o sexo acarreta e a corrupção das práticas de poder material das milícias. É importante notar que, a partir do século XI, o aparelho reformador da Igreja, ao nível teológico, conciliava cada vez mais a natureza espiritual da Igreja com a sua fundamentação material, mundana, justificando esta aparente contradição através da formulação da ideia de que a *ecclesia* se constituía no seio da cristandade como corpo espiritual, elo de comunicação entre o transcendente e o mundo material. Esta formulação teórica da natureza e da função da Igreja legitimava a sua base material de implantação como forma de transmutação dos investimentos materiais em bens espirituais – no caso das milícias, o sustento material convertia-se na defesa do rebanho dos fiéis de Cristo¹⁶³. Desta forma, a boa administração de bens eclesiásticos dependia de uma moralidade incorruptível por parte dos homens da igreja, e, no caso aqui pertinente, dos homens das ordens. Uma crítica como a de Rui Pais, ou, se as recordarmos, de Gonçalo Anes do Vinhal e de Vasco Gil, atingia a

¹⁶² Cf. Helen NICHOLSON – “Chasteté” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, p. 216.

¹⁶³ A esta formulação subjaz uma perspectiva interpretativa da medievalidade que coloca no seu cerne a Igreja enquanto elemento que permeia todo o edifício social, fornecendo ao ser humano a estrutura e a *utilização mental* – para utilizar a expressão consagrada de Lucien Febvre – para lidar com a realidade. Ao nível das representações, as relações entre a esfera material e a esfera espiritual são, de acordo com este ponto de vista, mais fluidas e interdependentes, condicionando a organização do corpo social e as normas pelas quais ele se rege – nomeadamente em dois vectores: a) como uma sociedade que concebe a sua escatologia no âmbito de uma relação de superioridade do plano espiritual em relação ao plano físico; b) numa relação íntima entre as consequências da vida terrena (isto é, da expressão física da existência humana e, consequentemente, das suas acções) e a construção da Jerusalém Celeste, representação do triunfo da *Opus Dei* e do primado do espiritual sobre o material. É isto que permite compreender, para o caso que aqui interessa, a relação entre a necessidade da pureza dos agentes da *ecclesia* para a administração eficaz dos seus bens. Cf. Anita GUERREAU-JALABERT – “L’*ecclesia* médiévale, une institution totale” in Jean-Claude SCHMITT; Otto Gerhard OEXLE (dirs.) – *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Paris, Sorbonne, 2003, pp. 219-226; Jérôme BASCHET – *La Civilisation Féodale. De l’an mil à la colonization de l’Amérique*, Paris, Flammarion, 2006, pp. 598-635.

legitimidade de acumulação e administração de bens por parte das ordens na base das incoerências entre norma e prática que os comendadores encarnavam.

Como já foi dito, tentar-se colocar a análise na óptica da veracidade do retrato será menos frutífero do que procurar compreender porque é que a sexualidade – e não outro tema – surge como motivo destacado de crítica nesta fase¹⁶⁴. É certo que as ordens estão em contacto com os homens contemporâneos da segunda geração de trovadores na Corte e nos campos de batalha – ambientes de competição viril, quer no esforço físico, quer no jogo de sedução que a cultura de Corte encarna, que ao nível da intriga palaciana, quer ao nível da relação entre os guerreiros e as damas. Nestes dois cenários – guerra e Corte –, a cultura dos guerreiros é pautada pelo ardor e pela bravata sexual, que bem se pode intuir nos temas mais ou menos explícitos desta geração de trovadores¹⁶⁵. A actividade sexual dos homens das ordens poderia assim surgir aos olhos dos outros guerreiros como um elemento natural, fruto da sua virilidade e complemento directo do valor militar que os freires demonstravam em campo. A sexualidade consiste, no entanto, um elemento de crítica, em primeiro lugar devido às restrições sexuais mais ou menos rigorosas que as milícias impunham aos seus membros. Depois, prestando atenção à forma como as críticas sexuais surgem associadas a uma crítica mais ou menos velada da administração dos bens materiais, parece-me seguro concluir que em causa está aqui a sublimação de um certo sentido de impotência dos guerreiros seculares face à capacidade que os freires tinham de atrair a si doações e privilégios, invocando a sua condição de paladinos da fé.

As ordens militares surgiam no campo da religiosidade cristã como uma forma aperfeiçoada da milícia secular, purificada pela sua missão guerreira, que dirigia as práticas de violência para um inimigo exterior, associando-as ao valor escatológico da cruzada, ao mesmo tempo que tomavam para si, no âmbito assistencial, a protecção e amparo dos peregrinos e dos membros da comunidade cristã mais desfavorecidos. De acordo com os seus princípios e estatutos, eram compostas por homens que faziam da guerra uma forma de ascese, que a complementavam com práticas de purificação interior que lhes permitia viver no século protegidos por aquilo que a retórica dos apologistas desta forma de vida religiosa vulgarmente apelidavam de *armadura da fé*.

¹⁶⁴ No fundo, retomo as palavras de José Mattoso, na mesma medida em que foram tomadas por António Resende de Oliveira no início do seu artigo sobre Sexualidade na *História da Vida Privada em Portugal*: «É preferível admitir que só podemos falar de uma coisa, e mesmo dessa com grandes dúvidas e dificuldades: o discurso medieval sobre a sexualidade.» cit. a partir de António Resende de OLIVEIRA – “A Sexualidade” in *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, Maia, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2010, p. 324.

¹⁶⁵ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *O trovador galego-português...*, pp. 97-110.

Afrontados por esta retórica, os cavaleiros seculares viam-se contrapostos aos freires como homens violentos, desregrados, cujo orgulho pessoal, a indisciplina na guerra e os vícios mundanos justificavam que fossem preteridos relativamente aos freires na hora de confiar a condução da guerra ao infiel e a custódia dos bens recém-conquistados. Para o bando dos guerreiros, é natural que o voto de mitigação do ímpeto sexual fosse uma das principais barreiras que se erguiam entre eles e os freires. O mundo da guerra e das manifestações da força física complementava-se nas manifestações de virilidade sexual – daí se compreende a utilização frequente pelos trovadores da homossexualidade como arma de arremesso contra os adversários¹⁶⁶. Por outro lado, a reprodução era o primeiro dever do aristocrata, garante da continuação da linhagem e manifestação dos carismas do sangue. Os monarcas forneciam o exemplo, através da importância que a geração de herdeiros detinha na manutenção da força e legitimidade do poder régio. É natural, então, que a renúncia aos prazeres carnavais ou o seu regramento fosse dos primeiros alvos da sátira dos trovadores quando buscavam motivos de sátira aos homens das ordens. A crítica sexual era, no fundo, um motivo já bem presente na crítica aos religiosos, mas que ganhava substancial significado quando dirigido aos membros das milícias, uma vez que a repressão de um ímpeto primário como o sexo não poderia contrastar mais com o retrato vigoroso e, muitas vezes, sanguinolento, dos homens das ordens que davam largas a outro ímpeto primário – o da violência humana – no campo de batalha.

g) Gil Peres Conde e o *Amor em cas d'el rei*

Produtor de uma considerável obra satírica, ao cunho de Gil Peres Conde não escapou a inclusão de uma referência às milícias religiosas no seu repertório trovadoresco. Datado a partir de 1269, Gil Peres poderá ser identificado com um cavaleiro do mesmo nome referido na Corte castelhana naquele ano como fiel de Afonso X. Maior segurança terá a sua referência na mesma Corte, já durante o reinado de Sancho IV, no ano de 1286¹⁶⁷, em que surge já com o estatuto de infanção. A composição «*Nom é Amor em cas d'e[l] rei*»¹⁶⁸ – a única sátira trovadoresca que refere a Ordem do Templo, diga-se – insere-se no rol de composições satíricas do autor que nos apresentam a diatribe de um indivíduo deslocado na Corte

¹⁶⁶ Cf. António Resende de OLIVEIRA – “A Sexualidade” ..., pp. 329-331.

¹⁶⁷ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 350-351; idem – *Trovadores e xogrades...*, pp. 135-136; José COUCEIRO – “Gil Perez Conde” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 295-296.

¹⁶⁸ B 1525; CEMDa 161; CEMDb 121; LPGP, vol. I, pp. 350;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1558&pv=sim> .

castelhana e bafejado pela má-sorte, que se manifesta na ausência de recompensas por parte do monarca face aos vários serviços prestados. No final do sirventês moral que compõe, denunciando a falta de *amor* na Corte do rei, o trovador apresenta uma excepção, afirmando que haverá uma boa probabilidade de o encontrar entre os freires do Templo, contrapostos neste âmbito aos do Hospital, dos quais diz que *por amor* não lhes perguntará, deixando entrever uma situação em que os hospitalários se veriam preteridos a favor dos templários nas relações com o monarca.

A cantiga não se caracteriza por um ataque directo ou por satirizar uma situação fácil de identificar. Ao invés, a denúncia de um ambiente degenerado assume um carácter vago e amplo, atingindo um largo conjunto dos vassalos do monarca, sem isolar um alvo mais específico. Pode-se tentar situar a composição no âmbito mais lato do sirventês moral que denuncia uma atmosfera decadente. José Couceiro, neste sentido, associa-a ao sirventês do clérigo Airas Nunes «*Porque no mundo mengou a verdade*»¹⁶⁹, onde o mesmo tom de falência moral das casas religiosas é denunciado. A composição de Gil Peres Conde distingue-se desta, porém, por se situar no âmbito do *amor* régio, ausente de todos os membros que compõem a Corte. Desta forma, a sátira não é tanto no sentido da degenerescência moral e espiritual, mas antes no sentido da quebra dos laços de solidariedade entre o monarca e os seus servidores.

Ao longo da cantiga o trovador narra a sua busca do amor de el-rei; na primeira estrofe dá o mote da cantiga, afirmando que o «*amor em cas d'e[l] Rei*» se encontra ausente, não podendo aí ser encontrado às horas das refeições junto dos privados e dos religiosos¹⁷⁰. Prosseguindo para a segunda estrofe, estes últimos pensam que o monarca não estará ao

¹⁶⁹ B 871; V 455; CEMDa 69; CEMDb 410; LPGP, vol. I, pp. 125-126;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=878&pv=sim>. No início deste trabalho, considerei incluir esta composição no núcleo de composições sobre ordens militares, uma vez que a cantiga se desenvolve em torno de uma atmosfera decadentista das casas religiosas, e no verso n.º 22 se refere Santiago; uma leitura mais atenta da composição sugere-me que esta é uma referência toponímica à cidade de Santiago de Compostela, ao invés de se tratar da milícia santiaguista; fique aqui, não obstante, uma ressalva quanto à hipótese de se vir a comprovar, no futuro, que a cantiga se reporta, de facto, à Ordem de Santiago.

¹⁷⁰ «*Nom é Amor em cas d'e[l] Rei / ca o nom pod'hom'i achar / àa cea nem ao jantar; / a estas horas o busquei / nas pousadas dos privados, / perguntei aos seus prelados / por Amor, e nõn'o achei.*». Simbolizando deste modo os momentos de convívio e de redistribuição da riqueza do chefe, as refeições são associadas a este retrato como momentos naturais do estabelecimento de laços de solidariedade entre o monarca e o seu círculo de confiança. Veja-se, a este respeito, os artigos apresentados em Rouen no âmbito do colóquio *La sociabilité à table*, de Novembro de 1990: Anita GUERREAU-JALABERT – “Les nourritures comme figures symboliques dans les romans arthuriens” in *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges* (textos reunidos por Martin Aurell; Olivier Dumoulin; Françoise Thelamon), Rouen, PUR, 1992, pp. 35-40; Martin AURELL; Nancy GAUTHIER; Catherine VIRLOUVET – “Le roi mangeur et les elites à table” in *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges...*, pp. 118-129; Jacques LE GOFF – “Saint Louis à table. Entre comensalité royale et humilité alimentaire” in *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges...*, pp. 132-144.

corrente desta situação, tendo o amor desaparecido há algum tempo da presença dos homens de confiança do rei. Bem pode o sujeito procurar o amor do rei junto dos infanções e dos homens de criação régia, que a resposta quanto a esta questão continua a ser a mesma: «*Nom sei*»¹⁷¹. A última estrofe do poema é mais esclarecedora. Nos dois primeiros versos, Gil Peres explica a razão da erosão do amor régio: «*Perdud' é Amor com el-Rei, / porque nunca em hoste vem;*». Associa-se então o problema da solidariedade com a condução da guerra e distribuição dos seus proventos, na estrofe que termina com a alusão a uma situação anómala face a este cenário: os únicos que poderiam reter alguma da solidariedade do monarca seriam os freires do Templo¹⁷².

É no final da cantiga que Gil Peres escreve os dois versos que tornam a composição relevante para o núcleo de sátiras que contemplam as ordens militares. Apesar das poucas informações que se possuem, de momento, sobre o trovador em questão, o facto de se poder situá-lo em Castela durante o final do reinado de Afonso X e, depois, já no reinado de seu filho, Sancho IV, permite admitir uma hipótese explicativa para a referência aos templários e hospitalários na cantiga. A última estrofe do sirventês leva a que se busque, no período em que podemos balizar o trovador em questão, por um momento de quebra das relações entre o monarca castelhano e os seus vassallos. A referência aos templários, contrapostos à Ordem de S. João, fornece-nos uma pista mais concreta, sugerindo que a cantiga tenha sido composta em relação com um contexto de fractura entre a Coroa de Leão e Castela e as ordens militares.

Deste modo, considere-se o final do reinado do *Sábio*, momento da sublevação do herdeiro presuntivo da Coroa castelhano-leonesa, Sancho, como marca da primeira fractura efectiva na colaboração entre as milícias religiosas e o poder do monarca¹⁷³. Como González Jiménez ilustra, a partir das Cortes de Sevilha de 1281, o cenário para o confronto entre o partido do monarca e o do seu filho Sancho, futuro Sancho IV, define-se, tendo o infante reunido uma poderosa rede de apoios¹⁷⁴. Entre estes encontravam-se as duas ordens mais

¹⁷¹ «*Têm que o nom sab'el-Rei / que Amor aqui nom chegou / que tant'ogano del levou / e nom veo; ben'o busquei / nas tendas dos infanções / e nas dos de criações / e dizem-[me] todos: - Nom sei.*».

¹⁷² «*Perdud' é Amor com el-Rei, / porque nunca em hoste vem; / pero xe del[e] algo tem, / derei-vos eu u busquei / antr'estes freires tempreiros, / ca já os hospitaleiros / por Amor nom preguntarei.*».

¹⁷³ É nestes termos que Philippe Josserand se refere ao período: «*En prenant les armes contre Alphonse X au cours de l'hiver 1281-1282, à lá faveur de la révolte de son fils le futur Sanche IV, les ordres militaires rompaient une tradition de plus d'un siècle au cours duquel ils s'étaient systématiquement tenus à l'écart des querelles intestines qui avaient affectée la Castille.*»: Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, p. 501.

¹⁷⁴ Uma síntese da escalada das tensões e do conflito, a partir de 1281 e até à morte de Afonso X pode ser consultada em Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, pp. 342-371; relativamente ao papel desempenhado pelas ordens militares neste conflito, veja-se Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 501-508.

vinculadas ao poder monárquico castelhano – Santiago e Calatrava –, às quais se associara, de forma menos decidida, a milícia do Hospital¹⁷⁵. A somar aos freires, um grupo bastante alargado que incluía grande parte da família real, a maioria da aristocracia leiga e dos dignitários eclesiásticos do reino castelhano¹⁷⁶. Afonso X encontrava-se numa situação de isolamento progressivo, ao ponto de, no começo do Verão de 1282, a autoridade efectiva do monarca ser reconhecida apenas no Sul dos seus domínios, mormente em Sevilha e em partes do reino de Múrcia¹⁷⁷. O contexto adequa-se bastante ao mote da cantiga, embora esta se coloque numa óptica oposta à do monarca, denunciando não o abandono das fidelidades devidas ao rei, mas antes, um sentimento de ausência do *amor* devido pelo soberano aos seus vassallos. Neste contexto a cantiga poderá revestir-se de um sentido apologético face à facção do príncipe Sancho, cuja rebelião era motivada por um sentimento de inversão da ordem natural das relações entre o monarca e os seus vassallos, muito motivado pelas medidas de reforço do poder do soberano ao longo do seu reinado.

O cenário era francamente negativo para Afonso X. Invertia-se inequivocamente, nos derradeiros anos do seu governo, a política de cooperação estreita entre as milícias e o monarca. O *Sábio* previra, porém, esta deserção, uma vez que, desde a revolta nobiliárquica de 1272, adivinhava uma ruptura nas fidelidades das milícias face ao rei castelhano-leonês, conforme o testemunho deixado numa carta dirigida ao infante D. Fernando de la Cerda, datada provavelmente de Junho de 1273¹⁷⁸. Nesta, Afonso X manifestava de forma bastante clara as suas reservas quanto às fidelidades de Paio Peres Correia e de Juan González, mestres, à data, das milícias de Santiago e de Calatrava, respectivamente, – as mesmas que alinharam decididamente contra o monarca dez anos depois.

¹⁷⁵ Conforme se verá adiante, a posição do Templo nesta questão revestir-se-á de alguma ambiguidade; quando à Ordem de Alcântara, apesar da maioria das evidências apontarem para um alinhamento ao lado de Afonso X, alguns indícios apontam para uma postura flutuante relativamente ao alinhamento na rebelião: Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “La Monarquía y las Ordenes Militares durante el reinado de Alfonso X” in *Hispania. Revista Española de Historia*, n.º 178, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991, pp. 463-464.

¹⁷⁶ Cf. Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Afonso X el Sabio...*, p. 348.

¹⁷⁷ Cf. Idem - *Afonso X el Sabio...*, p. 351.

¹⁷⁸ A carta chega-nos através da *Crónica de Afonso X* e tem sido utilizada para inferir a crescente degradação das relações entre Afonso X e as milícias religiosas: Cf. Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 502-503; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Afonso X el Sabio...*, pp. 403-404. Veja-se também Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – “Relaciones de las Ordenes Militares castellanas con la Corona” in *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 18, Sevilha, Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas de la Universidad, 1991, pp. 218-219.

Perante este cenário o monarca agia prontamente, procedendo a uma série de confiscações dos bens das milícias¹⁷⁹, contrariando a política de concessão de mercês que o infante Sancho executava como maneira de granjear o apoio das ordens militares¹⁸⁰. Neste contexto de abandono completo, do qual a cantiga não se distancia muito, a estrofe final da composição de Gil Peres parece ilustrar bem o rumo dos acontecimentos da guerra civil. A referência aos templários como último reduto do *amor* de Afonso X poderá ser, no fundo, uma referência ao comportamento destes durante o conflito, já que, como afirma González Jiménez relativamente à atitude das milícias, «*Sólo la Orden del Temple, salvo excepciones personales muy concretas, se mantuvo fiel al rey*»¹⁸¹. Por outro lado, a referência de pendor mais negativo relativamente ao Hospital de S. João poderá ser uma alusão mais ou menos directa às medidas tomadas pelo *Sábio* contra a ordem, mais concretamente a confiscação de bens da mesma – como aconteceu em Carmona e Almodóvar del Río¹⁸². Perante estes dados, parece-me inegável que o trovador punha em contraponto o comportamento da milícia são-joanina face ao demonstrado pelos Pobres Cavaleiros de Cristo, que apesar das suas contradições internas permaneceram ao lado de Afonso X num momento de quase isolamento total do monarca¹⁸³.

¹⁷⁹ Tal como aconteceu com os bens da Ordem do Hospital em Carmona e Almodóvar del Río (*vide infra*, n. 181); com os da Ordem do Templo em Jerez de los Caballeros e Fregenal (*vide infra*, nota 182); e com a transferência da vila e do castelo de Montemolín da posse da Ordem de Santiago para as mãos do Concelho de Sevilha, a 13 de Julho de 1283: Cf. Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Afonso X el Sabio...*, p. 351; 348-349; *DipAX*, pp. 528-529 [doc. 501].

¹⁸⁰ Com efeito, durante o conflito entre pai e filho, pode-se assistir a uma manobra de captação do apoio das milícias por parte do infante Sancho: a Calatrava prometia entregar Villa Real, concedendo-lhe também, em detrimento do Arcebispo e Cabido da Catedral de Sevilha, metade dos direitos sobre as minas de prata de Almáden; Santiago obteria de Sancho a região de Valle de Ricote, bem como conseguia do príncipe o seu favor na resolução de alguns litígios com o Concelho de Badajoz relativos à posse de alguns lugares; por outro lado, conferia também à Ordem do Hospital os direitos de padroado sobre as igrejas de Serpa, Moura e Mourão; cf. Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Afonso X el Sabio...*, pp. 344-350; Josserand sublinha ainda a confiança depositada pelo futuro Sancho IV nos seus fiéis das ordens, ao colocar nas mãos dos superiores das milícias missões de especial importância, como foi o caso da entrega da custódia de Maria de Molina aos Mestres de Alcântara e de Calatrava, bem como ao prior do Hospital, aquando da sua partida de Córdova rumo a Badajoz; cf. Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, p. 504;

¹⁸¹ Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Afonso X el Sabio...*, p. 405.

¹⁸² Cf. Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, p. 505; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Afonso X el Sabio...*, p. 344.

¹⁸³ Apesar de se poder considerar o Templo como um aliado de Afonso X neste período atribulado, a ordem não esteve a salvo das suas contradições internas; um documento datado de 8 de Março de 1283, dado em Sevilha por Afonso X à ordem, ilustra bem o caso: chefiada pelo Grão-Comendador Gómez García, a milícia teria alinhado pelo partido do infante rebelde, suscitando a confiscação dos seus bens em Jerez de los Caballeros e em Fregenal; porém, a intervenção no terreno do Mestre João Fernandes e de Paio Gomes Barreto, que com uma parte substancial da milícia (que incluía, de acordo com o documento «*otros freres buenos de Portugal*») se colocaram ao lado do monarca, suscitou mais tarde a devolução dos bens confiscados: *DipAX*, pp. 539-540 [doc. 509]. Este documento levou Philippe Josserand a considerar o período como um cisma no seio do ramo ibérico do Templo: Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, p. 505-506.

Enquadrando-a deste modo, a cantiga passa a ser um testemunho do momento em que pela primeira vez se quebra, como já aludi, a fidelidade das milícias ao monarca castelhano. No fundo, as ordens militares reagiam a um programa de afirmação do poder régio castelhano que colocou no centro de uma das suas linhas de acção a domesticação e instrumentalização dos institutos religioso-militares presentes no reino¹⁸⁴. Esta reacção surgia a par da última insurreição generalizada e é interessante notar que, apesar das insurreições de 1255 e de 1272, só no final do reinado de Afonso X é que as ordens militares assumem uma posição adversa ao monarca – e mesmo assim, refira-se, não sem contradições internas e mudanças de campo repentinas, o que, de certo modo permite aferir o sucesso da colaboração entre os monarcas castelhanos e os freires.

Note-se, ainda, que uma das questões levantadas por González Jimenez no sentido de compreender a sublevação dos freires prende-se precisamente com o crescente envolvimento das ordens militares na política interna do reino castelhano em detrimento da sua função militar¹⁸⁵, o que, num certo sentido significa também o afastamento das milícias da sua função primária, isto é, da sua missão cruzadística. Talvez por isso, antes de fechar a sua composição com a referência a templários e hospitalários, Gil Peres Conde justificasse a ausência do *amor régio* com o verso «*porque nunca em hoste vem*», pretendendo com isso expressar o progressivo afastamento do monarca relativamente à guerra, em favor do seu envolvimento nos assuntos internos do reino. Com efeito, a política de Afonso X relativa às ordens militares colhia os seus frutos: os mestres e altos dignitários eram, progressivamente, homens da confiança do monarca e seus vassallos directos, presentes na Corte de maneira cada vez mais continuada, enquanto o monarca intervinha cada vez mais na nomeação dos dirigentes das milícias. Por sua vez, estas viam-se cada vez mais envolvidas numa lógica de dependência vassálica relativamente ao rei. Face à relativa liberdade de movimentos durante o período de maior expansão territorial durante o reinado de Fernando III, as ordens encontravam-se agora no centro da reorganização territorial de Afonso X, que não hesitava em reorganizar e canalizar a presença das milícias para zonas do seu interesse, de forma a consolidar os espaços sob domínio da monarquia castelhano-leonesa.

¹⁸⁴ Um programa cujas linhas orientadoras e consequências foram claramente definidas e analisadas por Carlos de Ayala Martínez em textos cuja consulta não se dispensa para a compreensão da ruptura do final do reinado: Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “La Monarquía y las Ordenes Militares durante el reinado de Alfonso X”..., pp. 409-465; idem – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., pp. 86 (este texto foi aproveitado para a redacção das páginas referentes ao mesmo tema na síntese que o autor dedica às ordens militares hispânicas; cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 710-714).

¹⁸⁵ Cf. Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – “Relaciones de las Ordenes Militares castellanas con la Corona”..., p. 219; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Afonso X el Sabio...*, p. 404.

Convertidas num instrumento da política do *Sábio*, é bastante natural que as ordens passassem elas próprias a disputar influências e mercês dentro do espaço cristão, afastando-se, assim, aparentemente, da sua vocação primordial – a cruzada. O sentido geral da composição parece reverberar o eco das tensões acumuladas durante o reinado do *Sábio* em função da sua política de afirmação monárquica. Se ao longo do seu reinado as ordens surgem como elementos centrais e, muitas vezes, coadjuvantes, desta política, as transformações operadas nas lógicas de relação entre o monarca e os freires durante a segunda metade do século XIII não deixaram de ter as suas consequências. É neste quadro que as milícias vão desempenhar um papel de destaque dentro do grupo de apoiantes do infante Sancho. A alusão da última estrofe à situação ambígua entre o monarca e as duas milícias internacionais deverá ser, de acordo com o que acima foi dito, um eco do alinhamento das milícias durante a sublevação de 1282-1284. Sublinhe-se que a própria estrutura do poema é também sugestiva, deixando para o fim as milícias, que, comparativamente à generalidade dos restantes vassalos de Afonso X, foram também as últimas a abandonar o monarca.

h) Pero Mendes da Fonseca e o *Paio de más artes*

Uma das mais célebres sátiras relacionadas com a cavalaria religiosa chega-nos pela pena de Pero Mendes da Fonseca. «*Chegou Paio de más artes*»¹⁸⁶ coloca em cena uma acusação de desvio relativo à norma de promoção e eleição de um comendador da Ordem de Santiago. Elisa Ferreira Priegue e Ana Mussons Freixas são responsáveis pela identificação do *Paio* da cantiga com a figura de Paio Peres Correia, por meio dos estudos que dedicaram à composição¹⁸⁷. Admitindo esta leitura, a cantiga constitui um ataque a uma das figuras mais importantes da cruzada e da política ibérica do século XIII. No entanto, parece-me importante ponderar esta interpretação. A referência ao antropónimo *Paio*, admita-se, torna bastante tentadora a identificação deste com a figura do homem que, durante cerca de trinta anos, esteve à frente da Ordem de Santiago e se converteu, na tradição cronística e lírica, numa personagem heroificada da reconquista, verdadeiro *exemplum* do *miles christi* ibérico.

¹⁸⁶ B 1600; V 1132; CEMDa 402; CEMDb 370; LPGP, vol. II pp. 868-869; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1624&pv=sim>.

¹⁸⁷ Elisa FERREIRA PRIEGUE – “«Chegou Paio de más artes...» (CBN 1600 = CV 1132)” in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, t. XXXI, Santiago de Compostela, Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, 1978-1980, pp. 361-369; Ana MUSSONS FREIXAS – “El escarnio de Pero Meéndez da Fonseca” in *La Lengua y la Literatura en tiempos de Alfonso X*, Murcia, Facultad de Letras de la Universidad de Murcia, 1985, pp. 393-414.

Todavia, creio que será importante temperar esta identificação através de uma leitura dos dados concretos que a composição fornece, uma vez que estes não são despidiendos no âmbito da imagem que nos oferecem das milícias, mesmo que de natureza mais genérica.

Pero Mendes da Fonseca está identificado como sendo o cavaleiro filho do segundo casamento de Mem Gonçalves da Fonseca com Maria Pires de Cambra. Pensa-se que terá passado a sua vida em Portugal na segunda metade de Duzentos, surgindo como testemunha de um documento do Mosteiro de Pendorada em 1275. Posteriormente, é mencionado nas Inquirições de 1288 e é um dos confirmantes do escambo do castelo de Portel pela vila de Mafra, em 1289. As suas boas relações com a Corte atestam-se através do seu casamento com Mor Martins, sobrinha de Estêvão Anes¹⁸⁸, assim como pela sua presença na documentação produzida em função de negócios da linhagem de Aboim-Portel. Com estes mantém relações antes de 1294, ano em que Pero Anes de Portel doa à Ordem do Templo umas casas em Leiria que tinha comprado ao trovador. Terá tido filhos. Um deles, Gonçalo Peres da Fonseca, está referido como freire da Ordem de Santiago, o que poderá servir de ponto de partida para uma melhor compreensão do interesse de Pero Mendes pela ordem¹⁸⁹.

Os seus dados prosopográficos levaram Resende de Oliveira a considerar que Pero Mendes da Fonseca terá desenvolvido a sua actividade trovadoresca a partir do início do último quartel do século XIII. Sendo a sátira dirigida à figura do comendador de Uclês, poder-se-ia argumentar que a identificação com Paio Peres Correia estaria provida de pleno sentido, uma vez que, antes da assunção do mestrado, este desempenhou o cargo entre 1241 e 1242¹⁹⁰. Mas a distância que separa o período de actividade do trovador do período em que Paio Peres Correia ocupou o cargo de comendador de Uclês fragiliza bastante esta hipótese¹⁹¹.

¹⁸⁸ Sobre Estêvão Anes e seu âmbito familiar, cf. Leontina VENTURA – *A nobreza de Corte de Afonso III...*, vol. II, pp. 585-597.

¹⁸⁹ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 421-422; idem – *Trobadores e xograres...*, p. 172; idem – “Pero Mendiz da Fonseca” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, p. 549; José Augusto PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas...*, vol. 1, pp. 504-505.

¹⁹⁰ De facto, durante o século XIII, à cabeça da comenda de Uclês estão documentados apenas dois indivíduos de nome Paio, ou Pelayo, na sua forma castelhana: Pelayo Alvarez (1209) e Paio Peres Correia (entre 16 de Novembro de 1241 e Outubro de 1242). Pelayo Alvarez surge demasiado recuado para se admitir que é o Paio da composição, ao passo que Paio Peres Correia, embora mais tardio, surge também demasiado cedo relativamente aos dados prosopográficos de Pero Mendes da Fonseca. Cf. Milagros RIVERA GARRETAS – *La Encomienda, el Priorato y la Villa de Ucles en la Edad Media (1174-1310). Formación de un señorío de la Orden de Santiago*, Madrid/Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985, pp. 532; 537-538.

¹⁹¹ «A cronologia do autor e o facto de Paio Peres aparecer como comendador somente no segundo quartel do século dificultam, porém, ao contrário do que tem já sido sugerido, qualquer tentativa de identificação entre ele e o Paio escarnecido na composição.»: António Resende de OLIVEIRA – “Pero Mendiz da Fonseca”..., p. 549.

Sublinhe-se ainda que, à luz dos conhecimentos actuais acerca da Ordem de Santiago, seria muito imprudente assumir que a referência à assunção do cargo de comendador de Uclês seria equivalente à assunção do mestrado da ordem, já que, durante o século XIII, a maioria dos indivíduos que tiveram a seu cargo esta comenda não progrediram para o mestrado¹⁹². Por outro lado, refira-se ainda que, sendo Uclês a sede da Ordem de Santiago, esta tomava muitas vezes o nome da sua cabeça territorial como forma de designação. Assim, a expressão da cantiga «*comendador d'Ocrês*» não nos garante que o trovador se reportaria especificamente ao cargo de comendador de Uclês ou se esta designação tomaria o sentido de *comendador da Ordem de Santiago*. Por outro lado, é importante relembrar que a designação que os freires santiaguistas assumem no discurso do *Livro Velho de linhagens*, contemporâneo de Pero Mendes da Fonseca, é a de «*freires d'Uclês*»¹⁹³, como sinónimo de freires de Santiago. Se no discurso genealógico desta época os freires assumem, colectivamente, esta designação, isto parece-me suficiente para que se encare o refrão da cantiga como uma alusão genérica à condição de comendador da milícia referida, ao invés de se reportar, especificamente, à comenda de Uclês.

De facto, nada na cantiga garante que fosse a Paio Peres Correia que o trovador se referia especificamente. Em primeiro lugar, o recurso à figura do romanceiro tradicional poderá ser simplesmente, conforme Ana Mussons Freixas bem afirma, um artifício para «*provocar com una imagen rápida el efecto satírico que se desea*»¹⁹⁴. Depois, conforme foi também salientado, a utilização deste antropónimo poderá estar relacionada com a sua associação a uma imagem rústica¹⁹⁵, pretendendo assim, de forma bastante eficaz, sublinhar-se a rudeza do sujeito em questão (elemento central da cantiga, como se verá adiante). Assim, *Paio* poderá surgir aqui como uma designação genérica com função qualitativa, sem se reportar directamente a um indivíduo específico. A composição poderá assumir o carácter mais genérico de crítica aos comendadores da milícia santiaguista, traçando-lhes um perfil caricato. Por outro lado, recorde-se a reflexão de Resende de Oliveira acerca deste ponto, relativa à identificação do *Paio* com Paio Peres Correia: «*Seria mais lógico ver neste*

¹⁹² Compare-se a lista de comendadores de Uclês realizada por Rivera Garretas com o elenco de mestres da Ordem de Santiago presente no final da Síntese de Ayala Martínez: Cf. Milagros RIVERA GARRETAS – *La Encomienda, el Priorato y la Villa de Ucles en la Edad Media...*, pp. 530-540; Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, p. 850.

¹⁹³ LVI B7.

¹⁹⁴ Ana MUSSONS FREIXAS – “El escarnio de Pero Meéndez da Fonseca”..., pp. 396.

¹⁹⁵ A este respeito, a juntar às reflexões tecidas acerca da conotação rústica do termo *Paio* nos artigos de Ana Mussons Freixas e Elisa Ferreira Priegue, veja-se João José Alves DIAS; A. H. de Oliveira MARQUES – *Do Pagus ao Paio: notas sobre a administração romana em Portugal*, Braga, Cruz, 1980.

*personagem um comendador da mesma Ordem um pouco mais tardio, talvez do último quartel do século XIII.»*¹⁹⁶.

Comece-se por observar que elementos estão na cantiga e qual o seu sentido mais concreto. As leituras de Ferreira Priegue e de Mussons Freixas têm-se subordinado à identificação do *Paio* com Paio Peres Correia. Já Rodrigues Lapa, na sua edição da cantiga, não considerou tal hipótese, mas saliente-se que a sua leitura carecia de um conhecimento aprofundado da Ordem de Santiago. Esta tradição exegética tem feito com que os dados da cantiga tenham sido interpretados à luz do percurso pessoal de Paio Peres. Torna-se agora pertinente que sejam confrontados com outros elementos aduzidos por investigações posteriores, que permitem compreender a representação dos homens das ordens a qual, no fundo, é o que está em causa na cantiga.

A composição coloca-nos em cena a ascensão de rompante de um indivíduo – o *Paio de más artes* – ao cargo de comendador de Uclês. A apresentação do indivíduo é bastante eficaz neste aspecto, uma vez que, desde logo, os primeiros dois versos traçam um perfil bem definido¹⁹⁷: um indivíduo anónimo, rude, manipulador. A referência ao *Paio de más artes* poderá ser também entendida como uma associação desta figura às artes mágicas e à idolatria¹⁹⁸, uma crítica às milícias que surgiu noutros contextos textuais apresentando uma estreita relação com os sucessivos fracassos politico-militares dos reinos latinos da Terra Santa¹⁹⁹. A capa com que se apresenta, conota este indivíduo com Chartres e, portanto, com o mundo urbano, mas também, através da distância desta urbe ao Ocidente Peninsular, com a viagem e a deambulação. A arte e subtileza do trovador sobressaem no verbo que coloca a personagem em cena – *Chegou* – que envolve de imediato a sátira de um certo sentido de *arrivismo*. Frisando a rapidez da sua ascensão ao cargo, a *leitura das partes*, a que o trovador se refere, poderá aqui ser interpretada como uma alusão à adivinhação por meio da observação das entranhas dos animais, modo pelo qual teria alcançado de forma bastante

¹⁹⁶ António Resende de OLIVEIRA – “Pero Mendiz da Fonseca” ..., p. 549.

¹⁹⁷ «*Chegou Paio de más artes / com seu cerame de Chartes;*».

¹⁹⁸ A composição de Pero Mendes da Fonseca é uma das fontes de Leite de Vasconcelos para a nota que dedicou a esta figura do romanceiro tradicional, mais conhecida pelo nome de Pedro das Malasartes. Na tradição popular esta figura é associada ao Diabo, à idolatria e à magia; cf. Joaquim LEITE DE VASCONCELLOS – *Tradições populares de Portugal*, Organização e apresentação de M. Viegas Guerreiro, Maia, INCM, 1986, pp. 318-319.

¹⁹⁹ Note-se que a associação das ordens ao universo das artes mágicas ou a fenómenos não associados ao sobrenatural cristão, bem como a cenários que, hoje em dia, poderemos apelidar de exóticos de motivo oriental, surge em narrativas cujo intuito é a crítica dos pecados, sobretudo do orgulho e da ganância dos homens das ordens ou dos privilégios das milícias. Neste sentido, a recuperação deste motivo para a sátira deste comendador encaixa-se de forma bastante coerente: Cf. Helen NICHOLSON – *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights...*, pp. 81-85.

rápida e contra a norma uma dignidade que o trovador considera inadequada à sua condição²⁰⁰.

Sem poupar no ataque a esta figura, o trovador inicia o segundo período da cantiga com a ideia de que a capa que trazia dava-lhe um aspecto de idiota, devido ao estado gasto e miserável em que esta se encontrava²⁰¹. Mais uma vez nos dois primeiros versos faz uso de uma caracterização bastante negativa que serve para dar ênfase às irregularidades da ascensão à comenda: sem ter o apoio do órgão electivo e consultivo da ordem, o Conselho dos Treze²⁰², este *Paio*, não obstante, teria ascendido ao cargo de comendador²⁰³. Note-se que o trovador utiliza mais uma vez a alusão à indumentária como forma de denunciar a promoção do indivíduo: deixando o «*ceramen pardo*», tomou «*mant'e tabardo*», isto é, vestuário rico e mais apropriado à sua nova condição de comendador²⁰⁴.

Se a utilização do elemento sumptuário não era já suficiente para a caracterização deste *Paio*, a última estrofe da cantiga não deixa margem para dúvidas: o trovador traça-nos o cenário, vivo e algo dramático, de um indivíduo que teria surgido descalço, por um caminho – voltamos aqui a uma associação com a viagem e a deambulação²⁰⁵. Perante este quadro, ninguém estaria à espera de uma ascensão tão fulgurante. As palavras do trovador são explícitas: um «*hom'atam rafez*», ou, na leitura de Graça Videira Lopes, *um homem tão reles*, que muito rapidamente se teria feito revestir das dignidades da milícia, assumindo o cargo em torno do qual se desenvolve o refrão da cantiga²⁰⁶.

A identificação deste *Paio* com um dos mais conhecidos membros da linhagem dos Correia fez com que se interpretassem os dados da cantiga à luz dos conflitos internos da ordem que esta personalidade protagonizará mais tarde, durante as décadas de '50 e '60 do século XIII. No entanto, o percurso de Paio Peres Correia pouco terá a ver com o descrito na

²⁰⁰ «e nom leeu el nas partes / que chegasse há um mês / e do lûes ao martes / foi comendador d'Ocrês.». Numa outra perspectiva, António Resende de Oliveira sugeriu em 2003 que esta referência às *partes* poderá estar relacionada com a obra *De partibus orationis ars minor*, de Donato, manual de aprendizagem do latim. O autor sugere que a *leitura das partes* deverá ser uma alusão à fraca preparação escolar deste *Paio* [“O letrado e o mundo senhorial. A perspectiva trovadoresca”, comunicação apresentada ao Colóquio *Os Intelectuais e os Poderes*, org. Instituto de História e Teoria das Ideias, decorrido entre 10 e 11 de Dezembro de 2003 na Universidade de Coimbra].

²⁰¹ «[E] semelha-me busnardo, / vind'em seu ceramen pardo;».

²⁰² A respeito deste órgão da Ordem de Santiago, cujas competências envolviam não só a eleição do Mestre, mas também, para o caso que aqui interessa mais, o aconselhamento deste relativo às questões da gestão e governo da ordem, veja-se Philippe JOSSERAND – “Treize” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 929-930.

²⁰³ «e, u nom houvesse reguardo / em nãum dos dez e três,».

²⁰⁴ «log'houve mant'e tabardo / e foi comendador d'Ocrês».

²⁰⁵ «E chegou per ãa 'strada, / descalço, gram madurgada:».

²⁰⁶ «u se nom catavam nada / d'um hom[e] atam rafez, / cobrou manto com espada / e foi comendador d'Ocrês.».

composição. Tendo tomado os votos o mais tardar em 1228, sabe-se que Paio Peres terá demorado pelo menos uma década entre 1232, momento em que o encontramos como comendador de Alcácer do Sal, e 1242, ano em que ascende à dignidade mestral²⁰⁷. Pelo meio, encontramos-lo desempenhando cargos de máxima importância dentro da ordem, podendo afirmar-se que, antes de encabeçar Santiago, Paio Peres terá cumprido um autêntico *cursus honorum* dentro da instituição, o que lhe permitiu consolidar a sua rede de influências, bem como apreender as práticas e artes necessárias à gestão da ordem. A sua passagem pela comenda de Alcácer do Sal²⁰⁸ – sede portuguesa da milícia – e, depois, pela comenda de Uclês²⁰⁹ – cabeça da ordem em Castela – enuncia, perfeitamente, um percurso ascensional que não permite afirmar que teria passado «*do lûes ao martes*» à posição cimeira que veio a ocupar. Neste sentido, Elisa Ferreira Priegue salientou que «*Consideradas individualmente, ninguna de las circunstancias de su promoción son irregulares*»²¹⁰, o que a levou a interpretar como chave da composição o momento de eleição de Paio Peres para a comenda de Uclês e, posteriormente, para o mestrado²¹¹. A ascensão de Paio Peres resultaria, na sua óptica, de uma intervenção de Fernando III de Leão e Castela no sentido de trazer para a sua órbita o homem que acabara de protagonizar um conjunto significativo de conquistas no Baixo Alentejo e no Algarve à frente do ramo português da milícia sediada em Uclês. O monarca procurava assim garantir o domínio castelhano dos castelos a Ocidente do Guadiana, situação,

²⁰⁷ Sobre o percurso inicial de Paio Peres Correia na ordem, consulte-se: Mário Raul de Sousa CUNHA – *A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*, diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, texto policopiado, 1991, pp. 69-78; Manuel LÓPEZ FERNÁNDEZ – “La persona de Pelay Pérez Correa, maestre de la orden de Santiago”..., pp. 204-208; idem – *Pelay Pérez Correa: Historia y Leyenda...*, pp. 62-73; Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Pelayo Pérez Correa” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 705-706.

²⁰⁸ Sobre a comenda de Alcácer do Sal veja-se Maria Teresa Lopes PEREIRA – *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2007; idem – “Alcácer do Sal (Portugal, Alentejo)” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 57-58.

²⁰⁹ Para além do estudo de Milagros Rivera Garretas já citado, veja-se também Carlos de Ayala MARTÍNEZ – “Uclés (Espagne, Castille-La Manche)” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 942-943.

²¹⁰ Elisa FERREIRA PRIEGUE – “«Chegou Paio de maas artes...» (CBN 1600 = CV 1132)”..., pp. 363-364.

²¹¹ A identificação deste *Paio* com Paio Peres Correia serviu também de sustentáculo para uma breve interpretação do escárnio de Pero Mendes da Fonseca por parte de Manuel López Fernández, que o relaciona não com a ascensão ao mestrado nem à comenda de Uclês, mas sim à assunção do cargo de comendador de Alcácer. Na sua óptica, a composição de Pero Mendes dever-se-ia a uma reacção ao rebaixamento do seu filho face ao membro da linhagem dos Correia na obtenção de cargos importantes dentro da milícia. No entanto, esta interpretação torna-se difícil de aceitar como provável, devido aos problemas provocados pela cronologia do trovador. Por outro lado, López Fernández assume que Pero Mendes seria pai de Gonçalo Peres Magro, comendador de Palmela, informação que está posta de parte. Cf. Manuel LÓPEZ FERNÁNDEZ – “La persona de Pelay Pérez Correa, maestre de la orden de Santiago”..., pp. 208-209.

como é sabido, que se arrastará pelo reinado de Afonso X e só se sanará pelo acordo de Badajoz (1267) entre este e o seu genro, D. Afonso III²¹².

Porém, é estranho que Pero Mendes da Fonseca, provavelmente activo no último quartel do século XIII, votasse um cantar a uma situação que teria ocorrido cerca de trinta anos antes. De outro prisma, o que a cantiga nos permite vislumbrar, de facto, é o traçar de um perfil dos comendadores das milícias religiosas – especificamente, da de Santiago – por parte de um agente da cultura nobiliárquica deste período. Perfil que é marcado por uma profunda animosidade relativa aos mesmos. Não sabemos, por ora, se o escárnio de Pero Mendes se referia especificamente a um outro *Paio* – coisa que, a ser provada, necessitaria da recuperação de mais dados, quer sobre a biografia do trovador, quer no âmbito da prosopografia dos comendadores da Ordem de Santiago na segunda metade do século XIII, conforme António Resende de Oliveira aponta²¹³.

O retrato tecido pode muito bem relacionar-se com o recrutamento e origem social dos homens que compunham maioritariamente o tecido humano das milícias. A outrora visão tradicional, baseada na interpretação das disposições normativas das diferentes milícias religiosas católicas, que nelas via institutos aristocráticos destinados a acolher os membros das aristocracias guerreiras alheados do património familiar, tem vindo a perder terreno através do estudo prosopográfico dos membros das mesmas. Pelo contrário, estudos recentes confirmam as origens humildes de muitos freires das milícias, recrutados sobretudo entre cavaleiros e escudeiros que compunham a pequena nobreza²¹⁴. No caso da Península Ibérica, verifica-se, também que as Ordens Militares constituíam um poderoso pólo atractivo para os

²¹² Sobre esta questão, veja-se Leontina VENTURA – *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 138-148.

²¹³ «*Na pesquisa a efectuar para a sua identificação não devem ser descurados os comendadores castelhanos da Ordem em causa.*»: António Resende de OLIVEIRA – “Pero Mendiz da Fonseca”..., p. 549; neste sentido, mas de forma mais abrangente, diga-se que não devem, igualmente, ser descurados os comendadores portugueses da mesma ordem.

²¹⁴ Cite-se Alain Demurger a respeito do recrutamento: «*Les études faites sur le recrutement des ordres montrent qu'ils n'attirent guère la haute noblesse, même en Espagne où, pourtant, les ordres son devenus, à la fin de la Moyen Âge, un enjeu de pouvoir entre la royauté et la haute noblesse. Un bâtard royal, Jean, devenu maître d'Avis, monta même sur le trône portugais en 1383. Ce sont la petite et la moyenne noblesse qui fournissent l'essentiel du recrutement des frères combattants. (...) dans la Baillie teutonique de Thuringe, on connaît, au XIII^e siècle, les attaches familiales de 105 frères combattants: 9 sont issus de familles comtales, 74 de familles de la petite noblesse des ministériaux au service de l'empereur et des puissants; 10 sont des milieux du patriciat urbain.*»: Alain DEMURGER – *Moines et Guerriers...*, pp. 100-102. Outros estudos têm apontado no mesmo sentido: Cf. Alan FOREY – *The Military Orders...*, pp. 132-136; Philippe JOSSERAND – “La figure du commandeur dans les prieurés castellans el léonais du Temple et de l'Hôpital: une approche prosopographique (fin XII^e-milieu XIV^e siècle) in Isabel Cristina F. FERNANDES (coord.) – *Ordens Militares: Guerra, Religião, Poder e Cultura...* vol. 1, pp. 165-178.

membros da cavalaria vilã²¹⁵, homens habituados a uma economia de guerra e à vida na fronteira com o Islão²¹⁶. As milícias constituíam, desta forma, meios povoados por homens ligados a origens sociais mais baixas e, muitas vezes, desprovidas de pergaminhos nobiliárquicos, sobretudo considerando-se a componente concelhia das mesmas.

Esta sociologia das ordens poderá estar na base das críticas tecidas pelo trovador neste escárnio. Considerando-se a representação que é feita deste comendador de Uclês, qualificado como manipulador («*de más artes*»), praticante de artes divinatórias («*e nom leu el nas partes*»), mal relacionado no seu interior («*u nom houvesse reguardo / em nem um dos des e três*»), de origens humildes e descrito como um homem reles («*ũũ hom'atam rafez*»), podemos entrever nesta descrição um ataque bastante directo às origens sociais dos comendadores das milícias, tidos (devido à sua proveniência menos prestigiada) como indignos de lhes pertencer e nelas ocupar cargos importantes. O facto de um filho do trovador ser membro da milícia de Santiago pode estar associado a esta crítica, uma vez que, como se observou nas cantigas acima analisadas, o interesse dos trovadores galego-portugueses de segunda geração pelas milícias religiosas está, em quase todos os casos, associado a relações próximas dos autores ou da sua linhagem com as ordens militares.

Esta associação configurava, no fundo, uma aproximação da linhagem aos assuntos internos de uma milícia, bem como a obtenção de vantagens, que podiam ir do ponto de vista do indivíduo que professava na ordem até à conjugação dos interesses desta com os da linhagem. É nestes moldes que se poderá enquadrar a paulatina aproximação entre as milícias e algumas linhagens em percurso ascensional a partir de meados do século XIII: a profissão de um ou mais membros de uma família consumava, no fundo, uma estratégia de benefícios mútuos, na qual ambas as partes saíam beneficiadas²¹⁷. No entanto, esta aproximação, por um lado, não significa nem a súbita transformação dos institutos religioso-militares em ambientes predominantemente aristocráticos, nem implica a sujeição das milícias aos interesses

²¹⁵ É neste sentido que aponta, inequivocamente, a recente investigação de Luís Filipe Oliveira acerca da composição social das milícias portuguesas de Avis e Santiago entre 1330 e 1449, no que toca aos mestres e comendadores das duas ordens. A constatação de um recrutamento efectuado essencialmente no meio urbano concelhio levou este autor a falar de *uma lenta aristocratização* destes institutos religiosos: Cf. Luís Filipe Oliveira – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, em especial pp. 47-62; 149-201. Na mesma linha, Philippe Josserand tomou em consideração os indícios do mesmo processo para o reino castelhano-leonês, chegando à conclusão que, apesar de existirem já inclinações para um ideal aristocrático das milícias, nomeadamente Santiago, durante o século XIII, só se pode admitir que a nobreza detém um papel preponderante nas milícias deste reino a partir do século XV; cf. Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 374-381.

²¹⁶ Sobre este tema, veja-se James F. POWERS – *A Society Organized for War. The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages (1000-1284)*, Berkeley, California University Press, 1987.

²¹⁷ Cf. Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 403-426.

nobiliárquicos, por outro. Estas mantinham uma capacidade bastante acentuada de auto-gestão e de defesa dos seus assuntos internos da ingerência da aristocracia. A promoção de membros oriundos do meio urbano vilão fornece um indício bastante credível para a compreensão deste fenómeno. Deste modo, o que poderá estar em causa nesta composição é a crítica da promoção de homens de origens mais obscuras – sobretudo de origem urbana e concelhia – à posição privilegiada de comendador em detrimento dos membros de uma aristocracia mais estabelecida e melhor relacionada, à qual Pero Mendes da Fonseca deveria sentir-se pertencer, em virtude das suas boas relações com o chanceler Estêvão Anes e a linhagem de Aboim-Portel (e consequentemente, com o monarca, visto estar associado a duas das figuras cimeiras do governo de D. Afonso III).

É crucial, e a tradição exegética desta composição não olvidou isto²¹⁸, o papel do elemento sumptuário na caracterização deste *Paio*. No âmbito das críticas dirigidas às ordens militares, o lugar que o símbolo e o emblema detêm afigura-se central – recorde-se a tenção entre Vasco Gil e Afonso X relativamente ao manto (dos hospitalários, conforme acrescente). São estes, materializados numa série de sinais ostentados através do vestuário, que individualizavam, em termos sociais, os homens das ordens, distinguindo-os – função essencial numa sociedade de ordens – e, por outro lado, reforçando a sua coesão interna²¹⁹. Como institutos militares, a necessidade de reforçar o espírito de corpo e a disciplina dos seus efectivos traduzia-se na adopção de um vestuário próprio, adequado às necessidades do combate e ao rigor espiritual das milícias. O *manto com espada* da composição não poderá ser outro senão o hábito dos freires de Santiago: a *cappa*, hábito fechado dotado de um capuz, típico das ordens militares ibéricas de matriz cisterciense (Alcântara, Calatrava, Avis e Montesa) e de Santiago, que o adoptam, por oposição ao manto aberto envergado sobre a restante roupa por cima dos ombros, adoptado pelas milícias do Templo, Hospital e de Santa Maria dos Teutónicos²²⁰.

²¹⁸ Cf. Ana MUSSONS FREIXAS – “El escarnio de Pero Meéndez da Fonseca”..., pp. 405 e ss..

²¹⁹ Michel Pastoureau sublinhou bem a importância que o clero regular, emergente da reforma gregoriana, atribuiu à questão do vestuário, dos símbolos e das cores na sua auto-representação e estabelecimento de uma diferenciação face ao resto da *ecclesia*. Emanação do mesmo movimento reformista, as ordens militares, profundamente associadas aos movimentos cisterciense e agostiniano, não escaparam a esta tendência, verificando-se, para o caso da Ordem do Templo, uma necessidade precoce de estabelecer uma diferenciação sumptuária entre os Pobres Cavaleiros de Cristo e o restante grupo dos guerreiros leigos. Cf. Michel PASTOUREAU – *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*, Lonrai, Seuil, 2004, pp. 135-171.

²²⁰ Nas palavras de Demurger: «*Il faut distinguer l'habit des autres vêtements. L'habit designe, dans une ordre religieux, le seul vêtement extérieur: la cappa (chape), manteau fermé avec le capuchin (coule), ou le manteau ouvert, que nous appelons cape! Les vêtements, c'est le reste, chemises, caleçons, robe, surcot, etc.*»: Alain DEMURGER – *Moines et Guerriers...*, pp. 192-193; veja-se, também, Alain DEMURGER – “Habit” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 421-422.

É importante reparar na expressão do trovador quando, no final da composição, se refere ao *manto* caracterizando-o: «*com espada*». O interesse está na diferenciação deste manto, já que não era costume entre as ordens ibéricas de matriz cisterciense a ornamentação do hábito com uma insígnia. Conforme Alain Demurger assinala, a ostentação do emblema, no âmbito das milícias ibéricas, é uma marca original da indumentária dos freires de Santiago. Para as restantes, terá de se esperar pelo século XIV para que a evolução do hábito imponha a ostentação de uma insígnia por cima do ombro esquerdo²²¹. É esta dignidade, que o trovador tem o cuidado de caracterizar cuidadosamente, que é oposta ao «*cerame de Chartes*» com que o *Paio de más artes* teria surgido. Não me parece muito difícil a compreensão do elemento sumptuário no que toca à questão da crítica que está implícita, dada a importância do hábito no seio da espiritualidade militar e a ligação do vestuário à posição social. Sobre este aspecto, as leituras da cantiga já esclareceram que esta sátira assenta na questão da substituição de uma indumentária rude, gasta e pobre pelas vestes de comendador, mais ricas e revestidas de uma maior dignidade.

O motivo da promoção económico-social parece-me bastante sólido na leitura da cantiga. Atribuir, porém, ao «*cerame*» a categoria de um hábito de Santiago de menor estatuto²²² revela-se um pouco mais forçado, uma vez que, na cantiga, o trovador coloca-o em oposição destacada face ao hábito de Santiago. Mais uma vez, a procura de uma identificação deste *Paio* com o mestre de Santiago homónimo parece ter a sua influência na leitura dos dados que a cantiga fornece objectivamente. Nada nela permite afirmar que o manto pardo e humilde fosse o hábito santiagouista. Por outro lado, as leituras de Rodrigues Lapa e de Graça Videira Lopes²²³ apontam no sentido de este ser uma capa larga comum, um albornoz, vulgarmente utilizado para agasalho e protecção face aos elementos naturais. Prestando-se atenção ao que já foi dito relativamente à sociologia das ordens para a segunda metade do século XIII, a caracterização do manto e a sua associação com a urbe de Chartres pode muito bem remeter para as origens vilãs e urbanas de grande parte dos comendadores das ordens militares. De novo, os dados da cantiga parecem apontar de forma clara para uma associação deste *Paio* ao universo concelhio e citadino do Sul da Península, mundo oposto ao norte

²²¹ Cf. Alain DEMURGER – *Moines et Guerriers...*, pp. 194 e ss..

²²² «*Cuando el trovador habla de un “ceramen pardo” está describiendo, seguramente, el hábito de un freille que cambiará después por un “manto con espada” al ser nombrado comendador.(...) Así, pues, la cruz era simbolo de nobleza*»: Ana MUSSONS FREIXAS – “El escarnio de Pero Meéndez da Fonseca” ..., p. 408.

²²³ Lapa, na sua leitura da cantiga (CEMDa 402) anota o seguinte: «*O arabismo cerame designava uma capa larga, albornoz*»; Graça Videira Lopes (CEMDb 370) acrescenta a esta leitura o seguinte: «*Note-se que «cavaleiros pardos» era uma designação que se aplicava aos cavaleiros não pertencentes à nobreza, assim designados por causa da capa que usavam para se proteger.*»

senhorial e rural no qual se ancorava a ideologia da aristocracia do Ocidente peninsular, que via com desconfiança e despeito estes guerreiros do Sul que integravam as milícias religiosas.

i) Caldeïrom, os d'Aragom e os da Catalonha

Se, até agora, todos os autores citados eram trovadores com origem em linhagens aristocráticas oriundas do reino português, a sociologia dos compositores deste conjunto de cantigas inverte-se com Caldeïrom. Julga-se que terá sido um jogral – o único deste conjunto de compositores –, sendo que o mais conhecido vestígio documental que poderá reportar-se ao mesmo indivíduo é a menção de um jogral de tambores nas *Cuentas y Gastos* de Sancho IV de Castela, pelos anos de 1293-1294²²⁴. Registe-se, ainda, o contributo avançado por Xavier Ron Fernández, que relacionou o nome deste autor com uma ocorrência do antropónimo Calderon no Repartimiento de Valência de 1239-1240. Este dado poderia fazer recuar, em cerca de meio século, a cronologia deste autor²²⁵ e das suas composições, atribuindo um novo significado às mesmas. Não se possuem dados seguros para lá destas referências, mas a leitura da composição em que menciona os hospitalários tem permitido aos especialistas a colocação de algumas hipóteses.

A sua invectiva contra aragoneses e catalães²²⁶, bem como os provençalismos da cantiga sugerem um contacto com a faixa nordeste da Península, ao passo que a referência a uma *vinda* da Galiza num verso da última estrofe²²⁷ poderá ser indício da proveniência original deste homem. Apesar de não terem sido ainda descobertos indícios seguros da sua presença em Portugal, não é descabido que o refúgio dos últimos trovadores na Corte portuguesa possa ter significado a sua deslocação para a Corte de D. Dinis. Foi, de resto, esta a hipótese colocada por Carolina Michaëlis, que nele via um acompanhante do séquito de D. Isabel ou de D. Pedro de Aragão. Não é improvável que a evolução cultural em Castela fornecesse um motivo para este jogral buscar melhor sorte junto da Corte portuguesa, sobretudo no momento em que o seu monarca estreitava as suas relações com a monarquia aragonesa e criava um ambiente

²²⁴ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do Espectáculo...*, pp. 325-326; idem – *Trovadores e xograres...*, pp. 115-116; S. VATTERONI – “Caldeïron” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, p. 113.

²²⁵ Xabier RON FERNÁNDEZ – “Carolina Michaelis e os trovadores representados no Cancioneiro da Ajuda” in Mercedes BREA (coord.) – *Carolina Michaelis e o Cancioneiro da Ajuda hoje*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñero, 2005, pp. 180-181.

²²⁶ B 1623; V 1157; CEMDa 431; CEMDb 414; LPGP, vol. I, p. 174;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1649&pv=sim>.

²²⁷ «Desto cant’ar; el-rei me descobrir / dos d’Aragom, quand’eu vim de Galiza.».

propício para a fixação de levantinos na Corte²²⁸. Das poucas conclusões que estes dados permitem formular, talvez se possa afiançar uma melhor contextualização da cantiga através da sua leitura.

Em primeiro lugar, é importante referir que a cantiga não se dirige aos hospitalários. Como os dois primeiros versos da composição indicam, esta é uma sátira dirigida à fraqueza do ímpeto bélico de aragoneses e catalães²²⁹. Esta ideia é reforçada no início da segunda estrofe, na qual o trovador afirma «*Cantar quer'eu – nom havera i al – / dos d'Aragom e dos da Catalonha,*»²³⁰, deixando poucas dúvidas acerca do seu alvo. Os hospitalários surgem no final da segunda estrofe, comparados, na sua cobardia, aos alvos da sátira. Embora os freires não sejam o alvo principal da composição, um aspecto sobressai no âmbito da evolução global da representação trovadoresca das ordens militares: pela primeira vez se acusa os freires de um instituto religioso-militar de cobardia, equiparando-os aos guerreiros leigos no que toca à decadência no exercício da guerra. Mais que uma interpretação global da cantiga, é a este dado em específico que procurarei atribuir algum sentido.

A primeira estrofe da composição identifica os alvos e o motivo da sátira. aragoneses e catalães, célebres pela sua galanteria, teriam deixado de alimentar o seu ímpeto bélico com a rivalidade nas matérias amorosas. O terceiro verso coloca um problema de leitura. Lapa assume que o sentido será a total perda de ímpeto bélico²³¹, porém, Graça Videira Lopes, tomando o quarto verso em conta, faz uma leitura ligeiramente diferente: Aragoneses e catalães teriam deixado de brigar por motivo das mulheres, assumindo que isto não era ajuizado, continuando a enfrentar-se por outros motivos²³². Pondo de parte o sentido estrito deste verso, resta-nos o sentido geral – o jogral acusa-os de perda de valor no campo de batalha. Caldeïrom conclui este período fazendo alusão a um tópico tradicional do lirismo provençal – *dona gaia do bom semelhar* –, fazendo uso desta personagem feminina para deixar pairar a ideia de que nem no amor reconheceria valor a aragoneses e catalães²³³.

A segunda estrofe é marcada por uma maior contundência do autor. Se a primeira poderia causar algum equívoco de sentido na interpretação da expressão *lidar* (podendo esta ser interpretada como *lide* nos jogos líricos de Corte), agora o sentido é ilustrado de modo

²²⁸ Cf. José Augusto PIZARRO – *D. Dinís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 73-78.

²²⁹ «*Os d'Aragom, que soem donear, / e [os] Catalães com eles a perfia, / leixados som por donas a lidar, / vam-se acordando que era folia;*».

²³⁰ E continua: «*per como guardam sas armas de mal / cada um deles, ergo sansonha;*».

²³¹ A leitura de Rodrigues Lapa (CEMDa 431) é a seguinte: «*deixaram de brigar por motivo das donas*».

²³² CEMDb 414; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1649&pv=sim>.

²³³ «*e de bu[r]llas, cuid'eu, ri[i]r-s'end'ia / quem lhe dissess'aqueste meu cantar: / a dona gaia do bom semelhar, o amor quicá nã'os preçaria.*».

bastante inequívoco. Reiterando o seu desejo definitivo em satirizar aragoneses e catalães, Caldeïrom ironiza afirmando que estes preferem sofrer a vergonha do cantar que lhes dirige a desembainharem as armas, que preferem ter protegidas de qualquer mal que utilizá-las pudesse vir a causar²³⁴. É aqui, nos últimos dois versos da estrofe que Caldeïrom chama a ordem do Hospital à colação afirmando que «*nom parariam os do [E]spital / de melhor mente a lide nem besonha*». A comparação deixa pouca margem para a criatividade do leitor e, se a utilização de equívocos e segundos sentidos é um dos pilares da sátira trovadoresca, aqui o sentido é bastante claro, tratando-se de dois versos que reduzem ao denominador comum da cobardia quer os guerreiros do Levante peninsular, quer os freires do Hospital de São João.

Como já referi, o último período da cantiga é o que fornece mais alguns indícios acerca do compositor. A estrofe começa com a atitude de um monarca, do qual não sabemos o reino, relativa à proveniência aragonesa de Caldeïrom após a sua chegada da Galiza. Os primeiros dois versos desta estrofe são difíceis de decifrar, em primeiro lugar porque não se descortina que *el-Rei* é este, pois subsiste a dúvida se Caldeïrom se refere ao monarca castelhano ou ao monarca aragonês. A referência documental a um Caldeïrom no documento de 1294 leva a que se pense, naturalmente, em primeiro lugar, em Sancho IV de Leão e Castela. O que parece seguro, pela leitura dos versos, é que Caldeïrom teria passado pela Galiza, podendo esta ser ou não a sua região de origem. Mais uma vez, não se consegue compreender totalmente a atitude deste monarca que é descrita pelo compositor. No seio da sátira aos aragoneses, os dois versos iniciais desta estrofe podem assumir dois sentidos, que se apoiam em diferentes leituras do verbo *descobrir*: ou este rei teria assumido que Caldeïrom era aragonês aquando da sua chegada à Corte, ou o monarca simplesmente teria demonstrado ao jogral a fraqueza bélica dos levantinos²³⁵.

Se estes dois versos e os provençalismos da cantiga têm servido de sustentáculo à opinião de uma proveniência próxima do Sul de França, a referência a uma vinda da Galiza tem sustentado a hipótese alternativa. O que os versos seguintes parecem afirmar é que a itinerância de Caldeïrom era motivada pela busca de melhores condições de vida²³⁶, busca que o terá levado até aos domínios do monarca aragonês, como se compreende pela referência

²³⁴ «*Cantar quer'eu – nom haverá i al - / dos d'Aragom e dos da Catalonha, / per como guardam sãs armas de mal / cada um deles; ergo se a sonha; / ante xe querem sofrer a vergonha / daqueste segre, pólo que mais val;*».

²³⁵ As diferentes leituras são afixadas pelos especialistas. Manuel Rodrigues Lapa (CEMDa 431) terá dado o contributo mais significativo para a reconstituição dos versos, muito danificados nos ms.; Graça Videira Lopes (CEMDb 414; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1649&pv=sim>) avançou as duas leituras na sua edição da cantiga.

²³⁶ «*em que vivem com gram míngu[a], e leni[r] / a busquei bem aalém de Fariza. / Nom se faz todo per farpar peliça?*».

que faz a Ariza. Penso que esta referência a uma praça-forte na fronteira castelhano-aragonesa, como procurarei ilustrar adiante, não é fortuita e poderá fornecer-nos alguns elementos para compreendermos melhor a composição.

Esta cantiga, dedicada ao termo da cobardia, é rematada com um toque de ironia do seu autor, uma vez que termina com um desafio a quem se sentir mais lesado pelo cantar (naturalmente, aragoneses e catalães): que saibam reproduzir e interpretar este cantar e, que, depois, venham procurar, junto do autor, as reparações devidas por meio de um confronto, se o considerarem devido²³⁷.

As dificuldades de interpretação deste cantar têm origem nos problemas de edição por que o mesmo tem passado. De facto, o seu mau estado de preservação nos manuscritos tem tornado a fixação dos seus versos muito problemática, e a leitura que acima se propõe pode ser bastante efémera em virtude de outras propostas de leitura. A somar a isto, a ausência de dados concretos sobre o autor complica ainda mais a exegese desta cantiga de mal-dizer. Para além dos poucos vestígios de Caldeirum, são sobretudo três os elementos mais concretos que se podem extrair para tecer algumas considerações contextuais. Em primeiro lugar, há que prestar atenção aos alvos da sátira e, lateralmente, à referência à ordem do Hospital. Por outro lado, a referência às *donas* do início do poema pode fornecer outra pista para a interpretação. Por outro lado, como acima referi, a alusão a Ariza é o terceiro elemento que, combinado com os restantes, poderá fornecer alguns elementos para, pelo menos, se afixarem alguns contextos que possam, de futuro, ser úteis para uma decifração mais rigorosa da cantiga.

Apreciando estes elementos, será lógico procurar-se identificar um contexto em que seria propício satirizar aragoneses e catalães, que envolvesse o motivo feminino do início do poema. Admitindo-se a premissa que o compositor deste cantar é, de facto, o mesmo jogral que surge na Corte de Sancho IV de Castela, não é de todo descabido assumir que este estivesse presente na Corte castelhana durante o final do reinado de Afonso X, pelos anos de 1275-1282. Aí poderia ter fortalecido as raízes de serviço cortesão que o fariam, mais tarde, ser contemplado nos orçamentos do herdeiro do *Sábio*. Se aí permanecia, na segunda metade da década de '70 do século XIII, poderá ter participado no mesmo ciclo trovadoresco de Gil Peres Conde, que como já se apontou, poderá estar na Corte castelhana a partir de 1269. É possível que ambos tenham composto cantigas durante o escalar de tensões internas que levou à revolta de Sancho IV contra Afonso X. Note-se que um dos aspectos de que as

²³⁷ «*Mais quem [aqu]este meu cantar oir / cante-me-o bem; e pois que esbaldir, / se s'en queixar [por en], busque-me liça.*».

composições de ambos autores comungam é o de uma visão negativa da Ordem do Hospital, cujo comportamento no seio da revolta já procurei ilustrar²³⁸, o que poderá sugerir uma partilha dos dois autores de um ambiente cortesão em que a fama desta milícia não estava nos melhores dias.

É suficientemente conhecido o papel político das mulheres que rodeavam Afonso X no agudizar da crise política que desembocaria na revolta de 1282, bem como o papel assumido por Pedro III de Aragão no final do reinado de Afonso X. A imagem dos aragoneses na passagem da década de '70 para a década de '80 no seio da Coroa de Castela não deveria gozar de grandes elogios. Para se compreender isto, é necessário recuar até ao ano de 1277 e seguir de forma atenta a narrativa dos sucessos ocorridos desde este ano até ao início da década seguinte. Nesse ano, Afonso X via-se a braços com uma situação política cada vez mais instável, sobretudo devido à questão da sucessão. O favoritismo do monarca por Fernando de la Cerda tinha sofrido um rude golpe com a morte do infante em 1275. Abria-se assim o episódio da crise sucessória que haveria de durar até 1278²³⁹. O caminho da crise política acentuava-se com a segunda invasão benemerine de Abu Yusuf Yaqub ibn Abd al-Haqq²⁴⁰, que, acompanhado pelo emir Muhammad II de Granada, traria a devastação aos arredores de Sevilha, Córdoba e Jaén durante o ano de 1277, vindo Abu Yussuf a fixar-se em Algeciras a partir de Dezembro desse ano²⁴¹.

De acordo com a revisão da cronologia destes eventos elaborada por Manuel González Jiménez, ao mesmo tempo que o emir benemerine abrandava a sua campanha, para se fixar durante o Inverno, a rainha D. Violante preparava o episódio da sua fuga para junto do irmão, o monarca aragonês²⁴². Segundo este autor, a relação entre Afonso X e a sua mulher encontrava-se profundamente degradada, não só por questões políticas, mas também em função da enfermidade que assolava o monarca. A rainha tinha tomado partido pelos seus netos, os infantes de la Cerda, atitude que agora se tornara bastante precária em virtude do fortalecimento da posição do infante Sancho, que após a morte de Fernando de la Cerda ocupara o vazio político por este deixado. Nas Cortes de Segóvia de 1278, Sancho veria a

²³⁸ *Vide supra*, II: g).

²³⁹ Cf. Joseph O'CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* pp. 281-290; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, pp. 295-322.

²⁴⁰ A primeira acontecera dois anos antes, em 1275.

²⁴¹ Cf. Joseph O'CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* p. 292; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, pp. 322-323.

²⁴² Cf. Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, p. 324-326; sobre este episódio sigam-se também as páginas de Joseph O'Callaghan: Joseph O'CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* pp. 292-294.

pretensão à sucessão assegurada, sendo decisivamente associado ao poder por Afonso X e jurado como herdeiro do trono²⁴³.

Em função do devir dos acontecimentos, por alturas do final do ano de 1277 ou inícios de 1278, D. Violante preparava o seu exílio. No seu séquito levaria a sua nora, D. Branca, a viúva de Fernando de la Cerda, e os seus netos, os pequenos infantes Fernando e Afonso de la Cerda – peças-chave em futuras questões sucessórias castelhanas. A rainha terá partido de Segóvia antes da realização das Cortes que jurariam Sancho como herdeiro, avistando-se com Pedro III em Ariza, a *Fariza* da composição. A povoação situa-se a oeste de Calatayud, no caminho que segue de Guadalajara para Saragoça (o itinerário que D. Violante terá seguido, após sair de Segóvia). Na composição, a alusão ao topónimo poderá não só servir como referência à fronteira entre os dois reinos, como, mais concretamente, ao encontro da esposa de Afonso X com o seu irmão, o monarca aragonês. De resto, Ariza foi um ponto habitual de encontro e de passagem para as movimentações político-diplomáticas entre Castela e Aragão ao longo do final do século XIII e inícios do século XIV, assumindo uma simbologia espacial nas relações entre ambas Coroas que, no fundo, está espelhada na composição de Caldeirom²⁴⁴.

Conivente²⁴⁵ com o exílio de Violante, Pedro III acolhia um trunfo no equilíbrio político franco-peninsular: os pequenos infantes de la Cerda. Acolhia também a irmã, e com ela, o consequente acumular de dívidas devidas à estância de D. Violante e da sua *entourage* em Aragão, que se iria prolongar até Maio ou Junho de 1279²⁴⁶. A atitude de Pedro III durante este período sugere uma atitude dúbia relativamente a Castela. Conforme Joseph O’Callaghan afirma, na sua resposta a Afonso X «(...) *el rey aragonés se excusó de cualquier responsabilidad en la huida de doña Violante, pero dejó bien claro que él no podía negarse a acoger-la.*»²⁴⁷ O monarca aragonês usava de um amplo jogo de cintura, capitalizando as fraquezas pessoais e políticas do velho Afonso X, permitindo-se, *inclusive*, tentar amenizar a situação afirmando que «*estaba convencido de que Violante no pretendía disgustar a su marido y que estaba deseando*

²⁴³ Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, pp. 327-328.

²⁴⁴ A partir desta referência espacial, a equipa de CMGP procurou elencar os possíveis contextos a que a cantiga se pudesse remeter. O que, na minha opinião, mais se adequa ao cantar, pelos elementos que nele se apresentam, é o do episódio da fuga de D. Violante. Preste-se porém atenção aos outros contextos assinalados em nota à edição da cantiga, que são também elegíveis para fornecerem uma leitura explicativa do contexto da mesma:

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1649&pv=sim>.

²⁴⁵ Este termo pode ser bastante eufemístico relativamente ao que se terá passado, tendo em conta que Pedro III terá entrado com o seu exército em território castelhano de modo a escoltar a rainha na sua fuga; Cf. Joseph O’CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* p. 293.

²⁴⁶ Cf. Joseph O’CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* pp. 296-297; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, pp. 329-332.

²⁴⁷ Joseph O’CALLAGHAN – *El Rey Sabio...*, p. 293.

regressar a su lado»²⁴⁸. Entretanto, Sancho procurava consolidar a aliança tácita com o seu tio por intermédio da mãe. Ambos sabiam que os infantes de la Cerda necessitavam de ser controlados para garantir ou gorar a sucessão de Afonso X.

Entretanto, em Castela, Afonso X procurava retomar as rédeas da situação político-militar a partir de Março de 1278. A par do juramento de Sancho como herdeiro, impunha-se uma reacção musculada contra as campanhas dos muçulmanos, acantonados em Algeciras desde Dezembro do ano anterior. Ao longo do ano de 1278, o *Sábio* foi tomando as providências necessárias à organização da campanha contra Algeciras. O seu estado de saúde impunha a delegação do comando militar. Pedro Martinez de Fe, um marinheiro veterano da campanha contra Salé de 1260, foi colocado ao comando da frota que daria início ao bloqueio marítimo da praça em Agosto de 1278. Quanto às forças terrestres, Afonso X conseguia a promessa de ajuda militar de Pedro III de Aragão e encarregara o almoxarife régio, Zag de la Maleha, de reunir o financiamento necessário para a campanha de bloqueio terrestre²⁴⁹. A somar a estes esforços, era pregada a cruzada por Castela e Aragão como forma de galvanizar apoios materiais e espirituais, conforme indica o texto de uma carta régia dirigida ao conelho de Burgos (que tinha contribuído para a expedição com a soma de cerca de 60 mil maravedis) a 2 de Janeiro de 1279²⁵⁰. Nos inícios de Março do mesmo ano, começava-se a levantar o assédio terrestre a Algeciras, com o seu terceiro filho, o infante D. Pedro, à cabeça da expedição²⁵¹.

Começava assim o *desastre* de Algeciras, como ficou conhecida a campanha de 1278-1279. A origem do fracasso parece ter sido a ineficácia do aprovisionamento e pagamento das tropas cristãs, problema que a *Crónica de Alfonso X* atribui às despesas contraídas por D. Violante no reino de Aragão²⁵². Como já referi, a sua estadia de cerca de um ano teria levado à contracção de uma dívida avultada. Ora, esta foi liquidada com uma grande parte do dinheiro reunido por Zag de la Maleha, o almoxarife de Afonso X, para o recrutamento do exército

²⁴⁸ Idem – *El Rey Sabio...*, p. 293.

²⁴⁹ O'Callaghan assinala as complicações de financiamento da expedição, que levaram Afonso X a conseguir de Nicolau III a dízima das rendas eclesiásticas que se destinavam à defesa da Terra Santa para armar esta campanha: Idem, p. 295.

²⁵⁰ Texto editado por González Jiménez e cujo trecho passo a citar: «*Sepades que el arçobispo de Seuilla e executor del negocio de la cruz embía allá sus cartas sobre fecho de la Cruzada. Onde uos mando que aquellas cosas que él embiare dezir por sus cartas o uos él diziere acaheciendo y sobre fecho de la Cruzada que las fagades cumplir en guisa que el fecho de la Cruzada uaya en adelante, et que entienda el mundo que sodes omnes que auedes sabor de saluar las almas e de onrrar los cuerpos e de guardar nuestra tierra.*»: *DipAX*, p. 466 [doc. 445].

²⁵¹ Cf. Joseph O'CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* pp. 295-297; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, pp. 332-334.

²⁵² Cf. idem – *Alfonso X el Sabio...*, p. 333.

sitiante. Sancho interviu no sentido de obter boa parte da soma para proceder ao pagamento da estadia da mãe em Aragão, desviando, efectivamente, recursos necessários à boa condução da campanha contra os muçulmanos. O assédio desenrolou-se ao longo do primeiro semestre do ano, sem que os sitiante conseguissem garantir uma vantagem no cerco. As dificuldades de aprovisionamento faziam-se sentir, e a eficácia militar dos contingentes coordenados por Afonso X via-se seriamente comprometida devido à falta de garantias no pagamento das soldadas. Finalmente, a 25 de Julho de 1279, a frota cristã era aniquilada num combate com os navios muçulmanos. Ao aperceberem-se do fracasso do bloqueio naval, as tropas cristãs levantaram apressadamente o cerco, deixando para trás víveres e material bélico, garantindo aos sitiados um precioso saque.

A crise político-militar não terminava em Algeciras. As tréguas assinadas com os benemerines na sequência da derrota convertiam-se na aliança entre estes e castelhanos para uma campanha contra Granada, associada ao reforço das defesas em torno de Sevilha através da atribuição de pontos defensivos estratégicos às milícias religiosas da maior confiança do monarca²⁵³. Afonso X retomava uma política defensiva que tinha iniciado pelos anos '60 do século XIII, delegando posições estratégicas nas milícias de Santiago, Calatrava, Alcântara e na recém-criada ordem de Santa Maria de Espanha²⁵⁴. A Coroa castelhana revelava, num período de fracasso militar, a sua política de instrumentalização das milícias religiosas, empregando progressivamente as de matriz castelhano-leonesa em detrimento das de matriz hierosolimitana. Para a campanha contra Granada, o *Sábio* tentou, mais uma vez, obter o apoio militar aragonês e, agora, captar o apoio do recém-coroadado D. Dinis, que se alheou de fornecer contingentes para a jornada. O acordo com Pedro III de Aragão deveria ter resultado num encontro entre os dois monarcas nos arredores de Ariza, que não sucedeu devido à necessidade de se conduzir o exército cristão – estacionado em Córdoba e chefiado pelo infante Sancho – rumo a Granada²⁵⁵.

A campanha iniciava-se por uma entrada desastrosa no território granadino. Perto de Moclín, o mestre da ordem de Santiago caía numa emboscada que vitimou quase todos os freires da ordem²⁵⁶, sendo necessária a intervenção decidida do futuro Sancho IV para evitar

²⁵³ Cf. idem – *Alfonso X el Sabio...*, pp. 334-335.

²⁵⁴ Sobre esta milícia, veja-se, sumariamente, Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 108-112; Juan TORRES FONTES – “Santa Maria de España, ordre de” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 845-846.

²⁵⁵ Cf. Joseph O'CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* pp. 297-298; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, pp. 335-337.

²⁵⁶ Este desastre estaria na origem da incorporação da Ordem de Santa Maria de Espanha na Ordem de Santiago, e da nomeação do mestre da primeira, Pedro Núñez, para o mestrado de Santiago.

um fracasso militar da mesma dimensão do que tinha sucedido em Algeciras, no ano anterior. Apesar do elogio que esta acção do infante granjeou por parte do *Sábio*, o rumo do devir político diplomático traria um desfecho bastante pesaroso para Afonso X. O monarca, nos meses que rodearam a campanha contra Granada, procurara sanar a questão da crise sucessória, que no plano externo ainda se mantinha em aberto devido às pressões francesas e aragonesas – recorde-se que Pedro III detinha os infantes de la Cerda em seu poder. Apesar do acordo obtido em Bayonne (ainda em 1280) com os embaixadores de Filipe III de França, o infante Sancho persistia num jogo duplo, garantindo que os seus sobrinhos se mantinham em Aragão, na posse do seu tio materno²⁵⁷.

A questão do exílio de Violante de Aragão voltava a abrir uma ferida no tecido político castelhano. Numa manobra política que revela a extensão das repercussões do exílio da rainha, o monarca condenou à morte o seu almoxarife, Zag de la Maleha, acusado de conduzir os dinheiros devidos à campanha contra Algeciras para a posse do infante Sancho, que por sua vez os tinha destinado ao *resgate* das dívidas. Afonso X colocava a responsabilidade dos recentes fracassos militares nas manobras de Sancho e dos aragoneses em torno da questão sucessória e da fuga da rainha. No ano seguinte (1281), Sancho prosseguiria a política de aproximação a Pedro III, consumando, a par disto, manobras que vinha a preparar no sentido de garantir o apoio das ordens militares em caso de confronto armado com o seu pai, que, como se sabe, se veio a desencadear pouco depois, com o alinhamento das milícias religiosas que foi já supramencionado²⁵⁸.

A exposição anterior parece não deixar dúvidas, no meu entender, que, durante os anos finais do reinado do *Sábio*, o clima no seio da Corte que o rodeava pessoalmente não devia ser particularmente amistoso, quer relativamente às movimentações políticas do infante Sancho e da rainha D. Violante, quer aos aragoneses. É possível que a composição de Caldeïrom seja uma impressão satírica oriunda destes anos, recolhida no seio da intriga política, militar e diplomática que envolvia Afonso X. A questão dos fracassos militares de 1279-1280 pode bem constituir o mote da cantiga. Não convém esquecer que a primeira invasão benemerine tinha tido origem na colaboração de Jaime I de Aragão com os muçulmanos, que tinha proporcionado aos marroquinos a ocupação de Ceuta, em 1274, atendendo aos interesses comerciais catalães no Norte de África²⁵⁹. Quando Caldeïrom associa

²⁵⁷ Cf. Joseph O'CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* pp. 298-299; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, p. 337.

²⁵⁸ Cf. Joseph O'CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* pp. 302 e ss.; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ – *Alfonso X el Sabio...*, p. 339 e ss..

²⁵⁹ Cf. Joseph O'CALLAGHAN – *El Rey Sabio...* p. 281.

as *donas* – neste caso, Violante de Aragão e a sua nora, D. Branca – à cobardia dos levantinos, podemos, com bastante probabilidade, estar diante de um registo carregado de ironia que os acusa de fraquejarem no apoio devido à cruzada peninsular em favor de se envolverem em questões relacionadas com uma mulher desavinda com seu marido – talvez aqui a temática amorosa possa concorrer para o registo irónico do poema.

Resta, por fim, atender à questão lateral, na cantiga, mas central para esta análise, da comparação da cobardia de aragoneses e catalães com a cobardia dos freires são-joaninos. Não me foi possível localizar nenhum passo, no contexto que analisei, em que a ordem do Hospital se revelasse particularmente envolvida com o devir dos acontecimentos entre Afonso X, o infante Sancho e Pedro III. No período considerado, como já referi, quer o rei de Castela, quer o infante herdeiro, prosseguiram uma linha de preferência pelas ordens de matriz hispânica no conduzir da defesa e no garantir de apoios para as suas causas, respectivamente. É possível, no entanto, que a cantiga seja também um indício desta preferência. A vinculação mais estreita das milícias internacionais ao papado, bem como aos seus conventos centrais na Palestina, tornava-as peças mais difíceis de circunscrever e controlar comparativamente às ordens ibéricas, que os monarcas, a partir da segunda metade do século XIII, conseguiam incluir na sua política de controlo dos territórios²⁶⁰.

Neste sentido, a representação aqui em causa é, também, a da fixação de uma mutação na forma como a cultura trovadoresca observa as milícias religiosas. Como foi já assinalado, pela primeira vez se acusa uma milícia religiosa de fraqueza na condução da guerra e – decorrendo da minha interpretação – da cruzada. O dado é importante, uma vez que permite compreender que, na passagem da segunda para a terceira geração de trovadores, meio século de envolvimento das milícias religiosas nas questões da política dos reinos peninsulares tinha feito estalar o verniz que revestia a projecção ideológica das ordens militares. O progressivo envolvimento dos freires na crise sucessória do final do reinado de Afonso X e as tensões despoletadas pelos processos de controlo das milícias pela Coroa castelhana criavam o precedente que havia de permanecer durante o século XIV²⁶¹: doravante as milícias desempenhariam sempre um papel crucial nos conflitos entre cristãos na Hispânia,

²⁶⁰ Relativamente a estes aspectos, veja-se o que já foi dito em II: g).

²⁶¹ Retenha-se a observação de Philippe Josserand: «*Manifeste dès la rébellion nobiliaire de 1271, l'hostilité des ordres militaires aux projets de centralisation de la Couronne débouche sur un affrontement violent en 1282, à la faveur de la révolte de l'infant Sanche contre son père (...). Á l'évidence, l'épisode marque l'entrée en force des ordres militaires sur la scène politique du royaume.*»: Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, p. 234.

quer se tratasse de conflitos internos, quer se tratasse de conflitos entre monarquias hispânicas²⁶².

Por outro lado, o progressivo envolvimento político-militar das ordens militares nos conflitos entre cristãos dava-se ao mesmo tempo que os insucessos dos reinos cristãos da Palestina se acumulavam²⁶³. A situação de insustentabilidade de um controlo latino da Terra Santa tornava-se cada vez mais evidente no Ocidente. Por sua vez, a apropriação da ideologia de cruzada pelos monarcas hispânicos tornava-a cada vez mais um instrumento ao serviço do reforço dos poderes régios, quer ao nível da condução das expedições guerreiras, quer ao nível do arrecadamento de recursos financeiros postos à disposição dos monarcas em nome de projectos cruzadísticos. Neste sentido, as ordens militares incorporavam-se progressivamente no conjunto de recursos militares e administrativos dos reinos peninsulares que os monarcas se esforçavam por submeter à sua autoridade, evolução que não poderia deixar de se repercutir na forma como estes institutos eram percebidos pelos poderes concorrentes, neste caso, o da nobreza cortesã.

A integração da referência aos freires hospitalários na sátira de Caldeirum a aragoneses e catalães deve ser entendida como o primeiro indício da captação, por parte da cultura nobiliárquica, da noção das mudanças que se operavam na orgânica das milícias e na sua relação com o poder régio, que as conseguia captar, com sucesso, para a prossecução da guerra e das actividades económico-administrativas numa óptica de serviço régio. As representações que se descobrem nas cantigas dos trovadores do século XIV, sediados na Corte portuguesa, são uma evolução decorrente deste processo. Como terei oportunidade de analisar adiante, à representação colectiva e generalizada da segunda geração, segue-se a representação individualizada e centrada nos actores da Corte. Esta mutação não se poderia verificar sem todos os processos de integração das ordens militares nas lógicas de poder cortesão da monarquia portuguesa de Trezentos.

²⁶² Cf. Idem – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 234-240.

²⁶³ Josserand é responsável por uma apreciação das repercussões do devir político-militar da Terra Santa ao nível das milícias religiosas na Península Ibérica: Idem– *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 38-44.

III – Os testemunhos do século XIV

«Esta cantiga foi feita a Miguel Vivas,
que foi enleito de Viseu, e a Gómis
Lourenço de Beja.»

Sem a rubrica que acompanha, no *Cancioneiro da Vaticana*, a cantiga «*Os Privados, que d’el-Rei ham*»²⁶⁴ da autoria do conde D. Pedro, muito provavelmente esta escapar-se-ia à inclusão num núcleo de cantigas relativo às ordens militares. O ataque aos homens da privança de D. Afonso IV não nomeia os seus alvos concretos. Deve-se à rubrica o conhecimento dos dois homens a quem a cantiga se dirigia. Um deles seria Gomes Lourenço de Beja, comendador-mor de Santiago no reino de Portugal e homem da estreita confiança do *Bravo*²⁶⁵. É conhecida a animosidade do conde de Barcelos contra este advogado filho de um carpinteiro, que se tornou num dos homens mais influentes do reino. Menos conhecidas, porventura, são as cinco cantigas que constituem o olhar dos trovadores da geração do *refluxo* trovadoresco sobre as ordens militares²⁶⁶.

De acordo com António Resende de Oliveira²⁶⁷, a principal característica geográfica do fenómeno trovadoresco em galego-português no seu período terminal (c. 1300-1350) é a de um autêntico refúgio dos compositores na Corte portuguesa²⁶⁸, muito devido ao mecenato dionisino e aos prolongamentos desta actividade por parte de Estêvão da Guarda e de D. Pedro Afonso durante o reinado de D. Afonso IV. O ocaso trovadoresco ocorre, deste modo, na Corte mais ocidental da Península Ibérica, condicionando desse modo o *olhar* dos trovadores sobre as milícias religiosas. Assinale-se que o último período de vitalidade trovadoresca

²⁶⁴ CEMDa ; CEMDb 470; LPGP, vol. II, pp. 759-780;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1461&pv=sim> .

²⁶⁵ Sobre Gomes Lourenço de Beja, veja-se, adiante, III: c).

²⁶⁶ Elenco, de novo, por composição e autor:

«*O que seja no Pavio*» [B 1327; V 933; CEMDa 200; CEMDb 463; LPGP, vol. I, p. 435;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1357&pv=sim>] de João Fernandes de Ardeleiro;

«*Pois cata per u m’esp[r]eite*» [B 1314; V 919; CEMDa 114; CEMDb 441; LPGP, vol. I, pp. 259-260;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1344&pv=sim>] e

«*O caparom de Marvi*» [B 1322; V 927; CEMDa 121; CEMDb 448; LPGP, vol. I, p. 256;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1352&pv=sim>] de Estêvão da Guarda;

«*Os privados, que d’el-Rei ham*,» [V 1038; CEMDa 325; CEMDb 470; LPGP, vol. II, pp. 759-760;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1461&pv=sim>] e

«*Um cavaleiro havia*» [V 1039; CEMDa 326; CEMDb 471; LPGP, vol. II, pp. 761-762;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1462&pv=sim>] de D. Pedro, conde de Barcelos.

²⁶⁷ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Trovadores e xograres...*, pp. 79-86; António Resende de OLIVEIRA – *O trovador galego-português...*, p. 180.

²⁶⁸ Para uma aproximação à Corte portuguesa deste período veja-se: Rita Costa GOMES – *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

durante o século XIV coincide, *grosso modo*, com as balizas do reinado de D. Dinis. Como acabei de afirmar, durante o reinado do *Bravo* a subsistência da cultura dos trovadores deve-se em grande parte à actividade daqueles dois trovadores mencionados a este propósito²⁶⁹. É necessário perspectivar este ocaso em duas linhas orientadoras. A primeira prende-se seguramente com a falência do patrocínio dionisino, ele próprio trovador. De D. Afonso IV não se conhece actividade poética a título pessoal, e muito embora os trovadores e jograis activos na Corte de seu pai não tenham parado imediatamente de compor após 1325, conhece-se apenas um trovador vinculado ao monarca – Martim Peres Alvim, falecido pouco depois de 1326²⁷⁰.

Por outro lado, é necessário ter em conta as mutações nos interesses literários da aristocracia neste período. Como as investigações sobre o campo dos interesses culturais nobiliárquicos se encarregou já de mostrar, o período que coincide com a transição entre os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV assiste a um crescimento do interesse e do cultivar dos géneros narrativos em detrimento dos géneros poéticos. Na poesia trovadoresca, esta tendência nota-se já através do crescimento, ao nível do número, do género satírico em relação ao género lírico. A actividade trovadoresca associava-se, decididamente, com o jogo cortesão e com os interesses dos diferentes bandos em conflito na Corte portuguesa. Conforme António Resende de Oliveira assinala, «*A inclinación por este xénero narrativo marca a zona límite de evolución posible da canción trovadoresca (...)*»²⁷¹. De facto, no espaço português, a cultura da aristocracia guerreira e cortesã parece sofrer uma translação, a partir do último quartel do século XIII, afastando-se do género lírico para rumar aos géneros de carácter histórico. Com a introdução do romance de cavalaria²⁷², do género genealógico e da crónica como formas de consolidar valores e construir a memória, o cantar trovadoresco

²⁶⁹ Assinale-se um dado da investigação sobre a tradição manuscrita da composição trovadoresca: o da existência, atestada pelo testamento de D. Pedro, de uma recolha de composições feita pelo conde, que se pensa que poderá ter tido a contribuição de Estêvão da Guarda. É a esta fase da tradição manuscrita que corresponde o desembocar das compilações medievais. É provável que tenha sido deste manuscrito que a recolha de Colocci bebeu principalmente; cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 25-30.

²⁷⁰ Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Trovadores e xograres...*, p. 81; Sobre este trovador veja-se António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 384-386; idem – “Martin Perez Alvim” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, p. 347

²⁷¹ António Resende de OLIVEIRA – *Trovadores e xograres...*, pp. 82-83.

²⁷² Cf. Ivo CASTRO – “Sobre a data da introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata” in *Boletim de Filologia*, Tomo XXVIII, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1983, pp. 81-98.

cedeu o lugar central na cultura da nobreza que vinha ocupando desde os finais do século XII no ocidente peninsular²⁷³.

Como se verá, os compositores sobre os quais este capítulo se debruçará serão homens concebidos num molde bastante diferente daqueles que observei nas linhas anteriores. Os autores da primeira metade do século XIV fazem parte de uma geração marcada pelo abrandamento das campanhas contra o Islão, pelas mutações económicas decorrentes do eclipse da economia de guerra e pelo crescente fortalecimento dos poderes da Coroa portuguesa. Nascidos, de um modo geral, à beira do século XIV, apenas através das memórias orais e escritas receberão um eco dos tempos em que o reino ainda não se estendia do Minho ao Algarve e da Estremadura à zona de Riba-Côa. Viviam-se agora os tempos das tentativas de pacificação e de organização internas, bem como de afirmação do reino no seio das potências cristãs peninsulares. A guerra com o muçulmano e a cruzada assumiam novos contornos – mantendo-se sempre no horizonte militar e diplomático – e, no processo de reconfiguração dos poderes do reino, as milícias continuavam a desempenhar um papel de relevo. Testemunho disso é a presença assídua dos freires na Corte, permanência que não escapou à pena trovadoresca, nem mesmo no seu momento final.

Iniciei este percurso textual em pleno século XIII, pelos anos '40. Este percurso termina na transição entre a primeira e a segunda metade do século XIV. Por facilidade pode balizar-se o ocaso trovadoresco em torno do ano de 1350, se bem que a morte de Estêvão da Guarda e do conde D. Pedro tenham ocorrido para lá desse ano, no caso do primeiro, em 1364. A terceira geração, também por ser a do refúgio e do ocaso, legou-nos menos autores. O seu contributo não é, por isso, despiciendo. As cantigas analisadas nas páginas seguintes apresentam dados inestimáveis, porque apresentam mutações – certamente relacionadas com transformações no seio da própria cultura nobiliárquica – na forma de olhar e satirizar os freires das ordens militares.

a) João Fernandes de Ardeleiro, o que perdeu Pavia

Entre os três autores que compõem a recta final deste itinerário, é acerca do percurso biográfico de João Fernandes de Ardeleiro que, actualmente, menos se sabe²⁷⁴. Parte das

²⁷³ Cf. António Resende de OLIVEIRA – “Cortes Senhoriais” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 170-173; José Carlos MIRANDA – “A Dimensão Literária da Cultura da nobreza em Portugal no século XIII” ..., pp. 1563-1564.

considerações sobre ele devem-se à sua colocação na estrutura dos cancioneiros e à cantiga «*O que seja no Pavia*»²⁷⁵, acompanhada por uma rubrica que presta esclarecimentos relativos à composição em si e ao seu autor²⁷⁶. À partida, a composição não estaria dependente da rubrica para a inclusão neste conjunto de cantigas sobre ordens militares. A composição refere, no final da segunda estrofe, o termo *comenda*, fazendo uso do mesmo jogo de palavras que já se detectou numa das composições de Rui Pais de Ribela, no qual este trovador se serve do mesmo termo para *encomendar* o alvo da sátira ao Diabo. Porém, a rubrica acrescenta um comentário que fornece dados mais precisos para a compreensão da cantiga. Desde logo clarifica-se que a sátira é dirigida a um comendador, não deixando espaço para dúvidas relativamente à sua inclusão num núcleo sobre milícias religiosas.

A partir da rubrica, de João Fernandes de Ardeleiro sabemos que era escudeiro, possuindo, por mercê régia, bens em Pavia²⁷⁷. A cantiga desenrola-se em torno desses bens, tomados por um comendador de uma ordem militar não especificada, por meio de uma intriga urdida junto do rei português. Não se possuindo dados concretos acerca do percurso biográfico deste compositor, tem-se, porém, a certeza que, para além desta composição de escárnio, João Fernandes é também autor de uma cantiga de amor²⁷⁸, podendo ser suas, ou de Mem Rodrigues de Briteiros²⁷⁹, outras duas sátiras²⁸⁰. A leitura do cantar de amor tem

²⁷⁴ Sobre este trovador, veja-se: António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 363-364; idem – *Trobadores e xogares...*, p. 142; Maria Luísa INDINI – “Johan Fernandez d’Ardeleiro” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, p. 347.

²⁷⁵ B 1327; V 933; CEMDa 200; CEMDb 463; LPGP, vol. I, p. 435;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1357&pv=sim>.

²⁷⁶ «Esta cantiga foi feita a um comendador que houvera sas palavras com este escudeiro que lhi esta cantiga fez; por que o moveo a fazer del queixume a el-Rei, e fez-lhi perder a terra que del tiinha e havia nome Pavia.».

²⁷⁷ Trata-se de uma localidade no Alto Alentejo, situada a leste de Mora e de cujo concelho faz parte actualmente. No seu *Mappa de Portugal*, João Bautista de Castro elencava Pavia como comenda da Ordem de Avis: Cf. João Bautista de CASTRO – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, t. III, parte II e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 27. Na sua panorâmica enciclopédica sobre o reino português, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues assinalavam acerca do topónimo: «*El rei D. Diniz deu lhe foral em 1287, elevando a pov[oação] à categoria de villa*»: Esteves PEREIRA; Guilherme RODRIGUES – *Portugal. Dictionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico*, vol. V (N-P), Lisboa, João Romano Torres ed., 1904, p. 474. Note-se, ainda, que a norte do casario se situa um topónimo denominado de Monte da Ordem, que poderá indiciar a localização dos bens da milícia de Avis.

²⁷⁸ B 1328; V 934; LPGP, vol. I, p. 435;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1358&pv=sim>.

²⁷⁹ Acerca deste trovador, cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 388-389; Ettore FINAZZI-AGRÒ – “Men Rodrigues de Briteiros” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 453-454.

²⁸⁰ São as composições «*Pero Colhos é deitado*» (B 1349; V 935) e «*Um Sangrador de Leire*» (B 1330; V 936). Quanto à atribuição, na sua edição do *corpus* satírico, Rodrigues Lapa considerou estas duas sátiras provenientes da pena de João Fernandes (CEMDa 201; CEMDa 202); já Graça Videira Lopes,

suscitado, desde Carolina Michaëlis, a suspeita que este compositor não seria português de origem, embora não se tenham encontrado elementos que pudessem confirmar esta suspeita, e muito menos formular uma alternativa mais tangível sobre a sua proveniência.

Estamos perante um autor datável entre os finais do século XIII e a primeira metade do século XIV. António Resende de Oliveira salientou já a sua provável relação com Estêvão da Guarda, a partir do encadeamento dos dois autores nos cancioneiros. É provável que através da ligação a este influente cortesão se processasse a relação de João Fernandes com a Corte portuguesa. É de salientar, para já, que Estêvão da Guarda teria estado envolvido numa doação de bens situados em Pavia à Ordem de Avis. É a partir do levantamento de dados relativos à mudança de mãos destes bens que se poderá lançar luz sobre o escárnio de João Fernandes de Ardeleiro, nomeadamente apresentar uma datação aproximada da cantiga.

A análise da cantiga tem de passar obrigatoriamente, em primeiro lugar, pelas pistas fornecidas pela rubrica já referenciada. Esta indica-nos que João Fernandes teria satirizado o comendador na sequência de ter perdido os seus bens de Pavia. A perda deste benefício teria sido resultado de uma queixa que o mesmo homem movera junto do monarca. A expressão «*por que*» da rubrica tem vindo a ser aceite nas sucessivas edições da cantiga, quer por Rodrigues Lapa, quer por Graça Videira Lopes, como o indicador de que esta trama teria sido levada a cabo pelo comendador na sequência das palavras que João Fernandes de Ardeleiro «*ouvera*» com ele. De forma inequívoca, o que a rubrica permite depreender é que esta mudança de mãos dos bens em Pavia terá tido origem num desentendimento entre João Fernandes e o comendador em questão, que teve a capacidade de mover o favor régio de forma a beneficiar-se a si, prejudicando o antigo possuidor dos bens.

A cantiga exhibe o seu mote logo nos dois primeiros versos, quando o trovador demonstra o seu despeito pelo comendador, ao desejar que ele *estivesse nas últimas*, de acordo com a leitura da expressão *estar no pavo*²⁸¹. Insistindo na desconfiança que tem relativamente a este sujeito, a cantiga prossegue dando algumas pistas sobre outra situação infeliz que se teria passado entre João Fernandes e este sujeito²⁸²: uma noite fria, o trovador teria ficado à mercê dos elementos e da fome – aqui, tanger em «*péla fria*» poderá querer

numa primeira fase, considerou-as da autoria de Mem Rodrigues de Briteiros (CEMDb 467; CEMDb 468); admitindo, posteriormente a dúvida na atribuição

(CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1359&pv=sim> ;

CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1360&pv=sim>).

Mercedes Brea e a sua equipa atribuíram a autoria destas cantigas a Mem Rodrigues de Briteiros: *LPGP*, vol. II, pp. 664-665.

²⁸¹ «*O que seja no pavo / que me fez perder Pavia*,».

²⁸² «*de que m'eu nada nom fio, / al m'er fez, com sa perfia*:».

dizer *tinir* uma frigideira fria e vazia²⁸³ – por vontade do comendador, situação que em retrospectiva faz o compositor rir ironicamente – mais ainda do que o outro rira em virtude desta desfeita²⁸⁴. Talvez a referência a este episódio possa ser uma pista relativa ao que teria levado à amarga troca de palavras entre estes homens referida na rubrica da cantiga.

A estrofe seguinte começa por se dirigir a quem terá tido o poder de decidir relativamente à mudança da posse dos bens. Pela rubrica sabemos que, de forma a usurpar os bens de João Fernandes de Ardeleiro, o comendador terá movido a vontade régia²⁸⁵. Contra o rei, o autor dirige o início do segundo período, parecendo rejeitar a sua autoridade²⁸⁶, mostrando-se injustiçado e indefeso face às manipulações do freire²⁸⁷. Perante a incapacidade de emendar o mal já feito, ou de apelar para uma reparação do agravo sofrido, o trovador faz uso do trocadilho *comenda/encomenda* de forma a injuriar o comendador, amaldiçoando-o²⁸⁸. Como se pôde já entender, retoma-se, novamente, uma situação em que o trovador expressa o seu desagrado relativo a um membro de uma ordem militar, retomando o tópico do comendador manipulador.

Como tem sido assinalado pelos seus editores, a terceira estrofe do poema encontra-se bastante estropeada nos manuscritos. Sigo o sentido da composição a partir das reconstituições conjecturais da cantiga. Prosseguindo, João Fernandes ilustra, na sua óptica, as intenções deste homem pérfido, que presume prejudicá-lo em grande medida com a usurpação dos bens. Ironicamente, o trovador afirma que o que o *mata*, ou seja, o que o deixa incrédulo, é a convicção que o comendador tem de fazer grande negócio com os bens usurpados²⁸⁹. Ao invés, aquilo de que o trovador parece querer precaver-se é das flutuações do favor régio, cuja oscilação parece preocupá-lo mais do que a perda dos bens para o outro²⁹⁰. Esta passagem da cantiga é bastante interessante no sentido em que revela que, mais importante que o conteúdo das mercês e a sua caducidade, é o problema da firmeza do monarca e da capacidade que os membros da Corte têm de reunir apoios e criar pressões

²⁸³ Sigo a leitura de Rodrigues Lapa (CEMDa 200) e de Graça Videira Lopes (CEMDb 463).

²⁸⁴ «*de noite, per mui gram frio, / que tangess'em péla fria; / mais ainda m'end'eu rio / como s'end'el nunca ria.*».

²⁸⁵ CEMDa 200.

²⁸⁶ «*Nem ãas graças nom rendo / a quem lhi deu tam gram renda.*».

²⁸⁷ «*per que m'eu del nom defendo / nem acho quem me defenda.*».

²⁸⁸ «*e pois que eu nom enmendo / nem me faz outr'a enmenda / ao Demo [eu] encomendo / que o haja em sa comenda.*».

²⁸⁹ «*Coida-me a lançar a mato; / mais o que d'el m'ora mata: / tem que no meu, de [barato], / [ora] faz i gram barata.*».

²⁹⁰ «*[se mia fa]zenda desato, / por quanto [sei, ma des]ata; / mais o de que m'eu [ora cato], / d'el Rei querer-mi, nom cata.*».

junto da autoridade régia – capacidade que, pelos indícios da composição, os comendadores parecem ter, mesmo a custo de intrigas e manipulações.

A última estrofe ainda acrescenta mais um dado relativo à caracterização deste comendador, que o trovador afirma ser um indivíduo dado à manipulação de artes mágicas. Através de um artifício divinatório – uma *visão na pá*²⁹¹ – teria vislumbrado a perdição de João Fernandes, morto na forca por sua iniciativa²⁹². Para este comendador, a certeza da perdição do compositor é suficiente para desbaratar os bens usurpados²⁹³. A cantiga termina com o lamento do trovador relativo à sua situação de impotência; sem maneira de fazer valer a sua posição, sem encontrar alguém mais poderoso que o ampare nesta contenda (como tinha já declarado na segunda estrofe), resta-lhe apenas desejar má-sorte a este freire e aos seus negócios²⁹⁴.

Os elementos que a cantiga fornece dirigem o comentário para duas questões. A primeira prende-se com a questão dos bens de Pavia e da sua mudança de mãos. De outro ângulo, a cantiga volta a evocar um retrato dos comendadores que se observou já noutras composições. O jogo com o significado de comenda é retomado de Rui Pais de Ribela e a alusão às artes mágicas é evocativa da *leitura das partes* de Pero Mendes da Fonseca. No fundo, pela pena dos trovadores permanece no tempo uma representação bastante coerente (podendo-se definir, com os elementos já enunciados, um tópico trovadoresco sobre os comendadores) acerca dos homens em quem era delegada a administração do património das milícias religiosas.

Relativamente a Pavia, será partindo da biografia de Estêvão da Guarda que melhor se poderá ilustrar esta questão com dados concretos. Assumo, para ilustrar esta questão, a premissa de que as relações de João Fernandes de Ardeleiro com a Corte portuguesa e com os bens que possuía em Pavia se deviam, como foi já enunciado, a uma proximidade deste a Estêvão da Guarda. Este último será tratado mais aprofundadamente, quanto ao seu percurso biográfico, de seguida, no momento de concentrar a atenção nas suas composições que envolvem homens das ordens militares. Para já, retenham-se as relações e transacções deste trovador com a Ordem de Avis, nomeadamente a questão dos bens sediados em Pavia.

²⁹¹ Poderá reportar-se a uma forma de adivinhação através da observação das cinzas ou do borralho, sendo que aqui, esta pá seja de um forno.

²⁹² «Que mi há de poer no pao, /esto diz que viu na paa;».

²⁹³ «e por en quanto tem dá-o, / e a mia lavoira dá-a;».

²⁹⁴ «mais pois eu nom acho vão / a meu feito, sempre vá» /sa fazenda em ponto mão / e el muito em hora má.».

As relações de Estêvão da Guarda com a antiga milícia portuguesa podem definir-se em torno do casamento de uma das suas netas, Sancha Dias²⁹⁵, com Lourenço Martins do Avelar, filho do mestre de Avis, Martim Esteves do Avelar²⁹⁶. Esta rede de solidariedades com a Ordem de Avis era, no fundo, o corolário de uma série de boas relações que com ela o antigo escrivão de D. Dinis mantinha já desde a segunda década do século XIV e cuja consolidação, na fase final da sua vida, resultava numa dupla capacidade de aproximação à milícia, por um lado, e à Corte, por via da rainha D. Beatriz, por outro²⁹⁷. Destas boas relações, estabelecidas ainda durante o reinado de D. Dinis, ressalta o diploma de 18 de Agosto de 1320, pelo qual o mestre da milícia, Vasco Afonso²⁹⁸, confirmava a Estêvão da Guarda a doação vitalícia outrora recebida da mão do seu antecessor no mestrado, Gil Martins, do conjunto de todos os bens da ordem em Lisboa²⁹⁹. Esta era feita em contrapartida da entrega à milícia, com reserva do usufruto, de todos os bens que Estêvão da Guarda possuía em Pavia, nomeadamente casas com ferragiais e hortas. Os termos da doação dos bens alentejanos destinavam-se, de acordo com Maria Cristina Cunha, à fortificação do lugar.

²⁹⁵ Sancha Dias era filha de Diogo Esteves, fruto da união de Estêvão da Guarda com Sancha Domingues. Na opinião de Miguel Gomes Martins a união de Sancha Dias com Lourenço Martins do Avelar teria sido promovida pelo seu avô, que assim aproveitava a viuvez do filho do mestre de Avis como forma de cimentar a sua posição na Corte; cf. Miguel Gomes MARTINS – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 3, Lisboa, Câmara Municipal/Arquivo Municipal, 1999, pp. 19-20.

²⁹⁶ Pelos anos em que D. Beatriz de Castela ocupava a posição de rainha consorte, encabeçando o gineceu da Corte portuguesa, os de Avelar constituíam uma das linhagens mais influentes da Corte, estruturando a sua influência em torno das ligações à rainha, às milícias religiosas e à cidade de Lisboa. De facto, três mulheres da família são beneficiadas pelo testamento da rainha e Lourenço Martins figura como seu copeiro; cf. Rita Costa GOMES – *A Corte...*, pp. 48-49; a par do mordomado de D. Beatriz, de quem foi também testamenteiro, Martim Eanes do Avelar ocupa o mestrado da Ordem de Avis entre 1357 e 1363, situação que terá favorecido a ocupação da comenda-mor por Rui Lourenço Buval, seu parente por via de Teresa Martins do Avelar, por sua vez sucedido por Pedro Álvares do Avelar, também seu parente; cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 229-235; 372; 379-380; veja-se, ainda, o artigo de Vanda Lourenço acerca desta família e das suas relações com a cidade de Lisboa: Vanda LOURENÇO – “Os Avelar – Percurso de uma linhagem em Lisboa (1325-1367)” in Luís KRUS; Luís Filipe OLIVEIRA; João Luís FONTES (coords.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Horizonte, 2007, pp. 169-181.

²⁹⁷ Como se verá adiante, esta aproximação realizava-se num período em que Estêvão da Guarda se encontrava afastado da Corte portuguesa, pelo que se pode entrever na criação desta rede de solidariedades uma forma de permanência da influência do trovador por intermédio da sua rede familiar; cf. Miguel Gomes MARTINS – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda” ..., p. 28.

²⁹⁸ A confirmação enquadra-se no âmbito da sucessão de Vasco Afonso no mestrado da ordem, uma vez que a ele terá ascendido pouco tempo antes de 4 de Março de 1320, data em que surge pela primeira vez como titular do cargo; cf. Maria Cristina CUNHA – *A Ordem Militar de Avis. Das origens a 1329*, diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, texto policopiado, 1989, p. 49.

²⁹⁹ O documento foi já assinalado por Maria Cristina Cunha, tendo sido também aproveitado por Miguel Gomes Martins na sua síntese sobre a figura de Estêvão da Guarda; cf. Maria Cristina CUNHA – *A Ordem Militar de Avis. Das origens a 1329...*, p. 87 e p. 158 [n. 72]; Miguel Gomes MARTINS – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda” ..., p. 36.

A troca destes bens entre os dois beneficiários permitia assim a consolidação de interesses mútuos. Estêvão da Guarda fortalecia o seu investimento patrimonial na Estremadura, ao passo que a Ordem de Avis estendia, com os bens adquiridos em Pavia, o património que possuía nessa região do Alentejo, estruturado em torno das comendas de Mora, de Avis e do Cano. Seria extremamente proveitoso, para o esclarecimento posterior desta questão, uma averiguação que esclarecesse melhor as condições da doação dos bens lisboetas por parte do mestre Gil Martins. O que se pode afirmar, de momento, é que este acordo entre Estêvão da Guarda e a milícia alentejana deve ter tido repercussões ao nível dos direitos de que João Fernandes de Ardeleiro usufruía em Pavia. Podendo estes ter sido arrastados na onda de aquisições patrimoniais da Ordem de Avis nessa região. De facto, de acordo com a lista de doações à milícia elaborada por Maria Cristina Cunha, no mesmo ano da doação dos bens de Estêvão da Guarda em Pavia, a 29 de Dezembro, D. Dinis doava os direitos de padroado das igrejas desta povoação à mesma ordem³⁰⁰. Perante este conjunto de composições entre o monarca e a milícia de Avis, coloca-se a hipótese de João Fernandes ter sido, neste quadro, despojado de alguns benefícios na sequência das pressões exercidas pela ordem junto do monarca.

Assinale-se, ainda, que perante este conjunto de evidências é possível datar a composição no período da transição entre as décadas de '10 e de '20 do século XIV. A admitir-se esta hipótese de datação, trata-se de uma composição coeva do período de afirmação dionisina no plano relativo às ordens militares, do qual se destacam a criação da Ordem de Cristo, bem como os processos de autonomização da Ordem de Avis face a Calatrava e do ramo português da Ordem de Santiago face à sua sede castelhana.

b) Estêvão da Guarda, as ordens militares e a Corte portuguesa

Retomando o acima exposto acerca deste trovador, afirma-se desde já que, actualmente, o nível de informações disponível acerca de Estêvão da Guarda privilegia a análise das cantigas da sua autoria, devido à abundância de informações sobre este homem já

³⁰⁰ Cf. Maria Cristina CUNHA – *A Ordem Militar de Avis. Das origens a 1329...*, p. 87 e p. 158 [n. 73]; sobre o direito de padroado veja-se Henrique da Gama BARROS – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, t. II, Lisboa, Sá da Costa, 1945, pp. 256-266; Fortunato de ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. I, Porto, Portucalense, 1967, pp. 106-108; Armando de CASTRO – “Padroados” in Joel SERRÃO (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV (Lisboa-Pálio), Porto, Figueirinhas, 1984, p. 511.

recolhidas e trabalhadas por vários investigadores³⁰¹. Sucessivas hipóteses relativas à sua origem e percurso foram apresentadas, tendo a investigação beneficiado, mais recentemente, das cinquenta páginas que Miguel Gomes Martins dedicou a esta figura central do oficialato dionisino³⁰².

Estando já suficientemente esclarecido o seu percurso biográfico, alianças familiares e estratégias patrimoniais, cabe aqui definir apenas os aspectos cruciais para o enquadramento da sua actividade trovadoresca nas dinâmicas cortesãs a que assistiu. Surge mencionado pela primeira vez em Agosto 1299, já no cargo de escrivão, ano em que acompanha o monarca português no seu assédio a Portalegre³⁰³. Tendo esta referência como ponto de partida, considera-se que Estêvão da Guarda terá nascido por volta de 1280, sendo oriundo de uma linhagem possuidora de um conjunto de bens na Guarda, objecto de uma doação à Ordem do Hospital na segunda metade do século XIII pelo presumível antepassado do trovador, o escudeiro Estêvão Rodrigues da Guarda³⁰⁴.

A sua visibilidade na Corte de D. Dinis estender-se-á até 1324, ano em que, às portas da morte do rei, figura ainda na documentação. Terá desempenhado as funções de escrivão até cerca de 1310, passando, de forma efémera, pelos cargos de eichão-mor (1315) e de escanção-mor (1321) do rei³⁰⁵. A sua importância e o grau de confiança nele depositado pelo monarca revelar-se-á, sobretudo, a partir de 1312, quando passa a subscrever diplomas em nome do monarca com a sua própria assinatura, situação que levou Armando Luís de Carvalho Homem a caracterizá-lo como «*uma das pré-manifestações de um ofício (...): o de Escrivão da Puridade*»³⁰⁶.

³⁰¹ Sobre Estêvão da Guarda, veja-se: Armando Luís de Carvalho HOMEM – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC, 1990, pp. 296-297; idem – *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Horizonte, 1990, pp. 57-62; António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 329-330; idem – *Trovadores e xograres...*, pp. 118-119; idem – “Estevan da Guarda” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 245-246; Miguel Gomes MARTINS – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”..., pp. 10-60.

³⁰² Investigação que, actualmente, fixa o ponto de situação daquilo que se conhece sobre este trovador, preocupando-se em esclarecer o problema da sua origem, o seu percurso biográfico, a constituição do seu património, o problema das suas armas heráldicas e a sua capela fúnebre; sigo o percurso de Estêvão da Guarda a partir deste texto; cf. Miguel Gomes MARTINS – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”..., pp. 10-60.

³⁰³ Cf. idem – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”..., p. 23.

³⁰⁴ Cf. idem – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”..., pp. 15-18.

³⁰⁵ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM – *O Desembargo régio...*, p. 296.

³⁰⁶ Armando Luís de Carvalho HOMEM – *Portugal nos finais da Idade Média...*, p. 60.

Em 1321, será uma das testemunhas da ordenação da recém-criada milícia de Cristo³⁰⁷. A sua estreita relação com o monarca levá-lo-ia a ser nomeado testamenteiro do rei, no ano de 1322, a par, entre outros, do prior do Hospital, Estêvão Vasques Pimentel. Era a consagração do percurso que teria unido Estêvão da Guarda e D. Dinis através da lógica do serviço e da mercê³⁰⁸. A confiança do monarca é visível nos indícios de um patrocínio régio do seu casamento, provavelmente ocorrido no ano de 1317, beneficiando o trovador, da mão de D. Dinis, da quitação de algumas dívidas e ainda da doação da Lezíria da Fraceira³⁰⁹. Até à morte do monarca, Estêvão da Guarda permaneceria a seu lado como seu fiel escrivão particular, sendo, talvez, essa a origem das boas relações que manteve, aparentemente, com D. Pedro, conde de Barcelos, com quem partilha motivos satíricos³¹⁰, e, documentalmente atestada, com D. Afonso Sanches, senhor de Albuquerque³¹¹.

É, possivelmente, o estabelecimento destas redes de solidariedade, figurando Estêvão da Guarda entre os homens de confiança de D. Dinis, ao lado dos bastardos régios, que terá motivado o seu afastamento da Corte régia após a subida ao trono de D. Afonso IV. É bastante provável que o trovador tenha combatido o então infante rebelde, durante o conflito de 1319-1324, tendo sido necessários alguns anos para que se sanassem as dissensões entre o escrivão veterano e o novo monarca. De facto, o seu regresso à Corte regista-se em 1327, ano em que encabeça a procuração do *Bravo* junto de Afonso XI de Castela a propósito do casamento deste com a infanta D. Maria³¹². Missão que desempenhará, mas que se revestirá também de uma certa efemeridade no plano do serviço do novo monarca, uma vez que só em 1336 voltará a reaparecer na Corte, desta vez de forma mais perene, até 1347, auxiliando o monarca em questões de política externa, figurando como conselheiro régio, mas nunca assumindo o protagonismo de que se tinha revestido junto a D. Dinis³¹³. Os anos de maior incidência da

³⁰⁷ *MH*, vol. I, pp. 142-150 [doc. 73]. A milícia havia sido instituída pela bula *Ad ea ex quibus*, de João XXII: *MH*, vol. I, pp. 97-119 [docs. 61 e 62].

³⁰⁸ Cf. Miguel Gomes MARTINS – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”..., p. 24.

³⁰⁹ Cf. idem – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”..., p. 19;

³¹⁰ Entre ambos os trovadores podem-se detectar alinhamentos cortesãos comuns a partir das sátiras que tecem contra algumas figuras da Corte de D. Afonso IV, nomeadamente contra o vedor da chancelaria e bispo eleito de Viseu, Miguel Vivas, contra dois homens da Ordem de Santiago, Rui Fafes e Gomes Lourenço de Beja (deter-me-ei adiante sobre este conjunto de cantigas), contra Álvaro Rodrigues, e contra Martim Vasques; consultem-se os cancioneiros de ambos em *CMGP*: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/autor.asp?cdaut=30&pv=sim> [Estêvão da Guarda] e *CMGP*: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/autor.asp?cdaut=119&pv=sim> [conde D. Pedro].

³¹¹ Cf. Miguel Gomes MARTINS – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”..., p. 25.

³¹² Cf. idem – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”..., p. 25.

³¹³ Cf. idem – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”..., p. 25 pp. 25-28.

Peste Negra terão sido marcados por um maior recolhimento de Estêvão da Guarda, que terá sido ainda alvo de mercês por parte de D. Pedro I em 1357 e em 1362. Sabe-se que terá morrido entre esse último ano e Março de 1364, quando surge na documentação como estando já *finado*³¹⁴.

São os anos do seu afastamento da Corte, após a morte de D. Dinis, que têm suscitado maiores suspeitas relativamente à sua actividade trovadoresca. O cunho predominantemente satírico das suas composições – legou vinte e oito cantigas de escárnio num total de trinta e cinco cantares de sua autoria –, associado aos personagens identificados que figuram nas suas cantigas, tem vindo a ser tomado em conta para se sugerir que terá desenvolvido a sua actividade trovadoresca após 1325, sobretudo durante o reinado de D. Afonso IV, estando o conjunto de cantigas que nos legou povoado por algumas figuras marcantes da Corte deste monarca³¹⁵. Dentro do seu cancioneiro, duas composições prendem-se com este conjunto de sátiras que envolvem as ordens militares. Trata-se das cantigas «*Pois cata per u m'espeite*»³¹⁶, posta, provavelmente, na boca do rei, dirigida a um escudeiro do mestre da Ordem de Alcântara, e «*O caparom de marvi*»³¹⁷, que ironiza jocosamente com Rui Fafes, comendador da Ordem de Santiago e, indirectamente, com Miguel Vivas, que o protegia junto de D. Afonso IV.

A primeira das duas composições coloca em cena as manhas de um escudeiro que procurava captar o favor do monarca português. Embora o visado seja identificado pelo nome no refrão, é através da rubrica que sabemos mais sobre este *Dom Macia*³¹⁸. De acordo com esta, seria um homem vinculado ao mestre da Ordem de Alcântara, que se teria deslocado à Corte portuguesa para aliciar o monarca a aceitar uma proposta do mestre. Sem especificar que proposta seria, a rubrica conclui que, na realidade, as movimentações deste escudeiro não passariam de um embuste para obter alguma coisa do rei português. Como é habitual nas sátiras trovadorescas, a voz da composição fala na primeira pessoa. Porém, com o auxílio da rubrica, os editores da cantiga têm defendido a ideia de que o trovador, neste caso, coloca-se na pele do monarca, que se teria apercebido dos ardis deste escudeiro.

³¹⁴ Cf. idem – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda” ..., p. 25 p. 47.

³¹⁵ António Resende de Oliveira situa o grosso da sua actividade satírica na década de '30 do século XIV, situação que, relativamente às composições que aqui são analisadas, se adequa plenamente: Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 273-275.

³¹⁶ B 1314; V 919; CEMDa 114; CEMDb 441; LPGA, vol. I, pp. 259-260; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1344&pv=sim>.

³¹⁷ B 1322; V 927; CEMDa 121; CEMDb 448; LPGA, vol. I, p. 256; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1352&pv=sim>.

³¹⁸ «*Esta cantiga foi feita a um escudeiro que havia nome Macia, que era escudeiro do Meestre d'Alcântara e veera a el-Rei de Portugal com suas preitesias e dava-lhe a entender que levaria do Meestre d'Alcântara mui grand'algo; e el andava-lhi com mentira e pêra levar d'el algo.*».

O poema começa com a descrição dos movimentos deste homem, que procurava obter algo do rei por meios danosos e insidiosos³¹⁹. O primeiro verso tem sido alvo de leituras alternativas, relativamente à palavra *espeite*. Rodrigues Lapa, teria interpretado a palavra como *espreite*, atribuindo à estrofe o sentido de uma descrição dos movimentos deste indivíduo na Corte, que andaria espiando e congeminando uma forma de obter do rei algum proveito não especificado³²⁰. Porém, na última edição da cantiga, a palavra foi interpretada tal como surge nos manuscritos. No contexto desta cantiga, o verbo *espeitar* assumirá o sentido de extorquir dinheiro³²¹. De acordo com esta leitura, *Dom Macia* andaria, portanto, a tentar obter alguma mercê do rei, provavelmente uma soma em dinheiro, oferecendo uma contrapartida que o rei se teria apercebido que não seria do seu interesse. Neste encadeamento, a estrofe termina jogando com a palavra *mastique*, que compõe o refrão da cantiga³²². Conforme os editores da composição têm esclarecido, esta espécie de goma ou cola serviria para caçar insectos e pequenas aves. Tendo-se apercebido da rasteira que o escudeiro lhe teria tentado pregar, é agora o rei que pretende inverter a situação, fazendo Macia cair na sua armadilha antes que o contrário aconteça³²³.

Traçado o motivo da cantiga, as duas estrofes seguintes desenvolvem-se em torno da mesma ideia. De acordo com a segunda estrofe, este escudeiro andaria aliciando o rei – o trovador utiliza o verbo *tentar* – com alguma proposta, esperando dele uma reacção favorável³²⁴. No entanto, de forma a *virar o feitiço contra o feiticeiro*, o rei revela a sua prudência, afirmando que «*em véspera d’Ano Novo*», ao invés de cair na tentação, deitará antes o *mastique* a *Dom Macia*³²⁵. Esta referência temporal, à altura do final do ano e de começo do seguinte, repete-se na última estrofe, que se inicia indicando essa época como o prazo que este escudeiro esperava para ver cumprida a sua missão junto do monarca³²⁶. Neste ponto, o trovador aproveita para caracterizar este escudeiro, comparando-o a um judeu³²⁷, numa clara referência anti-semítica, aproveitando a representação que recaia sobre estas comunidades, assumindo valores profundamente negativos, neste caso a perfídia e a

³¹⁹ «*Pois cata per u m’espeite / com sas razões d’engano / e me quer meter a dano*,».

³²⁰ CEMDa 114. Graça Videira Lopes aceitou esta leitura na primeira vez que editou a composição (CEMDb 441).

³²¹ CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1344&pv=sim>.

³²² O refrão da cantiga é «*deitar quer’eu todavia / o ma[s]tique a Dom Macia*.», repetindo-se no final de cada estrofe sem alterações.

³²³ «*por end’, antes que mo deite, / deitar quer’eu todavia / o ma[s]tique a Dom Macia*.».

³²⁴ «*Pois me tenta de tal provo, / per que m’há já esperado*,».

³²⁵ «*eu, com’home de recado, / em véspera d’Ano Novo, / deitar quer’eu todavia / o ma[s]tique a Dom Macia*.».

³²⁶ «*E pois ele, às primeiras, / quer de mim levar o meu*,».

³²⁷ «*come enganador judeu, / em vésperas de Janeiras*,».

manipulação³²⁸. Não é também descabido pensar que esta associação ao judeu – frequentemente conotado com a manipulação monetária e com a usura – esteja também articulada com o verbo *espeitar*, utilizado na primeira estrofe e que, como se indicou, poderá assumir o sentido de extorquir dinheiro.

Em si, a composição não apresenta muitos dados por onde iniciar a sua interpretação. Como afirmei, deve-se muito do seu esclarecimento à rubrica que a acompanha nos manuscritos. A partir dela pode-se começar a tentar completar a cantiga com dados que facilitem a sua leitura. Será proveitoso, sobretudo, identificar os personagens intervenientes; a partir da rubrica, entra em cena o mestre da Ordem de Alcântara, a quem este escudeiro estava vinculado. Se o trovador coloca as suas palavras na boca do rei, há que definir o monarca em questão. Partindo do pressuposto que a actividade trovadoresca de Estêvão da Guarda se desenvolve sobretudo após a morte de D. Dinis, pode testar-se a hipótese de ser D. Afonso IV o monarca em questão. A alusão a interesses alcantarinos junto da Corte portuguesa é a pista que seguirei para procurar atribuir um significado mais preciso à cantiga.

Antes disso, aponte-se a hipótese já afiançada na última edição deste cantar relativamente à identidade deste Macia. De facto, no dia de Natal de 1385, o mestre de Alcântara, Martim Eanes de Barbudo, com o capítulo da ordem, confirmava as disposições respeitantes ao testamento do mestre Gonzalo Núñez de Guzmán, emitindo um documento que, para além disso, regulamentava também questões relativas aos bens dos freires falecidos³²⁹. O teor do documento não é muito relevante para esta questão; mais importante é o facto de, entre as testemunhas surgir, como craveiro da ordem³³⁰, um Macías Pérez. Trata-se de uma hipótese de identificação a ter em conta, admitindo-se que este indivíduo poderia, na sua juventude, ser o escudeiro da cantiga, voltando a encontrar-se referido ainda na década de '80 do século XIV. Talvez se possa encarar esta hipótese de forma mais ponderada através do levantamento de uma hipótese de contextualização da cantiga.

³²⁸ Sobre as comunidades judaicas, a sua integração na cristandade latina e as representações sobre elas projectadas, veja-se Claude GAUVARD – “Juifs” in Jacques LE GOFF; Jean-Claude SCHMITT (orgs.) – *Dictionnaire Raisonné de l'Occident Médiéval*, Poitiers, Fayard, 1999, pp. 569-586; para o caso português veja-se Maria José Pimenta FERRO – *Os Judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães, 1980, em especial pp. 51-103.

³²⁹ Cf. *ColAlcântara*, vol. I, pp. 503-506 [doc. 721].

³³⁰ Este craveiro surge citado no corpo do documento enquanto «*frey Magas Pérez, clavero de la dicha orden*»; no rol de testemunhas, a grafia do seu antropónimo surge já como «*Macías Pérez*». Ao craveiro, em contexto de filiação beneditina, como é o da Ordem de Alcântara, competia o cuidado do abastecimento do convento central; este cargo surge consagrado na documentação sobretudo a partir do segundo quartel do século XIV; sobre este assunto, cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 279-282.

Se o escudeiro Macia se movia na Corte portuguesa em nome do mestre da Ordem de Alcântara, é indispensável considerar a posição desta milícia no contexto da fronteira luso-castelhana e os interesses que a mesma defendia quer num reino, quer noutro. A génese e história desta milícia estão determinantemente associadas à definição da fronteira na zona de Riba-Côa, processo que se vira estabilizado a partir de 1297, com o acordo de Alcanizes. Com esta definição territorial, os centros nevralgicos da Ordem de Alcântara caíam definitivamente na esfera da Coroa de Leão e Castela, apesar da milícia continuar a possuir comendas em território português³³¹. A sua posição fronteiriça e a posse de interesses em ambos os lados da fronteira permaneciam como motivação para as flutuações na lealdade à Coroa castelhana dos mestres e da milícia – dividida ou em bloco. A política *nacionalizadora* relativa às ordens desenvolvia-se em Castela desde o reinado de Afonso X, não sem recuos, como se viu acima com o caso da guerra que o opôs ao infante Sancho³³². Seria com Afonso XI que o processo assumiria a sua formulação definitiva. A documentação régia exhibe uma fórmula bastante explícita, ao declarar as milícias de Santiago, Calatrava e Alcântara como «*fechura de los reyes*»³³³. Não obstante, durante este reinado, a milícia alcantarina permanecia ainda suficientemente independente para jogar um papel autónomo e decisivo nos confrontos entre Portugal e Castela.

Foi, efectivamente, o que se passou durante a guerra luso-castelhana que opôs D. Afonso IV a Afonso XI entre 1336 e 1338³³⁴. O *Bravo* aproveitava um momento de fraqueza do rei castelhano, confrontado com uma revolta nobiliárquica, liderada por Juan Manuel e Juan Núñez de Lara. O conflito desencadeava-se, no Verão de 1336, com uma ofensiva militar portuguesa pelos territórios próximos de Badajoz, cidade que viria a ser cercada pelos portugueses a partir de Julho desse ano, ao mesmo tempo que vários destacamentos pilhavam a região circundante, *inclusive* os territórios sob jurisdição da Ordem de Alcântara.

³³¹ Sobre o problema da génese da milícia de Alcântara, a sua natureza fronteiriça e as implicações estratégicas da sua implantação territorial, veja-se Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., p. 1305-1309; Feliciano NOVOA PORTELA – *La Orden de Alcántara y Extremadura (Siglos XII-XIV)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2000, pp. 21-38, 133-152, 289-313; Carlos de AYALA MARTÍNEZ – *Las órdenes militares hispánicas...*, pp. 81-88; 496-497; Philippe JOSSERAND – “Alcántara, ordre de” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 62-65.

³³² *Vide supra*, II: g); II: i).

³³³ Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., p. 1287.

³³⁴ Uma síntese do conflito pode ser acompanhada, nos seus aspectos políticos e militares em Miguel Gomes MARTINS – *De Ourique a Aljubarrota...*, pp. 215-238. Veja-se também o enquadramento deste conflito, no âmbito das relações peninsulares em Bernardo Vasconcelos e SOUSA – *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 197-209. Seguirei os passos do conflito e do processo de paz a partir dos dois textos.

Ainda a braços com a revolta nobiliárquica, Afonso XI procurou responder à ofensiva portuguesa mobilizando, a par de outros, os contingentes da Ordem de Alcântara. Como resposta à invasão portuguesa, o monarca castelhano enviara um contingente chefiado por Pedro Fernandes de Castro, que atravessaria os territórios da milícia, contando somar aos efectivos já mobilizados as tropas do mestre Rodrigo Pérez Maldonado, de forma a dar batalha às tropas de D. Afonso IV. Ao que parece, a reacção do mestre de Alcântara ter-se-á pautado por um comportamento titubeante – ao invés de mobilizar os seus contingentes de forma decisiva contra os portugueses, limitou-se a persegui-los após a derrota que alguns contingentes castelhanos infligiram a um destacamento português perto da vila de Barcarrota. A acção militar do mestre contra os portugueses não fora suficientemente musculada, concedendo-lhes liberdade de movimentos suficiente para procederem à devastação e ao saque da margem esquerda do Guadiana e para regressarem a Portugal³³⁵.

De acordo com a opinião de Feliciano Novoa Portela, este comportamento do mestre alcantarino justificava-se com a busca, por parte da ordem, da manutenção de uma equidistância relativamente ao conflito, de forma a defender quer a sua lealdade à Coroa castelhana, quer os seus interesses patrimoniais em Portugal³³⁶. A manutenção desta neutralidade era já um traço da relação da milícia de Alcântara com ambas as Coroas, mas o fortalecimento progressivo do domínio da Coroa de Castela relativamente aos mestrados das ordens vinha a tornar esta ambiguidade cada vez mais perigosa e insustentável. De facto, a reacção de Afonso XI não demorou muito, tendo o mestre Rodrigo Pérez Maldonado sido forçado a abdicar do mestrado em Maio de 1337³³⁷. Ao mesmo tempo, a partir de Dezembro de 1336, Afonso XI dominava o conflito que o opunha à nobreza castelhana, génese da sua guerra com Portugal, fornecendo-lhe esta vitória o balão de oxigénio necessário para uma reacção mais decisiva contra o desencadear das hostilidades na fronteira portuguesa. Confrontado com as indecisões do mestre alcantarino, o monarca castelhano não hesitou em destituí-lo, nomeando para o cargo um homem da sua confiança, o asturiano Gonzalo

³³⁵ Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., p. 1309; Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I” in *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 29, Sevilha, Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas de la Universidad, 2002, pp. 321-322.

³³⁶ Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., pp. 322-323.

³³⁷ A 26 de Maio de 1337, perante Juan Núñez de Prado, mestre da Ordem de Calatrava, firmava-se a renúncia de Rodrigo Pérez ao mestrado, sendo, no seu lugar, eleito Gonzalo Martínez de Oviedo. Cf. *ColAlcántara*, vol. I, p. 399 [doc. 555]; Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., pp. 1309-1310; Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., p. 323.

Martínez de Oviedo, seu despenseiro-mor, que, de acordo com Carlos de Ayala Martínez, foi necessário «freirar precipitadamente»³³⁸ de modo a se tornar elegível para o cargo.

Mas a força da intervenção de Afonso XI não anulava a ameaça alcantarina à soberania castelhana sobre os territórios de fronteira, já que a nomeação do novo mestre fortalecia as contradições dentro da milícia. Uma parte da mesma revoltou-se contra a decisão³³⁹. Por vias institucionais, seguia um apelo para o capítulo geral da Ordem de Cister, matriz espiritual de Alcântara, com a pretensão de anular a mudança de mãos do mestrado³⁴⁰. Mas a reacção não se cingia a vias pacíficas. Rodrigo Pérez, apoiado no sector descontente da sua milícia, terá tentado também tomar a fortaleza de Alcântara, assento do convento da ordem. A tentativa fracassou, tendo o mestre deposto vindo a refugiar-se junto de D. Afonso IV, de onde continuou a liderar pilhagens em territórios alcantarinos³⁴¹.

O momento era, de facto, de tensão, uma vez que se podem detectar os sinais de um verdadeiro cisma dentro da milícia de Alcântara, polarizada entre os dois mestres que correspondiam a diferentes alinhamentos³⁴². Provavelmente, D. Afonso IV procurava ganhar vantagem no conflito através da cisão interna da Ordem de Alcântara, ao passo que o seu homólogo castelhano tentava garantir o controlo da milícia por meio de um homem da sua confiança. Nesta condição, Gonzalo Martínez de Oviedo assumira o cargo, estando presente quer na fronteira portuguesa, quer na granadina, onde, entretanto, crescia a ameaça muçulmana³⁴³.

Não obstante, o exílio de Rodrigo Pérez Maldonado e a nomeação de Gonzalo Martínez não representavam o fim das contradições alcantarinas. Tido como homem de mão de Afonso XI, rapidamente o mestre provou atender sobretudo aos interesses da ordem que

³³⁸ Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., p. 1310.

³³⁹ Cf. Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., pp. 323-324.

³⁴⁰ Este apelo não singraria, uma vez que, a 29 de Janeiro de 1338, o prior, o comendador-mor e o craveiro da milícia dirigiam ao abade e capítulo de Cister um documento em que provavam que a eleição se realizara de acordo com os trâmites previstos e sem irregularidades: Cf. *ColAlcántara*, vol. I, pp. 401-402 [doc. 561].

³⁴¹ Em Junho de 1338, Bento XII enviava uma missiva a D. Afonso IV, entre outros assuntos, relativa às reparações devidas a Gonzalo Martínez de Oviedo pela guerra movida por Rodrigo Pérez Maldonado contra os territórios da Ordem de Alcântara: Cf. *ColAlcántara*, vol. I, pp. 404-405 [doc. 564].

³⁴² Assim o analisou Enrique Rodríguez-Picavea Matilla, que considerou o período de 1337-1339 como anos em que a milícia encarou fortes contradições internas devidas, precisamente, à intromissão régia na direcção dos seus destinos: Cf. Enrique RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA – “Los cismas en las órdenes militares ibéricas durante la Edad Media” in *En la España Medieval*, vol. 34, Madrid, Universidad Complutense, 2011, pp. 289-290.

³⁴³ Cf. Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., pp. 324-325.

chefiava³⁴⁴. À cabeça da milícia, procurou, desde logo, tornar-se num mediador privilegiado entre as duas coroas beligerantes, em negociações de paz já desde Dezembro de 1337. Ao longo do ano de 1338 Gonzalo Martínez assumir-se-ia como interlocutor entre os homónimos português e castelhano. O alinhamento do novo mestre perpetuava a estratégia alcantarina que procurava orbitar a Coroa castelhana, sem se submeter ao progressivo domínio que Afonso XI garantia sobre as milícias. A milícia fazia pesar a sua posição fronteiriça, encetando uma aproximação aos interesses da Coroa portuguesa. Neste cenário, interessava a Gonzalo Martínez a celebração da paz entre os dois reinos, garante da manutenção do *status quo* que permitiria a continuação deste jogo político da Ordem de Alcântara³⁴⁵.

Este alinhamento de Gonzalo Martínez não se coadunava, porém, com as intenções régias que presidiram à sua nomeação. Afonso XI almejava, de facto, uma subordinação total da milícia à Coroa. Duas missivas papais de 1338, uma de Junho³⁴⁶ e outra de Outubro³⁴⁷, indiciam a cisão consumada dos freires em dois blocos. Rui Pérez permanecia no exílio e em Outubro, no mesmo momento em que se começava a consolidar a paz entre os dois reinos, Bento XII voltava a referir a necessidade de correcção dos desvios dos freires alcantarinos, muito provavelmente relacionados com as reparações devidas ao mestre de Alcântara que, já em Junho, o papa exigira de Afonso IV. No fundo, a nomeação de Gonzalo Martínez de Oviedo não garantia o controlo da milícia por parte de Afonso XI.

A relação entre os dois homens deve ter-se deteriorado ao longo de 1338, durante o período em que o asturiano interviu activamente no processo de pacificação entre Castela e Portugal. A aproximação do mestre aos enviados de D. Afonso IV deverá ter suscitado a oportunidade necessária a um aliciamento do monarca português para um apoio das suas movimentações³⁴⁸. A paz entre os dois reinos envolvia também o afastamento da concubina do monarca castelhano, Leonor de Guzmán, e um novo fortalecimento da rainha, a infanta D.

³⁴⁴ Nas palavras de Ayala Martínez: «*El hecho de que un fiel colaborador del monarca ocupara el maestrazgo alcantarino no cambiaria mucho las cosas, y es que sus titulares asumían de manera inmediata y probablemente inconsciente una posición «institucional» de ambivalencia com la que perseguían mayores beneficios para la orden.*»: Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., p. 1310.

³⁴⁵ Cf. Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., pp. 325-326.

³⁴⁶ *ColAlcántara*, vol. I, pp. 401-402 [doc. 561].

³⁴⁷ A 4 de Outubro de 1338, Bento XII voltava a dirigir-se ao monarca português com o intuito de consumir a paz entre os reinos de Portugal e de Castela e que se corrigissem situações irregulares relativamente a bens da Ordem de Alcântara, situados em território português e, à altura, nas mãos de D. Afonso IV, bem como desvios graves na conduta de freires alcantarinos: *ColAlcántara*, vol. I, pp. 408-409 [doc. 571].

³⁴⁸ Cf. Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., p. 326.

Maria, filha do *Bravo*. Foi este complexo enredo, composto, por um lado, pelas intrigas da amante de Afonso XI, bem como a posição dúbia da Ordem de Alcântara, por outro, que terão precipitado a queda em desgraça do mestre alcantarino³⁴⁹. Entre Novembro e Dezembro desse ano, o mestre mandava abastecer várias fortalezas fronteiriças da milícia, ordenando que os seus alcaides impedissem a entrada de Afonso XI nas mesmas e, por sua vez, oferecendo-as ao monarca português. D. Afonso IV aproveitava a situação, respondendo que tomaria conta das mesmas aquando do expirar das tréguas que decorriam com Castela desde os finais de 1337. Ao mesmo tempo, oferecia a Gonzalo Martínez o mestrado da Ordem de Avis³⁵⁰, situação que evidencia a confiança que o soberano português depositava na sua capacidade de influenciar os destinos das milícias presentes no seu reino, atribuindo os seus mestrados de acordo com as suas estratégias. De acordo com Luís Filipe Oliveira, por esta década verificava-se uma mutação no modo como a Coroa portuguesa se relacionava com as chefias das milícias³⁵¹. A promessa do mestrado de Avis a Gonzalo Martínez de Oviedo sucedia-se à eleição de Garcia Peres Escacho para mestre de Santiago em 1329, processo em que a interferência do monarca foi decisiva. Os perfis dos mestres correspondiam, cada vez mais, aos homens de confiança dos monarcas peninsulares, em detrimento de homens formados e experimentados dentro dos quadros das ordens militares.

Retomando a cantiga, as alusões à véspera de ano novo aqui ganham pleno sentido. As movimentações do escudeiro Macia encontram um contexto bastante adequado neste período de aproximação de Gonzalo Martínez a D. Afonso IV. É provável que esta intriga, posta na boca do rei por Estêvão da Guarda, se refira especificamente aos meses finais de 1338, período em que é bastante provável que os emissários de Gonzalo Martínez buscassem junto do *Bravo* uma solução que libertasse o mestre de Alcântara da situação precária em que se encontrava. Até que ponto a proposta do *Bravo* era sincera, será difícil intuir. Provavelmente o monarca desejaria apenas manipular as dissensões no seio da milícia para criar pressão sobre Afonso XI. Certo é que as movimentações de Gonzalo Martínez constituíram uma afronta intolerável para a autoridade do monarca castelhano, que movia um novo processo de eleição mestral na Ordem de Alcântara.

³⁴⁹ Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., pp. 1310-1311; Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., p. 326.

³⁵⁰ O dispositivo empenhado nesta manobra era decisivo na defesa da fronteira. Eram oferecidas as fortalezas de Alcântara, Santibañez, Valência e a torre de Piedrasbuenas; cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., pp. 1310-1311; Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., pp. 326-327.

³⁵¹ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 53-54.

Corria o ano de 1339 e era eleito um novo mestre, Nuño Chamizo³⁵². A situação de Gonzalo Martínez de Oviedo, a quem o monarca retirara toda a confiança, via-se progressivamente mais desesperada, ao ponto de ordenar aos alcaides alcantarinos da fronteira com Granada que não oferecessem resistência ante uma invasão muçulmana. O mestre procurava desequilibrar a posição de Afonso XI, tentando congregiar os seus inimigos. Cercado nos seus territórios e acusado de traição, viria a ser executado no final do ano de 1339, apesar dos apelos papais de clemência³⁵³. No entanto, nem a nomeação de um novo mestre, nem a execução do anterior resolviam o conflito interno da milícia. Somente com o crescimento da ameaça muçulmana a situação se estabilizava, muito contribuindo para isso a mudança de postura de D. Afonso IV relativamente à guerra com Castela, uma vez que agora o inimigo era outro e era comum³⁵⁴.

Regressando à cantiga, como já afirmei, não é difícil encaixá-la nos anos de 1337-1339, mais especificamente no último trimestre de 1338. Estêvão da Guarda era uma personagem atenta ao panorama político do reino, com o conhecimento da Corte e, como já foi dito, estivera envolvido nos negócios peninsulares de D. Afonso IV. É bem provável que a cantiga se reporte ao período em que os mestres alcantarinos estiveram bastante próximos do *Bravo*, nomeadamente no período em que Gonzalo Martínez de Oviedo estava envolvido nas negociações de paz entre ambos reinos. Não é descabido entrever, nas movimentações de *Dom Macia*, um enviado do mestre de Alcântara ao reino português. O momento em que as fortalezas fronteiriças são oferecidas a D. Afonso IV, proposta tacitamente aceite e acrescentada com a oferta do mestrado de Avis a Gonzalo Martínez – sinal de uma captação deste homem para uma milícia debaixo do controlo do monarca – cabe perfeitamente nesta composição de Estêvão da Guarda.

As palavras postas na boca do rei – leitura que sigo – dificilmente sintetizariam melhor o ambiente deste período. Querendo obter algo do *Bravo*, fosse um penhor da protecção dada a Gonzalo Martínez, fosse outra coisa, talvez de natureza material, mesmo monetária, este Macia embrenhava-se no jogo político-militar que opunha os dois reis homónimos, provavelmente servindo como um agente ao serviço da ambígua Ordem de Alcântara. D. Afonso IV teria tido o discernimento necessário para considerar a proposta do mestre de

³⁵² Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”..., p. 1311; Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., p. 327.

³⁵³ Em Janeiro de 1340 Bento XII enviada duas missivas a Castela, intercedendo em nome de Gonzalo Martínez: *ColAlcántara*, vol. I, pp. 413-414 [docs. 578 e 579].

³⁵⁴ Cf. Feliciano NOVOA PORTELA – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I”..., p. 328.

Alcântara caído em desgraça, aproveitando-a como forma de criar pressão sobre o seu adversário castelhano, mas mantendo a noção de que teria de respeitar as disposições fronteiriças logradas em Alcanizes, que contavam já com cerca de trinta anos. D. Afonso IV lançava, assim, «*o mastique a Dom Macia*», instrumentalizando a proposta do mestre Gonzalo Martínez, mas mantendo a distância necessária para não se embrenhar mais no conflito que se arrastava desde 1336.

Apesar do seu afastamento da Corte portuguesa, Estêvão da Guarda permanecia atento aos negócios do reino, não só aos externos como também às movimentações dos homens de confiança do *Bravo*. Assim, «*O caparom de marvi*» obriga a transferir o olhar da fronteira com o reino de Castela para o seio da Corte portuguesa. Mais uma vez, estamos perante uma cantiga cujo nível de compreensão depende, em grande medida, da sua rubrica³⁵⁵. Sem a mesma, saber-se-ia apenas que a cantiga era dirigida a um cavaleiro. Mas sabe-se, de facto, que este cavaleiro era, na realidade, Rui Fafes, comendador do mosteiro de Santos da Ordem de Santiago³⁵⁶. O motivo da sátira assenta na sua promoção social, muito devida às suas relações, quer com Miguel Vivas – lateralmente satirizado –, quer com o monarca. Para isto, o trovador utiliza, como vimos já noutras composições, o motivo sumptuário aliado à calvice do sujeito, motivo jocoso que se conjuga com a questão das vestes e dos sinais exteriores da condição deste *vilão rico*.

Uma vez que se conhecem os personagens, vale a pena prestar atenção ao que se sabe actualmente acerca dos seus percursos biográficos. Quanto a Rui Fafes, um trabalho recente de Luís Filipe Oliveira reequacionou as hipóteses sobre o seu percurso e os dados disponíveis acerca deste comendador de Santos³⁵⁷. Afastada a hipótese do seu parentesco com a linhagem dos Fafes de Lanhoso, pensa-se que este indivíduo terá as suas raízes na Estremadura, sendo sobrinho de um escudeiro lisboeta, Afonso Garcia. Por via do casamento de seu irmão, Martim Fafes, estava também relacionado com João Viegas, um cavaleiro abastado de Santarém. No

³⁵⁵ «*Esta cantiga foi feita a um vilão rico que havia nome Roi Fáfez e feze-o el-rei Dom Afonso, filho del-rei Dom Denis, cavaleiro, a rogo de Miguel Vivas, eleito de Viseu, seu privado, porque casou com ãa sa sobrinha; e era calvo; e el empero fez um capeirom grande de marvi com pena veira e com alfreses, aberto per deante, e anchava-se pelas costas e pelos ombros todo arredor; e levava-o em cima da calva pera lhe parecer a pena veira.*».

³⁵⁶ Sobre esta comunidade, veja-se Joel MATA – *A Comunidade feminina da Ordem de Santiago: A comenda de Santos na Idade Média*, diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, texto policopiado, 1991; Luís Filipe OLIVEIRA – “O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires” in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009, pp. 429-436.

³⁵⁷ É, essencialmente, a partir do levantamento prosopográfico de Luís Filipe Oliveira que seguirei as informações sobre Rui Fafes. Cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 495-500.

termo da mesma vila possuía Rui Fafes alguns bens. Possuía já o estatuto de cavaleiro em 1333, pelo documento que lhe atesta a relação com o seu tio.

As informações que a rubrica fornece acerca do seu casamento estão documentadas desde 1342. Rui Fafes casou com Maria Anes, filha de João Vivas, advogado e procurador do concelho de Lisboa, e sobrinha do Vedor da Chancelaria de D. Afonso IV, mais tarde bispo eleito de Viseu, Miguel Vivas (de quem me ocuparei dentro de algumas linhas). Se Rui Fafes era cavaleiro desde, pelo menos, 1333 é possível que a cantiga se reporte à década de '30 de Trezentos, talvez à segunda metade da mesma, altura em que Rui Fafes terá obtido maior projecção junto do monarca e do concelho olissiponense.

De facto, sendo possível identificar o comendador com o desembargador e ouvidor de D. Afonso IV do mesmo nome, podemos encontrá-lo nessas funções já em 1334³⁵⁸, situação em que permanece até 1341. A fazer fé na rubrica, a sua ascensão no seio do desembargo régio e o alcance de uma posição central na Corte do *Bravo* ter-se-á devido ao casamento com a sobrinha de Miguel Vivas, vedor da chancelaria entre 1325 e 1338. A partir de 1339 e até 1341, Rui Fafes surge abundantemente como executor de uma quantidade assinalável de diplomas régios³⁵⁹. Por estes anos, a par do irmão, terá ocupado a alcaidaria da cidade de Lisboa (1339 e 1342)³⁶⁰, tendo Martim Fafes ocupado o mesmo cargo, de forma intermitente, até 1344. Poderá ter sido também alcaide de Braga após ter abandonado essas funções em Lisboa. Entre 1343 e 1347 surge como comendador do Mosteiro de Santos, o que poderá apontar para a mobilização da sua influência dentro da Corte e de Lisboa para ocupar este cargo³⁶¹. Terá tido um filho, Rui Fafes II, escolar, e duas filhas, Senhorinha e Leonor Fafes. A sua

³⁵⁸ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM – *O Desembargo régio...*, p. 380.

³⁵⁹ Neste âmbito executa, em nome do monarca, quarenta e seis diplomas de variadas temáticas, predominantemente aforamentos; cf. idem – *O Desembargo régio...*, p. 380; veja-se *ChAIV*, vol. II, pp. 249-250 [doc. 149]; pp. 273-275 [docs. 169-170]; pp. 277-278 [docs. 173-174]; pp. 283-285 [docs. 176-177]; pp. 288-300 [docs. 180-190]; p. 301 [doc. 192]; p. 304 [doc. 195]; pp. 305-306 [doc. 197]; pp. 320-324 [docs. 204-207]; pp. 351-352 [doc. 228]; pp. 360-366 [docs. 234-236]; pp. 369-373 [docs. 239-241]; pp. 375-378 [docs. 246-247]; pp. 382-384 [doc. 250]; *ChAIV*, vol. III, pp. 99-109 [docs. 295-296]; pp. 119-120 [doc. 303]; pp. 122-125 [docs. 307-308]; pp. 136-137 [doc. 314]; pp. 140-141 [doc. 316]; pp. 178-179 [doc. 332].

³⁶⁰ De acordo com a opinião de Miguel Gomes Martins, a presença de ambos os irmãos no cargo pode sugerir um grau de promiscuidade e mesmo de uma situação de transmissão da alcaidaria dentro da mesma família, talvez por indicação de um sucessor por parte do alcaide. O caso de Martim e Rui Fafes pode ser um desses exemplos, a par de outros casos conhecidos para os séculos XIV e XV: Cf. Miguel Gomes MARTINS – *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média*, Lisboa, Arquivo Municipal/Câmara Municipal, s. d., pp. 27; 43; 47.

³⁶¹ De acordo com um estudo de Joel Mata, o mosteiro enquadrava-se na rede de instituições patrocinadas e protegidas pelo monarca. Em 1333 D. Afonso IV chegou a colocar uma comendadeira sob a sua directa protecção: Cf. Joel MATA – “O Mosteiro de Santos sob a protecção régia (sécs. XIV-XV)” in Maria José Ferro TAVARES (org.) – *Poder e Sociedade*, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp. 303-315.

importância atesta-se na dimensão considerável dos seus bens, tal como pela posse de um selo próprio. Terá falecido antes de 1355, ano em que, num documento, Maria Anes surge já como viúva, administrando bens outrora possuídos por Rui Fafes, localizados no Tojal.

A par do visado, será também bastante útil prestar atenção aos dados já conhecidos acerca de Miguel Vivas, não só devido à sua menção na rubrica desta composição, mas também porque este clérigo surgirá, abaixo, na rubrica de outra sátira contra outro comendador da Ordem de Santiago. Tendo sido alvo de estudo por Armando Luís de Carvalho Homem³⁶², investigações posteriores vieram trazer a lume novos dados que demonstram que Vivas seria oriundo de Lisboa³⁶³. Seria clérigo, estando documentado na Corte portuguesa desde 1325, ano em que desempenha já actividades no seio da chancelaria do monarca. Até 1328 está envolvido na redacção de algumas cartas régias³⁶⁴. Ao mesmo tempo, entre 1326 e Dezembro de 1328, foi também cónego de Braga. É, desde 1326, vedor da chancelaria, sendo designado em diplomas como *chanceler de el-Rei*.

Este percurso torna-o um dos homens da estreita confiança de D. Afonso IV, que, por duas vezes, o procurará colocar à frente de dioceses do reino. De facto, já em 1327 o *Bravo* tentara alçá-lo ao episcopado portuense. A Sé do Porto vagara aquando da morte do bispo D. João Gomes, estando acesa a contenda entre o monarca e o bispo pela jurisdição sobre a cidade. O monarca terá tentado que Miguel Vivas lhe sucedesse, mas em 1327 a escolha do papado recaiu sobre D. Vasco Martins, ausente do reino até 1335, uma vez que permanecia em Avinhão³⁶⁵. Não era, porém, a última vez que o rei demonstrava a sua vontade de apontar o vedor da chancelaria para um cargo episcopal, já que em 1329 ou 1330 Miguel Vivas passa a ocupar a Sé de Viseu. No entanto, esta promoção nunca parece ter obtido confirmação papal, uma vez que, à semelhança do que acontece na rubrica da cantiga, será sempre referido como *eleito de Viseu*. Terá falecido após 1338, ano em que ainda se encontra documentado.

Vedor da chancelaria, executor da política régia e instrumento do monarca em questões de nomeação episcopal, não é de estranhar que Miguel Vivas assumisse um papel destacado na Corte portuguesa dos anos '30. Este protagonismo está na base das três sátiras

³⁶² Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM – *O Desembargo régio...*, pp. 369-370.

³⁶³ Cf. Mário FARELO – “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»” in Luís KRUS; Luís Filipe OLIVEIRA; João Luís FONTES (coords.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade...*, p. 149.

³⁶⁴ Contabilizadas em vinte, no total: Cf. idem – *O Desembargo régio...*, p. 369; veja-se *ChAIV*, vol. I, pp. 23-24 [doc. 1]; *ChAIV*, vol. II, pp. 366-368 [doc. 237].

³⁶⁵ Cf. Bernardo Vasconcelos e SOUSA – *D. Afonso IV...*, pp. 131; 134.

que o tocam³⁶⁶, da autoria de Estêvão da Guarda e de D. Pedro. Uma quarta poderá ainda ser de João de Gaia, uma vez que a rubrica fornece dados bastante concordantes com as informações sobre Miguel Vivas³⁶⁷. Estêvão da Guarda tê-lo-á satirizado lateralmente, n'«*O caparom de marvi*», e directamente na composição «*Bispo, senhor, eu dou a Deus bom grado*», onde é a sua condição de privado de D. Afonso IV que é atacada.

Regressando à cantiga dirigida a Rui Fafes, a primeira estrofe começa com a alusão ao *caparom de marvi*, peça identificada como uma grande capa de tecido estrangeiro³⁶⁸, provida de um capuz em pele e exageradamente enfeitada, com que este cavaleiro cobriria a cabeça calva³⁶⁹. Nos primeiros três versos, o trovador traça o motivo da sátira. O exagero da sumptuosidade desta peça de vestuário é posto a ridículo pelo motivo físico da sátira, ao ser associada à cobertura da calvície. Diga-se, de passagem, que se regressa a um tema já detectado na caracterização de um comendador: o da peça de vestuário estrangeira, neste caso exageradamente ornamentada, que se identificou atrás na composição de Pero Mendes da Fonseca. O jogo com a calvície poderá também remeter para uma expressão ainda hoje em voga – a de *cobrir a careca*, ou seja, a de, pela função e ornamentação da capa, esta servir para encobrir as origens humildes deste homem. É, de facto, o que o final da estrofe parece indicar, já que o trovador invoca a questão com que terminará sempre as três estrofes da composição: de entre alfaiate ou peliteiro, qual lha teria posto³⁷⁰?

O sentido da interrogação parece remeter para a origem vilã de Rui Fafes, que a rubrica indica. A alusão aos dois mesteres será, no fundo, o artifício que o trovador utiliza para, com ironia, vincular não só o cavaleiro aos meios urbanos e vilãos característicos da Estremadura, onde Rui Fafes tinha as suas origens. É bastante interessante o jogo de palavras, identificado por Rodrigues Lapa e por Graça Videira Lopes³⁷¹, com o qual Estêvão da Guarda

³⁶⁶ Para além da sátira de que este texto se ocupa e da já citada cantiga de D. Pedro dirigida aos privados de D. Afonso IV, que será analisada adiante, é também da autoria de Estêvão da Guarda outra sátira: «*Bispo, senhor, eu dou a Deus bom grado*» [B 1310; V 915; CEMDa 110; CEMDb 437; LPGP, vol. I, pp. 248-249; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1340&pv=sim>].

³⁶⁷ Trata-se da composição «*Eu convidei um prelado a jantar, se bem me venha*.» [B 1452; V 1062; CEMDa 199; CEMDb 462; LPGP, vol. I, pp. 429-430; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1485&pv=sim>], cuja rubrica reza «*Esta cantiga foi seguida per ãa bailada que diz: "Vós havede'los olhos verdes e matar-m'-edes com eles." E foi feita a um bispo de Viseu, natural d'Aragom, que era tam cárdeo com[o] cada ãa destas cousas que conta em esta cantiga ou mais e apoinham-lhe que se pagava do vinho*.». Satirizava-se assim o bispo pelo seu gosto pela bebida, e os dados fornecidos não deixam muita margem para que se identifique este prelado com outro senão Miguel Vivas.

³⁶⁸ Assim tem sido explicada nas várias edições da cantiga por Rodrigues Lapa e por Graça Videira Lopes: CEMDa 121; CEMDb 448; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1352&pv=sim>.

³⁶⁹ «*O caparom de Marvi / que vos a testa bem cobre / com pena veira tam nobre*,».

³⁷⁰ «*alfaiat'ou peliteiro / dized'ora cavaleiro / cal vo-l'apostou assi?*».

³⁷¹ CEMDa 121; CEMDb 448; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1352&pv=sim>.

finda cada uma das estrofes da composição; utilizando a marca de oralidade na interrogativa *qual vo-lo?* («*cal vo-l'*»), consegue repetir a expressão *calvo* no final de cada estrofe, reforçando o motivo jocoso do cantar.

Repetindo o motivo, no segundo período, o trovador afirma que o *caparom* conviria a este cavaleiro, provavelmente aludindo, mais uma vez, à necessidade que Rui Fafes sentiria de encobrir as suas raízes humildes através da ostentação de vestuário sumptuoso³⁷². De novo, a estrofe termina com o reiterar da questão acerca dos artífices que lhe teriam executado a capa³⁷³, motivo que repete no início da estrofe seguinte, pedindo a este cavaleiro que lhe esclareça qual dos dois mesteres – o da alfaiataria ou da pelitaria – será mais entendido na confecção de uma capa ornamentada com penas³⁷⁴. Incitando a que a situação ficasse esclarecida, o trovador aproveita, de acordo com uma leitura de Graça Videira Lopes, para colocar a tónica não na natureza da capa, mas no estatuto deste indivíduo³⁷⁵. De acordo com esta autora, efectuando-se uma pausa após a palavra *sodes* do verso dezassete, a leitura que se obtem será «*e nom seja encoberto / de como vós sodes*»³⁷⁶: jogando com as palavras Estevão da Guarda materializava, desse modo, o verdadeiro intento da cantiga: o de pôr a descoberto as origens deste cavaleiro.

A partir dos dados levantados sobre as duas personagens a quem a cantiga se dirige, facilmente se pode datá-la, sensivelmente, entre 1333 e 1338, cinco anos em que Rui Fafes surge já como cavaleiro e dos quais se possuem notícias da actividade de Miguel Vivas. Não é por acaso que o remoque de Estêvão da Guarda surge nestas datas, uma vez que, como se viu acima, é a partir de 1336 que o trovador regressa à Corte portuguesa de forma mais decidida, até 1347. Neste período deveria contar com o peso da experiência adquirida nos anos que servira D. Dinis, constituindo, talvez, parte do bando da Corte que se opunha aos homens de mão do *Bravo*, conforme as suas relações políticas e literárias permitem considerar.

Como já assinalai, o autor retomava a questão sumptuária. Se Pero Mendes da Fonseca utilizara o motivo da troca de uma capa velha e gasta, oriunda do estrangeiro, pelas insígnias de comendador, como metáfora para a ascensão do *Paio*, Estêvão da Guarda retoma a questão da capa deste *vilão rico* para revelar a natureza deste homem. A crítica incide sobre a imagem opulenta – simbolizada pela capa exageradamente sumptuosa que lhe *cobre* a

³⁷² «*Tal caparom vos convém / com tal pena que tragaes*».

³⁷³ «*mais i, dos dous mesteirais, / me dized'o que vos digo, / cavaleiro, meu amigo: / cal vo-l'apostou tam bem?*».

³⁷⁴ «*Do que é mais sabedor / de caperom empenado / me dad'ora recado,*».

³⁷⁵ «*e nom seja encoberto / de como vós sodes certo: / cal vo-l'apostou melhor?*».

³⁷⁶ Cf. CEMDb 448; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1352&pv=sim>.

cabeça – que este comendador queria projectar de si mesmo. Oriundo da Estremadura, tinha-se elevado política e socialmente a partir do estabelecimento de uma rede pessoal e patrimonial essencialmente urbana, ascendendo depois à Corte como homem do oficialato régio e da confiança do monarca. Para isto, teria contado com o apoio dos Vivas, aragoneses recém-chegados a Lisboa e à Corte, que contavam também com o beneplácito de D. Afonso IV. Através desta cantiga, Estêvão da Guarda fixava, numa memória satírica, a associação deste *parvenu* ao mundo urbano que, progressivamente, atraía o investimento de monarcas e cortesãos desde os tempos de D. Afonso III³⁷⁷.

Em termos de representação, as sátiras de Estêvão da Guarda traçam-nos um mundo em que as milícias estão cada vez mais sujeitas à influência dos monarcas. Como já tive oportunidade de observar, com Afonso XI do lado Castelhana e com D. Dinis e D. Afonso IV no lado português, consolidavam-se os processos de apropriação dos assuntos das milícias por parte dos reis. Não era um processo isolado, já que por todo o Ocidente europeu os homens das milícias integravam-se progressivamente nos aparelhos políticos e administrativos dos monarcas³⁷⁸. Este processo foi dinâmico, não sendo possível compreendê-lo apenas do prisma da intrusão monárquica nos institutos religioso-militares. De facto, os homens das milícias alargavam a sua presença na sociedade e no sistema de poderes, criando coerências entre os interesses das milícias que serviam e o serviço régio.

Como se observou nos acontecimentos de 1336-1339, este processo não careceu de sobressaltos, avanços e recuos. Carlos de Ayala Martínez teve já a oportunidade de frisar que o caminho prosseguido nas Coroas portuguesa e castelhana tinha, na sua essência, o mesmo objectivo, mas, devido às particularidades de cada reino, nomeadamente no que toca às sucessões entre os reinados de Afonso X e Afonso XI, o processo terá sido mais titubeante em Castela e mais rectilíneo em Portugal³⁷⁹. Os monarcas não se limitavam a dominar as ordens através da nomeação de mestres, mas aproximavam também os freires do seu serviço, e *vice-versa*, colocando homens da sua confiança, oriundos do mundo urbano, à frente de sectores das milícias. Como as sátiras de Estêvão da Guarda permitem verificar, era a promiscuidade e o

³⁷⁷ Cf. Bernardo SÁ-NOGUEIRA – “Intervenção da corte régia no enquadramento do comércio lisboeta (1276-1279), documentada por instrumentos notariais de composição” in Luís KRUS; Luís Filipe OLIVEIRA; João Luís FONTES (coords.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade...*, pp. 112-128.

³⁷⁸ Sobre este assunto, veja-se Alan FOREY – *The Military Orders...*, pp. 220-225; Philippe JOSSERAND – “Les ordres militaires et le service curial dans le royaume de Castille (1252-1369)” in *Actes des congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public, 29e congrès*, Pau, SHMESP, 1998, pp. 75-83; Helen NICHOLSON – *The Knights Templar. A New History*, Thrupp, Sutton, 2002, pp. 160-170; Alain DEMURGER – *Moines et Guerriers...*, pp. 272-281.

³⁷⁹ Cf. Carlos de AYALA MARTÍNEZ – “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)” ..., p. 1306.

baixo estatuto social dos homens das milícias que atraía cada vez mais críticas³⁸⁰, sobretudo quando os homens das ordens se situavam em bandos opostos aos dos críticos. Oriundos do Sul urbano, freires e comendadores atraíam a animosidade dos homens que encarnavam os velhos valores da aristocracia guerreira. A oposição entre as concepções de serviço curial da nobreza, da sua missão guerreira e cruzadística, e o que se começava a passar, *de facto*, no mundo cortesão do século XIV, povoado por homens de origens humildes e obscuras, não poderia deixar de passar pela pena do último trovador que analisarei.

c) O Conde e os freires

Não se afigura tarefa difícil apresentar o último trovador cujas cantigas integram este elenco sobre ordens militares. À data em que escrevo, o percurso biográfico e literário de D. Pedro Afonso, filho bastardo de D. Dinis, herdeiro, por casamento, das linhagens de Sousa e de Portel, conde de Barcelos e alferes-mor do reino, foi repetidamente esclarecido por vários trabalhos, dos quais se destaca a *Introdução à Crónica Geral de Espanha de 1344*, editada por Luís Filipe Lindley Cintra³⁸¹. Estão também esclarecidas as questões relativas a esta crónica, pela mão do seu editor, bem como os problemas da feitura do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*³⁸². O contributo que o conde de Barcelos terá dado, através do seu esforço de compilação das composições trovadorescas, tem sido adequadamente valorizado pelos

³⁸⁰ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 59-62.

³⁸¹ O percurso biográfico do conde D. Pedro foi esclarecido por este investigador em *Cr1344*, vol. I, pp. CXXX-CLXIX; a par de Lindley Cintra, Almeida Fernandes dedicou também um extenso artigo à biografia do conde de Barcelos: A. de Almeida FERNANDES – “Pedro (D.)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XX, Porto/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s. d., pp. 802-811; após estes estudos foram produzidas diversas sínteses do percurso biográfico de D. Pedro que aprofundaram ou deram relevo a alguns aspectos já focados em trabalhos anteriores: Cf. António Resende de OLIVEIRA – *Depois do espectáculo...*, pp. 402-405; idem – *Trovadores e xograres...*, pp. 164-165; Manuel SIMÕES – “Pedro de Portugal, conde de Barcelos” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 521-523; LPGP, p. 756; José Augusto PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas...*, vol. 1, pp. 187-191; Luís Filipe OLIVEIRA – “Pedro de Barcelos” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, p. 701; António Resende de OLIVEIRA – “O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos” in *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes* [online], n.º 11 (Junho de 2011) [última consulta a 18-04-2012], disponível em <http://e-spania.revues.org/20374>.

³⁸² Para uma primeira abordagem ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, é indispensável a consulta da *Introdução* à edição de 1980 de LC, pela mão de José Mattoso [pp. 7-54]; as questões relativas aos contextos de produção e às questões da transmissão textual do nobiliário do conde D. Pedro foram aprofundadas e esclarecidas em José MATTOSO – “Livros de Linhagens” in Giulia LANCIANI; Giuseppe TAVANI (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 419-421; Luís KRUS – *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico...*; José MATTOSO – *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, Lisboa Círculo de Leitores, 2000, pp. 267-292; idem – *A nobreza Medieval Portuguesa...*, pp. 27-73.

especialistas, tendo sido sublinhada a importância que o *Livro de Cantigas* do conde teve na linha de transmissão textual que possibilitou as recolhas de Colocci, das quais hoje os estudiosos do fenómeno trovadoresco em galego-português são devedores.

Menos atenção tem merecido a sua actividade trovadoresca enquanto autor, que sucessivos especialistas caracterizam como não possuindo elevada qualidade, ficando os seus dotes como trovador por uma mera recepção e capacidade de emprego das técnicas típicas do período de decadência do fenómeno trovadoresco no Ocidente peninsular³⁸³. As suas cantigas têm servido sobretudo de apontamento marginal às suas obras de maior dimensão. No entanto, é através das cantigas que se pode vislumbrar de uma forma particularmente esclarecedora o olhar de Pedro Afonso relativo às milícias religiosas, uma vez que compôs duas sátiras dirigidas aos seus membros: numa delas, o conde aproveita para atirar uma farpa a um homem que viria a tornar-se comendador-mor da Ordem de Santiago em Portugal, Gomes Lourenço de Beja³⁸⁴; na outra, com particular sentido de humor, D. Pedro retrata as ligações menos regulares entre um mestre, uma mulher e um negócio que ambos financiavam às custas dos rendimentos de uma milícia³⁸⁵.

Do homem que veio a receber o condado de Barcelos e a ser alferes-mor do reino por graça do seu pai, D. Dinis, temos a primeira notícia em 1289, ano em que o monarca doa ao seu filho D. Pedro bens em Lisboa, Estremoz e Evoramonte. Iniciava-se assim o percurso de acumulação de património deste bastardo régio, nascido cerca de quatro anos antes, fruto da união ilegítima do rei de Portugal com uma senhora oriunda de Torres Vedras, Graça Anes Froiaz. Se as opiniões dos especialistas estão correctas, o nascimento de D. Pedro por volta do ano de 1285 torna-o um homem da mesma geração de Estêvão da Guarda, embora um pouco mais novo. Esta proximidade etária de ambos pode servir para compreender melhor os seus alinhamentos cortesãos e a partilha de motivos satíricos, que foi já exposta acima.

O seu conjunto de bens será engrandecido até 1304. Neste ano, D. Pedro acompanhava o seu pai a Aragão, num momento em que D. Dinis era invocado para arbitrar a paz entre o monarca castelhano e o aragonês. Nesta altura, o bastardo acumulava já

³⁸³ Já Lindley Cintra afirmava: «*Nenhum dom poético excepcional nos revelam as quatro canções de amor e as seis de escárnio que dele nos conservam os cancioneiros.*»: Cr1344, vol. I, pp. CLXX-CLXXI; esta ideia tem sido veiculada até à actualidade, tendo Manuel Simões afirmado: «*E embora o seu corpus poético seja reduzido e a qualidade dos seus textos não seja excepcional, o autor mostra ter assimilado a técnica da arte trovadoresca, até com alguma originalidade*»: Manuel SIMÕES – “Pedro de Portugal, conde de Barcelos” ..., p. 523.

³⁸⁴ V 1038; CEMDa 325; CEMDb 470; LPGP, vol. II, pp. 759-760; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1461&pv=sim>.

³⁸⁵ V 1039; CEMDa 326; CEMDb 471; LPGP, vol. II, pp. 761-762; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1462&pv=sim>.

património em Sintra, Tavira e Torres Vedras, bens aos quais se viria a juntar uma significativa herança proveniente do seu casamento com Branca Pires de Portel. Ao unir-se matrimonialmente com esta mulher, D. Pedro tornava-se herdeiro de duas linhagens de grande nomeada – a de Sousa, por via materna de Branca Pires, e a de Portel, por via paterna desta mulher. Mas este casamento não duraria muito, sendo aceite que se terá prolongado seguramente entre 1303 e 1306. Em 1308 estariam já em marcha os preparativos do segundo casamento de D. Pedro, desta vez com uma aragonesa: D. Maria Jiménez Coronel. Entretanto, o património do futuro conde não parara de crescer, dilatação que ilustra a predilecção que o monarca nutria por este seu filho: em 1306 D. Dinis doara-lhe a terra de Gestaço e, no ano seguinte, D. Pedro obtinha o mordomado da infanta D. Beatriz, mulher do seu meio-irmão, o futuro D. Afonso IV.

O período que vai de 1307 a 1314 assistirá ao prolongamento da presença assídua de D. Pedro na Corte de seu pai, estância reforçada por uma posição privilegiada tanto pelas boas relações com o monarca como pelo património já obtido. Tal posição viria a reforçar-se com a doação do condado de Barcelos (1314) e do cargo de alferes-mor do reino (1315), título e cargo possuídos até 1312 por Martim Gil de Riba de Vizela II, que entretanto falecera no exílio, em Castela³⁸⁶. No entanto, entre 1315 e 1317, o conde ver-se-á envolvido no caminho de cisão entre a nobreza, chefiada pelo herdeiro, o infante D. Afonso, e o monarca. O processo de controlo e cerceamento dos poderes aristocráticos por parte da Coroa avançava de forma determinada e D. Pedro via-se envolvido na trama política, não só por ser um dos aristocratas mais poderosos do reino, mas também por ser um interlocutor privilegiado com João Núñez de Lara, um dos magnates envolvidos na captação do futuro D. Afonso IV para o partido nobiliárquico. Dado o envolvimento de D. Pedro na gestão deste conflito, as doações de 1314 e 1315 têm sido encaradas como parte da estratégia do monarca para evitar a cisão com o seu filho predilecto. Certo é que, entre 1317 e 1322, D. Pedro encontrar-se-á no seu exílio castelhano, onde, na Corte de Afonso XI, terá tomado contacto com o labor cultural em desenvolvimento já desde o mecenato de Afonso X.

Regressado ao reino, pelos inícios de 1322, Pedro Afonso ocupar-se-á, a par da rainha D. Isabel de Aragão, da mediação do conflito que deflagrara entretanto entre seu pai e o herdeiro da Coroa³⁸⁷. À morte do monarca encontrava-se entre os presentes no seu leito de

³⁸⁶ Sobre este rico-homem, veja-se José Augusto PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas...*, vol. 1, pp. 552-555.

³⁸⁷ Sobre a guerra civil que opôs o partido do monarca aos revoltosos reunidos em torno do infante D. Afonso, veja-se José MATTOSO – *Portugal Medieval...*, 1985, pp. 293-308; a par deste estudo, o período de rebeldia do infante foi analisado em Bernardo Vasconcelos e SOUSA – *D. Afonso IV...*, pp. 32-62.

agonia. Tal como aconteceu com Estêvão da Guarda, foi a sucessão de D. Dinis que suscitou uma mudança relativa à assiduidade de D. Pedro na Corte régia portuguesa, afastando-se o conde de Barcelos da Corte no momento em que o monarca assumia as rédeas do reino, aproveitando para o ajuste de contas com Afonso Sanches e João Afonso³⁸⁸. A partir de 1325, o conde encontrar-se-á sobretudo nos seus paços de Lalim e de Gestação, entregue ao labor cultural que o consagrou como um dos mais importantes agentes culturais do século XIV em toda a Península Ibérica. Mais uma vez, terá sido a viragem cortesã e a nova vaga de conselheiros régios a ditar o afastamento de algumas personagens constantes da Corte de D. Dinis. Como se verá adiante, D. Pedro não escondia o seu desamor pelos *privados* do novo monarca, sobretudo a Gomes Lourenço de Beja.

Neste período, apesar do seu afastamento da Corte, envolver-se-á em dois momentos importantes do reinado do seu meio-irmão. Em 1336, durante o conflito acesso entre Portugal e Castela, o conde D. Pedro invadia o sul da Galiza de forma a gorar os intentos do arcebispo de Santiago de Compostela, que preparava uma invasão do Minho. Apesar de não ter conseguido chegar ao confronto campal com as tropas reunidas pelo adversário, D. Pedro conseguiu bloquear o seu avanço, cercando-as por três dias, tendo procedido depois a uma marcha saqueadora que o conduziu de volta a Portugal, deixando um rasto de destruição nos territórios imediatamente a norte do rio Minho³⁸⁹. Após o final deste conflito, já em 1340, o conde de Barcelos desempenhará um papel importante na organização da campanha de auxílio a Tarifa, que resultaria na vitória das forças cristãs junto ao rio Salado no seguimento da invasão muçulmana. Tendo-se envolvido nos preparativos da expedição, não viria, porém, a participar na batalha de 30 de Outubro de 1340 por motivos de saúde, uma vez que teria sido assolado por uma enfermidade que o impedira de se reunir às tropas cristãs comandadas por D. Afonso IV e por Afonso XI.

Será a partir de 1340 que se afastará definitivamente da Corte portuguesa, entregando-se, nos seus Paços de Lalim, à composição do *Livro de Linhagens*, à compilação do *Livro das Cantigas* e à elaboração da *Crónica Geral de 1344*. Como se verifica, a década de '40 corresponde ao período em que a actividade literária de Pedro Afonso atinge o seu topo. Ao

³⁸⁸ Após a subida ao trono, D. Afonso IV abria de novo hostilidades contra dois dos seus meios-irmãos, chegando às vias de facto com Afonso Sanches e aproveitando esta reabertura do conflito para condenar à morte João Afonso; sobre este assunto veja-se Bernardo Vasconcelos e SOUSA – *D. Afonso IV...*, pp. 63-72.

³⁸⁹ Sobre este episódio, cf. Miguel Gomes MARTINS – “A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338” in *Promontoria – Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, Faro, Universidade do Algarve, 2005, pp. 19-80; idem – *De Ourique a Aljubarrota...*, pp. 224-225.

mesmo tempo, as relações do conde com a sua esposa aragonesa, Maria Jiménez, deterioravam-se. Em 1347 chegavam a acordo acerca da separação dos seus bens. Em 1348 está já o conde com a sua última mulher, Teresa Anes de Toledo, a qual, pelo testamento do mesmo ano, estabelece um hospital em Lisboa, a partir de um conjunto de bens outrora pertencentes à mãe de D. Pedro e que D. Teresa recebera por via do conde³⁹⁰. Será em 1350, a 30 de Março, que D. Pedro porá por escrito as suas últimas vontades, no célebre testamento que ainda hoje serve de testemunho à existência do seu *Livro das Cantigas*. Até ao final dos seus dias ocupar-se-á da gestão e destino a dar ao seu alargado património, tendo vindo a falecer em 1354. À sua morte cumpria-se a vontade expressa no testamento de 1350, sendo sepultado no mosteiro de S. João de Tarouca.

O percurso de D. Pedro assemelha-se ao de Estêvão da Guarda no que toca ao seu afastamento da Corte depois da morte de D. Dinis. Eram ambos próximos do monarca e a mutação dos alinhamentos cortesãos com a entronização de D. Afonso IV tê-los-á afastado os homens da privança do monarca. As invectivas tecidas pelo secretário de D. Dinis contra Rui Fafes inserem-se, provavelmente, no mesmo contexto que motivou a sátira que D. Pedro vota aos *privados* do *Bravo*. Mais uma vez, a composição faz-se acompanhar de uma rubrica³⁹¹. Embora menos explicativa do que as rubricas que acompanham as outras cantigas que tenho vindo a analisar, esta, ainda assim, indica-nos os alvos: mais uma vez um dos satirizados é o bispo eleito de Viseu, Miguel Vivas, acompanhado, de novo, por um homem da Ordem de Santiago, desta vez Gomes Lourenço de Beja.

Se a rubrica desta cantiga não fornece mais dados acerca das motivações da farpa que D. Pedro lança contra estes indivíduos, já os versos não se caracterizam por assumirem um sentido muito velado. Os dois primeiros traçam o quadro da sátira, dirigida aos homens da privança régia, cuja proximidade do monarca é denunciada como nociva para os restantes súbditos³⁹². A primeira crítica que lhes é apontada é a da acumulação desmedida de mercês e riquezas, acompanhada pela ganância e avareza³⁹³, numa clara antítese do princípio da liberalidade, sobre a qual assentavam as redes de solidariedade entretecidas entre o monarca e os seus cortesãos. A isto, D. Pedro acrescenta ainda que, a esta prática de acumulação por parte dos homens da confiança do monarca, se associa um controlo total dos negócios do

³⁹⁰ Sobre esta obra, veja-se Maria José Pimenta FERRO – “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do Conde D. Pedro” in *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 371-400.

³⁹¹ «Esta cantiga foi feita a Miguel Vivas, que foi enleito de Viseu, e a Gómiz Lourenço de Beja».

³⁹² «Os privados, que d’el rei ham / por mal de muitos, gram poder,».

³⁹³ «seu saber é juntar haver; / e non’o comem nen’o dam, / mais posfaçam a quem dá;».

reino³⁹⁴. São críticas que se enquadram bem no clima gerado pela morte de D. Dinis, e a leitura da primeira estrofe não deixa muitos equívocos: é a queixa de um indivíduo afectado pela ascensão na Corte de um bando rival, composto, na óptica do autor, por homens de uma extracção inferior aos que haviam acompanhado o monarca falecido.

Continuando pela segunda estrofe do poema, o trovador denuncia a subversão das lógicas de serviço régio por parte dos homens próximos do monarca. Na óptica de D. Pedro, já não são nem o serviço, nem a ligação ao monarca, os garantes da graça régia, uma vez que a obtenção de qualquer mercê por alguém que não pertencesse ao bando destes *privados* seria logo gorada através do uso do seu poder e influência³⁹⁵. Melhor seria garantir o apoio dos homens que rodeavam o monarca, servindo os seus interesses³⁹⁶, em vez de servir o monarca e o reino. Para o efeito, o trovador utiliza o verbo *peitar*, atribuindo ao tom desta crítica um sentido de pagamento e de uma materialidade monetária que se conjuga com os valores da ganância e da acumulação que na primeira estrofe foram já enunciados. O quadro aqui traçado opõe-se aos valores do serviço régio que se pretende desinteressado, assente na solidariedade nobiliárquica e no papel que a aristocracia desempenha na estruturação dos reinos cristãos peninsulares, tão bem expressos no Prólogo do *Livro de Linhagens* da autoria de D. Pedro³⁹⁷. É de notar o paralelismo que esta estrofe exhibe face à composição de Estêvão da Guarda dirigida contra a promoção social e política de Rui Fafes, outro homem que, por meio de Miguel Vivas, rodeava D. Afonso IV.

A situação política e cortesã que o trovador traça nesta cantiga não se esgota apenas neste monopólio do poder e das mercês régias por parte do bando próximo do monarca. Na terceira estrofe, D. Pedro esclarece que a avidez que descrevera acima não é a pior das consequências da privança destes homens perversos³⁹⁸ – verdadeiramente nociva, na óptica deste cantar, é a capacidade que estes homens detêm de anular qualquer decisão ajuizada que o rei tenha em mente³⁹⁹, coarctando a distribuição de benesses e invertendo as intenções do monarca através do mau conselho. De resto, na última estrofe, composta apenas por três versos, D. Pedro alude ao problema do *consilium*, devido pelos vassallos ao seu senhor, acusando estes privados de uma total incapacidade de auxiliar o monarca a governar bem, não

³⁹⁴ «e de quanto no reino há, / se compre tod'a seu talam.».

³⁹⁵ «Os que trabalham de servir / el-rei, por tirar galardom, /se do seu band'ou seus [nom] som, / logo punham de lho partir.».

³⁹⁶ «O que d'el rei quiser tirar /bem sem servir, se lhis peitar, havê-lo-á, u lho pedir.».

³⁹⁷ LC, Prólogo.

³⁹⁸ «Se[u] sem e seu saber é tal / qual vos cá já 'gora contei; / e fazem al, que vos direi / que é mui peior que o al:».

³⁹⁹ «u s'el-rei mov'a fazer bem, / com'é razom, pesa-lhes en / e razoam-no bem por mal.».

só devido à manipulação e corrupção a que toda a cantiga se reporta, mas também pela incompetência que o trovador lhes aponta⁴⁰⁰.

Rodrigues Lapa propôs uma hipótese de datação para a cantiga, entretanto aceite por Graça Videira Lopes, situando-a entre 1328 e 1330⁴⁰¹. O seu argumento assenta nas referências a Miguel Vivas, a quem a sátira de D. Pedro também se dirige. Porém, como se verificou a partir dos dados reunidos por Armando Carvalho Homem⁴⁰², é provável que a datação da mesma se dilate tendo em conta o período para o qual se possuem notícias de Miguel Vivas, ou seja, até 1338. Não é tão fácil restringir esta datação cruzando a cronologia do bispo eleito com a de Gomes Lourenço, uma vez que este é apenas referido na rubrica da cantiga pelo nome, não nos fornecendo mais dados que permitam resolver esta questão. Ora, como se verá, Gomes Lourenço de Beja está junto do infante desde a segunda década do século XIV, e permanecerá como homem de confiança do *Bravo* até meados da centúria de Trezentos, longevidade que não facilita a tarefa de datar de forma mais exacta uma composição que deverá ter sido feita entre 1328 e 1338, tendo em conta a cronologia de Miguel Vivas e o período de maior actividade trovadoresca do conde de Barcelos.

No fundo, como tenho vindo a sublinhar, as sátiras que envolvem o bispo eleito de Viseu e os homens que rodeiam D. Afonso IV na segunda metade da década de '20 constituem um testemunho bastante nítido das reacções cortesãs à ascensão deste grupo de homens. O bando começara a congregar-se já durante a degeneração das relações entre D. Dinis e o infante D. Afonso. Um destes homens é precisamente um dos alvos desta sátira, Gomes Lourenço de Beja, no final da sua vida elevado ao cargo de comendador-mor da Ordem de Santiago, figura que as narrativas da *Crónica Geral de Espanha de 1344* e do *Livro de Linhagens do Conde de Barcelos* censuram repetidamente, responsabilizando-o pela revolta do príncipe contra o seu pai.

Está já suficientemente esclarecido o percurso desta personagem da primeira metade do século XIV⁴⁰³. Advogado de profissão, era de origens vilãs, filho de um carpinteiro de Beja. A primeira menção que dele se possui data de 1313, quando surge como familiar e procurador do infante D. Afonso. Já nesta data aparecia como um dos homens próximos do herdeiro da Coroa. Em 1319 estava presente, na qualidade de advogado, na cerimónia de instituição da Ordem de Cristo. A proximidade do infante evoluía e entretanto, Gomes Lourenço assumia a

⁴⁰⁰ «E u compre conselh'ou sem / a seu senhor, nom sabem rem / se nom em todo desigual.».

⁴⁰¹ CEMDa 325; CEMDb 470; CMGP: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1461&pv=sim>.

⁴⁰² Vide *supra*, III: b).

⁴⁰³ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 437-440.

função de chanceler de D. Afonso, posição em que é citado em 1321, quando é acusado de traição por D. Dinis por proferir publicamente palavras difamatórias contra o monarca.

A proximidade e a influência que este vilão exercia sobre o herdeiro do trono valiam-lhe o desdém que o conde de Barcelos exhibirá, pela primeira vez, no sirventês que contra ele e Miguel Vivas lançou. Posteriormente, D. Pedro encarregar-se-á de fixar com um forte pendor negativo a memória de Gomes Lourenço de Beja, que acusará de mau conselho e de desviar o infante para o rumo da revolta contra o pai com base em mentiras e «*fremosas palavras*»⁴⁰⁴. A *Crónica de 1344* traça-nos a imagem da manipulação do infante por este vilão, que sucessivamente o incita ao caminho da rebeldia, frustrando as tentativas de acordo entre pai e filho⁴⁰⁵ e convencendo o infante a investir sobre Lisboa, onde se encontrava D. Dinis⁴⁰⁶. À imagem traçada pela *Crónica* junta-se um retrato coerente desta figura no *Livro de Linhagens*, que o refere vincando a sua origem vilã e o seu estatuto de advogado, sendo mencionado em virtude dos seus casamentos e, portanto, como um intruso nas solidariedades nobiliárquicas. O genealogista não poupa nas acusações, afirmando claramente que coube a Gomes Lourenço a responsabilidade da rebelião e da sanha do infante D. Afonso contra seu pai⁴⁰⁷.

Das suas relações conhecem-se uma barregã e dois casamentos. O mais tardio, com uma sobrinha de Estêvão Anes Bochar do, foi associado por Luís Filipe Oliveira à sua profissão na Ordem de Santiago, uma vez que esta mulher pertencia a uma família com fortes ligações à milícia. Seguramente, teve dois filhos, podendo ainda ter tido um terceiro. O seu ingresso nesta milícia ter-se-á devido à acção de D. Afonso IV. De facto, o monarca reforçara e confirmara a sua influência sobre a milícia em 1329, ano em que conseguira fazer Garcia Peres Escacho suceder ao seu irmão, Pedro Escacho, no mestrado da Ordem⁴⁰⁸. O monarca chamava a si a capacidade de influenciar as escolhas do convento de Alcácer, garantindo que os homens que chefiavam o recentemente autónomo ramo da milícia eram elementos próximos do monarca e do serviço régio.

Neste quadro, a intimidade e confiança que existia entre Gomes Lourenço e o rei – e que as críticas de D. Pedro não deixam de denunciar – ilustram adequadamente a ascensão deste advogado nos quadros da Ordem. Será, com efeito, eleito comendador-mor da ordem em 1341. A partir dessa data, durante uma década, surge mencionado em vários documentos

⁴⁰⁴ *Cr1344*, vol. IV, p. 253.

⁴⁰⁵ *Cr1344*, vol. IV, p. 256.

⁴⁰⁶ *Cr1344*, vol. IV, p. 257.

⁴⁰⁷ *LC XXVI Q6; LC XXXIX V7*.

⁴⁰⁸ A sucessão de 1329 é tratada em Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 39-47; 254-257.

desempenhando o cargo, tendo provavelmente falecido pouco depois de 1351, ano da sua última referência. O rei conseguia assim que na chefia da ordem estivessem dois homens da sua confiança e serviço – convém lembrar que Gomes Lourenço estava relacionado com a família de Garcia Peres Escacho pela sua união com uma Bochardo⁴⁰⁹, o que aqui permite entrever uma rede de relações matrimoniais e de serviço que se estruturam para reforçar a relação entre a Coroa e a milícia, permitindo a confluência de interesses necessária para que o ramo português da ordem se inserisse de forma decisiva no conjunto dos servidores do monarca português.

Tomando em consideração o ponto de vista de D. Pedro, arauto da missão nobiliárquica peninsular, é compreensível a sensação de desajustamento que a ascensão de um homem como Gomes Lourenço de Beja lhe provocaria. No fim de contas, privava com o monarca um homem da mais humilde condição, filho de um mesteiral, cujo serviço não assentava nas armas, mas sim na formação em leis⁴¹⁰. O desdém do conde de Barcelos pelos concelhos é conhecido⁴¹¹ e, como afirmou Luís Filipe Oliveira, «*a avareza casava bem com a origem vilã de Gomes Lourenço*»⁴¹². É bastante provável que os sentimentos que o conde nutria pelos homens das ordens militares fossem, no mínimo, ambíguos, uma vez que, na *Crónica de 1344*, a condição de freire não sobressai nas funções que a personagem de Gomes Lourenço de Beja assume na narrativa. Ele é sempre o vilão ou o advogado que corrompe as tentativas de reconciliação entre pai e filho, o homem que manipula os concelhos contra D. Dinis⁴¹³.

Esta associação entre o mundo dos concelhos e este freire, que sobressai nas censuras de D. Pedro, enquadra-se de forma bastante coerente com outras censuras trovadorescas atrás analisadas. Mais reveladora da associação que D. Pedro faz entre o mundo das ordens militares e os mundos das cidades e do comércio, é a situação posta a ridículo na outra sátira

⁴⁰⁹ Os Bochardo surgem, neste prisma, como um elemento articulador entre Gomes Lourenço e o mestre de Santiago, Garcia Peres; Cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, p. 255.

⁴¹⁰ Philippe Josserand associou a literacia dos freires ao manuseamento de instrumentos jurídicos, fenómeno causado pela necessidade crescente de provar os já velhos direitos que as ordens invocavam nos séculos XIII e XIV; cf. Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 127-133.

⁴¹¹ Um exemplo bastante claro da consideração que os homens dos concelhos mereciam da parte do conde de Barcelos encontra-se plasmado na narrativa do confronto entre as tropas partidárias de D. Dinis e as do infante D. Afonso perto das Albogas. A forma como o comportamento dos concelhos de Lisboa e Santarém é narrado demonstra claramente a opinião que D. Pedro nutria pelos contingentes concelhios, que não só alinham contra o seu senhor – o monarca – como dão provas da maior cobardia; cf. *Cr1344*, vol. IV, pp. 257-258.

⁴¹² Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, p. 438.

⁴¹³ *Cr1344*, vol. IV, p. 256.

dirigida às milícias, a composição «*Um cavaleiro havia*», desta vez envolvendo um mestre anónimo. A rubrica desta cantiga é relativamente esclarecedora, fornecendo informações detalhadas acerca do motivo da sátira, mas sem esclarecer o alvo da mesma⁴¹⁴.

Em cena é colocado um mestre «*d'ordim de cavalaria*», que, ainda antes de ascender à dignidade mestral, possuía uma barregã, tendo dela descendência. À manutenção desta amante e dos seus bastardos associa-se um negócio lisboeta do qual este indivíduo retirava bom proveito. Ora, este cenário vê desenrolar-se uma peripécia: os rendimentos que o mestre auferia a partir do cargo que ocupava eram investidos na tenda por esta mulher à sua revelia. A ambição terá entusiasmado o ímpeto investidor desta mulher, uma vez que a rubrica conta que o espectro dos investimentos ter-se-á alargado, com base nos rendimentos do primeiro negócio, que ficou arruinado devido a esta deslocação dos dinheiros para outros projectos lucrativos. A rubrica termina com um apontamento curioso: a relação entre mestre e barregã não foi abalada pela ruína do negócio, que não constituiu motivo para que a relação entre ambos fosse desfeita, apesar das irregularidades que afectavam os negócios deste casal.

A veracidade do caso importa menos do que a associação entre o mestre em questão, a sua amante e um negócio feito à custa dos bens da ordem que este chefiava. A cantiga começa por traçar o cenário: um cavaleiro que possuía uma tenda bem firmada, que lhe proporcionava bom proveito (entenda-se: na dupla perspectiva do lucro, mas também do prazer de se reunir com a sua amante) quando a ela se deslocava⁴¹⁵. Certo dia, inesperadamente, estando a tenda bem armada, foi a mesma feita ruir por acção da amante deste cavaleiro⁴¹⁶, na cantiga jocosamente referida como *a mestra*. Este jogo de palavras e de sentidos foi já interpretado pelos editores da cantiga como uma dupla alusão à temática sexual e à cena de negócio ruinoso que a rubrica explica. A forma como o trovador utiliza a dimensão comercial e física da tenda, com o seu duplo sentido materializado pela alusão ao esteio, é particularmente feliz, permitindo uma série de leituras relacionadas quer com a fogosidade da mulher em causa, quer com a sua avidez relativa aos lucros do negócio, em última instância responsável pela falência da loja.

⁴¹⁴ «Esta cantiga de cima foi feita a um Meestre d'ordim de cavalaria, porque havia sa barragã e fazia seus [filhos] em ela ante que fosse Meestre; e depois havia ãa tenda em Lisboa, em que tragia mui grande haver a gaanho; e aquela sa barregã, quando lhi algũs dinheiros vinham da terra da Ordem e que Meestre i nom era, enviava-os aaquela tenda, pera gaanharem com eles pera seus filhos; e depois tiraram ende os dinheiros da tenda e derom-nos em outras praças pera gaanharem com eles, e ficou a tenda desfeita; e nom leixou por en o Meestre depois a [barre]gã.».

⁴¹⁵ «Um cavaleiro havia / ãa tenda mui fremosa / que, cada vez que nela siia / assaz lh'era saborosa;».

⁴¹⁶ «e um dia, pela sesta, / u estava bem armada de cada part', especada foi toda pela Meestra.».

A segunda estrofe narra-nos o estado caótico que o desabamento da tenda provocou: dir-se-ia que não ficou *pedra sobre pedra*, ou, da forma como o trovador coloca: nem pano, nem cordas, nem armação, nem recheio⁴¹⁷ – tudo por conta da exaltação da *mestra*, nada comedida no manuseamento do esteio da tenda⁴¹⁸. É difícil compreender esta imagem que o trovador traça – a de uma mulher exaltada agarrada ao poste de uma tenda – de uma forma que não seja alusiva às práticas sexuais da mesma, que, de acordo com uma observação de Manuel Rodrigues Lapa, na sua edição da cantiga⁴¹⁹, eram de natureza adúltera, relacionando-se com as ausências do mestre a que a rubrica faz alusão. De outro prisma, esta imagem relaciona-se também com a má gestão do negócio. Assim, a imagem traçada não só permite entrever uma representação de uma mulher adúltera e sexualmente voraz, que a isto associa a má gestão dos rendimentos do homem que a mantinha, por sua vez provenientes de uma ordem militar.

É na terceira estrofe que D. Pedro inclui uma alusão mais gráfica ao membro viril: ficando a tenda toda em pedaços, o que sobrou da mesma claramente se associa à morfologia do sexo masculino⁴²⁰, neste caso afrouxado pela impetuosidade da *mestra*, descrita pelo trovador como jazendo no esteio à medida que todo o negócio desabava⁴²¹. O tom da cantiga assume-se claramente sexual através da imagem desta mulher que, com o seu ímpeto, tudo estoira à sua passagem, arruinando não só a potência viril como também o negócio que administrava, tudo isto à custa do mestre de quem era barregã e tinha filhos. Observe-se que não é a primeira vez que a sátira relativa à administração dos bens – e neste caso, são novamente rendimentos de uma ordem militar que estão em causa – se relaciona com o desregramento sexual. Para trás ficam as sátiras de Gonçalo Anes do Vinhal e de Rui Pais de Ribela que também associam desvios às normas sexuais dos freires com a administração de comendas ou de rendimentos. No plano moral, a indisciplina afectava a pureza corporal e espiritual, comprometendo a capacidade de conduzir os bens terrenos das ordens militares para o cumprimento da sua missão. De uma perspectiva mais mundana, os rendimentos tão cobiçados das milícias eram desbaratados em função dos interesses dos homens que os controlavam, muitas vezes, como é o caso, de forma pouco edificante.

⁴¹⁷ «Na tenda nom ficou pano / nem cordas nem guarnimento / que toda nom foss’a dano,».

⁴¹⁸ «pelo apoderamento / da Meestra, que, tirando pelo esteo / que por esto, com’eu creio, / se foi toda [e]speçando.».

⁴¹⁹ CEMDa 326;

⁴²⁰ «A corda foi em pedaços / e o mais do al perdido; / mais ficaram-lhi dous maços / [a] par do esteo merjudo;».

⁴²¹ «e a Maestra metuda / na grand’estaca, jazendo; / e foi-s’a tenda perdendo / assi como é perduda.».

A moral de todo este enredo é dada pelo trovador na última estrofe: viu-se o negócio desfeito devido à ausência de um *bom* mestre⁴²². A ele, de resto, pouco lhe restava que fosse prestável, uma vez que o seu abandono do negócio à gestão da sua barregã se tinha provado desastroso⁴²³. Restava-lhe apenas viver com a recordação deste episódio humilhante até ao final dos seus dias⁴²⁴. Será difícil intuir até que ponto as peripécias desta tenda realmente se passaram ou se resultaram de um empolamento por parte de um trovador que dava largas à sua veia satírica. No entanto, o envolvimento deste indivíduo com o meio comercial deveria ser amplamente reconhecido, já que, ao longo do cantar, D. Pedro nunca sente a necessidade de o nomear nem de fornecer nenhuma pista que permita identificá-lo. Quem seria este mestre a quem o conde de Barcelos mimou com um cantar pleno de alusões de sentido sexual, relacionando-o com o mundo urbano e mercantil?

Para o saber há que perscrutar entre os mestres que assumiram funções durante o período em que a veia satírica de D. Pedro parece ter-se desenvolvido, aproximadamente durante a fase de afastamento da Corte régia, que como se viu já, ocorre com a subida ao trono de D. Afonso IV⁴²⁵. Para o segundo quartel do século XIV, as informações relativas à sucessão dos mestrados das ordens de Cristo, Avis e Santiago fornecem-nos onze candidatos. Em Avis, o Mestrado é sucessivamente ocupado por Gil Peres de Noudar (1330-1332)⁴²⁶, Afonso Mendes (1334)⁴²⁷, Gonçalo Vasques (1336-1341)⁴²⁸ e João Rodrigues Pimentel (1342-1351)⁴²⁹, nenhum deles com ligações atestadas à cidade de Lisboa, muito embora entre os

⁴²² «*Per minguia de bom meestre / pereceo tod'a tenda;*».

⁴²³ «*que nunca se dela presta / pera dom nem pera venda, / ca leixou, com mal recado, / a Meestra tirar tanto / da tenda (...)*».

⁴²⁴ «*(...) que, já enquanto / viva, seerá posfaçado.*».

⁴²⁵ Pela designação do cargo, excluí o prior hospitalário, uma vez que já desde as cantigas do século XIII os trovadores exibem uma capacidade para distinguir com alguma nitidez, ao nível da nomenclatura, o priorado do Hospital dos mestrados das restantes milícias; um bom exemplo é a sátira de Vasco Gil dirigida aos hospitalários: *Vide supra*, II: d); por outro lado, as referências dos nobiliários ao prior do Hospital são também evidentes da diferenciação entre este e os restantes mestres, ao nível da designação: Cf. LV II O9; LC XXI G9; LC XXI G15; LC XXXIV W4; LC XLV P5; LC LIX B5; LC LXVI P6; LC LXXVI G3.

⁴²⁶ Sobre Gil Peres, os dados apenas permitem uma associação com o topónimo que integra o seu nome, que, de resto, era uma das comendas da Ordem de Avis; cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 217-218.

⁴²⁷ Afonso Mendes pode associar-se ao Algarve, por via de vários documentos relativos a Albufeira; cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 218-219.

⁴²⁸ Era um homem da confiança de D. Afonso IV, atestada na sua missão como embaixador a Castela em 1336; apesar de ter beneficiado dois vassallos régios com bens em Lisboa, estes provinham do conjunto de bens da milícia, pelo que não se pode estabelecer uma clara ligação aos meios olisiponenses; cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 219-222.

⁴²⁹ Pela sua pertença à linhagem dos Pimentéis, João Rodrigues associa-se aos meios das milícias religiosas e dos concelhos do Sul, sendo neto de uma escalabitana e assumindo o estatuto de morador e vizinho de Torres Novas; possuía também bens em Monsaraz, Arronches e Monforte, doados à ordem que veio a chefiar, mas nenhum dos indícios aponta para um envolvimento íntimo com a cidade de

mesmos se detecte uma elevada associação com os meios urbanos do Sul do reino. Para a milícia de Cristo, sucedem-se João Lourenço (1322-1327)⁴³⁰, Martim Gonçalves Leitão (1327-1335) e o seu irmão Estêvão Gonçalves Leitão (1335-1344)⁴³¹, e Rodrigo Anes (1344-1356)⁴³². É de referir que, no estado actual do conhecimento acerca da origem e percursos dos homens que chefiaram a Ordem de Cristo, nada parece apontar para que algum deles fosse o alvo da sátira de D. Pedro, por se desconhecerem ligações destes indivíduos a Lisboa. Por fim, à frente do mestrado de Santiago neste período estão Pedro Escacho (1319-1329)⁴³³, o seu irmão, Garcia Peres Escacho (1329-1346),⁴³⁴ e Lourenço Vasques (1348-1350)⁴³⁵. É nesta milícia que se detectar fortes indícios de encontrarmos os prováveis candidatos a alvos desta sátira, em concreto, nos dois irmãos Escacho.

Eram homens com ligações à Estremadura e à cidade de Lisboa. Estão documentadas as relações de Pero Escacho com o governo e o meio mercantil da cidade, relação que deveria

Lisboa. Cf. Bernardo Vasconcelos e SOUSA – *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, INCM, 2000, p. 138; Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 222-226.

⁴³⁰ O clima de tensão que se sucedeu à entronização de D. Afonso IV entre João Lourenço e o novo monarca indica que, provavelmente, não seria este o mestre a quem a cantiga se poderia dirigir; de facto, o mestre alinhara de forma fiel ao monarca durante a guerra civil, aspecto que não se enquadra nos alvos satirizados por D. Pedro; sobre o mestrado de João Lourenço, veja-se Isabel Morgado de Sousa e SILVA – “A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)” in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 1, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1997, pp. 27-34.

⁴³¹ Pouco se conhece sobre a geografia das relações e interesses destes irmãos, mas, de momento, nada parece apontar para que possuísem interesses na região de Lisboa; sobre o período em que ocuparam o mestrado da ordem, veja-se Isabel Morgado de Sousa e SILVA – “A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)”..., pp. 34-36; sobre a sua linhagem e relações com as ordens militares e a Coroa; cf. António Pestana de VASCONCELOS – *nobreza e Ordens Militares. Relações sociais e de poder (sécs. XIV a XVI)*, diss. Doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, vol. I, 2008, pp. 409-414.

⁴³² Sobre o seu mestrado, veja-se Isabel Morgado de Sousa e SILVA – “A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)”..., pp. 36-37.

⁴³³ Pero Escacho provinha de uma família de cavaleiros enraizada em Lisboa e Torres Vedras; o próprio possuía interesses económicos na cidade lisboeta, em associação com um mercador, e gozava de um grau apreciável de integração nas elites olissiponenses, tendo desempenhado o cargo de alvazil em 1309 e 1313; o seu parentesco com a família dos Bocharado, através do seu casamento, foi já sublinhado por Luís Filipe Oliveira como sendo um dado que permite compreender a influência que detinha na cidade; cf. Mário de Raul de Sousa CUNHA – *A Ordem de Santiago (das origens a 1327)*..., pp. 163-169; 200; Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 254-256; Maria Rodrigues FERREIRA – “Pedro Escacho” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, p. 702;

⁴³⁴ Irmão de Pero Escacho, as suas origens associam-no, à partida, ao meio ao qual a cantiga se reporta. As condições da sua eleição em 1329 como mestre da milícia santiaguista revelam que era um homem da estreita confiança do monarca, situação que prolongava a carreira de serviço dedicado do irmão que o *Bravo* sublinhara na missiva que enviara a Alcácer de forma a modelar as intenções do convento, relativamente à eleição de um novo mestre. Cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 254-257.

⁴³⁵ Comparado com os dois mestres que lhe antecederam, conhece-se muito menos sobre este indivíduo, tendo o seu parentesco sido associado aos Pimentéis, situação que não foi aceite por Bernardo Vasconcelos e Sousa. Cf. Bernardo Vasconcelos e SOUSA – *Os Pimentéis...*, pp. 177-178; Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, p. 258.

beneficiar do seu parentesco com os Bochardo, os quais se relacionavam com Gomes Lourenço de Beja, como já se viu. Homens da confiança de D. Afonso IV, dominaram o mestrado da milícia por cerca de três décadas. Tudo aponta para que integrassem o grupo de indivíduos que na fase final do reinado de D. Dinis se aproximaram do infante D. Afonso, e cujo crescimento ditou o afastamento das personagens influentes do tempo deste monarca. Como foi já referido, o processo de intromissão régia na eleição de Garcia Peres Escacho permite entrever a capacidade que D. Afonso IV teve de colocar à frente desta milícia homens da sua confiança, situação que era reforçada pela ocupação de cargos importantes da milícia por indivíduos próximos do rei e que, entre si, formavam uma rede de interesses reforçada por laços de parentesco.

Tendo em conta que o período satírico de D. Pedro relacionado com as críticas aos homens que rodeavam o *Bravo* se terá desenvolvido entre o final da década de '20 e o final da de '30, é bastante provável que o alvo concreto desta sátira seja Garcia Peres. Quer esta cronologia, quer as relações com Lisboa e com os meios mercantis para que o imaginário da tenda e a rubrica remetem, bem como as relações do mestre de Santiago com o monarca e com os adversários políticos do conde, parecem concorrer para que este indivíduo seja o que se encaixa melhor no perfil traçado pela composição de Pedro Afonso. No entanto, assinala-se que o seu irmão, Pedro Escacho, também se encaixa de forma bastante adequada no retrato que o conde traça dos mestres das milícias.

A identificação, mesmo que hipotética, não desvaloriza a representação que é feita dos mestres, associados aos meios vilãos e à proximidade com os mundos do comércio e da desordem sexual com que os trovadores frequentemente conotavam o mundo urbano. A origem vilã dos homens que chefiavam as milícias religiosas, e os interesses que detinham no país urbano, saía retratada, pela pena daquele que se pode considerar um dos mais importantes ideólogos dos valores aristocráticos do século XIV peninsular, como um elemento de desregramento e de desvio à norma que devia conduzir as milícias ao cumprimento da sua missão. No fundo, o motivo das sátiras aos homens das ordens mantinha-se, simplesmente agora a aproximação entre as milícias e o poder régio permitia que trovadores como D. Pedro ou Estêvão da Guarda resgatassem os alvos da sua sátira do anonimato, chamando-os pelos nomes.

Como se compreende pela leitura destas duas sátiras, a imagem dos homens que chefiavam as ordens militares – particularmente a de Santiago – traçada pelo último dos trovadores que compõem este elenco não era nem amistosa, nem positiva. Não era a imagem global das milícias que saía afectada – mais uma vez, a sua missão no mundo, e o papel que

continuavam a desempenhar nos combates peninsulares contra o islão (em terra e no mar) tornavam-nas elementos não criticáveis do ponto de vista dos seus fundamentos existenciais. Tanto o reacender do espírito cruzadístico durante a década de '30, como as consequências culturais da batalha do Salado⁴³⁶ marcaram uma reatualização e revalidação do papel das ordens militares presentes em solo hispânico. Como é sabido, o conde participou activamente nos preparativos que conduziram a hoste cruzada a Tarifa. Existem também indícios de alguma frustração relativa ao facto de D. Pedro não ter participado no confronto, visíveis pela justificação da sua ausência presente na *Crónica de 1344*⁴³⁷.

Foi também demonstrado por Luís Krus, com particular rigor e perspicácia, que o manifesto ideológico do conde, na forma do seu nobiliário, atribuía à cruzada um papel fundamental na estruturação escatológica do papel da nobreza peninsular. É aqui, neste ponto, que se encontra uma das chaves para compreender as censuras que os homens das ordens sofrem pela pena de Pedro Afonso. No edifício ideológico que o conde erigia para a nobreza, geograficamente marcado por alusões aos lugares santos do cristianismo e a um imaginário oriental⁴³⁸, o conde apropriava-se da simbologia inerente aos combates pela conquista do Sul e pelo triunfo da cristandade sobre o islão, de forma a conferir sustentáculo ideológico às prerrogativas da nobreza, seriamente acossadas pela força do poder régio. Aos olhos do genealogista, a cruzada passava a ser apanágio de uma aristocracia de velhos pergaminhos, profundamente enraizada nos combates contra o islão peninsular⁴³⁹.

Portanto, não fazia sentido que as ordens militares, cuja natureza determinava que o cerne da sua espiritualidade fosse a cruzada, estivessem sujeitas a indivíduos próximos dos

⁴³⁶ Sobre este assunto, veja-se Bernardo Vasconcelos e SOUSA – “O Sangue, a Cruz e a Coroa. A memória do Salado em Portugal” in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, n.º 2, Lisboa, Quetzal, 1989, pp. 28-48; Bernardo Vasconcelos e SOUSA – *D. Afonso IV...*, pp. 214-219; Luis FERNÁNDEZ GALLARDO – “Guerra santa y cruzada en el ciclo cronístico de Alfonso XI” in *En la España Medieval*, vol. 33, Madrid, Universidad Complutense, 2010, pp. 43-74.

⁴³⁷ Conforme notou Lindley Cintra: «(...) sente-se que o autor deseja que fiquem expostas bem claramente as causas que impediram o Conde de estar presente na célebre batalha junto de seu irmão e de seu sobrinho e amigo, o rei de Castela. Não nos podemos impedir de ver neste trecho mais uma auto-justificação.»: *Cr1344*, vol. I, pp. CLXIV-CLXV.

⁴³⁸ Cf. Luís KRUS – *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico...*, pp. 122-142.

⁴³⁹ Na composição original de LC, cabia à cavalaria hispânica de Trezentos a recepção e perpetuação da herança reconquistadora, fundada no solo peninsular pelos antepassados que haviam erigido os reinos cristãos e que assumiam, como pares honrados e prestigiados dos monarcas peninsulares, uma escatologia triunfadora da cristandade sobre o muçulmano; de facto, na primeira redacção de LC, não eram as milícias religiosas que se assumiam como primeiros herdeiros do passado reconquistador e como porta-estandartes do fervor cruzadístico, uma vez que não eram elas que materializavam a cavalaria hispânica: essa era a natureza aristocrática; a assunção desse papel no texto do nobiliário só se verificará, de acordo com Luís Krus, com os textos do refundidor de 1380-1383: «Onde o texto da refundição de 1380-1383 inova é na associação que estabelece entre a cavalaria hispânica e os cavaleiros-monges das ordens religiosas-militares, os profissionais das cruzadas para a libertação do Santo Sepulcro.»: Luís KRUS – *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico...*, pp. 140-141.

mundos obscuros da vilania, dominadas por *parvenus* cuja ascensão se fazia a custo da movimentação de influências cortesãs e pela gestão dos recursos urbanos que o Sul prometia. A imagem que o conde de Barcelos nos fornece é a de uns freires que nada têm a ver com a da fina-flor da cavalaria hispânica que compõe a sua crónica e o seu nobiliário. São antes homens desprovidos dos valores do sangue e, conseqüentemente, homens cujo valor deixa a desejar, não se mostrando providos nem da dignidade nem da eficácia necessária às posições que vinham ocupando junto dos monarcas. Aos seus olhos, as origens urbanas e vilãs coadunavam-se bastante mal com a natureza da missão que abraçavam nas ordens militares, já que o ardor necessário à defesa dos lugares santos e à vitória sobre os muçulmanos peninsulares residia nessa herança de sangue que havia sacralizado o solo hispânico e que corria nas veias dos velhos barões. Como entender que se colocassem aos comandos da Ordem de Santiago homens envolvidos no governo da cidade de Lisboa e cujas afectividades os ligava aos mundos do dinheiro, da mercancia, do direito escrito e do oficialato régio?

*

Finda aqui o percurso iniciado com as cantigas que resgatam os freires do silêncio por volta da década de '40 do século XIII. A análise individualizada de cada uma das cantigas foi a consequência da necessidade de compreender cada uma relativamente ao seu autor, contexto de produção, sentido e, sobretudo, conferir destaque à forma como os trovadores dos séculos XIII e XIV retrataram as milícias e os homens que as humanizavam. Uma análise geral das tendências verificadas ao longo das composições e da evolução global do olhar da nobreza – por meio da expressão trovadoresca – sobre os homens das milícias, pecaria pela imprecisão e generalização sem a compreensão rigorosa de cada uma das circunstâncias que originaram cada sátira. Com os limites impostos pelo estado actual das investigações que se concentram nas diferentes faces que constituem o poliedro que é uma cantiga de escárnio ou de maldizer, foi possível a reconstituição de alguns contextos, com maior ou menor profundidade, e a colocação de algumas hipóteses relativas à identificação de personagens relacionadas com o universo das ordens militares presentes nas cantigas acima analisadas. Não obstante, o quadro global torna-se agora necessário à extracção das consequências das observações feitas acima. À laia de conclusão, procurarei traçá-lo na última parte deste trabalho.

IV – Conclusão: Os rostos dos freires (1240-1350)

«Of course there was no single image of the military orders at any one particular time.»⁴⁴⁰

Talvez seja prudente começar a última parte deste trabalho relembando as palavras de Helen Nicholson relativamente à existência de uma imagem das ordens militares. Como a autora afirma, estas imagens, estas visões acerca dos freires, nunca formaram um corpo uno e generalizado, tendo assumido uma pluralidade e diversidade consoante a cronologia, geografia e sociologia da sua produção⁴⁴¹. A mesma premissa deve ser aplicada aos trovadores, já que o olhar de cada um está condicionado não só pelas origens e percurso do autor, mas também pelas circunstâncias específicas que originaram um cantar. Os mesmos homens que combatiam a par das ordens no campo de batalha, testemunhando a sua eficácia em combate, conviviam também com os freires nas Cortes régias e contactavam com eles enquanto religiosos, actores políticos e administradores de territórios. Daí que as críticas tenham génese em indivíduos que poderiam colaborar com ou ser patrocinadores de uma ou mais milícias em instâncias diferentes daquelas que lhes aguçavam a veia satírica.

É este o eixo orientador das páginas que ficam para trás e que justifica que cada cantiga tenha sido analisada individualmente, tendo em conta o sentido das críticas e os percursos individuais de cada trovador. Não quer isto dizer, porém, que não se possa isolar um conjunto de vestígios dotados de coerência, de forma a tentar intuir a imagem que sobre as milícias religiosas foi construída ou projectada por um dado grupo, ou num dado espaço e cronologia. O que me propus fazer assentou na assunção de que os vestígios presentes na sátira dos trovadores possuem compreensibilidade, permitindo aceder à forma como a aristocracia medieval portuguesa encarou os freires, pela voz dos seus trovadores.

Tem-se afirmado que o interesse pelas ordens militares no âmbito da cultura escrita medieval torna-se mais ténue a partir de 1291, ano em que colapsa definitivamente o último reduto cristão na Palestina face ao poder muçulmano⁴⁴². Esta observação baseia-se sobretudo em trabalhos que só muito superficialmente roçaram os vestígios produzidos na Península Ibérica. Como a cronologia deste trabalho exhibe, o interesse dos trovadores galego-

⁴⁴⁰ Helen NICHOLSON – *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights...*, p. 7;

⁴⁴¹ Cf. Helen NICHOLSON – “Représentations” ..., p. 782;

⁴⁴² Cf. Helen NICHOLSON – “Critiques” ..., p. 274;

portugueses pelas milícias religiosas enquanto objecto de sátira desponta nas décadas centrais do século XIII, tendo-se prolongado até ao ocaso do fenómeno trovadoresco. Outros textos que aqui não foram objecto de análise, como as refundições do *Livro de Linhagens* de D. Pedro Afonso, demonstram que o interesse pelas ordens militares, pelo menos no Ocidente Peninsular, se estendeu até aos alvares da dinastia que vai ocupar o trono português a partir de 1385, embora esteja ainda por realizar um estudo global da evolução da imagem das milícias no Ocidente da Península Ibérica. Torna-se assim necessário reconstruir as perspectivas historiográficas relativas ao interesse da cultura escrita medieval por estes institutos, tarefa necessariamente carente de um aprofundamento do tema, tendo sobretudo em conta as imagens produzidas nas margens da cristandade.

a) O silêncio vencido (1240-1300)

Como procurei explicar, o atraso da irrupção dos freires na sátira, após cerca de sessenta anos de poesia trovadoresca e de cerca de um século de presença de milícias religiosas na faixa ocidental da Península Ibérica, só pode ser compreendido tendo em conta um duplo vector que se associa, por um lado, com a maturação das ordens militares em solo peninsular e, por outro, com a reaproximação da nobreza galego-portuguesa aos territórios do Sul da Península. No fundo, as razões das críticas dirigidas aos freires pela mão dos trovadores da segunda metade do século XIII podem sintetizar-se em dois aspectos: o primeiro relaciona-se com a constituição da rede comendatária e com o baixo perfil social dos comendadores; o segundo tem que ver com o crescimento do peso político dos freires e com a sua progressiva associação ao poder dos monarcas e ao devir político das monarquias cristãs do século XIII. Estes focos de crítica espelham as ambições de uma aristocracia que almejava lugares de proeminência junto das cortes régias, ao mesmo tempo que procurava obter regalias e engrandecer o seu património à custa dos territórios recém-obtidos no Sul. Portanto, as críticas que se lançam sobre as milícias devem ser, desde logo, encaradas como eco da concorrência entre diferentes poderes – neste caso, entre o da aristocracia e o das milícias – nos espaços limitados que constituíam os reinos ibéricos.

O facto das milícias se converterem em obstáculos à proliferação de domínios aristocráticos nos territórios recentemente conquistados aos poderes muçulmanos, ao mesmo tempo que os homens que as compunham integravam de forma progressiva as fileiras do serviço régio, condiciona a forma como os membros da aristocracia olhavam estes institutos

religioso-militares. Certo é que, partindo do género satírico, as evidências que se extraem são, consequentemente, de natureza crítica, mas a forma como os trovadores nomeiam as milícias nas cantigas do século XIII exhibe as marcas de uma desconfiança e de um distanciamento entre o mundo da nobreza nortenha e os freires que só se compreende através dos dados recentemente obtidos sobre a composição social das ordens militares, compostas em grande parte por indivíduos de extracção vilã ou oriundos de uma cavalaria de baixo estatuto.

É, sem dúvida, a marca constante de anonimato que distingue predominantemente as sátiras que envolvem as milícias durante o século XIII⁴⁴³. Regista-se uma tendência global de manutenção do anonimato, marcado por uma forte presença da imagem do comendador ou de uma referência mais genérica às milícias, encaradas sob a máscara do grupo, da ordem, como se o denominador comum se sobrepusesse ao indivíduo. Não se pode deixar de valorizar a associação desta marca anónima às críticas, uma vez que estas imagens são produzidas por uma aristocracia cuja mentalidade se estrutura em torno de uma cultura genealógica, quer dizer, em torno do sangue e do nome. Aqui, o papel da linhagem assume-se como eixo estruturante do ponto de vista do papel que os indivíduos desempenham dentro do grupo aristocrático e como ordenador hierárquico⁴⁴⁴. O discurso genealógico, como é dado a perceber pelo *Livro Velho de linhagens*, utiliza como célula os diferentes indivíduos, atribuindo-lhes um nome e um lugar na hierarquia do sangue. Ora, para uma aristocracia que assim se estrutura, para quem é vital a nomeação e identificação, a referência genérica e anónima é talvez a marca mais evidente do desdém votado a esses homens que disputavam os mesmo espaços dos trovadores.

É importante referir, também, que a este anonimato se associam as referências à indumentária dos freires, seja relativa às suas origens humildes, seja relativa aos sinais exteriores que os identificam. Integrado na crítica, o elemento sumptuário concorre para a criação de um sentimento de alteridade entre os freires e a nobreza. Através dos *mantos* das milícias, os homens que os envergavam assumiam uma identidade colectiva, distanciando-se das suas raízes. Ora, é este apagamento, quer do indivíduo, quer das suas origens, decorrente da profissão numa milícia, que parece transparecer em algumas das sátiras que foram

⁴⁴³ A excepção que registo é a tenção de Vasco Gil e de Pero Martins dirigida aos hospitalários; aqui, a proximidade dos dois indivíduos à milícia são-joanina, bem como todo o contexto que a engloba permite compreender as razões da nomeação individual durante um período fortemente marcado pela nomeação anónima ou genérica dos freires. Por outro lado, é importante entrever na composição as marcas da proximidade do compositor ao monarca e aos assuntos da corte – neste caso, Afonso X – que permite compreender, para o século XIV, o surgimento das cantigas dirigidas a indivíduos concretos.

⁴⁴⁴ Cf. Raymond Howard BLOCH – *Étymologie et généalogie. Une anthropologie littéraire du Moyen Age français*, Paris, Seuil, 1989, pp. 113-118.

analisadas para este período. É este anonimato, materializado pelos hábitos das ordens militares, que estabelece uma fronteira entre os freires e os aristocratas. Esta fronteira, esta representação de uma diferença, coaduna-se de uma forma bastante coerente com o que trabalhos recentes trouxeram a lume relativamente à sociologia da componente humana das milícias, que revelam uma fraca integração da aristocracia nos quadros das mesmas.

São os comendadores das milícias que surgem de forma mais abundante nesta primeira fase, associados a cenários caricatos e, por vezes, plenos de humor ou da denúncia dos seus desvios à norma. É na figura do comendador, que encarna a dimensão material das milícias, que os trovadores encontram expressão para traçarem o perfil dos freires. Não são os guerreiros, a milícia de Cristo, que surge, de um modo geral, na sátira trovadoresca. São antes os homens a quem era confiada a rede de bens possuída pelas ordens militares que sobressaem nas invectivas lançadas pelos trovadores. Administradores de bens situados nos territórios meridionais da Península, é o seu perfil humilde e urbano, marcado pela ganância e pelo arrivismo que é apontado nas críticas, por sua vez tecidas por indivíduos que deixam perceber nas suas palavras a ideia de que estes bens estariam melhor nas mãos de homens mais virtuosos⁴⁴⁵. Comparativamente, o que a sátira trovadoresca revela não se afasta muito das críticas compostas na restante Cristandade latina, que retomam frequentemente o tema da cupidez e do orgulho de templários e hospitalários, sobretudo associadas a momentos de crise dos Estados Latinos do Oriente, ou a momentos em que as ordens entravam em litígio com outros poderes⁴⁴⁶. As críticas tecidas aos comendadores ilustram assim o choque de interesses entre a aristocracia guerreira, progressivamente arredada do Sul pelo poder dos monarcas, e as milícias, que foram instrumentos privilegiados das monarquias peninsulares para a reorganização dos novos territórios cristãos a partir do arranque conquistador iniciado na década de '20 de Duzentos.

Outra tendência que se pode detectar é a das críticas que envolvem o dever político. Encontramo-las relacionadas com o reequilíbrio de poderes no reino de Portugal, após o triunfo do partido do *Bolonhês*; encontramo-las associadas à crise política do final do reinado

⁴⁴⁵ A questão da virtude que surge no seio do discurso da aristocracia distancia-se do moralismo, uma vez que, conforme é exibido pelo discurso linhagístico, a primeira virtude é o sangue, ao qual se segue o ardor guerreiro. Daí que o epíteto de *bom*, que surge nos nobiliários, não seja uma qualidade moral, mas que se relacione com o exercício do poder e com o prestígio da linhagem. São estas qualidades que inscrevem o indivíduo no quadro dos fidalgos e o habilitam a administrar bens e comandar homens, pelo que o baixo estatuto social dos comendadores entra, claramente, em conflito com esta realidade: Cf. José MATTOSO – *A nobreza Medieval Portuguesa...*, p. 229.

⁴⁴⁶ Cf. Helen NICHOLSON – “Critiques” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 273-274; idem – “Représentations” in Nicole BÉRIOU; Philippe JOSSERAND (dirs.) – *Prier et Combattre...*, pp. 782-783;

de Afonso X. Nos trovadores galego-portugueses, a tendência que se verifica relativa à emergência de críticas acompanha o que foi já detectado para os testemunhos oriundos de além-Pirenéus. O crescente envolvimento dos freires nos assuntos políticos e militares dos reinos cristãos peninsulares é um dado que se observa nas cantigas deste período – note-se que as críticas dirigidas às milícias no seu todo, ou seja, dirigidas contra uma ordem no seu conjunto e não contra indivíduos específicos, estão muito relacionadas com os períodos de guerra civil. Como se pode deduzir a partir das evidências atrás recolhidas, o progressivo envolvimento das milícias e a sua transformação em corpos político-militares actuates dentro do equilíbrio dos poderes entre cristãos vai, progressivamente, erodindo a sua imagem.

Será no final deste período, com o ainda enigmático cantar de Caldeiom, que vai surgir a primeira acusação de cobardia, dirigida aos freires do Hospital. Como procurei associar, a farpa que este autor atira à milícia são-joanina está relacionada com a crise que se aviva com a morte do herdeiro de Afonso X – Fernando de la Cerda –, envolvendo no conflito o partido do infante Sancho e as aspirações aragonesas em território castelhano. Todo o enredo, ao qual também se associa a única menção à milícia do Templo através do cantar de Gil Peres Conde, envolveu profundamente as milícias religiosas. Já na deposição de D. Sancho II, em Portugal, as mesmas também haviam detido um papel decisivo, suscitando as farpas de Vasco Gil dirigidas ao Hospital. O conjunto de testemunhos oferecido pela sátira dos trovadores neste período não é o de um questionamento da missão das milícias religiosas, mas sim o de uma percepção da progressiva transformação do papel assumido por estas na política dos reinos peninsulares. É significativo que nenhuma das composições analisadas coloque em cena os freires contra os muçulmanos, acusando-os de cobardia ou de ineficácia, embora não tivessem faltado oportunidades para questionar o aspecto fundamental da razão de ser das ordens militares⁴⁴⁷. Pelo contrário, elas são referidas e criticadas pelo papel que desempenham em função do xadrez político-militar cristão, mas os ataques dos trovadores às milícias relativos aos seus alinhamentos integram-se numa óptica mais global de sátira política, sempre dirigida pelos trovadores aos membros do partido adversário, pelo que não creio poder considerar-se que os vestígios colhidos se adequem a uma crítica estritamente relacionada com a natureza ou missão das ordens militares.

⁴⁴⁷ Basta contemplarem-se os revezes sofridos pelo campo cristão entre os séculos XII e XIII para detectarmos períodos em que teria sido possível questionar a eficácia dos freires, começando, por exemplo, no avanço almóada da década de '90 de Undecentos, que levou a uma reestruturação das milícias na Península; avançando até ao último quartel do século XIII, não deixa de ser importante que o desastre sofrido pela Ordem de Santiago em Granada seguido ao fracasso da campanha contra Algeciras não tenha suscitado, pela mão dos trovadores galego-portugueses, um eco de desconfiança relativa à missão guerreira das milícias;

b) A razão de ser das milícias e a natureza das críticas

Fundadas no Oriente para combater o muçulmano, cedo se implantaram as milícias do Templo e do Hospital em território peninsular. O novo modelo espiritual das ordens militares, associado ao potencial desenvolvimento e fixação de corpos militares mais especializados de forma permanente e junto à fronteira com o islão peninsular cedo levou os monarcas cristãos a adaptar de forma autóctone o modelo trazido de Jerusalém. Calatrava primeiro, depois Santiago e Alcântara, para nomear as primeiras e bem-sucedidas experiências de espiritualidade militar na Península. Mas, depois do triunfo simbolizado pela tomada de Sevilha, que marca o final desse período em que D. Afonso III conclui a conquista do Algarve, do lado português, e que, chefiados por Fernando III e pelo infante D. Afonso, futuro rei *Sábio*, os castelhanos anexam a Andaluzia e cortam a expansão dos aragoneses rumo a Granada, a pertinência da manutenção dos freires em território peninsular parece esgotar-se pelo esmorecimento dos seus inimigos e, portanto, pelo desaparecimento do fulcro da sua vocação. Foi essa a questão levantada por Philippe Josserand na sua reavaliação do papel das milícias no período que se segue ao final da apelidada *Reconquista Clássica* e que o levou a compreender, de forma global, o papel que as milícias continuaram a desempenhar em Castela até à década de '60 do século XIV.

Conforme foi demonstrado por este historiador, a verdadeira questão que se prende com as ordens militares no espaço peninsular após 1248 tem que ver, não com a perda de sentido de existência, mas antes com a redefinição do seu papel e das formas de actuação dentro das monarquias cristãs. Desde logo, o inimigo muçulmano não estava vencido, e as milícias continuaram a actuar de forma decidida contra o islão peninsular. Basta relembrar as guerras granadinas que se estenderam pelo último quartel do século XIII ou a campanha do Salado para ter uma noção da importância do papel que continuavam a desempenhar cerca de um século após a tomada de Sevilha. A ideia de cruzada na península, madura na segunda década de Duzentos, como as campanhas das Navas de Tolosa e de Alcácer do Sal evidenciam, continuou como um eixo fundamental na fundamentação do poder régio na Península Ibérica. O papado continuava o fluxo de apoios ideológicos a uma das frentes cruzadísticas mais bem-sucedidas e são conhecidos as tentativas de pacificação dos conflitos entre cristãos como meio de canalizar a beligerância das forças cristãs peninsulares contra o muçulmano. É precisamente nos momentos de tensão entre cristãos que se verifica um crescimento do

criticismo contra as milícias religiosas, sobretudo com origem nos meios eclesiásticos, o que evidencia uma preocupação centrada no problema fundamental que o derramamento de sangue cristão às mãos dos freires causava⁴⁴⁸.

Neste cenário, compreende-se que as críticas tecidas pelos trovadores não se dirijam à eficácia cruzadística das milícias. Quanto a críticas relativas à sua vocação religiosa, nomeadamente no que toca aos votos, o problema da sexualidade surge de forma flagrante, mas os freires parecem escapar às sátiras dirigidas à decadência moral e religiosa das ordens religiosas, que de uma forma geral encontram expressão por todo o Ocidente, encontrando intérpretes em alguns trovadores galego-portugueses. Sobre a questão sexual, como se verificou, esta surge, de forma global, como característica dos maus administradores, ou seja, a degeneração sexual acompanha o perfil dos comendadores das milícias. Crítica aos desvios normativos? Seguramente, até porque a interdependência entre a disciplina religiosa e a capacidade de conduzir a boa administração dos bens das milícias para o cumprimento da sua missão é um dado que não pode ser ignorado ao nível da forma como o homem medieval se compreende a si mesmo. No entanto, não se pode deixar de compreender que este traço que os trovadores imprimem na representação dos comendadores está profundamente relacionado com o impacto que a administração destes bens por homens, pouco dignos na sua óptica, causava. É, no fundo, a associação deste impacto à sátira medieval galego-portuguesa, profundamente marcada por um discurso sexual, sinal inequívoco de uma cultura guerreira e viril que entra em contacto com a expressão poético-musical.

Outra evidência silenciosa que este conjunto de cantigas sugere está relacionada com a ausência de qualquer menção ao processo que levou à extinção do Templo e à criação da Ordem de Cristo. A visão do mundo das milícias que é transmitida pelos trovadores não contempla esse processo traumático e que envolveu toda a Cristandade, evidência que concorre para se considerar que as críticas geradas no meio nobiliárquico não se associam a considerações sobre a pertinência da existência das milícias. A canalização dos bens dos freires templários em solo português para a constituição de uma nova milícia de Cristo tão-pouco é referida, o que provavelmente se alia à progressiva evolução do papel desempenhado pelas ordens militares dentro do equilíbrio de poderes dentro do reino português. Os reinados de D. Dinis e do seu herdeiro constituíram um período fundamental desta evolução, onde o domínio dos monarcas sobre os assuntos relacionados com as milícias cresce de forma determinante e irreversível, não só com a fundação da Ordem de Cristo, mas também com o controlo das

⁴⁴⁸ A evolução das críticas originárias dos meios clericais pode ser acompanhada em Helen NICHOLSON – *Templars, Hospitallars and Teutonic Knights...*, pp. 35-50.

milícias de Avis e de Santiago. A evolução durante Trezentos mostrará como as milícias, sem perderem a sua componente ideológica, se integram de forma cada vez mais assídua nos assuntos do monarca, integrando a hoste régia de forma regular, quer nos conflitos que vão opor os reis e os seus herdeiros, quer nos conflitos entre Portugal e Castela.

c) Os freires e a Corte portuguesa (1300-1350)

As sátiras do século XIV fornecem um escopo privilegiado para o mundo das interacções cortesãs portuguesas da primeira metade de Trezentos. O progressivo entrosamento dos freires com as redes clientelares dos monarcas sobressai nas composições que referem as milícias, revelando a atenção prestada pelos trovadores aos homens que rodeavam D. Afonso IV. A principal mutação que se verifica neste período é a de uma translação na concretização dos alvos das críticas. No período anterior, como escrevi acima, a observação das milícias associa-se a um anonimato que muitas vezes se cruza com uma nomeação genérica. O século XIV trará sátiras em que os alvos são indivíduos bem definidos. Assiste-se, portanto, a um fenómeno de personificação da imagem das milícias por meio dos homens que as compõem. É verdade que o leitor das composições do século XIV está, muitas vezes, dependente das rubricas a elas associadas para revelar a personagem satirizada. No entanto, detecta-se uma maior tendência para a concretização dos alvos da sátira neste período: já não é a caracterização genérica que responde pela denominação da milícia no seu todo, ou a referência anónima dos comendadores, que constitui a tendência da sátira trovadoresca. Muito pelo contrário, as cantigas revelam a propensão para alvejarem indivíduos concretos, cuja crítica assenta na relação que estabelecem com os trovadores no xadrez político e cortesão do reino português da primeira metade do século XIV.

É de notar que a tendência para a caracterização dos freires como indivíduos de baixo estatuto, associados ao mundo vilão e urbano é uma permanência, bem como a sátira ao perfil dos comendadores, conforme se pode compreender através da composição de João Fernandes de Ardeleiro, que retoma, no fundo, a caracterização genérica que os trovadores do século XIII já haviam traçado. É bastante sugestiva a associação dos homens das milícias com o mundo do comércio e da circulação monetária que sobressai nas composições que lhes são dirigidas neste período. As lógicas da Corte portuguesa integravam-se definitivamente na rede urbana da Estremadura Portuguesa e, de um modo mais geral, com o universo citadino do sul do reino. A crescente monetarização da economia e das mercês, aliada à necessidade de

adaptação da aristocracia às realidades da manipulação de dinheiros – num século XIV progressivamente afectado pela quebra dos rendimentos fundiários – constituiu um claro obstáculo à proliferação de uma nobreza de forma autónoma, que se via cada vez mais necessitada de orbitar em torno da Corte do monarca e de dominar um mundo que lhe era naturalmente alheio: o mundo urbano. Oriundos deste universo, e pela necessidade constante da manipulação de meios monetários, as milícias representavam um repositório de homens úteis ao monarca, adaptados à circulação do vil metal e cuja rede comendatória se integrava nas lógicas vilãs e urbanas do Sul. Porém, a associação de comportamentos e peripécias menos dignas aos homens das ordens, relacionando-os com os traços característicos da emergente economia urbana, revela o irreversível poder atractivo que o mundo urbano possui e que força a nobreza de serviço a conviver nas cidades com realidades económicas, atitudes e valores que lhe eram estranhos, muitas vezes personificados nos freires.

Mas, como já referi, a novidade das sátiras deste período assenta na individualização dos alvos. Se a natureza das críticas permanece, a ela acrescenta-se uma dimensão profundamente pessoal, que contribui, em certa medida, para as desviar das milícias, fazendo-as incidir em personagens concretas. Como se verifica, são homens com percursos ascensionais intimamente ligados ao *Bravo* que surgem como alvos das cantigas que envolvem as ordens militares. No fundo, o que aqui reside é o testemunho das clivagens cortesãs que foram descritas, e as evidências da sátira revelam a crescente parceria entre a Coroa e os freires, através da progressiva valorização de uma rede de homens cuja afirmação política e social misturava o serviço régio e a carreira religioso-militar. O sucesso desta estratégia de afirmação encontra-se suficientemente plasmado na capacidade que estes indivíduos tinham de influenciar os equilíbrios políticos e palacianos, granjeando a animosidade dos homens cujo partido se encontrava agora desfavorecido. Neste sentido, é bastante significativo que não se conheçam sátiras envolvendo as ordens militares neste período que tenham críticas aos homens ligados ao serviço de D. Dinis. Isto demonstra a predominância da dimensão pessoal na sátira às milícias deste período, uma vez que todos os trovadores deste elenco nesta cronologia são homens associados ao ciclo dionisino.

A dimensão do jogo cortesão que contribui para a individualização dos actores palacianos encontra-se, *inclusive*, na única composição que tece uma sátira que pode ser enquadrada na tendência crítica do comportamento ambíguo das milícias durante os conflitos internos do campo cristão peninsular. A sátira dirigida ao escudeiro Macia, que, de acordo com a leitura que realizei, parece indiciar um momento de turbulência dentro da Ordem de Alcântara durante o conflito luso-castelhano da década de '30, exhibe esta tendência

personificadora, ao colocar em cena o monarca e o seu jogo político com este escudeiro actuante ao serviço do mestre de Alcântara. Parece-me significativo que a única crítica que envolve a vocação primária das milícias – a guerra – continue a ser relacionada, neste período, com o envolvimento das milícias nos assuntos internos da política e da guerra do campo cristão, permanecendo ausentes qualquer alusão à cruzada ou aos fundamentos ideológicos das milícias neste período. O que se verifica, de facto, é o crescimento do interesse dos trovadores pelos freires enquanto agentes políticos do reino português, esbatendo-se as representações mais generalizadas.

Por fim, a aproximação entre os freires e os trovadores na Corte dos monarcas acaba por ser evidência das novas configurações de Trezentos relativas à integração das milícias no substrato nobiliárquico. De uma forma geral, as carreiras religioso-militares forneciam, paulatinamente, oportunidades de ascensão quer para homens oriundos do meio vilão, quer para homens de linhagens secundárias que, por meio do desempenho do serviço régio e pela integração nas milícias, conseguiam assumir lugares destacados no reino. Os dados são conhecidos, sobretudo para Pimentéis⁴⁴⁹ e Pereiras – de resto aparentados – mas se a configuração das milícias enquanto plataformas de projecção social nesta cronologia parece ser um dado seguro ao nível do desempenho dos mestrados, já o carácter aristocrático das mesmas só se começa a detectar lentamente a partir da mudança de dinastia⁴⁵⁰. Para o compositor da *Crónica de 1344* e do último nobiliário medieval português, as milícias e os homens que as compunham enquadravam-se melhor numa realidade social mais humilde, e mesmo o reavivar da ideia de cruzada com a congregação do campo cristão na vitória do Salado não remodelou muito a opinião que D. Pedro nutria sobre os homens que povoavam as milícias no seu tempo. Como Philippe Josserand apontou⁴⁵¹, será o lento processo de aristocratização das milícias e a construção de uma memória das mesmas que associará os valores cavaleirescos da aristocracia com a máscara heroificada dos freires, encarnada pelos mestres. Ultrapassado o mundo dos trovadores, serão as refundições do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*⁴⁵², profundamente associadas à construção da memória de Álvaro Gonçalves Pereira e da Ordem do Hospital, os responsáveis pela valorização aristocrática dos homens das ordens.

⁴⁴⁹ Cf. Bernardo Vasconcelos e SOUSA – *Os Pimentéis...*, pp. 148-179.

⁴⁵⁰ cf. Luís Filipe OLIVEIRA – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 173-201.

⁴⁵¹ Cf. Philippe JOSSERAND – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique...*, pp. 165-226.

⁴⁵² Cf. José MATTOSO – *Ricos-Homens...*, pp. 255-285.

Fontes e Bibliografia

a) Fontes impressas

Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, ed. Giuseppe Tavani, Lisboa, Colibri, 2002

Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses, ed. Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1995

Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses, ed. Graça Videira Lopes, Lisboa, Estampa, 2002

Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV, org. A. H. de Oliveira Marques, 3 vols., Lisboa, INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990

Colección Diplomática Medieval de La Orden de Alcántara (1157?-1494), dir. Bonifácio Palácios Martín, 2 vols., Madrid, Fundación San Benito de Alcántara/Editorial Complutense, 2000

Crónica Geral de Espanha de 1344, ed. Luís Filipe Lindley Cintra, 4 vols., Lisboa, INCM, 2009

Diplomatario Andaluz de Alfonso X, ed. Manuel González Jiménez, Sevilha, El Monte/Caja de Huelva y Sevilla, 1991

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série, vol. II, 2 tomos, ed. José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980

Livros Velhos de Linhagens [Livro Velho de Linhagens e Livro de Linhagens do Deão]. Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série, vol. I, eds. Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980

Livro dos Bens de D. João de Portel, publ. Pedro A. de Azevedo e A. Braamcamp Freire, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003

Livro dos Copos, vol. I, in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 7, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2006

Lírica Profana Galego-Portuguesa, coord. Mercedes Brea, 2 vols., Santiago de Compostela, Xunta de Galicia/Centro Ramon Piñeiro, 1996

Monumenta Henricina, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

The Rule of the Templars. The french text of the Rule of the Order of the Knights Templar, translated and introduced by J. M. Upton-Ward, Woodbridge/Rochester, Boydell, 1992

The Templars, selected Sources translated and annotated by Malcom Barber and Keith Bate, Manchester/New York, Manchester University Press, 2007

b) Estudos

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, 4 vols., Porto, Portucalense, 1967-1971

Antología de la poesía Gallego-Portuguesa, ed. Carlos Alvar; Vicenç Beltrán, Madrid, Alhambra, 1989

AURELL, Martin; GAUTHIER, Nancy; VIRLOUVET, Catherine – “Le roi mangeur et les elites à table” in *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les ages* (textos reunidos por Martin Aurell; Olivier Dumoulin; Françoise Thelamon), Rouen, PUR, 1992, pp. 118-129

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “La Monarquía y las Ordenes Militares durante el reinado de Alfonso X” in *Hispania. Revista Española de Historia*, n.º 178, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991, pp. 409-465

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Las órdenes militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)” in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 15, n.º 2, Porto, Faculdade de Letras, 1998, pp. 1279-1312

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Comendadores y encomiendas. Orígenes y evolución en las órdenes militares castellano-leonesas de la Edad Media” in Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III encontro sobre Ordens Militares*, vol. 1, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal, 1999, pp. 101-147

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*, Madrid, Marcial Pons/La Torre Literaria, 2007

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Pelayo Pérez Correa” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 705-706

Ayala MARTÍNEZ, Carlos de – “Uclés (Espagne, Castille-La Manche)” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 942-943

BARQUERO GOÑI, Carlos – *Los Caballeros Hospitalarios durante la Edad Media en España*, Burgos, La Olmeda, 2003

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols., F. C. Gulbenkian/FCT, 2000

- BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, 10 tomos, Lisboa, Sá da Costa, 1945-1950
- BARROS, Maria Filomena Lopes – “A Ordem de Avis e a minoria muçulmana” in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura*, vol. 2, Palmela, Câmara Municipal/Colibri, 1999, pp. 167-173
- BARROS, Maria Filomena Lopes – *Tempos e Espaços de Mouros. A minoria muçulmana no reino português: séculos XII a XV*, Lisboa, F. C. Gubenkian/FCT, 2007
- BASCHET, Jérôme – *La Civilisation Féodale. De l’an mil à la colonization de l’Amérique*, Paris, Flammarion, 2006
- BLOCH, Raymond Howard – *Étymologie et généalogie. Une anthropologie littéraire du Moyen Age français*, Paris, Seuil, 1989
- BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of the Hospitallers and Templars. History, Organization and Personnel (1099/1120-1310)*, Leiden/Boston, Brill, 2008
- CABRERA, Emilio – “La señorialización de Andalucía en el siglo XIII y los orígenes de la primera Casa de Aguillar” in *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 31, Sevilha, Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas de la Universidad, 2004, pp. 69-96
- CARDINI, Franco – “O Guerreiro e o Cavaleiro” in LE GOFF, Jacques (dir.) – *O Homem Medieval*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 57-78
- CARDINI, Franco – *Alle radici della cavalleria medievale*, Florença, La Nuova Itália, 1997
- CARRAZ, Damien – “Ordres militaires, croisades et sentiments politiques chez les troubadours. Le cas de la Provence au XIII^e siècle” in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Colibri/Câmara Municipal, 2005, pp. 993-1013
- CARRAZ, Damien – *L’Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2005
- CASTRO, Armando de – “Padroados” in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV (Lisboa-Páριο), Porto, Figueirinhas, 1984, p. 511
- CASTRO, Ivo – “Sobre a data da introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata” in *Boletim de Filologia*, Tomo XXVIII, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1983, pp. 81-98

CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, t. III, parte II e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763

COSTA, António D. de Sousa – “O Célebre Conselheiro e Chanceler Régio Doutor João das Regras Clérigo Conjugado e Prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães” in *Itinerarium*, ano XVIII, n.º 77, Braga, Franciscana, 1972, pp. 232-259

COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (secs. XII-XIV)*, diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, texto policopiado, 1993

COSTA, Paula Pinto – “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade” in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 3/4, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000, pp. 5-592

COSTA, Paula Pinto – “A Nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica” in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 619-620

COUCEIRO, José – “Gil Perez Conde” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 295-296

CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, Parentesco e Poder. A casa de Bragança (1384-1483)*, Viseu, Fundação da Casa de Bragança, 1990

CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis. Das origens a 1329*, diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, texto policopiado, 1989

CUNHA, Maria Cristina – “A Ordem de Avis e a Monarquia portuguesa até ao final do reinado de D. Dinis” in *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 12, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, pp. 112-123

CUNHA, Mário Raul de Sousa – *A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*, diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, texto policopiado, 1991

Daniel LE BLÉVEC – “Hospitalité” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 453-456

DAVID, Henrique – “Os portugueses nos livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII) in *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.^a série, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras, 1986, pp. 51-75

DAVID, Henrique – “Os portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do século XIII” in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III, Porto, INIC, 1988, pp. 1029-1041

DAVID, Henrique; PIZARRO, José Augusto – “Nobres portugueses em Leão e Castela (Século XIII)” in *Revista de História*, vol. 7, Porto, 1987, pp. 135-150

DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*, Lonrai, Seuil, 2005

DEMURGER, Alain – “Habit” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 421-422

DEMURGER, Alain – *Moines et Guerriers. Les ordres religieux-militaires au Moyen Âge*, Lonrai, Seuil, 2010

DIAS, João José Alves; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Do Pagus ao Paio: notas sobre a administração romana em Portugal*, Braga, Cruz, 1980

DUBY, Georges – *Guillaume le Maréchal ou Le meilleur chevalier du monde*, Paris, Fayard, 1984

DUBY, Georges – *A Sociedade Cavaleiresca*, Lisboa, Teorema, 1989

FERNANDES, A. de Almeida – “Pedro (D.)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XX, Porto/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s. d., pp. 802-811

FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 252-253.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; OLIVEIRA, Luís Filipe – “As Ordens Militares no reino de Portugal” in NOVOA PORTELA, Feliciano; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (coords.) – *As Ordens Militares na Europa Medieval*, Lisboa, Chaves Ferreira, 2005, pp. 136-165

FERNÁNDEZ CAMPO, Francisco – “Johan Soares Coelho” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 359-361

FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – “Guerra santa y cruzada en el ciclo cronístico de Alfonso XI” in *En la España Medieval*, vol. 33, Madrid, Universidad Complutense, 2010, pp. 43-74

FERREIRA PRIEGUE, Elisa – “«Chegou Paio de maas artes...» (CBN 1600 = CV 1132)” in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, t. XXXI, Santiago de Compostela, Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, 1978-1980, pp. 361-369

FERREIRA, Maria Rodrigues – “Pedro Escacho” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, p. 702

FERRO, Maria José Pimenta – “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do Conde D. Pedro” in *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 371-400

FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães, 1980

FICALHO, Conde de – *Notas históricas Acerca de Serpa e O Elemento Árabe na linguagem dos pastores alentejanos*, Lisboa, s. ed., 1979

FINAZZI-AGRÒ, Ettore – “Men Rodrigues de Briteiros” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 453-454

FINAZZI-AGRÒ, Ettore – “Roi Gomez de Briteiros” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 583-584

FLORI, Jean – *L’ideologie du glaive: préhistoire de la chevalerie*, Genève, Droz, 1983

FLORI, Jean – *Chevaliers et chevalerie au Moyen Age*, Paris, Hachette, 1998

FLORI, Jean – “Cavalaria” in LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) – *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, 2 vols., São Paulo, EDUSC/Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 185-199

FLORI, Jean – “Chevalerie” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 222-224.

FOREY, Alan – “Novitiate and instruction in the Military Orders during the Twelfth and Thirteenth Centuries” in *Speculum*, vol. 61, n.º 1, Cambridge (MA), Medieval Academy of America, 1986, pp. 1-17

FOREY, Alan – *The Military Orders. From the twelfth to the early fourteenth centuries*, Londres, Macmillan, 1992, pp. 204-220

GAUVARD, Claude – “Juifs” in LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.) – *Dictionnaire Raisonné de l'Occident Médiéval*, Poitiers, Fayard, 1999, pp. 569-586

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995

GONÇALVES, Elsa – “Tavola Colocciana” – in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 615-618

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Relaciones de las Ordenes Militares castellanas com la Corona” in *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 18, Sevilha, Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas de la Universidad, 1991, pp. 209-222

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X el Sabio*, Barcelona, Ariel, 2004

GUERREAU-JALABERT, Anita – “Les nourritures comme figures symboliques dans les romans arthuriens” in *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les ages* (textos reunidos por Martin Aurell; Olivier Dumoulin; Françoise Thelamon), Rouen, PUR, 1992, pp. 35-40

GUERREAU-JALABERT, Anita – “L’*ecclesia* médiévale, une institution totale” in SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (dirs.) – *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Paris, Sorbonne, 2003, pp. 219-226

HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III* [prefácio e notas críticas por José Mattoso], 2 vols., Lisboa, Bertrand, 2007

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC, 1990

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Horizonte, 1990

INDINI, Maria Luísa – “Johan Fernandez d’Ardeleiro” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 347

JAVIERRE MUR, Aurea – *La Orden de Calatrava en Portugal*, Madrid, Maestre, 1952

JOSSERAND, Philippe – “Les ordres militaires et le service curial dans le royaume de Castille (1252-1369)” in *Actes des congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Superior Public, 29e congrès*, Pau, SHMESP, 1998, pp. 75-83

JOSSERAND, Philippe – “La figure du commandeur dans les prieurés castellans el léonais du Temple et de l’Hôpital: une approche prosopographique (fin XII^e-milieu XIV^e siècle) in

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III encontro sobre Ordens Militares*, 2 vols., Lisboa, Colibri/Câmara Municipal, 1999, pp. 165-178

JOSSERAND, Philippe – *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique. Les Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004

JOSSERAND, Philippe – “En crise de raison d’être? Critiques et contestation des ordres militaires dans la Castille des XIII^e et XIV^e siècles” in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Colibri/Câmara Municipal, 2005, pp. 235-259

JOSSERAND, Philippe – “Alcántara, ordre de” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 62-65

JOSSERAND, Philippe – “Commanderie” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 245-246

JOSSERAND, Philippe – “Treize” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 929-930

KEEN, Maurice – *Chivalry*, New Haven/Londres, Yale University Press, 1984

KRUS, Luís – “Pereira, Álvaro Gonçalves” in PEREIRA, José Costa (coord.) *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Estella, Alfa, 1985, pp. 99-100

KRUS, Luís – “Pereira, Gonçalo Gonçalves” in PEREIRA, José Costa (coord.) *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Estella, Alfa, 1985, pp. 100-101

KRUS, Luís – “A cidade no discurso Cultural Nobiliárquico (sécs. XIII e XIV)” in TAVARES, Maria José Ferro (coord.) – *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 381-393

KRUS, Luís – “Crónica” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 173-175.

KRUS, Luís – *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa, Gulbenkian/JNICT, 1994

- LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe – *A Cantiga de Escarnho e Maldizer*, Lisboa, Colibri, 1998
- LE GOFF, Jacques – “Saint Louis à table. Entre comensalidade royale et humilité alimentaire” in *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les ages* (textos reunidos por Martin Aurell; Olivier Dumoulin; Françoise Thelamon), Rouen, PUR, 1992, pp. 132-144
- LE GOFF, Jacques – *Les intellectuels au Moyen Âge*, Tours, Seuil, 2000
- LEITE DE VASCONCELLOS, Joaquim – *Tradições populares de Portugal*, Organização e apresentação de M. Viegas Guerreiro, Maia, INCM, 1986
- LOPES, Graça Videira – *A Sátira nos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, Lisboa, Estampa, 1998
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel – “Medina de las Torres y Martín Anes do Vinhal. Un poblador portugués en Tierras de Extremadura” in *Revista de estudios extremeños*, vol. 58, n.º 2, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños, 2002, pp. 517-537
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel – “La persona de Pelay Pérez Correa, maestre de la orden de Santiago” in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Colibri/Câmara Municipal, 2005, pp. 191-225
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel – *Pelay Pérez Correa: Historia y Leyenda de un Maestre Santiaguista*, Badajoz, Departamento de Publicaciones de la Diputación, 2010
- LOURENÇO, Vanda – “Os Avelar – Percurso de uma linhagem em Lisboa (1325-1367)” in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coords.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Horizonte, 2007, pp. 169-181
- Mário FARELO – “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»” in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coords.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Horizonte, 2007, pp. 145-168
- MARTINS, Miguel Gomes – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 3, Lisboa, Câmara Municipal/Arquivo Municipal, 1999, pp. 10-60
- MARTINS, Miguel Gomes – “A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338” in *Promontoria – Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, Faro, Universidade do Algarve, 2005, pp. 19-80

MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota. A guerra na Idade Média*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011

MARTINS, Miguel Gomes – *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média*, Lisboa, Arquivo Municipal/Câmara Municipal, s. d.

MATA, Joel – *A Comunidade feminina da Ordem de Santiago: A comenda de Santos na Idade Média*, diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, texto policopiado, 1991

MATA, Joel – “O Mosteiro de Santos sob a protecção régia (sécs. XIV-XV)” in TAVARES, Maria José Ferro (org.) – *Poder e Sociedade*, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp. 303-315

MATTOSO, José – “D. Sancho II, o Capelo” in *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, Estella, Alfa, 1983, pp. 136-155

MATTOSO, José – *Portugal medieval. Novas interpretações*, Lousã, INCM, 1985

MATTOSO, José – “A nobreza e a revolução de 1383” in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. Actas das Jornadas de História Medieval*, Lisboa, História e Crítica, 1985, pp. 391-402

MATTOSO, José – “Dois séculos de vicissitudes políticas” in *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, coord. José Mattoso, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993

MATTOSO, José – “Livros de Linhagens” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 419-421

MATTOSO, José – *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, Lisboa Círculo de Leitores, 2000

MATTOSO, José – *A nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 263.

MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001

MATTOSO, José – “A vida religiosa e espiritual nas ordens militares” in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *Ordens Militares e Religiosidade. Homenagem ao Professor José Mattoso*, Palmela, GesOS/Câmara Municipal, 2010, pp. 11-21

MIRANDA, José Carlos – “João Soares de Paiva e o Rei de Navarra. Para a leitura do cantar “Ora faz ost’o senhor de Navarra”” in *Sentido que a vida faz. Estudos para Oscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, 1997, pp. 321-329

MIRANDA, José Carlos – “A Dimensão Literária da Cultura da Nobreza em Portugal no século XIII” in *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, vol. 15, n.º 2, Porto, Faculdade de Letras, 1998, pp. 1551-1565

MIRANDA, José Carlos – *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a primeira geração de trovadores galego-portugueses*, Porto, Guarecer, 2004

MOXÓ, Salvador de – “Época de Alfonso X” in FONTES, Juan TORRES; GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio; MOXÓ, Salvador de; ALONSO ROMERO, María Paz – *La Expansión Peninsular y Mediterránea (c. 1212 - c. 1350)* [vol. I, *La corona de Castilla*], *Historia de España Menéndez Pidal*, dir. José María Jover Zamora, t. XIII, Madrid, Espasa Calpe, 1990, pp. 89-206

MUSSONS FREIXAS, Ana – “El escarnio de Pero Meéndez da Fonseca” in *La Lengua y la Literatura en tiempos de Alfonso X*, Murcia, Facultad de Letras de la Universidad de Murcia, 1985, pp. 393-414

NICHOLSON, Helen - *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights. Images of the Military Orders, 1128-1291*, Leicester/London/New York, Leicester University Press, 1995

NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar. A New History*, Thruppp, Sutton, 2002

NICHOLSON, Helen – *Love, War and the Grail. Templars, Hospitallers, and Teutonic Knights in Medieval Epic and Romance. 1150-1500*, Boston/Leiden, Brill, 2004

NICHOLSON, Helen – “Chasteté” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, p. 216

NICHOLSON, Helen – “Críticas” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 273-275

Nicholson, Helen – “Représentations” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 782-785.

NOVOA PORTELA, Feliciano – *La Orden de Alcántara y Extremadura (Siglos XII-XIV)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2000

NOVOA PORTELA, Feliciano – “Los maestros de la orden de Alcántara durante los reinados de Alfonso XI y Pedro I” in *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 29, Sevilha, Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas de la Universidad, 2002, pp. 317-335

NOVOA PORTELA, Feliciano; RUIZ DE TOLEDO, F. Javier Villalba – “A Actividade Assistencial das Ordens Militares” in NOVOA PORTELA, Feliciano; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (coords.) – *As Ordens Militares na Europa Medieval*, Lisboa, Chaves Ferreira, 2005, pp. 194-225

O’CALLAGHAN, Joseph – *El Rey Sabio. El reinado de Alfonso X de Castilla*, Sevilha, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1999

OLIVEIRA, António Resende de – “Cortes Senhoriais” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 170-173

OLIVEIRA, António Resende de – “Estevan da Guarda” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 245-246

OLIVEIRA, António Resende de – “Martin Perez Alvim” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 347

OLIVEIRA, António Resende de – “Pero Mendiz da Fonseca” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 549

OLIVEIRA, António Resende de – “Vasco Gil” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 649-670

OLIVEIRA, António Resende de – *Depois do espectáculo trovadoresco: a estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri, 1994

OLIVEIRA, António Resende de – *Trobadores e Xograres. Contexto histórico*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1995

OLIVEIRA, António Resende de – “História de uma despossessão. A nobreza e os primeiros textos em galego-português” in *Revista de História das Ideias. A cultura da Nobreza*, vol. 19, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras, 1998, pp. 105-136

OLIVEIRA, António Resende de – *O Trovador galego-português e o seu mundo*, Lisboa, Notícias, 2001

OLIVEIRA, António Resende de – “A Sexualidade” in *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, Maia, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2010

OLIVEIRA, António Resende de – “Na casa de Afonso X. O rei, a corte, os trovadores” in *Revista de História das Ideias. Ibéria*, vol. 31, Coimbra Instituto de História e Teoria das Ideias, 2010, pp. 53-76

OLIVEIRA, António Resende de – “O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos” in *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes* [online], n.º 11 (Junho de 2011) [última consulta a 18-04-2012], disponível em <http://e-spania.revues.org/20374>

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordens Militares” in SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), PINA, Isabel Castro, ANDRADE, Maria Filomena, SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Horizonte, 2005, pp. 462-463, 468-469

OLIVEIRA, Luís Filipe – “O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires” in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009, pp. 429-436

OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Pedro de Barcelos” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, p. 701

OLIVEIRA, Luís Filipe; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – “The Military Orders” in MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa, IEM, 2012, pp. 425-457

PASTOUREAU, Michel – *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*, Lonrai, Seuil, 2004

PEREIRA, Armando de Sousa – “Cristãos e Muçulmanos no Ocidente Peninsular Medieval. As Representações de um Confronto” in *Revista do Centro de História da Cultura*, n.º 7, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1993, pp. 89-112

PEREIRA, Armando de Sousa – “O infante D. Fernando de Serpa (1218-1246): história da vida e da morte de um cavaleiro andante” in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, t. X, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 1998, pp. 95-121

PEREIRA, Armando de Sousa - *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (sécs. XI-XIII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal. Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico*, vol. V (N-P), Lisboa, João Romano Torres ed., 1904

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2007

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “Alcácer do Sal (Portugal, Alentejo)” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 57-58

PICCAT, Marco – *Il Canzonero di Don Vasco Gil*, Bari, Adriática, 1995

PIZARRO, José Augusto – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 2 vols., Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999

PIZARRO, José Augusto – *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005

POWERS, James F. – *A Society Organized for War. The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages (1000-1284)*, Berkeley, California University Press, 1987

RILEY-SMITH, Jonathan – “The Origins of the Commandery in the Temple and the Hospital” in LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (dirs.) – *La Commanderie, institution des ordres militaires dans l’Occident médiéval*, Paris, Comité des travaux historiques et scientifiques, 2002, pp. 9-17

RIVERA GARRETAS, Milagros – *La Encomienda, el Priorato y la Villa de Ucles en la Edad Media (1174-1310). Formación de un señorío de la Orden de Santiago*, Madrid/Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985

RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique – “Los cismas en las órdenes militares ibéricas durante la Edad Media” in *En la España Medieval*, vol. 34, Madrid, Universidad Complutense, 2011, pp. 277-306

RON FERNÁNDEZ, Xabier – “Carolina Michaelis e os trovadores representados no Cancioneiro da Ajuda” in Mercedes BREA (coord.) – *Carolina Michaelis e o Cancioneiro da Ajuda hoje*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñero, 2005, pp. 121-188

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – “Intervenção da corte régia no enquadramento do comércio lisboeta (1276-1279), documentada por instrumentos notariais de composição” in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coords.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Horizonte, 2007, pp. 112-128

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e – “A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)” in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 1, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1997, pp. 5-126

SIMÕES, Manuel – “Pedro de Portugal, conde de Barcelos” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 521-523

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “O Sangue, a Cruz e a Coroa. A memória do Salado em Portugal” in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, n.º 2, Lisboa, Quetzal, 1989, pp. 28-48

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, INCM, 2000

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “As Ordens Militares nos nobiliários medievais portugueses” in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Colibri/Câmara Municipal, 2005, pp. 623-630

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005

TAVANI, Giuseppe – “Cantiga de Esscarinho e Maldizer” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 138-139

TORRES FONTES, Juan – “Santa Maria de España, ordre de” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, s.l., Fayard, 2009, pp. 845-846

VASCONCELOS, António Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares. Relações sociais e de poder (sécs. XIV a XVI)*, diss. Doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2 vols., 2008

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – “II. Uma canção de Manto” in *Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português de Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, edição de Yara Frateschi Vieira; José Luís Rodríguez; M. Isabel Morán Cabanas; José António Souto Cabo, Coimbra, Universidade de Santiago de Compostela/Universidade de Coimbra/Unicamp, 2004, pp. 110-131

VATTERONI, S. – “Caldeiron” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 113; *LPGP*, p. 173

VENTURA, Leontina - *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. Doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, II vols., Coimbra, texto policopiado, 1992

VENTURA, Leontina – “A Crise de Meados do Século XIII” in *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalese à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de – “Os Briteiros (séculos XII-XIV). 4. Produção trovadoresca” in FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coords.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, vol. II, Porto, Civilização, 2003, pp. 763-777

VIÑEZ SÁNCHEZ, Antonia – “Gonçal’Eanes do Vinhal” in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 299-300

c) Recursos online

Cantigas Medievais Galego-Portuguesas [online] [última consulta a 25 de Julho de 2012]
Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/>